



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII N° 27, QUARTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
- 2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
- 4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 28^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE MARÇO DE 2017

1.1 – ABERTURA	13
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	13
1.2.2 – Oradores	
Senadora Ana Amélia – Considerações acerca da repercussão econômica e social da Operação Carne Fraca.	13
Senadora Ângela Portela – Críticas ao Governo Federal pela não inclusão do Estado de Roraima no programa de investimentos para interligação de regiões isoladas ao sistema elétrico nacional; e outro assunto.	16
Senadora Fátima Bezerra – Destaque para evento de celebração da chegada das águas do Rio São Francisco ao Município de Monteiro-PB.	18
Senador José Medeiros, como Líder – Agradecimento pela contribuição e a participação popular no mandato parlamentar de S. Ex ^a	23
Senadora Vanessa Grazziotin – Considerações acerca do comparecimento de S. Ex ^a à cidade de Monteiro-PB para a inauguração popular da transposição do Rio São Francisco; e outro assunto.	24
Senadora Kátia Abreu, como Líder – Críticas à Polícia Federal por possíveis prejuízos causados à agropecuária nacional pela espétacularização da Operação Carne Fraca.	27
Senador Romário – Defesa da extinção do foro por prerrogativa de função; e outro assunto.	33
Senador Humberto Costa, como Líder – Registro de ato realizado por lideranças populares do PT na Paraíba para receber as águas da transposição do Rio São Francisco; e outro assunto.	35
1.2.3 – Apreciação de requerimento	
Requerimento nº 149/2017, do Senador Hélio José. Aprovado.	36



1.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Eduardo Amorim – Cobrança de melhorias na estrutura do Instituto Médico Legal no Estado de Sergipe.	36
Senadora Lúcia Vânia – Defesa de alterações na Medida Provisória nº 752/2016, que estabelece diretrizes para concessões de programas de infraestrutura.	39
Senador Valdir Raupp – Incompreensão com as citações de S. Ex ^a em noticiadas operações policiais sem a menção de fato concreto; e outro assunto.	41
Senadora Gleisi Hoffmann, como Líder – Registro de ato promovido por lideranças populares do PT em Monteiro-PB, em razão da conclusão parcial das obras de transposição do Rio São Francisco.	46
Senador João Alberto Souza – Registro de evento em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down no Maranhão.	49
Senadora Lídice da Mata – Destaque aos atos realizados em razão do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial em Salvador-BA; e outro assunto.	50

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que altera o art. 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias. Retirada da pauta, após Requerimento nº 159/2017.	66
---	----

1.3.2 – Requerimento

Nº 160/2017, de Líderes, de urgência para o Projeto de Resolução nº 8/2017. Aprovado.	73
---	----

1.3.3 – Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 8/2017 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1/2017, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América). Aprovado.	73
--	----

Redação final do Projeto de Resolução nº 8/2017 (Parecer nº 25/2017-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À promulgação.	73
--	----

1.3.4 – Requerimento

Nº 161/2017, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de criação de comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a contabilidade da Previdência Social.	74
---	----

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Oradores

Senador Jader Barbalho – Defesa da realização de uma ampla reforma político-eleitoral; e outros assuntos.	76
--	----

1.4.2 – Requerimento

Nº 162/2017, do Senador Eduardo Lopes e outros Senadores, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 37/2017.	88
--	----



1.4.3 – Oradores (continuação)

Senador Jorge Viana – Críticas à Polícia Federal por aguardar dois anos para deflagrar a Operação Carne Fraca ante as irregularidades detectadas; e outros assuntos. 88

1.4.4 – Apreciação de requerimento

Nº 157/2017, do Senador Pedro Chaves. **Aprovado.** 93

1.4.5 – Oradores (continuação)

Senador Eduardo Lopes, como Líder – Repercussão sobre matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* relativa à Operação Carne Fraca; e outro assunto. 93

Senador Ronaldo Caiado, como Líder – Manifestação favorável à criação de comissão temporária destinada a acompanhar os desdobramentos da Operação Carne Fraca. 96

Senador Paulo Paim – Agradecimento aos Senadores que assinaram o requerimento para a instauração da CPI da Previdência; e outros assuntos. 99

Senador Roberto Muniz – Críticas à Operação Carne Fraca; e outro assunto. 104

Senadora Rose de Freitas, como Líder – Registro do Dia Mundial do Consumidor, celebrado em 15 do corrente; e outros assuntos. 108

Senador João Capiberibe – Registro da inauguração da ponte sobre o Rio Oiapoque, que liga o Amapá à Guiana Francesa; e outros assuntos. 111

1.5 – ENCERRAMENTO 113

PARTE II**2 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 28^a SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Comunicações**

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de desligamento do Senador Dalírio Beber da composição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (**Ofício nº 101/2017**). 115

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (**Ofício nº 99/2017**). Será feita a substituição solicitada. 116

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (**Ofício nº 100/2017**) Será feita a substituição solicitada. 117

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de desligamento do Senador Ricardo Ferraço da composição da Comissão de Educação Cultura e Esporte (**Ofício nº 104/2017**). 118

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de desligamento do Senador Cássio Cunha Lima da composição da Comissão de Serviços de Infraestrutura (**Ofício nº 105/2017**). 119

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (**Ofício nº 106/2017**) 120

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (**Ofício nº 100/2017**). 121



Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão de Transparência e Governança Pública (Ofício nº 101/2017)	122
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 47/2017). <i>Será feita a substituição solicitada.</i>	123

2.1.2 – Discursos e documentos encaminhados à publicação

Senador João Alberto Souza – Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno.	125
Senador Romário – Registro de discurso proferido por S. Ex ^a no evento dedicado ao Dia Internacional da Síndrome de Down, ocorrido hoje no Senado Federal.	127
Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno. .	128
Senador José Medeiros – Documento encaminhado por S. Ex ^a , nos termos do art. 210 do Regimento Interno.	132

2.1.3 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2017 (nº 209/2012, na Câmara dos Deputados), tendo como primeira signatária a Deputada Rose de Freitas, que <i>acrescenta § 1º ao art. 105 da Constituição Federal e renumeria o atual parágrafo único.</i>	138
Projeto de Decreto Legislativo nº 34/2017 (nº 221/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Cooperação Cultural, assinado em Doha, em 15 de maio de 2010.</i>	178
Projeto de Decreto Legislativo nº 35/2017 (nº 380/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola no Domínio da Educação Não Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.</i>	181
Projeto de Decreto Legislativo nº 36/2017 (nº 439/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, assinado em Santiago, em 23 de novembro de 2015.</i>	183
Projeto de Decreto Legislativo nº 37/2017 (nº 599/2017, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, em 29 de abril de 2016. Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 34 a 37/2017.</i>	185

2.1.4 – Mensagem do Supremo Tribunal Federal

Nº 13/2017, na origem, que comunica que foi proferida decisão sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.228.	190
---	-----

2.1.5 – Pareceres

Nº 1/2017-CAE, sobre a Mensagem nº 9/2017 (conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 8/2017). Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido Projeto.	194
Nº 1/2017-Cl, sobre o Ofício "S" nº 19/2016. Ao arquivo.	206
Nº 2/2017-Cl, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 475/2012.	214



Nº 24/2017-CCJ/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 475/2012. Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do referido projeto a fim de ser declarado prejudicado (Ofício nº 1/2017-CI).	221
2.1.6 – Prejudicialidade	
Prejudicialidade da Mensagem nº 25/2016.	229
2.1.7 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 62/2017, do Senador José Agripino, que altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto.	231
Nº 63/2017, do Senador Davi Alcolumbre, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.	236
2.1.8 – Requerimentos	
Nº 150/2017, do Senador Hélio José, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 256/2016. Deferido.	241
Nº 151/2017, do Senador Ataídes Oliveira, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 407, 412 e 413/2016; 537/2013; e 245/2016-todos Complementares.	242
Nº 152/2017, do Senador Gladson Cameli, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 407 e 245/2016.	243
Nº 153/2017, do Senador Dalírio Beber, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 102/2007 e 626/2015.	244
Nº 154/2017, do Senador Davi Alcolumbre, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 407/2016.	245
Nº 155/2017, do Senador Davi Alcolumbre, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 413/2016-Complementar.	247
Nº 156/2017, do Senador Davi Alcolumbre, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 412/2016-Complementar.	249
Nº 157/2017, do Senador Pedro Chaves, em aditamento ao Requerimento nº 145/2017, de autorização para desempenho de missão em 22 do corrente.	251
Nº 158/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao periódico impresso Amazonas em Tempo.	252
Nº 161/2017, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a contabilidade da Previdência Social.	255
Nº 162/2017, do Senador Eduardo Lopes e outros Senadores, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 37/2017.	260
Nº 163/2017, da Senadora Kátia Abreu e do Senador Renan Calheiros, de criação de comissão destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.	261
2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
2.2.1 – Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015	
Requerimento nº 159/2017	265



2.2.2 – Projeto de Resolução nº 8/2017

Requerimento nº 160/2017	267
Redação final (Parecer nº 25/2017-CDIR/PLEN-SF)	268

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	272
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	275
5 – LIDERANÇAS	276
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	279
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	286
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	287
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	333



**28^a Sessão, Deliberativa Ordinária,
em 21 de Março de 2017**

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, Cássio Cunha Lima, Antonio Carlos Valadares, Thieres Pinto e Roberto Rocha.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 21 horas e 7 minutos.)





**Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária**

28ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 21/03/2017 07:00:00 até 21/03/2017 21:14:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PMDB	SP	Airton Sandoval	X
PV	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PR	MT	Cidinho Santos	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTC	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PMDB	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PSD	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X
PSD	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lidice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X

Emissão 21/03/2017 21:16:30





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

28ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Período: 21/03/2017 07:00:00 até 21/03/2017 21:14:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
-	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PP	BA	Roberto Muniz	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PTB	RR	Thieres Pinto	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazzotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Morais	X
PMDB	MG	Zezé Perrella	X

Compareceram 79 senadores.



ATA



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do sumário**)

Há oradores inscritos.

A primeira oradora constante da relação dos inscritos é a Senadora Ana Amélia, do PP, do Rio Grande do Sul, a quem concedo a palavra.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pois não, Senadora.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR)

– Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– Sr. Presidente, pela ordem também, Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– Também solicito minha inscrição no horário destinado a uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – As Senadoras Ângela Portela e Fátima Bezerra, portanto, estão inscritas para uma comunicação inadiável, e o Senador José Medeiros, como Líder de Partido.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente desta sessão, Senador Antonio Carlos Valadares.

Caros colegas, Senadoras e Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, vou voltar, pela relevância do tema, à questão da Operação Carne Fraca, que foi motivo do meu pronunciamento ontem. Volto hoje à tribuna para dar sequência ao tratamento da mesma questão pelas implicações sociais, econômicas, de comércio e de economia que tem esse procedimento, mas sobretudo por uma questão, a meu juízo, crucial em nosso País.

Nós somos sempre aqui olhados pela sociedade com um grau de fiscalização e rigor extraordinário – e tem que ser assim. A política só vai melhorar quando a sociedade fiscalizar os atos dos Parlamentares, sejam do Senado, da Câmara Federal, das assembleias, das câmaras de vereadores. Quanto maior for a fiscalização e o rigor da exigência do eleitor em relação aos seus líderes políticos, melhor será a atividade política, isenta disso que estamos vendo todo dia: Lava Jato, corrupção, caixa dois, caixa três, tudo isso. Mas não podemos fazer vista grossa, Senador Medeiros, quando acontecem irregularidades envolvendo outros agentes públicos, como os fiscais federais agropecuários ou como os agentes da Polícia Federal. No regime republicano e democrático, as instituições precisam ter a noção exata das consequências de tudo o que fazem.



Por isso, eu louvo aqui a iniciativa tomada, em primeiro momento, pelo Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Luís Boudens. Ele fez uma defesa candente da operação da Polícia Federal chamada Carne Fraca. Nessa ponderação, além de defender a operação que a Polícia Federal está fazendo, ele lembrou que a operação, abro aspas, "é de suma importância, uma vez que as empresas e servidores públicos [servidores públicos] envolvidos negligenciaram de forma grave a saúde dos consumidores" e reforçou o compromisso dos agentes federais com o combate à corrupção no Brasil e com os interesses da sociedade. Esse líder da Polícia Federal poderia até acrescentar: resguardados também os interesses de Estado, que estão acima das nossas vaidades pessoais, dos nossos interesses ideológicos, estão muita acima, porque a Nação é a soma de todos nós, de um sentimento maior.

Nessa operação, portanto, não poderia haver, dois anos depois de iniciada, uma conclusão com algumas fragilidades que não apenas comprometem o coordenador da operação, mas podem, sim, comprometer a instituição responsável pela investigação. Por isso, também saído a posição obtida agora por telefone... Falei com o Presidente e líder da Anffa Sindical, que representa os fiscais e auditores fiscais federais agropecuários, Maurício Porto, que me disse o seguinte:

Somos a favor da operação, da investigação e da separação dos maus colegas daqueles que agem com ética e com rigor técnico e também defendemos [Reforçou Maurício Porto, no contato que tive agora com ele] a necessidade de que nomeações para esses cargos técnicos, como também das empresas estatais, ocorram por competência, mas sobretudo por meritocracia, não com aquele famoso QI, quem indica.

E, nesse QI, está subentendido algum interesse escuso, no decorrer do exercício desse trabalho de fiscalização, algum interesse que não deve prevalecer nessas relações institucionais de fiscalização do sistema, um sistema extraordinariamente relevante para o nosso País.

Vários ministros – inclusive nossos colegas aqui, como Kátia Abreu, Blairo Maggi, que hoje ocupa o Ministério, Luiz Fernando Furlan, Pratini de Moraes, Francisco Turra, Roberto Rodrigues – trabalharam árdua e intensamente para que o Brasil conquistasse a posição que hoje detém no mercado internacional de carnes. E, de uma hora para outra, Senador Medeiros, como numa ladeira, um caminhão desgovernado chega e, sem freios, vai derrubando tudo por diante.

Essa imagem pode significar bem a interrupção de um processo industrial numa cadeia produtiva de gado, de suínos, de frangos e aves, que não apenas envolve a carne, mas envolve, como eu disse ontem, o produtor de ração, o produtor de produtos veterinários, o produtor de produtos químicos, o produtor de toda a cadeia, o produtor de embalagens, o produtor de plásticos – é uma cadeia produtiva –, o transportador, o que vende combustível, o comércio da cidade, especialmente daqueles centros produtores onde a agroindústria – como lá, em Santa Catarina, em Chapecó, por exemplo, a capital da agroindústria – concentra enormes unidades produtoras e indústrias.

Então, o que aconteceu com a operação foi exatamente isto: interrompeu-se um processo de produção. E, para retomar isso, há de se perguntar àquele criador de frangos: "E agora o que é que eu faço com os frangos? Continuo alimentando?" Ele vai perder dinheiro, e a carne brasileira está perdendo dinheiro por conta da Operação Carne Fraca.

A operação deveria ter concentrado o seu foco na corrupção – na corrupção –, porque o próprio fiscal que fez a denúncia, e fez muito bem – ouvi a declaração dele no Fantástico –, o Sr. Daniel, declarou: "O problema é a corrupção, não é a qualidade da carne, que é ótima, é muito



boa a carne brasileira." Acontece que nós ficamos olhando e falando, Senador Valadares, da qualidade da carne no Brasil. A maior parte da carne consumida é consumida aqui.

Eu sou do Rio Grande do Sul, onde existe um crime que poucos sabem o nome: abigeato. Senador Valadares, talvez o senhor raramente tenha ouvido, mas o senhor é um intelectual e sabe, abigeato. Essa palavra é muito comum no meu Estado, mas, nos outros Estados, poucos sabem o que é abigeato. Abigeato é a expressão roubo de gado, é a expressão usada para qualificar o roubo de gado. E há muita gente desistindo da atividade pelo roubo de gado. Rouba-se, abate-se na própria estrada, às vezes, animais que foram contaminados, não se sabe de que jeito. É uma carne clandestina.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – E chama-se lá, em Sergipe, de matar boi na folhinha.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Matar boi...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Na folhinha.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na folhinha. Imagine só...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Embaixo da árvore.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Veja só. No abigeato, também embaixo da árvore se mata. Ainda há uma sombra, porque, lá no Nordeste, tem que ser com uma sombra, mas, lá no Rio Grande, vou lhe dizer...

Isso é um problema sério. E essa carne de abate clandestino, que não tem fiscalização nenhuma, vai para o mercado. Em qualquer lugar, em qualquer cidade, aqui mesmo, em Brasília, nas barbas do poder, se for a feiras...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... vai ver lá pendurado o porquinho, vai ver pendurado lá o cordeiro, vai ver pendurada lá a galinha a ser vendida a céu aberto, Senador. É o costume e a cultura brasileira, e não se cuida disso.

Nós estamos falando de um setor que emprega 7 milhões de brasileiros – 7 milhões de brasileiros – e que movimentou, em 2016, R\$176 bilhões. São 392 frigoríficos credenciados.

E, veja, este gráfico aqui pode ser muito claro para a nossa TV Senado, para as pessoas entenderem que a maior parte da produção fica aqui, no mercado interno, mas que é, na exportação de produtos manufaturados, de valor agregado, que se gera emprego...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... porque da soja não vai o grão, vai o farelo que alimenta o porco ou o frango. E o frango vai processado, industrializado em pedaços para a Europa, para a América Latina, para o Oriente Médio – no caso dos frangos, porque ele só importa frango –, com um regime de abate especial segundo o rito muçulmano. Tudo isso é observado no abate, nesses frigoríficos, que seguem para atender às exigências de um mercado internacional cada vez mais exigente e rigoroso.

Nós temos que nos preocupar, Senador, também, primeiro, em focar o combate duro e feroz contra a corrupção, em separar esses maus fiscais, que se venderam por um prato de lentilhas e



que contaminaram a categoria dos fiscais federais, que trabalham com honestidade, defendendo a qualidade da produção brasileira.

Nós temos que cuidar do pequeno produtor de aves ou de suínos lá do interior do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do seu Sergipe, de Goiás, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de qualquer lugar, que hoje está perguntando: "O que vou fazer com esses animais? Vou ter que continuar? A indústria vai parar? O que vai acontecer?"

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O preço já está caindo.

Já estou terminando, Senador Valadares. (*Fora do microfone.*)

O preço já está caindo no mercado internacional, e alguns mercados, como a União Europeia, fecharam as portas à produção brasileira, um mercado que foi conquistado a duras penas por ministros que se comprometeram a fazer o dever de casa.

E hoje, ao ver as imagens em supermercados no Japão, Senador Valadares, vendo que não vai apenas aquele pacote com a carne identificada, frango desossado, perna de frango desossada, mas que está lá do lado – sabe o que, Senador? – a bandeira do Brasil... E nós que nos orgulhamos muito da Varig, que era nos céus do mundo, são as aves que vão, não voando, mas que vão nos transportes frigorificados, por contêineres especializados de alta qualidade, para esses mercados, levando a bandeira do Brasil, levando também uma produção de empregos e gerando...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... muitos impostos, (*Fora do microfone.*) impostos que pagam a escola, que pagam a saúde, que pagam a educação dos filhos desses pequenos agricultores, pequenos criadores de suínos, de aves, pequenos pecuaristas, médios pecuaristas, que fornecem a essas empresas. Temos que pensar nas pessoas e atingir com essa operação a corrupção e não aquilo que é precioso para o Brasil, que é a sua produção de qualidade no mercado de carnes.

Espero que o prejuízo seja recuperado no mais curto espaço de tempo, mas isso ficará na memória, bem como o ensinamento para que nós não aceitemos a corrupção não só aqui, dentro desta Casa, mas em todas as relações que existem entre os agentes públicos, sejam os fiscais federais agropecuários, sejam os policiais federais da Polícia Federal, que tanto orgulham os brasileiros com essas operações de grande êxito, para tornar...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – ... o Brasil melhor do que é.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Ângela Portela, para uma comunicação inadiável.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Valadares, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, na semana passada eu estive aqui no plenário do Senado,



lamentando a forma desrespeitosa com que os novos ocupantes do Governo Federal têm tratado o meu Estado de Roraima.

Eu falei aqui de um grande programa de investimento, da ordem de 13 bilhões, que foi lançado pelo Governo Federal com o objetivo claro de interligar regiões até hoje isoladas, que não fazem parte ainda do sistema interligado nacional. Para a nossa grande surpresa, o único Estado totalmente isolado do sistema elétrico nacional, o meu Estado de Roraima, está totalmente fora desse plano de investimentos. Nenhuma linha de transmissão de energia foi designada para concluir o linhão de Tucuruí, que é tão importante para o meu Estado.

A inaceitável omissão de Roraima do pacote de investimentos decorre de uma política deliberada de abandono de uma das unidades da Federação. Como aceitar que o Governo Federal lance um programa de investimentos que vai beneficiar 16 Estados da Federação, para interligá-los no sistema elétrico nacional, e a única unidade da Federação, o meu Estado, que está totalmente isolado do sistema elétrico nacional, dependendo da energia de Guri, na Venezuela, e da energia precária, abastecida por combustíveis, não esteja incluído nesse programa. Lamentável! Além da crueldade com milhares de brasileiros tratados como cidadãos de segunda categoria, o Governo Federal despreza um Estado que se constitui em importante porta de entrada do nosso País na fronteira norte, no extremo norte do nosso País.

Também não é por outra razão que não se vê qualquer atuação federal na solução da grave crise humanitária dos imigrantes venezuelanos em meu Estado. O Governo Temer vira as costas para o problema, deixando toda a responsabilidade com o Governo do Estado e com as prefeituras, lamentavelmente.

Anunciamos na semana passada que foi acionado o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde. Inclusive, o Ministro da Saúde esteve lá no Estado, prometeu recursos há três meses, e, lamentavelmente, esses recursos ainda não estão disponibilizados para que o Governo do Estado possa investir em uma atenção qualificada à população do Estado, que sofre com o intenso fluxo migratório dos venezuelanos, que estão em uma situação desesperadora. E todos sabemos que o problema da imigração é, por determinação constitucional, uma responsabilidade da União, uma responsabilidade do Governo Federal.

Fiz esses parênteses apenas para lembrar que infelizmente o descaso deste Governo com Roraima não é um fato isolado. A crise humanitária dos imigrantes venezuelanos é apenas um caso mais recente. O retrocesso no processo de conclusão do Linhão de Tucuruí, observado nos últimos meses, é o exemplo mais eloquente.

Como se sabe, não há solução definitiva para o grande problema energético em Roraima que não seja a conclusão das obras do Linhão de Tucuruí.

No final do governo da Presidenta Dilma, estivemos próximos da retomada das obras, depois de superar entraves burocráticos junto aos diversos órgãos relacionados com o tema, como Funai e Ibama, entre outros.

Infelizmente, após a posse do novo Governo, parece que voltamos à estaca zero. Não é por outra razão que...

(Soa a campainha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – ... que tenho dito seguidas vezes aqui no plenário do Senado e também em audiências com autoridades do Governo Federal que concluir o linhão já não é mais uma questão de urgência.



Trata-se da reparação de uma injustiça histórica contra uma das 27 unidades da Federação que, assim como as outras, tem direito ao desenvolvimento econômico e social.

Nesse quase um ano de Governo Temer, Roraima tem recebido apenas promessas e mais promessas. A cada visita de Parlamentares ao Palácio do Planalto, o que se vê são palavras e novos prazos para a solução. Nenhum encaminhamento que sinalize para a população do Estado que será definitivamente resolvido. Foi assim no ano passado, quando estive com outros Parlamentares e a Governadora Suely Campos no Palácio do Planalto. Na ocasião, Temer prometeu que em 30 dias o Governo Federal daria prosseguimento ao linhão. A mesma promessa foi feita pelo Ministro de Minas e Energia.

O Presidente ouviu todas as nossas...

(Interrupção do som.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR)

– Só para concluir.

O Presidente ouviu todas as nossas reivindicações, anotando as principais informações, e disse que podíamos cobrá-lo. A cena repetiu-se na última quinta-feira, quando, diante da Bancada de Roraima, o Presidente disse que em 45 ou 50 dias teremos uma nova reunião para avaliar a situação. Entretanto, o que o Presidente não disse foi por que anunciou um pacote de medidas para interligar regiões isoladas, e o Estado de Roraima ficou fora.

É nossa obrigação cobrar, como representante do Estado, soluções para os problemas do nosso Estado. E esse é um grande problema. Não podemos admitir que Roraima continue com esse tratamento desrespeitoso do Governo Federal em várias ações. E aqui eu quero destacar em especial a questão da construção do Linhão do Tucuruí, que é fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senadora Fátima Bezerra, por permuta com o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a, Senadora, tem dez minutos para fazer o seu discurso.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Valadares, que preside a sessão neste exato momento, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, não poderia, ao ocupar a tribuna pela primeira vez nesta semana que se inicia, deixar de registrar o evento realizado no pequeno Município de Monteiro, no interior paraibano, no último domingo. Refiro-me ao ato popular que contou com a presença do Presidente Lula, da Presidenta Dilma, do Governador Ricardo Coutinho, e de diversas lideranças políticas, quando foi celebrada a chegada das águas do Rio São Francisco ao semiárido nordestino, começando pela Paraíba e Pernambuco e, em breve, chegando ao Rio Grande do Norte e ao Ceará.

O dia 19 de março de 2017, também consagrado a São José, considerado pelos católicos e pelos nordestinos como padroeiro dos agricultores, pelo quanto de tradição se firmou em torno desse dia, pelo que ele anuncia no que diz respeito à questão das chuvas e de um bom inverno... Mas o que quero aqui colocar, Sr. Presidente, é que o dia 19 de março de 2017 ficará para sempre guardado na minha memória e no meu coração, assim como não tenho nenhuma dúvida de que ficará guardado nas memórias e nos corações de mais de 100 mil pessoas que participaram da inauguração popular da transposição do Rio São Francisco, ao lado, como já disse, do Presidente



Lula, da Presidente eleita Dilma Rousseff, do Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, de Senadores, de Deputados e de diversas outras lideranças políticas que participaram da comitiva.

Quero ainda acrescentar, Sr. Presidente, que é muito emocionante ver as águas do Velho Chico mudando a paisagem e a vida do povo nordestino, castigado, diga-se de passagem, há cinco anos por uma das secas mais prolongadas dos últimos 100 anos. Mais emocionante ainda é reescrever a história com a tinta da verdade, com a caligrafia de quem, de fato, teve a ousadia e o compromisso necessários para retirar do papel uma obra vislumbrada e prometida desde o período imperial. Prometeram. Muitos. Mas foi preciso que um migrante nordestino que aos sete anos de idade já carregava balde de água na cabeça chegasse à Presidência da República para que as obras da transposição saíssem do papel.

O projeto de integração do Rio São Francisco vai beneficiar cerca de 12 milhões de pessoas em 390 Municípios dos Estados de Pernambuco, do meu Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará, além de quase 300 comunidades rurais situadas às margens dos canais, inclusive comunidades quilombolas e indígenas.

Na inauguração popular realizada em Monteiro, o povo nordestino demonstrou que sabe perfeitamente quem foi responsável por transformar esse grandioso projeto em realidade, expressando, portanto, sua imensa gratidão ao ex-Presidente Lula e à Presidente eleita Dilma Rousseff.

Mas os desafios, Sr. Presidente, ainda são imensos, pois a transposição por si só não resolve os problemas da seca no Nordeste. Além de cobrar que o Governo ilegítimo conclua as obras da transposição, em especial do Eixo Norte, que vai fazer com que as águas cheguem ao Rio Grande do Norte e ao Ceará, queremos reforçar o quanto é necessário ficarmos atentos ao conjunto de obras ambientais necessárias à revitalização e à preservação do Rio São Francisco, bem como ao conjunto de obras sociais necessárias às comunidades afetadas pelas obras da transposição.

Por isso mesmo, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, já estamos apresentando um requerimento para a audiência pública em que queremos dar início a esse debate sobre a questão das águas do São Francisco, o uso dessas águas, realizando um diagnóstico sobre as comunidades que serão contempladas e sobre o andamento exatamente das obras sociais, até porque, Sr. Presidente, para que a transposição cumpra seu papel social, ambiental e econômico, temos de cuidar da bacia hidrográfica do São Francisco, o que significa proteger as nascentes do rio, recuperar as suas margens e matas ciliares, sanear os Municípios para que não poluam a bacia, analisar o impacto das outorgas para o uso da água e debater a gestão e uso sustentáveis, comprometendo União, Estados, Municípios e sociedade civil organizada.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer que com muita emoção nós estivemos, no domingo, em Monteiro, e vimos com os próprios olhos esse evento que – eu quero aqui acrescentar –, sem dúvida nenhuma, me marcou para sempre, Senadora Kátia, porque, assim como o Presidente Lula, eu também sou uma sobrevivente da seca. Assim como o Presidente Lula e a maioria dos nordestinos, sei o que era, às vezes, acordar às quatro horas da manhã, minha mãe acordando a mim e a meus irmãos para que nós saíssemos caminhando léguas em busca exatamente de água para beber. Hoje, de repente, vejo aquilo que nós pensávamos que era um sonho impossível ser realizado. São as águas do São Francisco chegando – repito – para, de um lado, trazer segurança hídrica para a população do Semiárido nordestino.



O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Fátima Bezerra, V. Ex^a me dar um aparte?

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Sim. Peço ao Presidente que possa conciliar com o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Ex^a, como oradora, pode conceder o aparte.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Dou um aparte a V. Ex^a com o maior prazer.

Senador, por favor.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado, Presidente. Eu concordo, Senadora Fátima Bezerra, com V. Ex^a quando lá, em 2007, o Presidente Lula tomou essa iniciativa, que foi uma iniciativa de coragem e de decisão, para levar água para os Estados receptores das águas do São Francisco. E se trata, sobretudo, da Paraíba, que é o Estado que tem o menor potencial de água de superfície e aquíferos para sustentar a sua população, e também dos outros Estados, como Ceará, Pernambuco e o próprio Estado de V. Ex^a, que tem um aquífero muito grande que poderia ser explorado com poços artesianos profundos, o Estado do Rio Grande do Norte. E eu nunca fui contra a transposição – e já discuti isso com a Presidente Dilma e também com o Presidente Lula. O que eu quero dizer é que essa transposição já está em R\$9 bilhões e que se a revitalização não começar rapidamente... E aí nem o Presidente Lula fez, nem a Presidente Dilma fez, nem o Governo atual, que tem oito meses e que disse que ia fazer a revitalização, fez. Colocamos para este ano R\$300 milhões, que o Ministério do Planejamento tirou da Codevasf, deixando R\$18 milhões. O que eu quero dizer é o seguinte: deve-se começar a revitalização de forma urgente. Sabe como ela deve começar? O Presidente da República deve fazer um decreto de situação de emergência na Bacia do Rio São Francisco nos Estados produtores de água, que são dois, Minas Gerais e Bahia, para se começar a revitalização das nascentes, das fontes e dos afluentes, porque a maioria, mais da metade, já morreu. No meu Estado, cinco rios já foram considerados rios mortos, à margem direita do Rio São Francisco. E, hoje, a Barragem de Sobradinho está com 14,99% do volume útil; no ano passado, tinha 36%. Não vai chover mais na Bacia do Rio São Francisco. Nós vamos para o volume morto no mês de agosto. E o volume morto, que são 5 bilhões de metros cúbicos de água, já tem 30% de aterramento com areia, com argila e com sedimento de terra, que têm corrido. Portanto, a transposição só valerá para os Estados receptores, como Sergipe, que pode receber também essas águas, Alagoas, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, se se fizer a revitalização. Sabem por quê? Porque, se não se fizer a revitalização, em 2030, não vai chegar mais uma gota d'água à Barragem de Sobradinho. Aí o dinheiro foi todo jogado fora, se não se fizer isso. O Presidente Lula acertou na transposição e errou, porque não começou a revitalização. A Presidente Dilma teve seis anos e meio...

(Soa a campainha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... Ou praticamente cinco anos e meio para fazer e não fez. Eu tive duas reuniões com ela, com a Ministra do Meio Ambiente à época, Izabella Teixeira, e com o Mercadante e falei com a Presidente: "Presidente, comece a revitalização". A revitalização, Senadora Fátima Bezerra, vai depender da aplicação anual de mais ou menos R\$600 milhões, em dez anos, para compensar o



que em 60 anos o homem destruiu. Ele destruiu as matas ciliares da calha do rio, das nascentes e das fontes. Estou aqui com um relatório: o mar já entrou 15km no Rio São Francisco. O Senador Antonio Carlos Valadares conhece e sabe que, lá perto de Propriá, as águas já estão salgadas e já não há como captar água, porque o mar...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É a chamada cunha salina, que está penetrando no nosso Estado.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Cunha salina. O mar já entrou 15km.

(Soa a campainha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O primeiro sintoma da morte de um grande rio como o São Francisco é quando ele não tem mais força para entrar no mar e o mar começa a penetrar no rio. São 15km em Propriá e em Penedo. Então, o Rio São Francisco terá 13 anos de vida se não se começar a revitalização. Nós do Nordeste deveríamos fazer o que o Senador Antonio Carlos Valadares fez há muitos anos. Ele constituiu um fundo, que está na Câmara Federal, para que, sendo regado com o dinheiro que o Rio São Francisco deu para a energia, para a irrigação, se pudesse começar imediatamente a revitalização do rio. Portanto, essa vitória de levar água para a Paraíba é uma vitória de Pirro se não se fizer a revitalização, porque, em 2030, não vai chegar uma gota d'água à Barragem de Sobradinho. Essa barragem está hoje com 14%; no ano passado, estava com 36%; Itaparica, 27%. Então, não há a menor condição. É uma falta de responsabilidade seja lá de quem for...

(Soa a campainha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... matar o principal rio do Brasil, que é o Rio São Francisco, que leva água para o Nordeste brasileiro.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador, eu pediria só uma generosidade de V. Ex^a, porque, claro, para fazer o bom debate, eu cedi mais da metade do meu tempo ao Senador Otto.

Primeiro, eu quero dizer ao Senador Otto que considero que tanto Dilma como Lula só tiveram acertos na realização dessa obra. Aliás, Senador, alguém ter a ousadia e a determinação para dar início a uma obra dessa, acima de tudo, mostra a sua visão de estadista; acima de tudo, mostra o quanto o seu coração tem de sensibilidade, pelo quanto tanto Lula como Dilma entenderam do valor humano e do caráter social que tem a transposição das águas do São Francisco. Então, a eles, mais uma vez, todas as nossas homenagens e todo o nosso sentimento de gratidão. Não foi à toa que aquela multidão acorreu a Monteiro no domingo. Mais de 100 mil pessoas foram lá, porque o nordestino, acima de tudo, não tem só caráter, o nordestino tem gratidão. E o povo nordestino, inclusive, se sentiu insultado quando, há poucos dias, o Governo ilegítimo e seus aliados lá estiveram e tentaram apagar da história aquilo que não dá para apagar, repito, que foi a ousadia, a determinação e a sensibilidade do Presidente Lula ao iniciar a obra e da Presidenta Dilma ao entregar a obra praticamente concluída.

Segundo, no mais, eu concordo com V. Ex^a, tanto é que aqui já mencionei que nós temos que dar sequência ao debate, no sentido de que tenhamos um olhar muito cuidadoso, e exigir do Governo Federal, dos Estados...

(Soa a campainha.)



A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e de todas as esferas o uso sustentável dessas águas, a revitalização do São Francisco. No tocante a isso, absolutamente nenhuma discordância, tanto é que acabei de dizer aqui que, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, já apresentamos um requerimento para iniciar, Senador Otto, um ciclo de debates acerca exatamente do andamento da obra. Nós temos ainda o Eixo Leste, para trazer água para o Rio Grande do Norte, que precisa, e muito também, da segurança hídrica via águas do São Francisco, assim como o Ceará. Inclusive, eu convido V. Ex^a e todos os Senadores, em especial os Senadores e as Senadoras da Bancada nordestina, para que nós possamos realizar esse ciclo de debates aqui no Senado Federal no que diz respeito ao acompanhamento dessa obra, da sua conclusão, para que, de fato, ela cumpra o seu destino. E o seu destino...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... é trazer...

Vou concluir, Sr. Presidente. (*Fora do microfone.*) O seu destino é trazer dignidade, respeito, cidadania para uma população, sem dúvida nenhuma, que há muito tempo sonhava com isso. É desnecessário aqui dizer das especificidades que tem o Nordeste como um todo, especialmente o Semiárido nordestino, no que diz respeito à questão do acesso à água. Quantas gerações de nordestinos e nordestinas padeceram, inclusive até com a morte, em função da insensibilidade dos governos passados, governos que, na verdade, nunca tiveram compromisso real de resolver o problema da seca e da falta de segurança hídrica, até porque muitos dos políticos desses governos passados se alimentavam exatamente do sofrimento do povo nordestino, através da indústria da seca, para sobreviverem...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já concluo, Sr. Presidente. (*Fora do microfone.*) Eles se alimentavam desse sofrimento para sobreviverem exatamente no exercício da política através do chamado coronelismo.

Eu sei muito bem o que é isso. A maioria do povo nordestino sabe muito bem o que é isso. Por isso, o povo nordestino celebrou, com tanta emoção, com tanta força no seu coração, esse ato popular no último domingo. Ele sabe o que significa, repito, pelo valor humano, pelo caráter social, as águas do São Francisco finalmente chegarem para lavar a alma do povo nordestino, pelo que elas trazem de dignidade e de cidadania.

Ao povo nordestino, que nunca abandonou essa luta, que teve perseverança e esperança, nossas homenagens. E nossas homenagens, repito, a Lula e Dilma pelo quanto de determinação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço, Senadora Fátima.

Agora, vamos ouvir a palavra do Líder José Medeiros, representando o PSD, por cinco minutos.

Em seguida, como oradora inscrita, falará a Senadora Vanessa Grazziotin, por permuta com a Senadora Rose de Freitas. Depois, falará a Senadora Kátia Abreu, para uma comunicação de Liderança. A seguir, o Senador Romário, do PSB.



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores e todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, eu estou ouvindo a discussão sobre a transposição do Rio São Francisco e vejo que o Partido dos Trabalhadores gosta disso. Quando o Lula perdeu a eleição para o Collor, eles inventaram um tal de governo paralelo. Então, eles gostam desse tipo de coisa, de inaugurar pedaço de obra que não fizeram, dessa coisa... Ninguém tem dúvida de que foi o Lula que começou esse projeto do São Francisco. Agora, é óbvio que o Temer está fazendo a obra. Essa história dessa obra do São Francisco me parece aquela história do médico que tratava de um paciente há muitos anos. Certa feita, seu filho se formou e, em uma semana, curou aquele paciente. Aí, ele chegou todo orgulhoso para o pai e falou: "Papai, aquele paciente que o senhor passou a vida inteira para curar eu curei em uma semana". O pai respondeu: "Ah, meu filho, você vai ter que aprender muito. Foi aquele paciente lá que fez com que você se formasse, com que eu comprasse esta casa aqui..." Enfim, vamos em frente. Essa discussão de quem fez e quem não fez... Eu, por exemplo, não tenho dúvida de que quem brigou com o bispo lá foi o Lula. Não tenho dúvida nenhuma disso. Isso é irrelevante. O importante é que a água chegue e, mais ainda, que se ouça o que o Senador Otto vem falando há muito tempo. Mato Grosso também tem que cuidar dos seus rios. Não existe rio sem nascente. Então, é muito bom ouvir quem já tem as cãs, dessa cor, como o Senador Otto Alencar.

Senador Valadares, eu subi hoje aqui para fazer uma homenagem a algumas pessoas, porque, desde que cheguei ao Senado, em janeiro de 2015, tenho recebido e acolhido diversas manifestações da população deste imenso Brasil, principalmente de meus queridos amigos mato-grossenses. Nas minhas redes sociais, tenho conseguido interagir de maneira mais célere, já que o celular está sempre à mão para aqueles que escrevem para nós dando sugestões, pedindo explicações, conversando sobre a política e querendo saber dos rumos da economia. Enfim, são participações que considero muito importantes para o nosso mandato eletivo. Nesse sentido, peço aos que nos veem ou ouvem que continuem nos brindando com presença, seja no Facebook, seja no Instagram, seja no Twitter.

Sr. Presidente, mais especificamente, quero hoje destacar aqueles que nos escrevem através dos *e-mails*. Diariamente, recebo cerca de 2 mil mensagens no computador de gente que acredita no Brasil, pessoas que querem um amanhã mais belo e melhor para os nossos milhões de brasileiros. A esses brasileiros, todo o meu respeito e zelo de homem público, de Senador da República.

Falo de gente, Sr. Presidente, como o Sr. Leonel Silverio, de 75 anos, nascido em São Paulo e radicado em Várzea Grande, que nos mandou uma carta em que afirma que já passaram-se os prazos de fazer as reformas tributária, previdenciária, trabalhista e política. Concordo com ele, caros colegas Senadores, mas não vou entrar no mérito de seu texto. Só peço que os *Anais do Senado Federal* o faça constar deste meu pronunciamento. Também, Sr. Presidente, há gente como o cidadão Bruno Reis, que nos escreve pedindo o fim do Estatuto do Desarmamento, como Tina Carvalho, Adernar Gonçalves, Caio Miranda, Eduardo Boehr, Frederico do Carmo, que pedem o apoio para o fim da prerrogativa de função, o popular foro privilegiado. É bem verdade que fica difícil destacar todos aqueles que nos escrevem diariamente, mas querem que eles possam ter a certeza de que suas mensagens são acolhidas e de que são feitos os encaminhamentos que sejam possíveis.



Por fim, Sr. Presidente, saudações aos queridos amigos Leila de Oliveira Macedo, Mariano Pereira, Leandro Gomes, Ari Silva Xavier, Eric Camargo, Gisely Patrícia Nunes, Edson Vander Bitati...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ...que nos escreveram com palavras de ânimos e coragem. Também queremos saudar a todos os outros cidadãos que contribuem com este nosso mandato parlamentar.

Sr. Presidente, quero aproveitar também para agradecer todas as felicitações de aniversário, que fiz agora no último dia 19, e agradecer todos os presentes que recebi. Agradeço os dois vidros de pimenta malagueta da Senadora Kátia Abreu, que vou apreciar, sim, com certeza, Senadora. Adoro ironia fina e gente inteligente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JOSÉ MEDEIROS. (Vide item 2.1.2 do sumário)

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Carta do Sr. Leonel Silverio.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Nobre Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Valadares, as redes sociais têm muitas coisas boas, outras nem tanto, e, então, precisamos filtrar o que é bom.

Eu li hoje, a propósito do dia 21 de março, o Dia Internacional da Síndrome de Down, uma mensagem postada muito bonita, muito singela, uma frase só: "Nada é mais deficiente do que o preconceito, e nada é mais eficiente do que o amor". Eu diria também nada é mais eficiente do que a inclusão verdadeira. Então, eu queria agradecer a postagem "Ser diferente é normal", saudando também o dia especial da Síndrome de Down. Aqui temos o nosso Senador Romário que tem dado a essa causa uma atenção especialíssima por razões pessoais e por razões do compromisso social que tem.

Eu queria também fazer uma solicitação a V. Ex^a, atendendo a um pedido da Deputada Keiko Ota, que perdeu um filho, que foi sequestrado e assassinado brutalmente aos oito anos, para que entre na Ordem do Dia o PLC 31, de 2015, que institui o Dia Nacional do Perdão. A palavra já expressa de que se trata. Então, Senador Valadares, eu conto com o apoio de V. Ex^a.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Ex^a será atendida, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra a Senadora que já se encontra na tribuna, a Senadora Vanessa Grazziotin, por dez minutos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu



quero, antes de mais nada, agradecer à Senadora Rose de Freitas, que fez a permuta para que eu pudesse estar aqui falando neste momento.

Cumprimento também o Senador Romário pela belíssima atividade que realizou no dia de hoje no Senado Federal, neste dia dedicado aos portadores de Síndrome de Down. O Senador Romário, como disse a Senadora Ana Amélia, tem sido um grande lutador de tão importante causa no Brasil inteiro. No meu Estado, por exemplo, ele tem sido referência. Sempre que pode, está lá para fazer atividades. Então, parabéns pela militância, pelo belo trabalho desenvolvido, Senador Romário.

Sr. Presidente, venho à tribuna neste momento para, em poucas palavras – e queria eu ter a oportunidade de passar um tempo bem maior nesta tribuna –, falar do que foi a nossa ida, nesse último final de semana, no último domingo, à cidade de Monteiro, no Estado da Paraíba. Eu tive a alegria de compor uma comitiva de vários Parlamentares, Deputados Federais, Senadores, Vereadores, Deputados Estaduais de várias localidades do Brasil, que acompanharam o ex-Presidente Lula e a Presidenta Dilma naquele evento, que foi a inauguração popular da transposição do Rio São Francisco.

Sr. Presidente, eu acho que imagem fala muito mais do que palavras. Por isso, gostaria de sugerir aqui ao povo brasileiro que procurem ver as imagens de quem ocupa a Presidência da República hoje, Michel Temer, quando foi à cidade de Monteiro fazer a inauguração oficial, e olhem as imagens do que foi a ida do ex-Presidente Lula, da ex-Presidenta Dilma para fazer essa inauguração popular.

Tenho participado de muitas atividades, de muitas manifestações, de atos públicos com muita gente, Sr. Presidente, mas aquela atmosfera, aquele sentimento com que fomos envolvidos no último domingo é algo que eu não via há muito tempo, Senadora Kátia. As pessoas falavam conosco com lágrimas nos olhos, tratavam o ex-presidente Lula, sobretudo, com um carinho que poucas vezes vimos no Brasil, principalmente se levarmos em consideração o tanto que o Presidente Lula tem sofrido de perseguição nesses últimos tempos. Chegou a ser levado em condução coercitiva. Aliás, falarei novamente, daqui a instantes, sobre as tais conduções coercitivas, porque elas continuam. Hoje, inclusive, ocorreu mais uma. Sr. Presidente, foi algo maravilhoso! Eu não venho à tribuna para falar dos benefícios, Senador Humberto, da transposição para quem vive no Nordeste. Isso o Brasil sabe, os nordestinos sabem, e os senhores, que são de lá, sabem. A Senadora Fátima acabou de usar a tribuna e falou longamente sobre isso. Quero falar como uma Senadora do Amazonas, uma Senadora da Amazônia, que foi num domingo ao Nordeste acompanhar o ex-Presidente Lula, a ex-Presidenta Dilma, nessa atividade, pelo simbolismo da atividade, pelo que ela representa para muito além da transposição do Rio São Francisco.

Vejo aqui o Senador Jader, que é também da Região Norte, lá do Estado do Pará. Eu, vindo do Norte, sendo do Estado do Amazonas, posso falar com muita alegria – e falo de peito aberto e cheio – que ninguém fez mais pelo Norte do país, sobretudo pela Zona Franca de Manaus, do que o ex-Presidente Lula, pelos pescadores, por aqueles que vivem no interior.

O que era o Luz para Todos na Amazônia, senão um sonho irrealizável? E se tornou realizable. Eu me lembro, quando era Deputada Federal, no governo anterior ao do Presidente Lula, de que fizemos uma audiência pública e ouvimos do dirigente: "É muito caro fazer ligação de luz para as comunidades ribeirinhas, portanto não há dinheiro para fazer." E aí, tivemos o Luz para Todos; tivemos o Minha Casa, Minha Vida; a transposição do São Francisco.



Então, o que aconteceu nesse último domingo marcou não o Nordeste, não a Paraíba, mas marcou o Brasil inteiro. E eu, que venho lá da região das águas, do Estado das águas, da região que tem a maior reserva de água natural do Planeta, de águas superficiais, fiz questão de acompanhar os ex-Presidentes nesse evento popular maravilhoso, magnífico, que efetivamente foi.

Obviamente, precisamos dar continuidade a tudo isso que se iniciou, mas o que vemos é exatamente o contrário. Nós hoje, no Parlamento brasileiro, estamos às voltas para votar o quê? Reforma da previdência. Para votar o quê? Reformas trabalhistas. E não são essas as urgências nacionais; as urgências nacionais estão exatamente em atingir aqueles que deveriam estar pagando tributos, contribuindo para o desenvolvimento nacional, e não o fazem. Mas, não; decidiram que a prioridade é exigir 49 anos de trabalho ininterruptos, contribuição ininterrupta para homem ou mulher terem direito a uma aposentadoria.

Mas é por isto que eu tenho muita confiança na Nação brasileira, no povo brasileiro. O que assistimos ano passado, o que vivemos ano passado foi lamentável: a substituição de quem democraticamente foi eleito pelo povo. Mas o pior de tudo é que isso foi feito em nome de melhorias para o Brasil, e nós estamos vendo exatamente o contrário.

Mas, no domingo, percebemos, no olhar daquele nordestino e daquela nordestina mais humildes, que a esperança eles não conseguiram levar; a esperança eles não conseguiram tirar das pessoas. Eu tenho convicção de que, em breve, retomaremos o processo de desenvolvimento nacional, entretanto um desenvolvimento preocupado com a qualidade de vida das pessoas, com a distribuição da renda e com uma política que minimize as fortes diferenças regionais, que marcam ainda este País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados.

Ficam aqui os meus cumprimentos, o meu reconhecimento a Lula, a Dilma, a quem de fato não faltou coragem para tocar e decidir por realizar uma obra tão importante.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu, neste momento, quero relatar também outro fato muito importante que ocorreu no dia de hoje. Hoje pela manhã, às 6h, foi levado, de forma coercitiva – coercitiva! –, para prestar depoimento à Polícia Federal em São Paulo, um blogueiro chamado Eduardo Guimarães.

Eduardo Guimarães, com quem eu falei há pouco ao telefone, assim que ele foi liberado, que é o editor do Blog da Cidadania, foi conduzido por ordem do Sr. Juiz Sérgio Moro. Segundo os relatos – e ele próprio me falou –, a condução coercitiva referiu-se ao fato de que foi ele que, no mês de fevereiro de 2016, uma semana antes da condução coercitiva do Presidente Lula, divulgou, em seu blogue, o Blog da Cidadania, o que deveria acontecer. Foi divulgada naquela época, por ele, através do seu blogue, uma relação de aproximadamente 40 nomes de empresas e de pessoas que teriam quebras de sigilos e a própria condução coercitiva do Presidente Lula.

Vejam bem, o Juiz Sérgio Moro determinou a condução coercitiva do companheiro Eduardo Guimarães alegando que ele deveria prestar esclarecimentos no inquérito que investiga a violação de sigilo funcional. Ora, Presidente, como alguém que não ocupa cargo público, que não tem obrigação por função exercida, qualquer obrigação de sigilo, que é exigida apenas de policiais federais, procuradores da República e juízes, e não de jornalistas, pode ser levado coercitivamente, sem nunca sequer ter sido chamado para prestar depoimento, enquadrado numa lei em que não pode ser enquadrado?

(*Soa a campainha.*)



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É querer exigir de uma pessoa que preste depoimento e dê informações que ela não está obrigada a dar em hipótese nenhuma! A legislação a protege.

Postagem de denúncia feita em primeira mão, hoje, pelo Deputado Paulo Teixeira, fez com que o Juiz Sérgio Moro respondesse. A sua resposta foi ainda pior. Ele disse que determinou a condução coercitiva porque Eduardo Guimarães não é jornalista. Ora, Eduardo Guimarães é editor de um blogue, e a Constituição da República, hoje, não exige mais que seja jornalista. Aliás, na ADPF nº 130, o próprio Supremo Tribunal Federal já tem uma posição firmada em relação a isso. Ninguém pode exigir informações, quebras de sigilo de outro.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Essa foi uma decisão proferida pelo Ministro Celso de Mello e acatada por todos os membros do Supremo Tribunal Federal, que naquela ocasião disse que o sigilo da fonte é prerrogativa constitucional qualificada como garantia institucional da própria liberdade de expressão. Então, vejam: duas ilegalidades cometidas num mesmo dia e contra uma mesma pessoa. Isso coloca em risco sabem o quê, senhores? A liberdade de expressão!

Então, fazendo este pronunciamento, Sr. Presidente, quero aqui prestar a minha total e irrestrita solidariedade ao blogueiro Eduardo Guimarães, pela arbitrariedade que sofreu no dia de hoje. Como ele, qualquer um está sujeito a isso. Portanto, não podemos deixar, em momento nenhum, de sermos solidários com quem sofre qualquer tipo de arbitrariedade.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço à Senadora Vanessa.

Agora, vamos ouvir a palavra da Senadora Kátia Abreu, que fala pela Liderança do PMDB. V. Ex^a tem cinco minutos. Pela Liderança, são cinco minutos, mas V. Ex^a terá uma tolerância, sem dúvida. A Mesa é democrática.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, por essa concessão.

Eu agradeço pelo motivo por que venho aqui hoje. Todos os Senadores que aqui sobem trazem a esta tribuna grandes temas. Hoje eu venho falar sobre a carne bovina brasileira, a carne de frango e a carne de suínos, porque desde sexta-feira nós estamos assistindo, nos canais de comunicação, televisão, rádio, jornais, nas redes sociais, a uma verdadeira operação de destruição da pecuária de corte bovina, suína e de aves.

Desde sexta-feira, eu, particularmente, estou me sentindo totalmente derrotada, por tudo que nós fizemos, por tudo que nós construímos. Ainda recebi alguma ligação de alguém pensando que eu pudesse estar comemorando alguma coisa porque não sou mais a Ministra. Eu, sinceramente, estou derrotada desde sexta-feira, porque quando podem atacar um produto, uma cadeia, um segmento no Brasil, isso ataca qualquer um de nós.

A Polícia Federal, com um festival de horrores, com 1,1 mil agentes... Quero deixar aqui na Mesa um pedido do custo desses 1,1 mil agentes na rua, porque não estavam atrás de traficantes, não estavam atrás de assassinos. Eu não conheço nenhuma operação dessa envergadura atrás de fiscais federais e empresários.



Sr. Presidente, o pesadelo maior para todos nós – para mim, em particular, como liderança classista principalmente, quase trinta anos da minha vida presidindo a CNA, com a oportunidade de estar no Ministério por um ano e meio –, a minha dor, Sr. Presidente, é me lembrar de uma história maravilhosa que este Brasil construiu e agora nós olhamos no rosto das mães e pais de família, que têm uma dúvida hoje em suas cabeças com relação à qualidade da carne brasileira. Isso não tem nome, isso é um crime de lesa-pátria. Os primeiros animais importados comercialmente para este País vieram há quase 80 anos, em 1920, mas em 1818 nós já tínhamos aqui, iniciando ainda com muita precariedade, alguma coisa do rebanho bovino zebuíno, que tem origem na Índia, tudo às custas dos pecuaristas deste País. Quando eu falo pecuaristas, criadores de gado, isso não é sinônimo de riqueza, isso não é sinônimo de bravata, porque 80% dos pecuaristas deste País, segundo o IBGE, que está aí para todos consultarem, são pequenos pecuaristas, quer seja de leite, quer seja de corte, que produzem meia dúzia de bezerrinhos, dez por ano para vender para os pecuaristas que engordam em escala e que fazem o que fazem pelo País hoje.

É um pesadelo ver a imagem ferida de um filho pródigo, que é a pecuária brasileira, que nós construímos a várias mãos, a centenas de mãos de muitos que já se foram, que já morreram. Agora, nós nos deparamos com uma situação ridícula dessa.

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu queria ver qual é o país que não defende as suas causas com patriotismo. Não quero aqui só lembrar de alimentos. Como se comportou a Irlanda, como se comportou a Inglaterra diante da vaca louca, em tantos episódios que tiveram risco no mundo todo?

Cada um dos seus países se agarrou a suas causas, puniu os bandidos, pôs na cadeia, mas não entregou aos leões a sua própria sorte, a sua própria vida, o sangue e a energia da sua economia. Eu queria ver se os suíços, Senadora Ana Amélia, se houvesse um erro na sua produção, iriam detonar com a produção de relógio da Suíça. Eu queria ver os americanos destruírem a Ford ou a Chevrolet. Nós não temos relógio suíço; nós não temos Chevrolet; nós não temos a Volkswagen, da Alemanha, que todos nós sabemos o que aconteceu na 2^a Guerra Mundial; o que nós temos é comida, o que nós temos é alimento, que alimenta o povo brasileiro, que compra sua comida...

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... que trabalha e compra a sua comida.

Nós produzimos um dos alimentos mais baratos do mundo, porque, há 40 anos, o brasileiro comia 10kg de carne por ano, e hoje, graças a Deus, nós conseguimos dobrar o consumo *per capita* não só de carne bovina, mas de frango, que hoje é a carne mais consumida no Brasil.

Eu, aos meus 10 anos, aos meus 11 anos de idade, Senador Jader Barbalho, que era de uma família de classe média baixa, sonhava com o domingo para comer frango, porque, mal e mal, havia um franguinho, no domingo, no almoço nas casas do povo brasileiro. Cada um comia um pedacinho e já esperava pelo domingo que vinha. Hoje é a carne mais consumida no País. Hoje nós exportamos, sim. Alguns gostam de deturpar as nossas exportações, mas de toda a carne bovina produzida...

(Interrupção do som.)



(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... no solo brasileiro, 80% são consumidos por brasileiros, e nós só exportamos 20%. De toda a carne suína produzida no solo brasileiro, nós só exportamos 20%; de todas as aves, os nossos frangos, que eram de domingo antigamente, 70% são consumidos pelo povo brasileiro. Esses poucos 20% da carne bovina, da carne suína, e 30% da carne de aves nos fazem ser os gigantes exportadores, produtores de qualidade.

Quero dizer a vocês que, como Ministra da Agricultura, em que pese um ano e meio, consumi e conheci o meu Ministério como a palma da mão. Não fui Ministra de 8º andar. Eu fui Ministra desde o subsolo até o último andar, de todas as superintendências deste País, de todas as delegacias espalhadas, de uma multidão...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... um exército de 11 mil servidores. E 33 servidores não podem apagar essa memória e não podem manchar o Ministério da Agricultura. São 2.700 fiscais federais agropecuários. São 2.700, e uma corja pequena de 33 pessoas querem manchar o nome de uma das coisas mais preciosas em todo o País. Nós não vamos permitir!

A Polícia Federal tem toda a autonomia, tem toda a nossa admiração, sempre recebeu recurso próprio desta Casa, orçamento aprovado por nós. Se não a quiséssemos independente, não lhe daríamos orçamento, porque essa lei depende de nós Senadores e Deputados para ser aprovada. Nunca deixamos faltar dinheiro para a Polícia Federal, mas também não vamos deixar que um delegado e que meia dúzia de chefes da PF possam manchar o trabalho da Polícia Federal no Brasil, mas foram, sim...

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... e praticaram, Sr. Presidente, crime de lesa-pátria.

Como Ministra, percorri o mundo quase três vezes para abrir as portas para a carne do Brasil, que se encontravam fechadas, há três, quatro, cinco anos, por países lá fora, como a China. Nós, com a credibilidade da nossa sanidade e do nosso Ministério, conseguimos abrir tudo. E essa ação da Polícia Federal pode nos dar um atraso, Senadora Ana Amélia, de quase dez anos na nossa vida, na nossa história, por vaidade, por arrogância, por abuso de autoridade.

Por isso, estamos aqui e vamos aprovar, sim, a Lei de Abuso de Autoridade, doa a quem doer. Não é só para juiz, não! É para todos aqueles que afrontam, que se julgam estrelas acima do bem e do mal, prejudicando Estados por este Brasil afora que dependem, como o Pará, como o Tocantins...

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... exclusivamente da pecuária. Eles estão em situação de calamidade, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Todos estão sofrendo.

O preço do boi vai cair. Nós vamos perder as nossas exportações. Mas o mais grave, Brasil: nós vamos perder emprego em uma hora crítica, em uma hora terrível, quando temos tantos desempregados, pois grande parte desses frigoríficos são exportadores, produzem, processam,



abatem para exportação. Se não vão exportar, para que vão precisar dos trabalhadores? Vão todos para a rua. Essa também é uma culpa que vocês, esse pequeno grupo da Polícia Federal, vão carregar em suas consciências. Tentaram, com uma ação medíocre, infantil e baixa, destruir um dos setores mais importantes deste País e vão arcar com essas consequências.

Quero lembrar aqui a todos que, no Ministério da Agricultura...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu vou conceder a V. Ex^a mais dois minutos.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Quero aqui lembrar a todos e não quero fazer segredos. Não vim aqui atacar partido A ou B, muito ao contrário. Às superintendências, eu, como Ministra da Agricultura, do PMDB, do Senado, convidei os meus colegas Senadores para indicarem nos seus Estados, onde havia Senador do PMDB. Assim foi no Pará; assim foi no Tocantins; assim foi no Paraná. O Senador Requião abriu mão de indicar quem a sua Bancada queria indicar. E eu disse ao Senador Requião: se V. Ex^a não avalizar, eu não vou nomear. E ele, pressionado e já com o pote cheio de pressão, pediu que os Deputados fizessem o que quisessem. Mas esse cidadão que foi nomeado tinha processos administrativos no Ministério. E eu nunca vi, em todo o período em que lá estive, e nunca tive notícias de uma pressão tão forte para não tirar esse bandido de lá.

Eu tenho que ser sincera...

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... porque são dois Deputados do meu Partido, mas insistiram para que a lei não fosse cumprida ao ponto de eu ter que ligar para a Presidente Dilma e lhe dizer a minha decisão de demitir e que com as consequências políticas eu ia arcar. Ela imediatamente disse: "Demita já! Faça o que tem que ser feito." Mas foram dias de pressão no Ministério, buscando processo para defender esse marginal.

Eu quero aqui dizer, meus amigos, que não são todas as indicações políticas que são irresponsáveis. Eu tive grandes indicações políticas, enquanto lá estive, de Estados do Brasil, que procuraram o melhor, que procuraram técnico, que procuraram um perfil que tem espírito público. Mas infelizmente estamos assistindo que não foi isso que ocorreu lá no Estado de Goiás e, principalmente, no Estado do Paraná, o grande Estado do Paraná, que nos orgulha tanto.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Um último minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Para concluir V. Ex^a.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – O meu Estado do Tocantins, há 13 anos, está livre da febre aftosa, sem nenhum foco, sem nada, e vai ser um dos Estados mais prejudicados, porque a pecuária é o coração, é o cerne da economia do Tocantins, do nosso Senador Ataídes.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora.



A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Por favor, Senadora Ana Amélia, eu lhe concedo um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Regimentalmente, não há possibilidade de intervenção de V. Ex^a, mas, como se trata de um assunto internacional, não só nacional e do interesse do Brasil, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Valadares, eu ia ponderar exatamente pela sua sabedoria, pela sua competência política e por entender que esse é o assunto mais grave que estamos tratando, no Brasil, hoje, no momento. Temos outros graves, muito graves, mas esse é particularmente. Queria apenas e tão somente, Senadora Kátia Abreu, dar um testemunho do esforço que V. Ex^a fez quando foi Ministra da Agricultura e antes, como Senadora, para abrir mercados, indo a vários países, à China, ao Oriente Médio, à Europa, e buscando exatamente esse espaço. Eu pergunto: quem vai indenizar o pequeno pecuarista, porque o preço do animal já está caindo? Quem vai indenizar o criador de suíno do meu Estado, de Santa Catarina, do seu Estado, do Paraná? Quem vai indenizar o criador de aves, que fornece a agroindústria? Então, esse é o problema social gerado por uma crise. Em vez de centrar no problema da fraude e da corrupção entre agente público, do fiscal que não fez o dever de casa e se corrompeu por um prato de lentilha, foram cuidar de quê? Da qualidade da carne, que o próprio denunciante reconheceu: é de grande qualidade. E nós não conseguimos separar as duas coisas. Lamentavelmente esse é um...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... o País por esse gravíssimo prejuízo a uma cadeia produtiva que está lá no pequeno, passa pela indústria de transformação. Fala-se tanto que nós exportamos *commodities*, e isso é valor agregado, Senadora, é ração, é medicamento, é uma série de produtos, é embalagem de plástico, de papelão que não entra na carne, é para embalar carne. Então, Senadora, cumprimentos pela abordagem desse tema, que também foi motivo de ontem e hoje eu ter me ocupado, porque sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, que tem um rebanho de origem europeia muito grande e muito expressivo. Parabéns, Senadora.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Permite-me um aparte, Senadora Kátia?

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sim.

Só para complementar o que a Senadora Ana Amélia disse, integrados produtores da agricultura familiar são 210 mil famílias integradas na área de aves, 40 mil famílias integradas na área de suínos e mais 30 mil famílias produtoras de suínos independentes.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Nós estamos falando dos produtores formais, que estão agregados às empresas do País, que exportam para todo o mundo e também fornecem alimentos para os brasileiros.

Obrigada, Senadora Ana Amélia.



Senadora Gleisi Hoffmann.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senadora Kátia. Primeiro, quero parabenizar o pronunciamento de V. Ex^a e parabenizar V. Ex^a, que esteve à frente do Ministério da Agricultura com tamanha seriedade. Pude acompanhar muitos atos de V. Ex^a no sentido de moralização daquela pasta e de melhora das políticas públicas. O que nós estamos vivendo, neste País, realmente é estarrecedor. Nós estamos acabando com a nossa economia. Não bastasse já outro processo investigatório que acabou com a cadeia de petróleo e gás, que está levando ao sucateamento da indústria nacional por retirar o conteúdo nacional dessa cadeia, agora temos essa ação em relação à questão da carne. Eu não estou aqui eximindo ninguém de responsabilidade. Eu acho muito crítico, muito feio...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... muito ruim o que aconteceu, porque, além de impactar a economia, impacta a saúde pública, impacta a confiança dos consumidores, impacta aquilo que é mais essencial à vida, que é o cuidado com o que você ingere. E quem participou disso realmente não tem compromisso nenhum, a começar por esse Ministro da Justiça que está aí, que era o cara que estava colocando para ser o fiscal do Paraná esse que foi o condutor, o coordenador de todo esse problema, inclusive com a Bancada do Paraná. E isso começou numa investigação da alimentação das crianças nas escolas do Paraná, o que compromete também o Governo do Estado, que já não gosta de professor e que permite que as crianças comam, por exemplo, alimentos adulterados. Lamentável o que o Paraná está dando de exemplo para o Brasil nessa questão. Hoje, pela manhã, na CAE, nós aprovamos para trazer aqui, além do Ministro Blairo Maggi, que virá amanhã e vai ser uma sessão conjunta, a CAE e a CRA, também...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... o Ministro da Justiça, também o Diretor-Geral da Polícia Federal e o Ministro da Indústria e Comércio para falar sobre as exportações. Todos têm grande responsabilidade sobre isso. Sempre me coloquei aqui contra a espetacularização da Polícia Federal nos eventos em que ela faz esse tipo de ação, mas nós éramos vozes isoladas neste Congresso, porque enquanto estava só em cima do PT, enquanto estava em cima de uma determinada área econômica, estava tudo bem. Agora, estão vendo o monstro que criaram. Tem que, sim, colocar às claras, fazer a fiscalização, tem que fazer apuração, mas tudo tem limite. Então, eu acho que é bom o Congresso Nacional tomar tanto do que está acontecendo e termos uma resposta para a sociedade. E quero dizer a V. Ex^a que nós vamos estar de olho bem aberto nessas investigações para que as coisas venham a pratos limpos e para que todos os responsáveis possam...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Fora do microfone.) – ... pagar por aquilo que fizeram.

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.



Eu quero aqui dizer que, por várias vezes, eu insisti com esses dois Deputados para que indicassem outra pessoa, porque o Paraná tem quadros extraordinários, mas a insistência... Eu espero que essas pessoas, que esses Parlamentares estejam com a sua consciência bastante pesada, porque não foi por falta de argumentação.

Estava tudo muito claro. Tanto em Goiás, como no Paraná, as coisas estavam claríssimas. Não nessa aberração. Eu imaginava que eram coisas menores. Jamais poderia imaginar que estivesse nessa grandeza. Não imaginei nunca, mas graças a Deus cumpri com a minha obrigação, cumpri com o meu dever, não fiz bonito nenhum. Se fosse qualquer outro ministro no meu lugar, teria feito também, porque não poderia desobedecer a regra, a norma.

Eu quero aqui desejar ao Ministro Blairo Maggi toda a boa sorte nesse episódio. Quero me colocar humildemente à disposição.

(Interrupção do som.)

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Quero me colocar modestamente à sua disposição. Acho que ele está conduzindo bem os trabalhos.

Vamos todos nós fazer desse episódio um episódio brasileiro, de todos os brasileiros, independentemente de partido, independentemente de qualquer coisa, neste momento, vamos nos unir para mostrar para o mundo que nós temos brio, que nós temos competência, que nós sabemos o que estamos fazendo, que foram alguns milhões e milhões de reais investidos na pecuária brasileira. Vamos estar do lado do Brasil, do lado dos produtores rurais, do lado dos empresários, porque há um foco isolado, e do lado dos servidores do Ministério da Agricultura, porque a maioria deles é boa.

E vamos expurgar essa minoria, essa minoria que tentou destruir o País, que não pensou duas vezes além do seu próprio bolso, do seu próprio interesse em colocar em risco uma coisa tão preciosa para nós, brasileiros.

Muito obrigada pela paciência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Romário, do PSB do Rio de Janeiro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a todos que nos veem, todos que nos ouvem.

Sr. Presidente, minha fala hoje é sobre o fim do foro privilegiado, mas antes não poderia deixar de fazer um registro.

Hoje, como foi falado pela Ex^{ma} Senadora Vanessa Grazziotin e pela Senadora Ana Amélia, é o dia 21 de março, em que é comemorado, em todo o mundo, o Dia Internacional da Síndrome de Down. Por isso, fizemos um evento no auditório do Senado, cujo tema foi "Ir e vir com independência".

Nesse evento, estiveram várias pessoas, profissionais da área da cultura, do esporte, da família, do trabalho, que deram seu depoimento e falaram, mais uma vez, que essas pessoas realmente podem e têm condição de ser o que querem ser. Foi um evento muito positivo. Fico feliz. Agradeço as palavras das Senadoras, principalmente por lembrar uma data tão importante, relevante, do nosso calendário.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, neste mês de março, a Operação Lava Jato completou três anos de existência, tendo gerado 198 prisões e 1.317 anos de condenações somadas. É um feito e tanto, capaz de trazer novo ânimo a uma população que tem sede de justiça.



Além de ter se tornado um marco no combate à corrupção, a Lava Jato serviu para mostrar uma série de privilégios usados por quem quer escapar dos crimes. Um deles é o chamado foro privilegiado.

Sr. Presidente, a nossa Constituição cidadã começa a tratar dos direitos fundamentais afirmando que "Todos são iguais perante a lei". Esse é o princípio fundamental e é o que deve prevalecer.

Todas as exceções devem ser revistas sempre que forem distorcidas, sempre que forem usadas como artifício para burlar a Justiça. Infelizmente, é o que tem acontecido com o foro privilegiado.

Inauguramos no Brasil uma nova categoria de campanha política, a campanha da salvação. São políticos que fazem o possível e o impossível para ser eleitos e com isso escapar dos juízes de primeira instância.

Todo dia se ouve um burburinho nos corredores sobre a lista do Janot, que nomeou mais de 80 pessoas a serem investigadas na Lava Jato, por conta das delações da Odebrecht. Indiciamento não é condenação, e todos devem ter direito à defesa, é claro, mas são tantos os inquéritos a ser abertos no STF que a população fica em dúvida sobre se os casos realmente chegarão a ser julgados.

Segundo reportagem da *Folha de S.Paulo*, entre 2007 e 2016, houve 113 processos concluídos contra políticos no Supremo. Desses, apenas quatro casos resultaram em condenações.

Estamos falando aqui, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, de crimes comuns. Estamos falando de casos escancarados de corrupção e de roubo realmente.

Um terço das ações contra políticos no STF é extinto sem julgamento, porque prescreve depois de anos e anos de recursos sem fim, cujo único objetivo é atrasar o andamento até que tudo desapareça na poeira das prateleiras já abarrotadas de processos. Há caso em que, depois de anos de trabalho de ministros e assessores, o processo está pronto para ser julgado no STF. O Parlamentar em questão renuncia ou não se reelege, e tudo começa do zero, na primeira instância. Entre idas e vindas, o tempo corre e o processo prescreve.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, isso é uma grave distorção da democracia. Isso precisa acabar porque se tornou um instrumento de impunidade. Precisa acabar porque a sociedade brasileira não aguenta mais tanta indignação ao ver políticos colecionando processos no Supremo e andando por esses corredores com ar desocupado.

O assunto é antigo. Quatro anos atrás, um grupo de Senadores propôs a PEC nº 10/2013, que extingue o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns. Essa PEC está pronta para vir a plenário.

Em votação no site do Senado, 99,6% das pessoas se declararam a favor do fim do foro privilegiado. É uma mensagem clara, Sr. Presidente, e por isso eu declaro aqui o meu total apoio a esse projeto, pedindo a V. Ex^a e, é claro, ao Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira, que dê prioridade a essa PEC, a essa tramitação.

Ainda há tempo de fazer essa mudança antes da próxima eleição e impedir que a nossa democracia seja colocada a serviço de quem só pensa em escapar das grades, manipulando um povo já cansado de tanta mentira.

Da mesma forma, é preciso ficar atento às reformas da lei eleitoral que estão sendo propostas. Precisamos reduzir os custos das campanhas e apertar o cerco ao financiamento ilegal, mas isso não pode ser usado como justificativa para anistiar quem, definitivamente, desequilibrou a disputa usando dinheiro não declarado.



Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romário. Meus parabéns pela solenidade que V. Ex^a, hoje, realizou aqui no Senado Federal.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – No Petrônio Portela.

Eu gostaria de convidar agora o Senador Humberto Costa para falar como Líder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado e pelas redes sociais.

Sr. Presidente, quero iniciar também me associando ao protesto feito pela Senadora Vanessa Grazziotin quanto à decisão do Juiz Sérgio Moro, que decidiu que houvesse a condução coercitiva do jornalista Eduardo Guimarães, editor de um *blog*, pelo fato alegado de que ele teria vazado uma operação policial que aconteceria contra o Presidente Lula. Imaginem se todos aqueles que vazaram informações seletivas sobre operações fossem conduzidos coercitivamente.

Sr. Presidente, no último domingo tivemos oportunidade de participar da História, mas da História com "H" maiúsculo, a História verdadeira, sem farsa, protagonizada por quem pode fazê-la e mudá-la, que é o próprio povo.

Estivemos em Monteiro, na Paraíba, acompanhando o ex-Presidente Lula e a ex-Presidenta Dilma Rousseff. Fomos conferir a chegada da água àquela região, fruto da transposição do Rio São Francisco. A maior obra hídrica já realizada no País, resultado da sensibilidade e da vontade política dos governos do PT, começa agora a mudar a história, a história de toda uma região e de um povo que sofreu a vida toda com a seca e com o descaso dos governantes para com essa questão.

A festa que foi feita, de maneira espontânea e vibrante, por mais de 50 mil pessoas é a prova de que os nordestinos sabem quem está e quem não está do seu lado. Sim, porque a gratidão típica do sertanejo só não é maior do que sua sinceridade. Então, não tentem enganá-lo com mentiras, com falsos argumentos, com tentativas mesquinhos e solertos de chamar para si uma ação que não é sua. É isto que vem fazendo o Governo sem voto e sem legitimidade que usurpou o poder após um golpe parlamentar e apeou do cargo uma Presidenta legítima e eleita por 54 milhões de votos.

O Presidente sem voto esteve lá em Monteiro, dias atrás, com sua triste comitiva para tentar mudar a verdadeira história e assumir uma obra feita por outros. Levou Ministros, levou a imprensa, levou assessores, bajuladores, levou na bagagem discursos prontos e vazios para tentar convencer a todos de uma paternidade que não existe. Só não levou quem não podia levar: o povo. Foi uma visita protocolar, sem gente, sem graça, uma visita sem verdade.

Também não poderia ser diferente. Trata-se de um Governo que chegou ao poder sem o povo, um Governo que de povo não entende nada, pois não está nem aí para o povo, porque governa sem ele, porque não governa para...

(*Soa a campainha.*)



O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... ele. Pelo contrário, trata-se de um Governo que assumiu através de um golpe e tem cumprido à risca o papel que os seus patrocinadores lhe confiaram, o de rasgar os direitos conquistados pelo povo, pelo trabalhador brasileiro.

E lá tivemos a oportunidade, ao contrário, no domingo, de ver uma multidão de mais de 50 mil pessoas, gente de todas as áreas do Nordeste, de vários Municípios, pessoas que jamais acreditaram na possibilidade de ver as águas do Rio São Francisco chegarem até regiões tão secas e tão distantes. E era visível a alegria, a satisfação, a emoção daquele povo ao receber os dois Presidentes: um que deu início à obra, o Presidente Lula, e que...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... cumpriu boa parte da sua execução; a outra, a Presidenta Dilma, que, durante o período em que governou, em nenhum momento deixou que faltassem os recursos para a continuidade da obra e entregou essa obra depois de ser golpeada por essas forças que estão hoje no poder com mais de 86% da obra já realizada.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, foi um ato emocionante, um ato que demonstra, claramente, que o Brasil, que o Nordeste, que o povo brasileiro quer de volta os bons tempos que vivenciamos ao longo dos governos do PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Thieres Pinto.)

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Falou o Senador Humberto Costa pela Liderança do PT de Pernambuco.

Vou ler um requerimento da Mesa: Requerimento nº 149/2017, do Senador Hélio José, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar a Casa nas plenárias da Comissão Diretora do Parlamento Latino-Americano e Caribenho (Parlatino), nos dias 23 a 25 de março de 2017, na Cidade do México. E comunica, nos termos do art. 39, "e", do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 23 a 26 de março de 2017.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, do PSDB de Sergipe.

Senador, V. Ex^a está com a palavra. V. Ex^a tem cinco minutos. Dez minutos, desculpe, perdão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado e todos que nos acompanham pelas redes sociais, ocupo a tribuna neste momento para falar de um triste acontecimento, extremamente preocupante, no nosso Estado, o Estado de Sergipe. Refiro-me, Sr. Presidente, à situação do Instituto Médico Legal do nosso Estado.



Infelizmente, o Governo de Sergipe relegou o órgão à situação de verdadeiro caos, de verdadeiro abandono, Senadora Maria do Carmo. É de nos deixar indignados que o atual Governo desrespeite tanto os cidadãos vivos como aqueles que perderam as suas vidas, os mortos, além de fazer com que os servidores e funcionários do Instituto trabalhem de forma extremamente precária.

Recebi, nesta semana, Senadora Maria do Carmo, de trabalhadores do IML de Sergipe um relatório técnico de inspeção sanitária da Coordenação de Vigilância Sanitária da Prefeitura de Aracaju, que foi encaminhado para a 3^a Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Antes de apresentar trechos do relatório, venho salientar que o atual Governo e seus aliados estão no comando do Estado há mais de 10 anos, já possuem verba para construir e aparelhar um novo IML através do Proinveste, e o máximo que conseguiram fazer foi maquiar o atual prédio que fica na região urbana, Senadora Maria do Carmo, como a senhora bem sabe, com edificação antiga, insalubre e precárias instalações.

Eu não sei como, em um final de semana, aquele prédio recebe mais de 20 corpos – às vezes, mais de 30 corpos – em um período tão curto. Com certeza, são mortos que se amontoam naquele prédio.

O IML de Sergipe está sob a responsabilidade da Coordenaria Geral de Perícias da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e um único prédio atende à capital e aos demais 75 Municípios. Lá, é possível a realização de perícias médico-legais, atendendo vítimas de lesão corporal, assim como necropsia em cadáveres e partes de corpos.

Durante a inspeção da Vigilância Sanitária, não foi apresentada a certidão de responsabilidade técnica, emitida pelo Conselho Regional de Medicina de Sergipe, constatando o registro do estabelecimento no referido conselho. Não foram apresentadas as rotinas escritas ou os procedimentos operacionais padrão das atividades do órgão, como técnicas de biossegurança, higienização e desinfecção dos instrumentais, higienização dos ambientes, entre outros. Além disso, durante a inspeção, não foi encontrado registro de entrega de EPIs aos trabalhadores do IML – vejam só que absurdo! –, ou seja, os servidores não tinham nem máscara, nem respirador descartável, nem viseiras para o trabalho de necropsia. Os técnicos não encontraram dispensadores com preparação alcoólica para as mãos dos servidores. Pasmem, colegas! Na visita técnica, foi detectada a ausência até de espéculos para avaliação ginecológica.

O desrespeito com o servidor público estadual começa quando o governo coloca as pessoas para trabalharem em ambientes extremamente insalubres. É um desrespeito até com os mortos. Sabemos das dificuldades para o trabalho em um Instituto Médico Legal. São momentos difíceis, instantes de dor, de desespero, de catástrofes. E, justamente por isso, é necessário mais respeito com o trabalhador e o cidadão. É mais ainda necessário respeito com as famílias, sobretudo com aqueles que perdem, por algum motivo, um ente querido.

Além de tudo isso, o Governo não realizou controle de imunização dos trabalhadores que atuam em áreas críticas contra a hepatite, contra o tétano e contra outras doenças. Essa vacinação deve ser realizada previamente ao ingresso do profissional no serviço e sempre que se fizer necessário.

O prédio do IML não tem controle de pragas e limpeza da caixa d'água, não tem manutenção dos aparelhos de ar-condicionado. Os sanitários não têm nem dispensador de papel-toalha e de sabonete, nem barras de proteção para pessoas com necessidades especiais, nem suporte para



papel higiênico. As torneiras estão quebradas e com vazamentos. Os corredores do prédio apresentam infiltração e mofo no teto, além de lâmpadas queimadas. Tudo isso, tudo isso próximo a residências médicas e a hospitais.

Sr^as e Srs. Senadores, no IML de Sergipe, temos o absurdo de que a necropsia de corpos em putrefação ocorre, algumas vezes, fora da sala própria de necropsia, na área externa, simplesmente ao ar livre. Vejam a que ponto chegamos! Essa mesma sala de necropsia não tem lavatório exclusivo para higienização das mãos dos profissionais, com torneiras que dispensem o contato das mãos. De acordo com os servidores, os instrumentais são lavados apenas com água e sabonete líquido após a realização de cada procedimento, ou seja, a desinfecção não é feita de forma correta.

Outro ponto absurdo é que o Instituto Médico Legal possui quatro câmaras de refrigeração e 24 geladeiras, e essas não passam por processo de higienização periódico. Durante a inspeção, na mesma área que abriga as câmaras, foram encontrados acúmulo de materiais em desuso, cadáveres em decomposição nas macas e o rabecão estacionado.

Sr. Presidente, colegas Senadores, como já me referi, o prédio do IML de Sergipe fica numa área urbana, nas proximidades do centro da cidade, nas proximidades de residências e até de hospitais, próximo de diversas residências, mas observem claramente: durante a inspeção, servidores informaram que existe um poço para tratamento de efluentes provenientes das lavagens tanto dos veículos, como das mesas de necrópsia e do piso externo e que a água já tratada seria lançada na rede de esgoto na Rua Duque de Caxias, rua que passa ao lado do IML, mas os técnicos, durante a inspeção, não souberam informar se realmente a estação está em funcionamento. Não foi apresentado nenhum projeto ou documento que comprove a sua funcionalidade. Assim, Sr. Presidente, corremos o sério risco de que o esgoto do Instituto Médico Legal de Sergipe esteja sendo despejado *in natura* na rede de esgoto comum e esteja indo para os nossos rios, especialmente para o Rio Sergipe.

Percebiam o crime que está sendo cometido pelo Governo do Estado de Sergipe e o descaso com os servidores e com a população em geral. É inadmissível que os servidores continuem exercendo suas atividades num ambiente extremamente insalubre, o que acabei de descrever. Até parece roteiro de filme de terror. É isto mesmo: até parece roteiro de filme de terror o que nós estamos descrevendo aqui; mas é o que os servidores enfrentam todos os dias no seu local de trabalho lá no IML. Eles estão sob risco de contaminação permanente, mas são abnegados os homens e mulheres que trabalham no IML e que cumprem muito bem o seu dever.

Imaginem os usuários, pessoas que estão passando por um momento de dor, seja uma dor física ou emocional, seja a perda de um ente querido, e não encontram ali nem um acolhimento necessário, nem uma estrutura básica para tanto.

E o que é pior: dinheiro, recurso para construir e equipar um novo IML em uma nova área que não seja a urbana...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... existe, sim, há muitos anos. É fruto do empréstimo feito pelo Governo do Estado de Sergipe, mas sabe-se lá onde está esse dinheiro. Não é exagero dizer que este desgoverno que, infelizmente, nós sergipanos estamos tendo que suportar é certamente o pior de toda a nossa história, sendo incapaz sequer de construir e aparelhar um IML que já conta com verba garantida há mais de três anos, Senadora Maria do Carmo. Há mais de três anos, existe o recurso para construir o novo IML fora do perímetro urbano!



Sr. Presidente, colegas Senadores, não restam dúvidas, nenhuma dúvida, de que esta situação precisa mudar. Esperamos que um dia nosso Sergipe volte a ser um lugar propício tanto para o servidor público como para nossa população, porque, infelizmente, Sr. Presidente, o que nós estamos vivendo é o descaso total...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... especialmente por parte daquele que governa lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim, do PSDB, de Sergipe.

Agora, passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, do PSB, de Goiás. A senhora tem dez minutos, Senadora. V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, subo hoje à tribuna para fazer algumas considerações em relação à Medida Provisória nº 752, de 2016, cujo prazo de vigência foi prorrogado para 4 de maio de 2017.

A matéria trata da prorrogação e da relicitação dos contratos do Programa de Parcerias de Investimentos referentes ao transporte aéreo, rodoviário e ferroviário, tendo começado a produzir efeitos a partir de novembro de 2016. A medida provisória tenta solucionar problemas detectados com as primeiras experiências de concessões na infraestrutura federal.

Apesar de não ser membro da Comissão Mista da Medida Provisória 752, participei de duas audiências públicas realizadas pela comissão. Na primeira, em 9 de março, tivemos a oportunidade de ouvir os representantes das associações de transporte aeroviário e rodoviário. A outra audiência pública foi realizada com representantes do Governo, da ANTT, do Tribunal de Contas da União, da Procuradoria-Geral da República e da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários.

A partir dos pontos levantados pelos participantes dessas audiências públicas, entendo que a Medida Provisória 752 traz importantes alterações ao marco regulatório vigente, tais como: I - a extinção amigável dos contratos de concessão, para o caso em que as disposições contratadas não estejam sendo atendidas; II - a arbitragem para situações de eventuais indenizações a que o antigo concessionário tenha direito por investimentos feitos na concessão; III - a prorrogação das concessões, que pode ser provocada por qualquer das partes, a partir do prazo de 24 meses antes do término do contrato atual, com a contrapartida de novos investimentos; IV - alteração das regras para os contratos de concessão de aeroportos e ferrovias; e V - nos casos dos contratos de concessão de ferrovias, a definição do direito de passagem, situação em que o concessionário poderá ser obrigado a ceder espaço para que outras empresas transportem cargas pelos trilhos que administra.

A partir das considerações que ouvi nas duas audiências públicas de que participei, entendo que a medida provisória deveria contemplar outros elementos importantes para destravar os investimentos necessários para a melhoria da infraestrutura logística em nosso País.

A questão é particularmente cara a mim, porque, entre as concessões federais que podem deixar de operar por falta de financiamento e de licenças ambientais, estão a BR-040, a BR-050 e a BR-060, três das principais artérias do Estado de Goiás. Soma-se a essas três a BR-153, o caso mais problemático entre as rodovias federais concedidas, conforme reconhecido pela ANTT.



É preciso dizer que o problema das concessões rodoviárias não está restrito ao Centro-Oeste e afeta, na verdade, mais de 5 mil quilômetros de rodovias, pouco mais da metade de toda a malha federal administrada pela iniciativa privada. São R\$12 bilhões que correm o risco de deixar de ser investidos e 3.500 quilômetros que podem não ser duplicados.

Existe uma fragilidade muito grande na gestão dos contratos de concessão no que tange à fiscalização e à aplicação das cláusulas penais. É inadmissível o que tem ocorrido nesses contratos nas situações em que as concessionárias atrasam, reiteradas vezes, a execução de obras previstas no Programa de Exploração de Rodovia e o órgão fiscalizador não atua de forma efetiva para evitar a reincidência. Os processos de penalização são longos, demorados demais, a exemplo do que ocorre no contrato de concessão da BR-153, cujo processo de caducidade se arrasta há mais de dois anos.

Dessa forma, uma primeira sugestão que faço ao projeto de lei de conversão da medida provisória é estabelecer prazo para início e conclusão desse tipo de processo, possibilitando, também, a intervenção do Poder Público na concessão sempre que se iniciar o processo de caducidade.

Nessa situação, deve-se permitir que o DNIT, órgão responsável pelo Sistema Nacional de Viação, imediatamente assuma a rodovia pelo prazo necessário à conclusão do processo, que poderá confirmar ou não as razões motivadoras da eventual caducidade do contrato.

É imperioso ainda que se estabeleçam, para as concessões vigentes, regras claras e bem definidas para eventual repactuação dos contratos ou até mesmo da autorização para a mudança do controle societário das Sociedades de Propósito Específico, sempre que as condições inicialmente estabelecidas sofram variações consideráveis que tornem difícil a execução do Programa de Exploração de Rodovia nos moldes fixados na licitação, colocando em risco a manutenção do negócio. Essas medidas já são preconizadas na legislação de regência, que precisam ser mais bem estruturadas, a fim de evitar prejuízo ao interesse público.

Uma segunda contribuição que faço à medida provisória diz respeito à possibilidade de participação nas concessões federais de empresas de médio porte ou mesmo empresas locais. As experiências com as primeiras concessões demonstraram problemas claros, que precisam ser corrigidos.

Nesse sentido, proponho que seja introduzido na medida provisória um dispositivo que proteja o comércio e a indústria de uma localidade, nos moldes do art. 3º da Lei 8.666, que impõe, entre as finalidades perseguidas pela licitação, a busca do desenvolvimento nacional sustentável.

Em outras palavras, entendo que a Medida Provisória nº 752 deveria contemplar artigo que determine a participação das empresas locais na composição da Sociedade de Propósito Específico (SPE), que explorará a concessão, de modo a incentivar a economia local e dar maior solidez ao negócio. A proteção da empresa local tem exatamente essa finalidade: a promoção do mercado e economia local, com a geração de renda e emprego.

A terceira contribuição que faço ao projeto de lei de conversão é a possibilidade de disciplinar os recursos provenientes de outorga nos contratos de concessão a reinvestimento em infraestrutura nos modais de transporte rodoviário, ferroviário e aeroviário. Atualmente, os recursos arrecadados a título de outorga são destinados ao caixa único do Tesouro Nacional, não havendo qualquer vinculação de sua aplicação no próprio sistema viário.

(*Soa a campainha.*)



A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A quarta sugestão que faço diz respeito à eliminação dos gargalos referentes ao planejamento de longo prazo da infraestrutura, em especial a falta de bons projetos. Existe uma empresa já constituída com essa finalidade, a Empresa de Planejamento e Logística. Minha sugestão consiste em criar um fundo com recursos direcionados a esta empresa, de modo a incentivar o planejamento da infraestrutura logística no Brasil a longo prazo. A fonte dos valores a compor o fundo viria dos próprios contratos de concessão firmados pelo Estado Brasileiro.

No contexto de crise econômica aguda por que passamos, em que a capacidade de investimento em infraestrutura pelo Estado é reduzida, a Medida Provisória nº 752 deve constituir um instrumento para destravar as necessárias inversões em infraestrutura logística no Brasil.

(Soa a campainha.)

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sabemos da importância do setor de infraestrutura para a retomada do crescimento econômico do Brasil, e do quanto são necessários e urgentes novos investimentos nas concessões existentes para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Sr. Presidente, essa é a sugestão que faço à Medida Provisória nº 752. Vamos ter oportunidade de debatê-la aqui neste plenário, uma vez que já exaurimos os debates na Comissão Mista. Portanto, a minha sugestão é a contribuição que faço visando resolver um gravíssimo problema no meu Estado em relação à Rodovia 1.753, que está há praticamente dois anos sem manutenção, que vitima toda semana uma família. É importante uma solução imediata para esse problema.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Lúcia Vânia, o Sr. Thieres Pinto deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. Na sequência, a Senadora Gleisi Hoffman, como Líder do PT.

Tem V. Ex^a a palavra pelo tempo regimental de 20 minutos, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, Sr^{as}s e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, na sexta-feira passada, todos nós acompanhamos perplexos os desdobramentos da Operação Carne Fraca, realizada pela Polícia Federal, sobre esquema que liberava a comercialização de alimentos sem a devida fiscalização sanitária. A notícia logo se espalhou tanto no Brasil como no exterior.

As investigações da Polícia, que tomaram dois anos de trabalhos, foram baseadas em casos pontuais e em muita escuta telefônica, e incriminaram 21 produtores de um universo de 4.837, ligados tanto a fábricas quanto a frigoríficos. O número de empresas envolvidas é percentualmente equivalente a 0,5% dos estabelecimentos e alcança apenas 2% do universo de produção da mercadoria, demonstrando cabalmente que, se há uma prática ilícita, ela é francamente minoritária.

O trabalho da Polícia Federal é mais que necessário, é fundamental para o nosso País. Não questionamos a ação policial ou o seu direito de combater ilícitos. Infelizmente a realidade do



Brasil possui tinturas criminosas das quais não nos livramos até o presente momento. O crime é uma questão de toda e qualquer sociedade – em maior ou menor grau –, mas o que não precisamos é de distorções na publicação de informações originárias de inquéritos e que podem ser parciais ou mesmo equivocadas, sujeitas a retificações. Informações que dizem respeito a cifras baixas e que possuem em grau elevado o poder de atingir multidões não podem ser veiculadas de forma a criar celeuma entre as pessoas! Ouso dizer que isso chega a ser temerário!

Os produtos sob os quais recaem as suspeitas de adulteração são basicamente os industrializados, como a salsicha e a linguiça. Não há essa suspeita quando se trata da carne *in natura*, como bife, pernil, peito ou outras partes de frango. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento limita, por meio de documentos elaborados por técnicos do mais alto gabarito, o uso de miúdos nos embutidos. Esse limite, naturalmente, tem de ser respeitado. Fiscais do MAPA estão atentos à cadeia produtiva, zelando pela qualidade da carne que chega à mesa do brasileiro.

O Brasil possui cerca de 11 mil fiscais nessa atividade, mas apenas 33 deles foram implicados pela Operação Carne Fraca, da PF. O percentual de pessoas criminalmente implicadas é, como facilmente se deduz, uma cifra de 0,003%. É preciso que os implicados sejam devidamente julgados e, se provadas suas participações, condenados na conformidade da lei.

Ocorre que um dos efeitos colaterais dessa celeuma, Sr. Presidente, é preocupante. O Brasil, que deve ao agronegócio 7,2% das suas exportações, perde mais riqueza. Somos exportadores de cerca de 40% do frango consumido no mundo, exportamos 20% dos bovinos no globo e 9% dos suínos negociados no Planeta. Quando uma notícia dessa ganha grande repercussão, o maior prejudicado é o Brasil.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, o setor de que falamos é estratégico para a economia nacional. Com esses acontecimentos, o País acaba se destruindo por dentro, pelas forças do desencontro. E o desencontro é não produzir, não crescer, não gerar empregos.

Temos que concentrar forças para que o Brasil não entre em um círculo vicioso e dele não consiga mais sair. Daí minha fala no sentido de proteger o agronegócio brasileiro.

Como vimos, estamos diante de um caso isolado que não pode afetar toda a cadeia produtiva agropecuária. Temos instrumentos modernos de controle de qualidade, como o rastreamento da carne produzida. E nosso rebanho bovino, um dos maiores do mundo, com mais de 200 milhões de cabeças, é criado em condições privilegiadas. A produção da soja é, na sua maior parte, destinada à alimentação animal, o que gera riqueza e demonstra como toda a agropecuária é intimamente interdependente. É preciso confiar no produto brasileiro, é preciso confiar na fiscalização do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)!

É preciso saber que milhares de empregos são dependentes dessa indústria. É fundamental reconhecer, por fim, o quanto o Brasil precisa dessa indústria, e, acima de tudo, dar crédito aos nossos produtos. É preciso confiar que a justiça e as polícias ajam rapidamente para punir culpados, não para "espetacularizar" aquilo de que tratam em seus âmbitos de atuação.

Não é possível que países compradores acatem o noticiário sem o devido conhecimento dos moderníssimos marcos legislativos adotados pelo Brasil na matéria, e da fiscalização rigorosa exercida pelo Poder Executivo. Por isso, sou contrário a qualquer tipo de campanha negativa que exista contra o Estado brasileiro, o que afeta a economia interna e os cerca de 150 países que compram nossa carne.



Espero que esse assunto seja logo superado e, se necessário, que sua discussão se prolongue apenas no sentido de aperfeiçoar ainda mais a qualidade do nosso produto, com respeito ao consumidor e ao meio ambiente.

O Brasil é uma potência quando se trata da produção de carne, e o meu Estado de Rondônia também é grande produtor de carne saudável. Muito da economia do País depende dessa produção continuar operando normalmente. Se há erros, que os corrijamos com presteza e agilidade, como o Ministério da Agricultura já está fazendo, para que voltemos à tranquilidade de saber que temos um produto de alta qualidade. Vamos reconhecer que houve um problema pontual que está sendo superado inteiramente, para o bem do nosso País!

Sr. Presidente, quero aqui, nos últimos três minutos que me restam...

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador Valdir, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pois não, Senador Moka.

Depois eu gostaria dos três minutos para poder concluir. Muito obrigado.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador Valdir Raupp, quero, primeiro, parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que realmente essa questão da chamada operação Carne Fraca... Primeiro, quem cometeu qualquer tipo de adulteração ou se envolveu em algum tipo de corrupção, ou tem alguma coisa, deve ser punido mesmo, exemplarmente. Eu sou muito tranquilo ao afirmar isso, porque desde 2013 tenho um projeto de lei, tramitando aqui no Senado, que torna o crime de falsificação, de adulteração de produtos, de alimentos, um crime hediondo. Então, eu não estou defendendo absolutamente aquele que está cometendo qualquer tipo de irregularidade, mas também, a partir de fatos pontuais, pegar e transformar isso tudo numa cadeia, o contexto de todo um segmento, eu acho que é muito ruim. Lembro que o Brasil saiu do sexto lugar de exportador mundial para o primeiro. Nós sempre tivemos essa competição lá fora, às vezes até desleal. Então, quero dizer a V. Ex^a que me congratulo com aqueles que estão realmente punindo, investigando com seriedade, mas eu acho que a forma como foi divulgado isso trouxe um prejuízo muito grande, com reflexos que nós ainda vamos sentir na economia, principalmente de Estados como o de V. Ex^a, o meu Estado, e outros Estados em que a carne bovina é o principal material ou produto de exportação. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Mais uma vez, digo que é um absurdo a gente jogar fora um trabalho de oito, dez anos de conquista de mercado. Lembro que quem mais tem que ser protegido é o consumidor brasileiro, pois 80% de quem consome a carne brasileira é a população brasileira. Isso tem que ficar também registrado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Senado Moka. V. Ex^a é médico, mas um profundo conhecedor do agronegócio, da agropecuária brasileira, porque mora num Estado dos mais fortes nesse setor, que é o Estado do Mato Grosso do Sul. Obrigado! Peço a incorporação do seu aparte ao meu pronunciamento.

Se o Presidente me permitir, concedo um aparte à nobre Senadora Simone Tebet, também do Mato Grosso do Sul.

A Sr^a Simone Tebet (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Raupp. É apenas para parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento, atualidade e importância do tema e deixar claro que não se trata aqui de defender o indefensável, que são as possíveis fraudes na Vigilância Sanitária, envolvendo, inclusive, agentes públicos e possíveis agentes políticos com pagamento de propina para adulterar produtos e prazos de validade. Ninguém está discutindo o mérito dessa ação. Ela é



necessária, ainda que seja zero, 5%, 1% ou 2% do mercado. O que nós estamos questionando é a forma como foi feita, um estardalhaço midiático em que de repente se fez uma coletiva e nem a imprensa sabia o que ia ser dito, colocou em rede nacional ao vivo, expondo um dos setores mais importantes, o carro-chefe da nossa economia, a única coisa que ainda está dando certo na economia brasileira, ajudando a alavancar o PIB brasileiro, que é o agronegócio. Eu venho de um Estado, como o Senador Moka disse, que já passou por essa situação.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Simone Tebet (PMDB - MS) – Tive a oportunidade, na CAE, de dar o meu testemunho, quando Mato Grosso do Sul teve o problema localizado da febre aftosa, porque tem a fronteira com o Paraguai. Nós tínhamos problema ali, no Paraguai, de rebanho com aftosa. Nós levamos seis, sete, oito, às vezes se chegou, em alguns casos, a dez anos para conseguir novamente entrar no mercado europeu – nós, que éramos o maior exportador à época de carne bovina do Brasil. Uma ação como essa tem danos irreparáveis para a economia brasileira. E nós não estamos aqui minimizando os problemas de saúde pública, o crime contra a saúde pública que grandes empresas frigoríficas possam ter cometido. Se cometem, têm que ser punidos, têm que ser condenados. O que nós não podemos é condenar toda a cadeia produtiva, dizer que há mais de 1%, 1,5% de pessoas ou de estabelecimentos envolvidos. Não é verdade. Se fosse, o Japão não comprava o nosso frango, da mesma forma que a China, a União Europeia, os Estados Unidos e o próprio Chile. Eu finalizo, ao parabenizar novamente V. Ex^a, para lembrar que hoje, no meu Estado, não houve abate em muitos frigoríficos.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Simone Tebet (PMDB - MS) – Segundo, Hong Kong fechou o seu porto, que é o maior porto de entrada dos nossos mercados para o mundo asiático. E a União Europeia já disse que vai rever e vai levar para a OMC essa questão. "Ah, 80% da carne vermelha é consumida no Brasil." É verdade, mas os 20% que nós exportamos – fora que somos o maior produtor de frango – têm...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Simone Tebet (PMDB - MS) – ... um impacto na economia e na geração de emprego, porque nós não podemos esquecer que o setor sozinho é responsável pela geração de 6 milhões empregos diretos neste País.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu não tenho nenhuma dúvida, Senadora Simone, de que o prejuízo vai ser incalculável, poderá chegar à cifra de bilhões, o reflexo dessa situação toda que se abateu sobre o nosso País, com reflexos mundiais, internacionais. Obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

Pediria três minutos, porque vou tratar de um assunto muito importante. Eu gostaria de chamar a atenção das Sr^as e Srs. Senadores para o que eu vou falar aqui agora. Senador Jader Barbalho, eu gostaria que V. Ex^a pudesse ouvir o que vou falar aqui agora.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu havia prometido que não iria falar sobre este assunto, mas de uns dias para cá comecei a falar. Inclusive, lá no meu Estado, Senador Jader, dei entrevista, no sábado, ao meio-dia, durante uma hora e quinze minutos, para mais de 45 emissoras de rádio interligadas, porque o assunto era muito importante. Quase todas as emissoras de rádio



do meu Estado se interligaram, naquele horário, para ouvir a minha fala. E vou trazer pela primeira vez, em mais de dois anos, à tribuna do Senado Federal.

Eu fui motivo de muitas reportagens nacionais por causa de um inquérito, por causa de uma doação de campanha oficial de uma empresa de R\$500 mil para o Partido, e o Partido repassou à minha campanha R\$460 mil. E é só isso que restou no final do inquérito. O processo foi acolhido, mas ainda não foi julgado. Deverá demorar muito tempo para ser julgado, mas o nosso nome... É aquele velho ditado: a condenação acontece antes da hora. Da forma que está acontecendo hoje, no Brasil, nós já somos não linchados em praça pública, como diziam antigamente, mas linchados em palcos públicos, porque, durante todo esse tempo, por dezenas de vezes, cada vez que o inquérito se movimenta, em que há um pequeno movimento, a mídia nacional, as redes de televisão de todo o Brasil acabam noticiando.

E hoje, mais uma vez, eu fui surpreendido, Senador Jader Barbalho, porque, desde as 7 horas da manhã, as redes nacionais de televisão estão dando conta de uma operação em que o meu nome também está lá. Dizem que pessoas próximas estavam com busca e apreensão, com alguma coisa. E, desde as 7 horas da manhã até o presente momento, eu não sei do que se trata. Nenhum amigo meu foi abordado. Nenhum parente foi abordado. Nenhuma empresa que eu conheço foi abordada. Ninguém me telefonou até o presente momento para dizer: "Olha, houve uma busca e apreensão aqui..."

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... de documentos numa investigação relacionada ao Senador Valdir Raupp." Nem o meu advogado, que foi Presidente do STJ, foi Presidente do Superior Tribunal de Justiça, conseguiu até agora, o escritório do meu advogado, descobrir qual foi o alvo dessa operação a respeito da minha pessoa.

A imprensa tem me cobrado, desde cedo, para eu falar, mas falar o quê? Falar o que sobre o assunto? Eu peço que a imprensa me ajude, porque estão dizendo que o caso está sob segredo de justiça. Que segredo de justiça é esse que, desde às sete da manhã, a TV Globo, a *Folha de S.Paulo* e outros veículos estão noticiando e eu não consigo saber? Os meus advogados não conseguem saber, o meu assessor de imprensa, que está desde cedo tentando descobrir através dos jornalistas também que estão divulgando, não consegue saber qual foi o motivo de o meu nome estar lá, porque dizem que pessoas próximas a mim estavam sendo... E tinha havido a busca e apreensão.

Eu quero saber. Eu quero que a imprensa do meu País, que é muito rápida para divulgar, às vezes, quase de madrugada, as notícias... Mas não sabe também, nem ela sabe, até o presente momento, qual foi o alvo dessa investigação. Eu quero saber. Eu quero que a Justiça do meu País, em que eu ainda confio... Eu confio na Justiça do meu País. Eu quero que a Justiça e a imprensa me digam qual que é o alvo dessa investigação, porque eu não estou sabendo. Até o presente momento, são 4h, são 4h15min, eu não estou sabendo e ninguém próximo de mim está sabendo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Solicito a todos os Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, uma vez que, dentro de alguns instantes, iniciaremos a Ordem do Dia.

Eu havia anunciado, após a fala do Senador Valdir Raupp, a palavra da Senadora Gleisi, mas observo agora, Senadora, que, antes da sua inscrição, está inscrito o Senador Jader Barbalho, pela Liderança da Maioria.



Eu indago a V. Ex^a se opta em falar após a Ordem do Dia ou se quer fazer uso da palavra...

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. Sem revisão do orador.) – Presidente Cássio Cunha Lima, eu fiz a opção de falar após a Ordem do Dia, considerando que eu fui informado pela Mesa que antes eu teria apenas cinco minutos e, após a Ordem do Dia, eu teria vinte minutos. Como o tema que eu pretendo tratar é um tema que considero da maior relevância e no qual eu ficaria muito feliz se houvesse a participação das Senadoras e dos Senadores, por isso, abri mão para falar logo após a Ordem do Dia, pelo prazo mínimo de vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Encerrada a Ordem do Dia, V. Ex^a terá a palavra.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Helena Hoffmann.

Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as}s Senadoras.

Eu subo a esta tribuna para me reportar ao ato que nós tivemos, nesse final de semana, nesse domingo, junto ao Presidente Lula, na cidade de Monteiro, Estado de V. Ex^a, Senador Cássio Cunha Lima, a bela Paraíba. Aliás, fiquei muito honrada de visitar vossa Estado e quero dizer que gostei muito da Paraíba, do calor da população, do encanto que as pessoas têm. Fiquei muito feliz de estar lá, mas mais feliz ainda por presenciar um momento tão importante para a história brasileira, ver o povo, ver a gratidão, Senador Elmano, o reconhecimento, a alegria do povo em relação ao Presidente Lula. O povo sabia ali quem se lembrou dele e quem fez por ele.

Então, eram cerca de 50 mil pessoas. Lula, Dilma, o Governador Ricardo Coutinho, no meio do povo. Eu diria assim: embolados, misturados, suados, mas muito festejados, beijados, abraçados pela população – impressionante era o carinho. Eu não me perdoaria, se eu não tivesse ido lá, para ver esse momento. Eu estava também no meio do povo, vendo exatamente como as pessoas se manifestavam ali. Gente de todos os lugares, gente da Paraíba, mas gente também do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, pessoas que vieram espontaneamente para festejar Lula.

Eu nunca vi nenhuma figura pública como Lula. A interação que o Presidente Lula tem com a população é uma coisa química, sim, mas sobretudo é o resultado de um reconhecimento que o povo tem, da certeza que o povo tem de estar festejando um homem que fez por quem mais precisava, que olhou o invisível. Era isso que eu ouvia. As pessoas diziam assim: "Nós somos pobres, nunca ninguém olhou para nós. O Lula olhou." Ele deu voz a quem estava silenciado, deu vez a quem nunca teve, Senador Elmano. E era esse o relato que nós recebíamos daquela população, dizendo que, por muitos e muitos anos, a promessa de fazer a transposição do Rio São Francisco ficou no papel e, com o Lula, saiu do papel.

Eu imagino aqui, Senador Elmano, pela festa de que participei, o contraste que foi a visita do Michel Temer com a visita do Lula. Da visita do Michel não participei obviamente, mas vi as fotos. Ele, sozinho, na frente do canal ou, então, com o *establishment* que foi com ele, numa cerimônia fechada, numa cerimônia amorfa, sem vida, sem alegria, tentando lá dizer que tinha sido o responsável pela entrega daquela obra, como está agora correndo, nos meios de comunicação, a propaganda sem-vergonha do Governo, dizendo que foi ele o responsável por entregar a obra de transposição do São Francisco. Uma obra como aquela demora anos para ser feita. Demorou anos para sair do papel, imagine para ser feita. Para ser feita, foi mais rápido,



porque houve a decisão política de um homem que tinha compromisso com o povo pobre deste País e que sempre passou sede.

E o Temer foi lá, para ter um fato positivo do seu Governo ilegítimo. E foi incapaz de reconhecer que aquela obra tinha tido o esforço do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Disse ele que aquela obra era sem paternidade nem maternidade, visto que foi feita com o dinheiro do povo. Qual obra pública não é feita com dinheiro do povo? Qual governante não faz obra com dinheiro do povo? Agora todas as obras feitas têm algo fundamental da política, que são a determinação e a vontade de fazer. E a determinação e a vontade de fazer são inerentes à gestão pública, inerentes à gestão política.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
– Portanto, o Presidente Lula teve isto: teve a vontade de fazer.

Lula, como muitos brasileiros, veio de uma terra seca. Seca não apenas de água, árida em educação, em saúde, seca de empregos e de oportunidades. Uma terra que não dava nada para a legião de pobres que a habitavam, seca de vida, uma terra dura, na qual as árvores dos sonhos e das esperanças sucumbiam de fome e de sede.

Como estrangeiros em sua própria terra, essa legião de deserdados apenas sobrevivia como desse e como Deus quisesse, em meio à indiferença do Estado e das velhas e novas oligarquias. As vidas secas eram regadas somente por lágrimas, Senadores. Poucos superavam aquilo que Gandhi denominava de a pior forma de violência, que é a pobreza. Não a pobreza digna, que dá apenas o suficiente, mas a miséria que massacra a dimensão humana com toneladas de necessidades insatisfeitas...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
– ... a miséria que animaliza e mata, a miséria que desidrata os corações.

Lula foi um desses poucos. Superou seca, miséria, ditadura...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
– ... preconceitos e o ódio de classe. Devia ter morrido antes dos cinco anos, mas sobreviveu. Devia ter ficado quieto durante a ditadura militar, mas se converteu no principal líder contra a opressão e pela democracia. Não devia ter se candidatado, mas se candidatou quantas vezes foi necessário. Candidato, não devia ter sido eleito, mas foi. Eleito, tinha de ter fracassado, mas fez o melhor governo da história deste País.

E fez o melhor governo da história não porque vislumbrou estratégias complexas. Fez o melhor governo da história porque realizou algo simples: governou para todos, incluiu os pobres no orçamento, fez deles solução para os históricos problemas econômicos do Brasil. Claro como água, límpido e cristalino, tirou 32 milhões de brasileiras e brasileiros da miséria. Colocou 42 milhões de cidadãs e cidadãos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Gleisi, eu vou naturalmente conceder o tempo para V. Ex^a concluir o seu



pronunciamento. Eu já lhe concedi mais quatro minutos, além dos cinco regimentais previstos, mas não quero obviamente impedir a sua fala. Apenas encareço que, em dois minutos, possa concluir o seu pronunciamento, que representará mais do que o dobro do tempo regimental.

Dois minutos para a conclusão do seu pronunciamento.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Será rápido, mas acho importantíssimo ter esse registro aqui.

Gerou, junto com Dilma, 23 milhões de novos empregos com carteira assinada; pôs comida no prato dos famintos, com o Bolsa Família; levou luz a quem vivia na escuridão, com o Luz para Todos; levou educação a quem tinha sede de conhecimentos, com as cotas, o Prouni, a multiplicação das escolas técnicas e das universidades; junto com Dilma, levou a saúde aos doentes com o Mais Médicos e o fortalecimento do SUS; e também levou água para o Sertão com a transposição do Velho Chico, umas maiores obras da engenharia nacional, sonho concebido em meados do século XIX, mas que só saiu do papel por decisão de Lula e empenho pessoal dele e de Dilma. Não adianta outros falarem o contrário, o povo de lá reconhece isso. A grande revolução de Lula foi ter regado os corações e as mentes do povo com dignidade e esperança.

Em Monteiro, Paraíba...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– ... cidade em que o Velho Chico chegou pela primeira vez, Lula esteve presente como uma nova esperança. Esteve nas mãos calejadas dos agricultores que poderão plantar, no vinco dos rostos dos que lutam sem cansaço, no olhar confiante e corajoso das mães que querem um futuro melhor para seus filhos, o mesmo olhar da D. Marisa.

Em Monteiro, Paraíba, as águas de março fecham o verão árido e destrutivo do golpe. Águas de Lula. É promessa de vida em nossos corações.

E os outros? Os outros, políticos de antonte? Criticaram, desfizeram, contestaram, opuseram-se. E, depois de feita a obra, foram lá...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– ... querer aparecer.

Ah, o povo, mas o povo pode enganá-lo. Mas sempre será por pouco tempo. Foi o que vi em Monteiro, um povo consciente do que aconteceu, um povo com Lula. Apesar de toda campanha que se fez contra esse homem, esse povo sabe que quem fez por ele, quem fez por quem mais precisava foi Luís Inácio Lula da Silva.

Por isso festejado. Por isso, uma festa popular imensa, linda, festejando as águas de transposição do Velho Chico.

Viva a democracia brasileira! Viva o povo brasileiro que reconhece quem faz por ele!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço à Senadora Gleisi pela compreensão do meu papel de ordenar o andamento da sessão. Na condição de Presidente desta sessão, não posso sequer firmar o debate com V. Ex^a em relação ao tema.

Apenas para fazer o registro histórico de que estive na inauguração com o Presidente Michel Temer, com o Ministro Helder Barbalho, e eu fui um dos que, entre tantos outros, registrou, sim,



por justiça, a participação importante do Presidente Lula e da Presidente Dilma na realização da obra. Lembramos o Presidente Fernando Henrique quando os estudos se iniciaram, mas temos que reconhecer, claro, a importância do papel do Presidente Michel Temer, que concluiu a obra, até porque, somado o período de governo do mandato do Presidente Lula ao da Presidente Dilma, de mais de 13 anos, seria tempo suficiente para concluir a obra, cujo término estava previsto para 2012, ou seja, estamos falando em cinco anos de atraso. Então, o Lula tem méritos, a Dilma tem méritos, Michel Temer também tem méritos por estar concluindo aquilo que já deveria estar pronto desde 2012.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto, que já se encontra na tribuna, pelo tempo regimental.

Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Gostaria de, mais tarde, fazer um debate com V. Ex^a sobre o assunto, já que V. Ex^a se pronunciou da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Faremos, faremos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, hoje, dia 21 de março, como ocorre anualmente, comemora-se em todo o mundo o Dia Internacional da Síndrome de Down. Em diversos países, haverá intensas programações voltadas para essa comemoração, e o mesmo ocorrerá no Brasil. Especialmente, no meu Estado, o Maranhão, destaco a mesa redonda multidisciplinar pelo Dia Internacional da Síndrome de Down, organizada pela Liga Acadêmica de Linguagem da Universidade Ceuma, do curso de Fonoaudiologia.

A partir das 19 horas de hoje, no salão nobre da biblioteca daquela universidade, situada na capital, São Luís, serão abordados os seguintes assuntos: ser um profissional inclusivo, desafios na graduação, desafios da inclusão de crianças com Síndrome de Down na rede regular de ensino, influência da integração sensorial em pessoas com Síndrome de Down, intervenção fonoaudiológica nas diferentes etapas do desenvolvimento da criança com Síndrome de Down.

A discussão desse tema por instituições de prestígio, como a Universidade Ceuma, ajuda a superar estigmas e a promover a inclusão social de pessoas com Síndrome de Down, que hoje chegam a 300 mil brasileiros e brasileiras merecedores de toda a atenção por parte do Poder Público.

Por isso, parabenizo a Universidade Ceuma em nome do Reitor, Professor, Mestre Saulo Henrique de Brito Matos Martins, e ao meu querido amigo Mauro Fecury pela feliz iniciativa que é essa sensibilidade para que as causas humanitárias se multipliquem para as outras instituições educacionais.

Também quero destacar as ações empreendidas no Maranhão, tais como o atendimento de crianças com doenças neurológicas feito pelo Centro de Referência em Neurodesenvolvimento, Assistência e Reabilitação de Crianças (Ninar), inaugurado em abril de 2016, que já contabilizou mais de cinco mil atendimentos a pacientes da capital e do interior do Estado.

Aproveito a oportunidade para encaminhar meu discurso na íntegra, inclusive falando sobre minha querida cidade de Bacabal, e solicitar que seja publicado na íntegra no Diário do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.



Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA. (Vide item 2.1.2 do sumário)

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço ao Senador João Alberto.

Na sequência de oradores, o Senador Paulo Paim, que está sempre presente no plenário, e o vi há poucos instantes. Consulto se o Senador Paim se encontra aqui no Cafetinho, porque poderíamos chamá-lo para fazer uso da palavra, já que ele vai apresentar... O Senador Romero Jucá acaba de assinar, como eu também o faço, chegando ao número regimental para a CPI da Previdência Social. Se o Senador Paim não estiver, vou chamar o próximo orador inscrito, que é a Senadora Lídice da Mata.

A Senadora Lídice tem o tempo regimental de dez minutos, encarecendo mais uma vez a presença dos Srs. Senadores e das Sr^as Senadoras para que possamos dar início, em poucos instantes, à Ordem do Dia. O Presidente Eunício Oliveira já está se dirigindo ao plenário para o início da Ordem do Dia.

Senadora Lídice da Mata, tem V. Ex^a a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, antes mesmo de registrar o meu discurso oficial, Presidente, eu quero registrar aqui a minha solidariedade à cidade de Irecê, que ontem foi duramente atacada por uma quadrilha que invadiu o Banco do Brasil, assaltou o Banco do Brasil, e colocou a sociedade de Irecê em pânico durante muitas horas. Eu quero me solidarizar, em nome de toda a nossa Bancada, com o Prefeito Elmo, Prefeito do PSB, que solicitou a mim que entrasse em contato com o Presidente do Banco do Brasil, o que estou fazendo há alguns momentos, há algumas horas, para que nós pudéssemos amanhã ter uma audiência com o Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que as medidas para o retorno do funcionamento daquela agência do Banco do Brasil na cidade de Irecê se deem da forma mais imediata possível, já que aquela agência não cumpre um papel apenas na cidade de Irecê, mas o atendimento bancário a toda a região onde Irecê é uma das cidades mais importantes.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu quero registrar aqui, hoje, dia 21 de março, o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Este dia existe para marcar as reflexões e debates sobre o tema do racismo, e uma das atividades que está sendo realizada na Bahia, neste momento, é um painel intitulado "Nas lentes da exclusão: racismo e intolerância religiosa na mídia". Será às 16h, no Teatro Vila Velha, em Salvador.

Essa agenda integra as ações da Década Internacional Afrodescendente na Bahia e o calendário alusivo aos dez anos de criação da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) do Governo do Estado.

A atividade está sendo divulgada pelo nosso companheiro, Presidente do grande bloco Olodum, João Jorge, que foi precursor do trabalho de resistência do Olodum. O bloco saiu às ruas para marcar a presença do negro com sua história de luta. Não poderei e não posso estar presente ao debate, em função das minhas atividades legislativas, mas registro aqui, desta tribuna, a iniciativa dos baianos em luta e resistência contra o racismo, os quais, neste momento, debatem,



mobilizam-se e resistem a essa grande nódoa da vida política, da vida social do nosso País, que é o racismo.

Sempre é importante relembrar que esta data remonta ao 21 de março de 1960, quando 20 mil negros, na cidade de Joanesburgo, na África do Sul, protestavam contra a Lei do Passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular.

Quando manifestantes percorriam o bairro de Sharpeville, mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou sobre a multidão, matando 69 pessoas e ferindo outras 186. Em memória a essa tragédia, que ficou conhecida como Massacre de Sharpeville, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o 21 de março como Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Infelizmente, hoje temos também a discriminação racial, cada vez mais, extrapolando fronteiras, haja vista a crise migratória e os ataques, discriminações, embargos e violência contra milhares de refugiados por parte dos Estados Unidos e de alguns países europeus.

E o Brasil? Aqui, quero passar às suas mãos, Sr. Presidente Eunício, a publicação feita com os resultados do trabalho da CPI que investigou o assassinato de jovens no Brasil. Essa CPI foi presidida por mim e teve, na relatoria do Senador Lindbergh Farias, um relatório de grande capacidade, de grande qualidade e competência. A CPI verificou que, entre 2002 e 2012, houve um aumento de 32% no número de assassinatos de jovens negros no Brasil. Por ano, 31 mil jovens, entre 15 e 29 anos, são assassinados. E, desse total, 23 mil são negros. Ou seja, 63 mortos por dia. Um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos.

A taxa de homicídios entre jovens negros é quase quatro vezes maior do que aquela verificada entre os jovens brancos, o que reforça a tese de que está em curso um genocídio da população negra e demonstra o racismo institucionalizado em nossa sociedade. E esse foi apenas um dos números constatados no trabalho que a CPI do Assassinato de Jovens desenvolveu nesta Casa.

Várias vezes já me manifestei, nesta tribuna, sobre o extermínio dos nossos jovens negros e, neste Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, não poderia deixar de repetir esses dados estarrecedores, além, Sr. Presidente, de lembrar que a CCJ tem hoje, na sua pauta, três projetos de lei que foram aprovados pela CPI e que estão lá, na CCJ, para receberem o debate e a aprovação das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores que compõem aquela digna Comissão do nosso Senado. Se aprovados, poderemos ter esses projetos, que contribuem com a luta pela eliminação do racismo no Brasil, direcionados para a Câmara e, depois, de volta, para serem aprovados finalmente por este Senado, definitivamente.

Também sofrem violência as religiões de matriz africanas, parte da diversidade religiosa do Brasil e que têm como referência a cultura trazida pelos africanos, durante mais de 300 anos de escravidão.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos contabilizou, até o ano passado, um registro de mais de 500 casos de intolerância religiosa em toda a sua história, muito embora esse número não condiga com o cenário atual, principalmente porque muitos dos casos que deveriam ser registrados como intolerância religiosa são catalogados como briga de vizinho, injúria ou calúnia.

Lutar pela eliminação da discriminação racial é lutar para preservar a cultura desse povo que construiu – e segue construindo – a história do meu Estado e do nosso País. É também preservar nossa musicalidade, nossa culinária e nossa forma de viver nesses tempos difíceis.



Finalizando, Sr. Presidente, cito o art. 1º, da Declaração das Nações Unidas, sobre a eliminação de todas as formas de discriminação social, bem lembrado na data de hoje pelo Coletivo Geledés, que diz o seguinte:

Discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional, com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública.

(Soa a campainha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pelo fim do racismo e de todas as formas de discriminação, violência e preconceito. Todos na #BuscaPorIgualdade!.

Esse é o nosso pronunciamento nesta data, Sr. Presidente, ao tempo que reitero a V. Ex^a o pleito nosso de que V. Ex^a instale, no Senado Federal, o Observatório da Violência Racial, para que nós possamos, com o Observatório da Mulher contra a Violência, dar às mulheres e ao povo brasileiro o conhecimento detalhado da violência contra a mulher, da violência contra o negro em nosso País, e possamos, como Parlamento, dar uma contribuição substancial para a superação dessa triste realidade.

Pelo fim do racismo!

(Soa a campainha.)

(Durante o discurso da Sr^a Lídice da Mata, o Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ORDEM DO DIA

Item 1 da pauta: Proposta de Emenda à Constituição nº 111

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem para comunicar a V. Ex^a que, nos termos do Regimento Interno e com os precedentes já existentes aqui na Casa, nós estamos requerendo calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, que tem como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias. Essa proposta de emenda constitucional extingue o foro especial por prerrogativa de função em caso de crimes comuns, e sugerimos aqui o dispositivo regimental que indica a necessidade de a matéria constar na Ordem do Dia.

Encaminho à Mesa esse requerimento, que conta com a assinatura ... Conforme precedentes já existentes aqui na Casa, seria necessária a assinatura dos Líderes ou da maioria absoluta dos Senadores, Sr. Presidente, e nós viabilizamos para esse requerimento a assinatura de 47 Sr^as e Srs.



Senadores. No meu entender, parece um número superior ao mínimo exigido para que esse tema possa ser levado à pauta para votação.

Então, Sr. Presidente, de acordo com os precedentes regimentais que já tivemos de calendário especial, de acordo com os precedentes que já tivemos de apreciação de matéria em calendário especial – que já ocorreu com uma série de outras propostas de emendas constitucional –, e tendo essa matéria, esse calendário especial, sido subscrita por 47 Senadores, requeiro de V. Ex^a que a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, aprovada em dezembro pela Comissão de Constituição e Justiça daqui do Senado, entre na Ordem do Dia na data de conveniência da Presidência, na data em que a Presidência achar melhor, para que seja votada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pede a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que eu sou favorável à discussão do fim do foro. Eu quero assinar o requerimento de urgência dessa matéria. Agora, quero discutir essa matéria, a fim de que nós possamos emendá-la, para haver praticidade operacional.

Portanto, eu sou signatário, a partir de agora, da urgência também da discussão do fim do foro, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Está desligado o microfone de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... eu sou um dos signatários do pedido de urgência do fim do foro, mas eu solicitaria ou requereria à Mesa que o fim do foro fosse votado junto com o abuso de autoridade.

É claro que todos são iguais perante a lei, mas nós não podemos expor uma parte da sociedade a um predomínio absoluto, à margem da lei, com uma licença completa para interpretar a lei ao alvitre do juiz ou da iniciativa do promotor.

Fim do foro, sim, mas o abuso de autoridade votado paralelamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, pede a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sou uma das signatárias do requerimento apresentado pelo Senador Randolfe. Entretanto, debatendo com mais profundidade a matéria, Sr. Presidente, nós entendemos que é preciso ter um tempo suficiente, para que a matéria possa ser analisada e, inclusive, debatida com outros segmentos.



Então, o que conversamos com o Senador Randolfe e com os demais Líderes era sobre a possibilidade de transformar o requerimento que V. Ex^a tem à mesa em requerimento de urgência, e não em calendário especial, entendendo assim que a matéria cumpriria todos os trâmites e que nós poderíamos fazer as mudanças, caso apareçam e sejam necessárias. Então, seria a transformação do requerimento de calendário especial em requerimento de urgência, inclusive com um acordo – com o estabelecimento do Plenário e de todas as Sr^as e Srs. Senadores – de que, recebendo emendas, estas possam ser analisadas em período que não fosse muito longo, por parte da própria Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

Seria importante até que o Senador Randolfe pudesse confirmar a transformação em regime de urgência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Cássio Cunha Lima. Na sequência, falará V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, nós estamos diante de uma situação que precisa ser bem esclarecida, até porque há um acompanhamento muito atento de uma parcela significativa da opinião pública sobre o tema do foro privilegiado, da prerrogativa de foro especial, assim como também de redes sociais e da imprensa, e não podemos cometer o equívoco de passar uma ideia de fazer aquilo que não está previsto no nosso Regimento, para o bem ou para o mal.

Eu quero dizer, desde já, que, em 1995, o meu pai, o Senador da República Ronaldo Cunha Lima, apresentou uma proposta de emenda à Constituição acabando com o foro privilegiado. Em 1995. Já em 2012, logo que cheguei ao Senado, também fui autor de uma proposta de igual teor. E agora temos a tramitação da proposta do Senador Alvaro Dias, que substituiu a que eu havia apresentado em 2012.

Ocorre que o que foi solicitado agora pela Senadora Vanessa, que poderia ser uma solução cabível, não tem previsão regimental, e, com certa razão, o regimentalista não permitiu regime especial para emenda à Constituição. A emenda à Constituição exige, sim, um debate mais profundo, um debate mais sereno, mais calmo. Não podemos fazê-lo de afogadilho. Da mesma forma, a proposta de calendário especial, que também não tem previsão regimental, carece do apoio unânime dos Líderes. Não basta tão somente a maioria dos Senadores para sua tramitação. É preciso que nós possamos ter a concordância de todos os Líderes, e me parece que não é o caso até o presente momento.

Mas a intenção de V. Ex – eu estive presente na reunião dos Líderes hoje pela manhã – é a de discutir a matéria e de colocá-la em votação. O que nós precisamos – e aí peço a atenção ao Senador Randolfe Rodrigues – é encontrar uma saída para que possamos discutir o tema, até porque não é um tema que diga respeito apenas ao Parlamento, muito menos ao Senado; diz respeito a outros Poderes. A proposta põe fim ao foro por prerrogativa de função do Poder Judiciário, do Poder Executivo, dos próprios membros do Ministério Público. Acredito que, talvez, a realização de uma sessão temática convidando esses outros atores que são importantes nesse debate fosse um primeiro passo para que a matéria tramite de forma efetiva.



Quero relembrar que sou autor de uma proposta de igual teor, em 2012. E ainda tenho o respaldo da iniciativa parlamentar do meu próprio pai, em 1995. Então, que não seja interpretado, nesse ambiente de muito calor que existe no Brasil, como qualquer tentativa de procrastinar a votação. Nós não podemos procrastinar essa votação de forma nenhuma, mas também não podemos votá-la no afogadilho, sem que um debate, uma participação efetiva aconteça, principalmente com os membros do Poder Judiciário, com os membros do Poder Executivo e do Ministério Público, que também serão atores ativos dessa discussão.

Então, acredito eu, Sr. Presidente, que, para resolver o impasse regimental que está estabelecido, uma vez que não há previsão regimental para requerimento de urgência em proposta de emenda à Constituição... Por outro lado, o calendário especial só se estabelece com a concordância de todos os Líderes, que não é o caso até aqui. Que possamos montar um calendário, que aí seria também especial, iniciando-se por uma sessão temática em que, na mesa, possa estar S. Ex^a a Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármem Lúcia; representantes do Poder Executivo, o DD. Sr. Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para que, nesse ambiente de uma sessão temática, se dê o primeiro passo e, a partir daí, se estabeleça um calendário com data prevista, marcada, para a votação da matéria.

É essa a sugestão que trago à apreciação superior de V. Ex^a, Sr. Presidente, e para a análise dos meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pede a palavra o Senador Randolfe, depois o Senador Reguffe e depois o Senador Renan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero exequível a proposta do Senador Cássio Cunha Lima. Creio que o importante é nós inaugurarmos, aqui no plenário, o debate desse tema.

Acho de ótimo tom nós marcarmos a sessão temática convidando as autoridades, inclusive listadas aqui e outras mais que sejam necessárias. O importante é termos um calendário de votação do tema. É por isso a argumentação, é por isso a sugestão, a proposta, de acordo com os precedentes que já temos, de calendário especial.

Obviamente que, nesse calendário especial, nós teríamos: 1) a proposta do Senador Cássio de uma sessão temática de debates; 2) a realização das sessões necessárias à apreciação de eventuais emendas que houvesse... Obviamente, na data mais adequada, na conveniência da Mesa Diretora desta Casa e de V. Ex^a, Presidente, nós marcaríamos já a apreciação do tema.

Considero que o encaminhamento do Senador Cássio resolve a questão aqui arguida, convalida o requerimento na espécie regimental que achar mais adequada, ou na espécie presente no art. 171 de regime de urgência, ou utilizando-se os precedentes que já ocorreram em várias outras propostas de emenda à Constituição. Eu citaria a Proposta de Emenda à Constituição 854, 865; perdão, a Proposta de Emenda à Constituição 62, a Proposta de Emenda à Constituição 111, a Proposta de Emenda à Constituição 57, para citar algumas propostas de emenda à Constituição. Utilizaríamos do mesmo precedente que essas propostas abriram, de calendário especial para votação, seguindo o calendário que o Senador Cássio muito bem propôs: sessão temática, as sessões de discussão e uma data apontada, sugerida, para que esta Casa possa se debruçar e apreciar o tema do foro por prerrogativa de função.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Reguffe, tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.



O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a para que fosse colocada em votação a PEC que acaba com o foro privilegiado, a PEC que acaba com o foro por prerrogativa de função. Para Parlamentares, por exemplo, países, como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Inglaterra não possuem foro por prerrogativa de função. O foro privilegiado, como ele existe no Brasil, ele só serve hoje, ele é tão somente fermento e instrumento para a impunidade que a gente tem neste País.

Então, eu quero me somar aqui ao Senador Randolfe e pedir que seja colocada em votação neste plenário a proposta de emenda à Constituição de autoria do Senador Alvaro Dias, para que nós possamos deliberar sobre esse tema, que é um tema tão importante para a população brasileira e que desperta tanto a atenção da população do nosso País, a quem o Senado Federal aqui representa. Todos nós estamos aqui legitimamente constituídos pela população, todos aqui fomos eleitos.

Então, é isso que eu peço a V. Ex^a, me somo, aqui, ao Senador Randolfe Rodrigues, para que seja colocada em votação a proposta que acaba com o foro por prerrogativa de função no País.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pede a palavra, pela ordem, o Senador Renan Calheiros. Na sequência, o Senador Capiberibe.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu tive a honra de participar da reunião de Líderes com V. Ex^a, quando essa questão foi tratada e encaminhada. Sr. Presidente, eu queria revelar a V. Ex^a e aos Senadores que eu sempre defendi o fim do foro especial por prerrogativa de função. Mais do que isso, Sr. Presidente, nós tentamos votá-lo nas manifestações de 2013, com a população aí na rua, nós tentamos votar o fim do foro especial por prerrogativa de função. Na época, e me permitam lembrar, todos disseram que acabar com o foro especial era ser contra a investigação; esses jornais que hoje fazem editoriais já fizeram em 2013 contra o fim do foro especial por prerrogativa de função.

O Brasil está emburrécendo, Sr. Presidente. O domínio das corporações para além da nossa Constituição já não tem limite. E os argumentos são os mesmos. Aqui, quando nós ficamos contra o supersalário com dinheiro público, disseram: "Isso aí é contra a Lava Jato." Quando nós exigimos a votação do abuso de autoridade, que é um tema conexo com esse do fim do foro especial, disseram: "Isso aí é contra a Lava Jato." Outro dia, V. Ex^a defendeu aqui a atualização da Lei de Execução Penal. Disseram: "Isso aí é contra a Lava Jato." Até a lista, Sr. Presidente, até a lista para candidatos, que é uma matéria polêmica, serviu de argumentos para editoriais de jornais de que também a lista era contra a Lava Jato.

Este País está emburrécendo. O que nós assistimos neste último final de semana com essa Operação Carne Fraca explicita, Senador Cássio Cunha Lima, o fato de nós não termos limite nenhum para nada. Como em função de desvio de função, em função de corrupção de servidor público, você mobiliza neste País, num momento de dificuldade, mil policiais da Polícia Federal? E olha que, nesta Casa, nós resistimos na defesa da Constituição e da democracia. Nós temos que colocar de volta essa resistência, porque esse pessoal, mais do que nunca, está demonstrando que ele vai forçando a barra, forçando a barra, forçando a barra, e não há mais limite constitucional.

O Supremo Tribunal – e eu queria, mais uma vez, ressaltar o papel do Supremo Tribunal – tem que fazer a sua parte. Como é que pode, Sr. Presidente, o Ministério Público chegar ao cúmulo de fazer vazamentos e dizer que esse vazamento que se fez e que expôs pessoas ao



noticiário é um vazamento em *off*? Isso é uma confissão de abuso de autoridade, e o País tem fechado os olhos para isso.

Nós não podemos concordar com isso. Concordar com isso é desfazer o juramento de que nós iríamos proteger, defender e nos guiar pela Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pede a palavra, pela ordem, o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, eu considero esse tema da maior importância, porque nos iguala a todos. Ele nos coloca todos iguais perante a Justiça. Eu poderia testemunhar aqui, Sr. Presidente, que isso não coloca em risco os nossos mandatos. De maneira nenhuma.

Eu vivi uma experiência talvez única: fiquei seis anos sem mandato. Meus adversários aproveitaram para tentar me eliminar definitivamente da vida pública. Entraram com mais de 200 ações judiciais, todas elas julgadas em primeira instância; e eu ganhei todas. Portanto, a minha convicção de que o fim do foro privilegiado melhora o desempenho da Justiça e nos coloca a todos no mesmo pé de igualdade é muito grande. Eu estou convencido disso.

Sr. Presidente, hoje, na reunião do Colégio de Líderes, que V. Ex^a conduziu, ficou definido que haveria a tramitação normal do requerimento de urgência para a PEC nº 10, de 2013, a PEC do fim do foro privilegiado, e, ao mesmo tempo, que se fariam as sessões temáticas.

Eu queria sugerir a V. Ex^a que nós fizéssemos a primeira sessão temática já na semana que vem. Que escolhêssemos uma data, na semana que vem, para que nós possamos trazer aqui representantes também de outras instituições públicas que perderão o direito ao foro, como é o caso do Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e dos Governadores, porque a proposta do Senador Alvaro Dias elimina o foro para todas as autoridades. E eu acho que é justo que se faça isso.

Isso não é uma coisa inusitada. Isso existe em vários países; existe nos países europeus – eu conheço. Na França, por exemplo, não há o foro privilegiado; o Presidente da República responde na primeira instância. E não há nenhum inconveniente neste aspecto de também trazermos para nós aquilo que é considerado justo e que coloca todos no mesmo pé de igualdade.

Portanto, eu sugiro a V. Ex^a que, na semana que vem, façamos a primeira sessão temática, ouvindo os diversos setores que serão diretamente atingidos pelo fim do foro privilegiado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Jorge Viana e, na sequência, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tive o privilégio de participar da reunião que V. Ex^a presidiu hoje do colegiado de Líderes. Vi bem a posição de V. Ex^a, Senador Eunício, dizendo que, tendo em vista as assinaturas que nós juntamos pedindo urgência para a apreciação dessa matéria, ela deveria ser trazida para o debate no plenário.

Eu me refiro à matéria que hoje tem um apelo muito grande na sociedade. Eu mesmo recebi muitos pedidos e recados nas redes sociais de que se aprecie o fim do foro privilegiado para as autoridades. Obviamente, o projeto original previa exclusivamente o fim do foro privilegiado de Parlamentares. Agora, há uma proposta nova que amplia o fim do foro privilegiado – é bom que se explique isso – para o conjunto das autoridades dos demais Poderes. Sendo dessa maneira – é bom que fique claro –, membros do Ministério Público, juízes, autoridades do Executivo, não



importa em que esfera do Executivo, se é municipal, se é estadual, se é federal, e, obviamente, todos que ocupam o Parlamento perderiam o foro privilegiado. Nós temos aí uma mudança importante.

Há um apelo da sociedade, como os colegas apresentaram. Eu participei também, como o colega Cássio Cunha Lima, e vi o esforço de V. Ex^a no sentido de acordarmos aqui, atendendo ao clamor hoje da sociedade, mas fazendo da maneira que o Senado pode fazer e deve fazer, com a realização inclusive de alguns debates, ouvindo Ministros do Judiciário, ouvindo autoridades da República, não para atrasar a apreciação dessa matéria, mas para poder fazer uma proposta de emenda à Constituição o Brasil, para que o Brasil fique ainda melhor, para que o Brasil possa ser celebrado pelo conjunto dos brasileiros.

Então, eu queria aqui, ao mesmo tempo, deixar registrado que assinei o pedido de urgência. Ainda há pouco, conversava com o Senador Randolfe e acho que é muito importante que haja um entendimento para que iniciemos a cumprir um calendário para essa matéria. Que as emendas que aperfeiçoam essa matéria tão importante possam ser apresentadas e que isso não signifique que possa haver um postergar da apreciação dessa matéria, Senador Alvaro, mas que haja um calendário em que se possa estabelecer prazo. Vamos votar até maio? Vamos votar até junho? Até aí vamos ter ouvido as autoridades e feito as audiências.

Este é meu propósito, eu queria deixar aqui a minha contribuição, porque, com isso, como bem sugeriu V. Ex^a, Senador Eunício, Presidente da Casa, nós podemos, sim, cumprir um papel importante, porque, volto a repetir, há uma mudança muito importante feita nessa matéria: antes ela se restringia a Parlamentares; agora não, ela vai atingir todos os que ocupam funções públicas no País.

Isso é muito importante e requer que, no mínimo, o Senado, em algum momento, ou aqui no plenário, como eu cheguei a sugerir, nós tenhamos aqui uma sessão temática com autoridades, ministros do Judiciário e de outros Poderes vindo aqui, defendendo suas teses, apontando suas preocupações, para que essa matéria possa sair bem embasada daqui e seguir para a Câmara dos Deputados.

Por isso que eu faço essa intervenção, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Fernando Bezerra tem a palavra pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, eu estava inscrito para trazer aqui a minha manifestação, porque eu também participei da reunião do Colégio de Líderes, vi o esforço que V. Ex^a exerceu para trazer essa matéria à deliberação na tarde de hoje, em respeito às assinaturas que foram colhidas pelo Senador Alvaro Dias e também pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Fico feliz com a manifestação do Senador Randolfe Rodrigues no sentido de que votemos hoje à tarde o requerimento de urgência, mas que possamos estabelecer um calendário de votação dessa



matéria que permita o aprofundamento do debate, até porque nós vamos definir a perda do foro também para membros de outros Poderes, e é importante que o Senado Federal possa dar audiência ao Ministério Público Federal, ao Poder Judiciário, para que possamos ter uma proposta que efetivamente seja equilibrada.

Eu pessoalmente não assinei a urgência. Eu tenho profundas discordâncias com o texto que está sendo submetido à deliberação, porque entendo que não podemos transformar o Supremo Tribunal Federal, que é um tribunal constitucional, para fazer julgamentos de Parlamentares, sejam Deputados Federais ou Senadores, mas acho que, no exercício do nosso mandato, tem que haver, sim, algum tipo de proteção, sobretudo no caso da denúncia. Um Deputado Federal, um Senador da República ser denunciado por um promotor em primeira instância, eu acho que não é o correto. Eu acho que deveríamos preservar que a denúncia para os Parlamentares ficasse ainda a título da Procuradoria Geral da República. O Supremo analisaria a procedência ou não da denúncia. Caso fosse aceita, nós iríamos ser julgados como qualquer cidadão brasileiro pela Justiça de primeira instância. Essa é a minha opinião, inclusive estou apresentando uma emenda nesse sentido.

Acho que, no momento que nós estamos vivendo, devemos evitar as radicalizações, para que possamos ter uma legislação equilibrada e, sobretudo, no debate que nós vamos aqui promover no Senado Federal, que possamos dar audiência aos membros de outros Poderes, para que possamos trazer, até final de maio ou até final de junho, uma legislação que atenda o clamor da sociedade brasileira, para que não fiquem dizendo que o foro privilegiado é um instrumento para evitar a transparência, para evitar o combate à corrupção.

Não, não. Quem é julgado no Supremo Tribunal Federal não tem instância recursal; só tem uma instância. Se o Supremo Tribunal Federal demora a julgar, esse é outro problema que tem de ser examinado dentro do Supremo Tribunal Federal. Eu, particularmente, acho que não é papel do Supremo julgar nem Deputado Federal nem Senador, mas acho que a matéria deve ser deliberada hoje na urgência, tendo em vista que precisamos dar uma resposta à sociedade brasileira de que todos que estão aqui nesta Casa têm interesse em passar a limpo a política brasileira, têm interesse em manter as regras de transparência. Mas a gente não pode atropelar para fragilizar as prerrogativas de um Poder ou para diminuir um Poder.

Portanto, eu quero deixar aqui a minha manifestação e, sobretudo, a minha satisfação com a manifestação que ouvi do Senador Randolfe Rodrigues, no sentido de dar um encaminhamento que permita o entendimento unânime das Lideranças desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pede a palavra o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... para deixar claro, acho que há um consenso agora em relação a nós votarmos essa matéria.

Agora, para deixarmos com bastante transparência para a sociedade, seria importante estabelecermos prazos, datas, dizer até que dia nós vamos fazer esses debates e quando votaremos.



Senão, Sr. Presidente, vai cair o mundo na sua cabeça: vão dizer que V. Ex^a está protelando, que V. Ex^a está isso, está aquilo.

Então, simplesmente, é fazer, eu acho, uma reunião amanhã, já, com os autores da proposta, com os técnicos da Casa, para que a gente tenha uma proposta na qual teríamos um calendário, como disse há pouco o Senador Jorge Viana, até maio, até junho, para que a gente votasse em dois turnos essa matéria, os prazos regimentais fossem cumpridos, porque se trata de uma emenda constitucional. E eu acredito que a Casa irá votar quase que à unanimidade pelo fim do foro privilegiado para agentes públicos, de modo geral, para todos os agentes públicos. Eu não vejo nenhuma dificuldade para que, a partir do momento em que há uma convergência em acabar com o foro privilegiado, nós possamos fazer esse calendário e termos a agilidade necessária, como V. Ex^a sempre conduziu nesta Casa – com agilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para cumprir os termos regimentais, eu vou refazer o meu requerimento.

O requerimento, quero reiterar, Sr. Presidente, é subscrito agora por 50 Senadores, com os Senadores que assinaram recentemente. Ou seja, o requerimento que tinha 41 assinaturas, em princípio, e depois 47, tem agora 50 Sr^{as} e Srs. Senadores que subscreveram o requerimento. Convalido o requerimento, transformo o requerimento em requerimento de urgência, conforme pressupõe o art. 171 do Regimento Interno, que diz: “A matéria dependente de exame das comissões só será incluída em Ordem do Dia depois de emitidos os pareceres, lidos no Período do Expediente, publicados no *Diário do Senado Federal*”, combinado com o art. 336, inciso II, que estabelece quando a urgência pode ser requerida. Diz o art. 336, inciso II: “Quando se pretenda a apreciação da matéria na segunda sessão deliberativa ordinária subsequente à aprovação do requerimento”.

Nesses termos, Sr. Presidente, convalido o requerimento que me tem como primeiro signatário e subscrito, no total, por 50 Sr^{as} e Srs. Senadores, em requerimento de urgência, conforme o pressuposto nos art. 171, do Regimento Interno, combinado com o art. 336, inciso II, do Regimento Interno.

Nesses termos, peço deferimento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador José Agripino.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, pela ordem também.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de fazer um registro da reunião de Líderes que ocorreu hoje pela manhã, que talvez tenha sido a mais longa das reuniões de Líderes de que eu tenha participado – terminou às 14h30.

E eu quero fazer o registro da posição de V. Ex^a – primeiro de tudo, da posição de V. Ex^a – em colocar na pauta – e foi isso que alongou a reunião de Líderes, presentes os Líderes de todos os partidos – a questão do fim do foro privilegiado e a questão do requerimento para votação de um projeto, sem a devida discussão, em torno de uma mudança da Constituição.

Muitos dos argumentos que eu ouvi eram demolidores, no sentido de que a discussão precisava ser oxigenada, do contrário, o Senado poderia cometer uma irresponsabilidade. Tinha que dar tratamento igual a todos os Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, todos!



Avaliação de pontos a favor e pontos em contrário: nenhum Líder se manifestou contra o fim do foro privilegiado, nenhum! Agora, com relação ao aperfeiçoamento do texto, aí, sim, foi estabelecido um consenso. E até às 14h30, Senador Cássio Cunha Lima, V. Ex^a, que ficou lá até o final, discutiu-se e encontrou-se um consenso entre as figuras que neste plenário se digladiam – na reunião de Líderes se encontrou um consenso, inclusive, entre essas pessoas – da necessidade de se oxigenar pelo debate, com reunião temática, com a apreciação de fatos novos ao texto que poderá vir a apreciar, com relação à necessidade de você mudar a Constituição com um texto equilibrado, não emocional. Essa não é uma questão emocional, é uma questão racional, que tem que ser tratada com racionalidade – com coragem, mas com racionalidade –, ouvindo-se quem pode opinar, mas que não opinou. Não foi feita nenhuma comissão temática, nenhuma reunião temática, para que as pessoas que têm a obrigação de opinar venham aqui trazer seus argumentos, para serem aceitos e incorporados ou não, mas que seja dada a oportunidade.

E estabeleceu-se, ao final, um consenso, para que aqui fosse votado, sim, o que V. Ex^a propôs – vamos fazer justiça a V. Ex^a, Presidente Eunício: a pauta da matéria está decidida. Vai pautar, sim, a matéria. Agora, pautar em que termos? Votar de forma engessada o texto que está posto ou oxigenar o texto? Oxigenar o texto. E os Líderes encontraram uma forma de oxigenar o texto: por um pacto de procedimento, que foi acordado por consenso e que neste momento vai produzir a votação da proposta de se pautar a matéria em regime, sim, de urgência, estabelecendo-se possivelmente um prazo de discussão, para que se vote uma coisa racional, ouvindo-se as partes, e para que o Brasil – e o Brasil! – ganhe com o que nós viermos a votar.

Eu quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa que teve de provocar o assunto e pela paciência que teve em conduzir o consenso que ao final se estabeleceu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero participar deste debate, embora brevemente, que é exatamente a extinção do foro por prerrogativa de função, popularmente chamado de foro privilegiado.

Eu era o relator deste projeto na CCJ. Por motivo de força maior, tive que tirar licença, razão pela qual o nobre Senador Randolfe assumiu essa relatoria.

Eu quero concordar com o que foi dito pelo Senador Cássio Cunha Lima. Esse é um tema que diz respeito a nós do Congresso Nacional, mas também diz respeito a membros de outros Poderes, inclusive do Ministério Público. De tal modo que eu creio que, da mesma maneira que acho que não deve ficar como está, de forma alguma, para que não reste nenhuma dúvida de que nós aqui que ponderamos somos contra a mudança da regra, contra a boa iniciativa do Senador Alvaro Dias, mas também nós não podemos aqui ficar entre oito e oitenta. Ou seja, a simples extinção do que está colocado como foro privilegiado não me parece uma medida adequada.

Eu, como qualquer um aqui, tenho adversário político. Isso aqui não é convento e, ainda que fosse, tem disputa. Evidentemente, o Senador ou o Deputado ficar sujeito a uma denúncia de um promotor de primeira instância é algo realmente muito grave. Porque, para o senso comum, para as pessoas que acompanham escandalizadas essas denúncias dia a dia – e é natural a gente compreender a ira dessas pessoas –, é a mesma coisa um simples inquérito fruto de uma denúncia como uma ação penal: tudo é a mesma coisa. Ou seja, não vai faltar muito tempo, todos os 81 Senadores e Deputados Federais estarão, de algum modo, sendo acusados de ficha suja, porque responderão a alguma coisa.



Portanto, eu defendo, insisto na ideia que foi defendida pelo Ministro Barroso e tantos outros juristas: a criação de varas especializadas junto aos tribunais regionais federais, sendo que esses titulares e suplentes teriam dois anos improrrogáveis de mandato. Assim a gente poderia garantir o que não existe hoje, que é o duplo grau de jurisdição. De tal modo que eu venho aqui apresentar a minha defesa, concordando com a opinião do Senador Cássio Cunha Lima, para que a gente possa, com calma, com serenidade, sem calor, trazendo luz para esse debate, para que a gente amanhã não venha a se arrepender de fazer algo açodado, que a gente possa aqui fazer uma sessão no plenário desta Casa e discutir entre nós do Congresso Nacional, mas também com representantes dos outros Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente destacar que a palavra inicial de V. Ex^a na reunião de Líderes foi exatamente de que respeitaria a vontade soberana da maioria, e o faz neste momento, dando praticidade a essa iniciativa que propõe urgência para o debate dessa matéria.

Nós já estamos atrasados, na verdade. Esse projeto é de 2013. Como disse o Senador Cássio Cunha Lima, bem antes disso esse tema já era colocado a debate. Em 1995, o pai do Senador Cássio Cunha Lima, como Senador, apresentava projeto semelhante. Portanto, nós estamos atrasados e a urgência agora é prioridade. E V. Ex^a acata o pedido de urgência, respeitando a vontade de 50 Srs. e Sr^as Senadoras.

O Supremo Tribunal Federal, em várias oportunidades, manifestou-se favoravelmente ao fim do foro privilegiado. Diversos Ministros, a exemplo do que fez Cármem Lúcia, Presidente do Supremo; Luiz Edson Fachin, Relator da Operação Lava Jato no Supremo; o Ministro Barroso, o Ministro Marco Aurélio, o Ministro Celso de Mello – são Ministros que já se pronunciaram defendendo o fim do foro privilegiado. Eu creio que presença deles nesse debate justifica o fato de que Supremo Tribunal Federal não pode ser transformado em corte criminal, e que é humanamente impossível 11 julgadores decidirem sobre uma quantidade significativa e crescente de ações que passam pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, não é apenas a questão do conceito do art. 5º da Constituição – somos todos iguais perante a lei e, portanto, a Justiça deve ser igual para todos; não é só em razão do conceito. Há também essa questão pragmática: a impossibilidade que tem o Supremo de julgar tantas ações, fazendo com que o foro privilegiado se transforme num instituto da impunidade. Não é por outro motivo que 68% das ações prescreveram nos últimos anos e que apenas menos de 1% dos julgados foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal.

A nossa proposta é abrangente, alcança os três Poderes – de vereador a Presidente da República, de juiz de primeira instância a Presidente do Supremo Tribunal Federal, de promotor em início de carreira a Procurador-Geral da República, enfim, vereadores, prefeitos, ministros, Deputados, Senadores. Todos seremos iguais perante a lei com a extinção do foro privilegiado, porque não se justifica esse pedestal onde se colocam alguns e tantos são excluídos.

Se nós queremos uma nova Justiça, e parece que ela começa a nascer no País, precisamos acabar com o foro privilegiado. Se queremos sucesso pleno da Operação Lava Jato, desenhando um futuro diferente para o Brasil, temos de acabar com o foro privilegiado. Justifica-se, sim, essa sessão temática. Apoiamos a iniciativa da sessão temática para que se ouçam os demais Poderes, mas não podemos abrir mão exatamente do regime de urgência, porque não podemos passar a



ideia de que há aqui expedientes protelatórios, de que não se deseja votar essa matéria, e de que o que há é uma simples encenação para ganhar tempo.

Portanto, a manutenção ou a definição do regime de urgência é essencial, e V. Ex^a tem capacidade política e, sobretudo, liderança para articular e definir um calendário que nos permita deliberar o mais rapidamente possível sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Gleisi.

Na sequência, vou responder o requerimento.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Apenas para registrar tanto a minha posição como a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores em favor do requerimento de regime de urgência apresentado aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues, para que possamos colocar em discussão e depois em deliberação o projeto que extingue o foro privilegiado. Esta é uma posição também de toda a nossa Bancada.

Então, eu já queria, neste momento, encaminhar o nosso voto favorável a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Bancada do PSDB, primeiro, nós queremos cumprimentar V. Ex^a pela disposição e pela boa vontade em conduzir este assunto e trazê-lo aqui ao plenário.

Na reunião da manhã de hoje, dos Líderes, o PSDB esteve representado pelo Senador Ricardo Ferraço, e também esteve presente, como Vice-Presidente da Casa, o Senador Cássio Cunha Lima.

Nós tivemos uma reunião da Bancada agora no horário do meio-dia e, como posso informar a V. Ex^a, vários Senadores da nossa Bancada subscreveram o documento; eu próprio o subscrevi. E, muito embora não haja previsão regimental para votação de requerimento de urgência para PEC, eu entendo que V. Ex^a, ao tomar a decisão de trazer o assunto para o plenário, age com absoluta sabedoria e como um Presidente que atende à reivindicação não só do Plenário, mas da própria sociedade.

Evidentemente, esse assunto é polêmico, é complexo, porque ele ainda não pode ser votado sem que se discuta melhor a questão e, principalmente, as consequências dessa decisão. Não é tão simples assim apenas eliminar o foro privilegiado, é preciso avaliar muito bem em que situação isso vai ocorrer, qual a repercussão disso, o que fazer com os processos que já estão tramitando e se a validade disso é daqui para frente ou se tem efeito retroativo.

Portanto, certamente, a decisão de V. Ex^a – e o Plenário haverá de concordar – será no sentido de ainda debatermos mais e analisarmos um pouco melhor para, na hora da votação, termos a convicção de estar votando o que o Brasil deseja.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou dar a palavra ao Senador Lasier.

Na sequência, eu vou me pronunciar sobre a decisão que tomei na manhã de hoje.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Sem revisão do orador.) – Está bem. É um pronunciamento muito aguardado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentá-lo por ter decidido, na manhã de hoje, colocar em votação não apenas o requerimento do fim do foro, mas também o da PEC 35. Evidentemente, estamos ansiosamente esperando pela votação dos dois requerimentos e pela discussão dessas duas importantes matérias.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu peço um minuto de atenção do Plenário para informar aos Srs. Parlamentares e às Sr^as Parlamentares que, do art. 354 do Regimento Interno da Casa até o art. 373, existe – no Regimento Interno da Casa – o disciplinamento sobre a questão das PECs.

Quero deixar bem claro que esse tema foi trazido à Mesa na sexta-feira passada, e eu resolvi tomar a iniciativa de comunicar aos Líderes que ali estavam presentes que havia um requerimento sobre a mesa – embora, no Regimento Interno, como bem disse aqui o Senador Paulo Bauer, não exista requerimento de urgência para tramitação de PEC, conforme determinado desde o art. 354 até o art. 373.

Esta Presidência, já na manhã de hoje, na reunião de Líderes, comunicava aos Srs. Líderes que iria pautar essa matéria pela relevância que ela tem e por respeito à assinatura de, àquela hora, 46 Sr^as e Srs. Senadores que já haviam assinado essa solicitação ao Presidente. Portanto, ao tomar conhecimento dessa solicitação, eu, de ofício, comuniquei aos Líderes que pautaria a matéria, de acordo com o que determina o art. 354.

Uma PEC, para tramitar, tem rito. Nós hoje estamos aqui com uma PEC: ela vai, depois de pautada, abrir a discussão por cinco sessões, como determina o Regimento da Casa – por cinco sessões –; durante essas sessões ou no intervalo dessas sessões, nós teremos condições, se for o caso, de ouvir as outras partes que tenham interesse nessa PEC, para que nós possamos dar o devido encaminhamento, com transparéncia e com aquilo que é o desejo e o sentimento da maioria deste Plenário. Portanto, uma PEC, para ser aprovada, precisa de 49 votos.

E, de ofício, repito, essa matéria estará já pautada – pautada –, independentemente de requerimento, de aprovação de requerimento, porque não há aprovação de requerimento para inclusão de PEC na pauta, conforme os arts. de 354 do Regimento Interno até o 373. Mas, essa matéria, não há mais discussão sobre a sua pauta. Ela está pautada, de ofício, pela Presidência da Mesa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria cumprimentá-lo pela decisão tomada por V. Ex^a numa matéria tão relevante. Penso ser também oportuno esse agendamento da tramitação e a audiência com outras instituições que estejam diretamente ligadas à matéria foro privilegiado. E penso que a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues teve o mérito – mesmo não sendo regimental em matéria de PEC – político de dar um encaminhamento, e a sensibilidade de V. Ex^a de trazer à pauta essa matéria, com o apoio de vários Senadores.

Então, parabéns, Presidente! E, de novo, por uma Ordem do Dia seguindo no ritmo traçado por V. Ex^a.

Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pede a palavra o Senador Randolfe, que foi o autor do requerimento a esta Mesa.



Ao tomar conhecimento do requerimento de V. Ex^a com 46 assinaturas, a Mesa, por iniciativa própria, já comunicou aos Líderes, na manhã de hoje, que esta decisão já estava tomada: pautar a PEC e dar o seguimento normal das cinco sessões, como determina o Regimento.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Presidente, pela decisão.

Na verdade, pelas manifestações em plenário, ficou claro – este requerimento conta agora com 51, 52 assinaturas – que é um desejo, um interesse de todo o Plenário, de todos os partidos aqui presentes. Não vimos nenhuma manifestação em contrário à apreciação dessa matéria. Eu quero, então, cumprimentar V. Ex^a por deferir, convalidar em requerimento de urgência e, de imediato, colocar a matéria em pauta.

Peço só um esclarecimento, com a devida vénia de V. Ex^a, se assim couber: de acordo, então, com o despacho de V. Ex^a, com relação a esta matéria, as sessões previstas no Regimento, as sessões regimentais em que será apreciada a matéria começam a ser contadas a partir de qual data?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe, eu tomei a decisão de pautar a matéria, como disse, através de um requerimento de V. Ex^a. Embora não houvesse amparo no Regimento, porque PEC não tem amparo no Regimento para a questão de urgência, esta Presidência tomou a iniciativa, em respeito a V. Ex^a e ao sentimento majoritário do Plenário, e ao próprio sentimento da Presidência da Mesa, de dar encaminhamento. Portanto, essa matéria constará da pauta da Ordem do Dia de amanhã, abrindo as cinco sessões deliberativas para a discussão da matéria em primeiro turno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço efusivamente a V. Ex^a.

Na verdade, é uma necessidade que o Brasil todo reclama neste momento.

Agradeço efusivamente a V. Ex^a e, em seu nome, a toda a Mesa pela sábia decisão e encaminhamento em relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Moka, pede a palavra?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que, quando do início da coleta das assinaturas, nós já tínhamos uma posição favorável. Não é de hoje que eu defendo essa questão da ausência de foro – é de muito tempo. Eu lembro que, desde quando era Deputado Federal, eu já defendia isso.

Eu acho que é preciso, realmente, que isso acabe – até porque, no meu entendimento, o chamado foro privilegiado surgiu na época do regime de exceção para deixar o Parlamentar inviolável em relação às suas opiniões políticas, e não para acobertar nenhuma outra tipificação de crime ou de desvio.

Então, eu fico muito, muito, muito satisfeito com a decisão que V. Ex^a tomou, e com o Plenário, que demonstrou hoje que há uma convergência para que a gente possa votar, na forma de um texto realmente elaborado, e que vai, sem dúvida nenhuma, trazer um avanço muito grande; e trazer, junto à população, uma opinião favorável, porque a população inteira deseja – e eu acho importante isso – que as pessoas sejam tratadas da mesma forma, seja o cidadão comum ou o Parlamentar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Hélio José.



O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a também, e dizer que eu mesmo fui uma das vítimas das pessoas que não assinaram, nem foram procuradas para assinar essa proposta aí para fazer a discussão. Eu acho que agora, hoje, com esse debate que houve aqui no Senado, fica claro que ninguém é contra e ninguém é a favor: só queremos é discutir de forma adequada a matéria, e votá-la com a tranquilidade necessária. Então, esse rito que V. Ex^a adota eu acho que traz a limpo toda a situação, porque em momento nenhum eu assinei ou deixei de assinar, pois eu não fui procurado para assinar este documento. Recebi um monte de queimações pelos meios sociais à toa, gratuitamente.

Então, cumprimento V. Ex^a porque agora poderemos discutir a matéria com a tranquilidade necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Ordem do dia.

Item 1.

Proposta de Emenda à Constituição de nº 111, de 2015, do Senador Renan Calheiros e outros Senadores, que altera o art. 62, §1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias (veda edição de MPs que gerem desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos).

Parecer sob o nº 11, de 2017, do Plenário, em substituição à CCJ.

Relator: Senador Romero Jucá, favorável nos termos da Emenda de nº 2, de Plenário, substitutivo.

A Presidência esclarece que o teor da Emenda de nº 1, Plenário, do Senador Aloysio Nunes, está contemplada na Emenda de nº 2, de Plenário, substitutivo.

A discussão da matéria em primeiro turno encerrou-se no dia 14 de março.

Concedo a palavra...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria fazer uma consulta à Mesa. Nós fizemos a discussão dessa matéria – inclusive, subi à tribuna para falar da nossa preocupação – e essa matéria recebeu parecer do Senador Romero Jucá.

Como ela está em regime de urgência e nós vamos votar agora, eu queria saber o seguinte de V. Ex^a: há prevalência para votar o projeto original, a proposta original do Senador Renan Calheiros, ou é o substitutivo apresentado pelo Senador Jucá.

Gostaria de perguntar isso a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A preferência é para o texto original...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Texto original.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... a não ser que haja um requerimento de inversão de pauta, que eu submeterei ao Plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.



A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Nós gostaríamos que fosse votado o texto original, que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Gleisi, sobre a preferência que V. Ex^a consulta à Mesa V. Ex^a tem razão. A preferência é do texto original...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... se não houver requerimento.

Já me levanta o braço ali o Senador Romero Jucá, que foi o Relator. Então, eu vou dar da palavra ao Senador Romero Jucá para que ele possa se manifestar.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 300, inciso XIII, diz o seguinte: "terá preferência para votação o substitutivo que tiver pareceres favoráveis de todas as comissões, salvo se o Plenário deliberar outro sentido".

Portanto, o meu parecer é pelo substitutivo da Emenda 2. A não ser que haja uma outra decisão de Plenário, o que deve ser votado é o meu substitutivo, que é a Emenda 2.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Jucá, ambas as matérias foram com substituição às comissões feitas aqui no plenário. Nesse caso, então, não há preferência para o substitutivo de V. Ex^a, a não ser que V. Ex^a encaminhe um requerimento, que eu colocarei em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, então, encaminho o requerimento, porque a Emenda 2 dá completeza ao texto.

Eu quero, inclusive, explicar aqui algumas questões do texto, mas eu espero a posição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Jucá, há um requerimento... Sr^as e Srs. Senadores, há um requerimento de preferência para o substitutivo a fim de ser apreciado antes do projeto.

Requeiro...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Requeiro, nos termos regimentais, preferência para votação da Emenda nº 2, de Plenário, substitutivo. Do Relator a Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2015.

Sala das Sessões.

Senador Romero Jucá. (**Requerimento nº 159/2017 - vide item 2.2.1 do sumário**)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Para encaminhar contrariamente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O requerimento ainda não está em votação, Senadora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Não. Para encaminhar a votação contrariamente ao requerimento, estou pedindo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Na sequência. O requerimento não está em votação ainda. Daqui a pouquinho.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Relator da matéria, para o parecer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, a proposta do Senador Renan Calheiros previa inicialmente a



proibição de medidas provisórias para qualquer tipo de ato que concorresse para o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos e só.

Eu fiz uma emenda, porque, eventualmente, é importante que haja medidas provisórias de assuntos que dizem respeito a matéria tributária e financeira. Nós não podemos tirar do Executivo essa atribuição. Para fazer isso, nós colocamos a possibilidade de fazê-lo, desde que – colocamos no texto: "ficando assegurado o restabelecimento, por acordo entre as partes, do equilíbrio econômico-financeiro desses contratos".

Portanto, se o Governo entender que é preciso intervir no contrato, só poderá fazê-lo se houver entendimento entre as partes para equalização da alteração que pode gerar desequilíbrio, diferente do que ocorria antes. O Governo intervinha, como intervenção no setor elétrico, não negocia com as partes e desequilibrou todo o sistema elétrico brasileiro, para não falar em outros setores também.

Então, a medida é importante, mas precisa dar uma salvaguarda ao Governo de intervir quando estrategicamente for preciso, desde que haja o entendimento, desde que haja a negociação e o equilíbrio, se for o caso de haver desequilíbrio.

Esse aqui não retroage. Nós estamos aprovando uma emenda constitucional que vai valer daqui para a frente. Eu quero desmistificar a ideia que se está pensando de que se vai poder entrar com pedido de resarcimento, a partir da aprovação da emenda, por coisas que aconteceram no passado. A lei não retroage. A lei é daqui para a frente.

Portanto, eu mantendo a Emenda nº 2, por ser mais completa e por dar efetivamente garantia da não intervenção do Estado brasileiro, a não ser que seja negociado entre as partes, portanto, cumprido o que já diz a lei. Essa matéria não precisaria ser votada caso se cumprisse a lei. Contratos juridicamente perfeitos não podem ser mexidos. Infelizmente, o governo anterior mexeu, portanto, criou uma série de desequilíbrios. Faz-se necessária hoje no País segurança jurídica para as concessões e PPPs poderem ser feitas.

Desse modo, essa emenda restabelece segurança jurídica, mantendo no Governo a condição de exercer o seu papel quando necessário.

O parecer é pela aprovação da emenda e do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de falar ao bom senso de V. Ex^a e ao bom senso do Senador Romero Jucá. Essa proposta é sinônimo de segurança jurídica. Você não tem como atrair investimentos para o Brasil. Nenhuma pessoa ajuizada do mundo, nenhum investidor vai investir no Brasil sabendo que, por medida provisória, ele pode ter as regras deste contrato de investimentos alteradas. Então, isso é uma coisa elementar.

Queria, com a aquiescência do Senador Romero Jucá... Porque não é que o Governo não possa influir nos contratos; o Governo pode. O Governo não pode é fazer isso por medida provisória. O Governo pode propor uma alteração na legislação por projeto de lei, pedir urgência. Ele não pode é editar medida provisória, que passa a viger a partir da publicação. Então, são coisas completamente diferentes.

Para que a proposta não incorra na possibilidade de ser derrotada, já que é sinônimo de segurança jurídica e não está impedindo o Governo de alterar nem regras de contrato – o Governo pode e deve, em muitos casos alterá-las... O Governo não pode fazê-lo apenas por medida provisória, por medida provisória. Ele pode fazer por projeto de lei, por proposta até de emenda à



Constituição e mandar para o Congresso, que, ao final e ao cabo, é a quem cabe decidir, em última instância.

Desse modo, Sr. Presidente, para não desatender ao Senador Romero Jucá, que é nosso querido Líder, e, por outro lado, para que a emenda não corra riscos de ser derrotada, porque não está suprimindo prerrogativa do Governo... Ela está só dizendo, aclarando, garantindo a segurança jurídica e que o Governo não pode fazer isso por medida provisória.

Então, eu queria, como primeiro signatário, fazer um apelo pelo bom senso para que nós tirássemos a proposta de pauta em função do encaminhamento do Romero, que é um encaminhamento que tem lógica, mas, na verdade, confunde, porque nós não estamos proibindo o Governo de tomar decisão que interfira em contrato; nós estamos, apenas, vedando a possibilidade de que ele faça isso por medida provisória, que tem efeito a partir da publicação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria fazer só um registro.

Não estou aqui para atrapalhar, estou para ajudar.

Acontece o seguinte: na hora em que concorre para o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, qualquer intervenção em plano econômico que tem que ser feita por medida provisória quebra contrato administrativo – qualquer uma quebra contrato administrativo. Essa ressalva é para viabilizar a proposta do Senador Renan. Mas, se o objetivo do Senador Renan for aprovar a proposta original ou qualquer outra proposta, darei parecer positivo, Sr. Presidente. Estou querendo ajudar para, tecnicamente, ficar mais completo.

Se a ideia for votar, eu cedo à vontade do autor. Não quero aqui criar nenhum tipo de embaraço à proposta do Senador Renan Calheiros; pelo contrário, procurei melhorá-la exatamente para torná-la viável e aprovável na Câmara dos Deputados.

Mas fico à disposição do que for definido pelo autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pergunto ao Senador Romero: Senador Romero, consulto a V. Ex^a se está retirando a emenda substitutiva.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu estou perguntando ao autor o que é que ele prefere, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, nós vamos votar o texto original.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu retiro a emenda substitutiva.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – O texto original eu não voto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu retiro a emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Só um minuto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Voltar o texto original.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Só um minuto.

Regimentalmente, V. Ex^a, então, retira o requerimento de preferência solicitado por V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Retiro o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então, eu vou dar encaminhamento à matéria.

Senadora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Só queria dizer da importância de votar o texto original em detrimento do substitutivo. Eu até ia fazer uso da tribuna para colocar alguns aspectos em relação à discussão que o Senador Romero Jucá trouxe ao plenário, mostrando que o que ele estava propondo criaria mais insegurança jurídica do que segurança jurídica.

Então, eu agradeço ao Senador Romero Jucá e penso que, votando o texto original, nós vamos estar alcançando o objetivo que pretendeu o autor e quem foi signatário da proposta.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Senadora Simone pediu a palavra.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – No sentido totalmente contrário, Sr. Presidente. Inclusive eu fui uma das que sugeriu ao Relator a apresentação desta emenda.

Eu vejo que, ao não colocar medida financeira como exceção, nós inviabilizamos qualquer medida provisória. A medida provisória é um instrumento constitucional que diz o seguinte: tem efeito imediato com força de lei uma medida provisória que trate de questões urgentes ou relevantes. Num momento de instabilidade econômica que nós estamos vivendo, esperar que o Governo mande um projeto de lei que pode levar um ou dois anos para ser aprovado e, portanto, ter eficácia, só porque ele atingiu, direta ou indiretamente, o contrato? Nós já temos instrumento jurídico garantindo a segurança jurídica deste contrato. O equilíbrio econômico-financeiro de um contrato está previsto na Lei de Licitações, como está previsto na Lei de Contratos, que é a mesma lei.

Ao inviabilizar, ao retirar a emenda do Senador Jucá, eu não sei sequer se essa medida provisória passaria. Com o meu voto, eu lamento, não vai ser aprovada; com a emenda do Senador Jucá, eu tenho o maior prazer em votar na PEC do Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Sem revisão do orador.) – Eu não entendi, como autor – e me permita fazer isso –, de que forma a proposta do Senador Romero convence a Senadora Simone Tebet a votar. Eu não entendi direito qual é o argumento, porque eu disse aqui o seguinte: "Olhe, isso significa segurança jurídica". O Governo não está impedido de fazer isso; ele não pode é fazer isso apenas por medida provisória. Nós temos várias vedações de medidas provisórias. O que é que diz a proposta do Senador Romero? É que, se o Governo, mesmo com a vedação, apresentar uma medida provisória que interfira em contrato, o Governo tem que indenizar. Mas isso não precisa ser colocado na letra da Constituição, isso já está na legislação brasileira.

Eu não entendi, sinceramente – respeito muito a maneira como a Senadora Simone Tebet participa desse debate – é o que leva a Senadora Simone Tebet a se convencer a votar a partir da emenda do Senador Romero, que pede para indenizar, que diz que pode editar. Ressalva, mas tem que indenizar. Eu, sinceramente, não entendi.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Requião, que pediu antes do Senador Romero Jucá.



O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero confessar a minha estupefação diante dessa proposta. A medida provisória surge para dar agilidade aos governos, principalmente nas questões econômicas.

Como disse o Senador Jucá, não haverá uma única medida provisória, na história anterior e daqui para frente, que não altere a situação de algum contrato. Mas essa situação alterada já tem a garantia da possibilidade legal do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

O que nós estamos fazendo com essa medida provisória é uma espécie de *capitis diminutio maxima* do poder do Executivo brasileiro e do Congresso Nacional.

É claro, Presidente, que muitas medidas tomadas por governos podem ser reformuladas por governos posteriores, porque estavam erradas, porque surgiram do equívoco administrativo ou porque, numa circunstância extrema, foram desonestas. Então, tem que existir a possibilidade clara de um governo eleito pelo voto popular, com um programa claro para a Administração Pública, poder alterar essa situação. É a prevalência do interesse público sobre o interesse privado.

Eu não consigo entender como é que se pretende impedir que o Congresso Nacional e o Presidente da República possam governar em favor do interesse da maioria e sejam impedidos por uma quizila que pode haver com algum interesse privado, o que levaria a medida às calendas gregas num debate judicial. Por que é que existe a medida provisória? Porque alterações tributárias, por exemplo, não podem ser anunciadas por antecipação, porque senão o setor privado tomaria medidas para que elas jamais fossem cumpridas. Estou vendo, Senador Renan, com o perdão da intervenção que eu faço e da sua intenção, um absoluto *nonsense* nesse processo.

Quando fui governador do Estado, eu encontrei, por exemplo, alguns contratos feitos pelos grupos econômicos que mandavam, no Paraná, na companhia de energia elétrica. Um deles estabelecia um contrato de compra de energia da República Argentina a um preço – os números não serão exatos, mas serão bem aproximados. A minha memória não me garante a exatidão dos números – de R\$145 o megawatt-hora.

Ocorre que, naquele momento, o Brasil estava tendo um excesso de energia e o megawatt-hora estava custando um pouco mais de R\$10. Nós não precisávamos da energia. Nós tínhamos energia em excesso. Mas éramos obrigados, Senador Jader Barbalho, a pagar a quantidade de energia contratada. E mais: se tivéssemos a possibilidade de cobrar a energia da Argentina e pudéssemos utilizá-la, a Argentina, naquele momento, não tinha energia para fornecer.

É evidente que eu, como governador, não tinha o instrumento da medida provisória. Mas eu mandei o contrato às calendas. E o absurdo era tão grande, que jamais a parte responsável pelo contrato foi à Justiça, para contestar a medida tomada pelo governo.

Por outro lado, havia um contrato para fabricar: construir uma usina de energia elétrica movida a gás da Bolívia, com um custo rigorosamente absurdo. Esse contrato acabou indo para o Tribunal Arbitral de Paris, onde eu tive a oportunidade de fazer a defesa do Estado, acompanhado do atual Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin.

A situação era tão absurda, que nós utilizamos uma espécie de *blitzkrieg*. Imprimimos um texto e distribuímos às centenas de milhares por toda a França. Chegamos ao tribunal arbitral, que estava preparado para, preliminarmente, condenar o Estado do Paraná. Mas, diante de uma pressão política, eles recuaram.

A multa pretendida, o pagamento pretendido pelo grupo econômico, Senador Renan, era de R\$5,5 bilhões. Trinta dias depois, o Estado do Paraná comprou a usina desse mesmo grupo, por R\$440 milhões.



Então, não é possível que o Estado não tenha o poder de fazer prevalecer o interesse público sobre o interesse privado. E, em nível de Governo Federal, a medida possível, sem a menor sombra de dúvida, é a medida provisória, porque uma discussão judicial paralisa as mudanças necessárias para o País, para o bem ou para o mal.

Mas, afinal de contas, Senador Renan, o Governo tem direito de errar ou de acertar. O que não podemos é não deixar que ele governe.

Então, eu quero deixar claro que o meu voto e a minha posição são absolutamente contrários às duas versões – a versão do Senador Renan e a versão do Senador Romero Jucá –, até porque o equilíbrio financeiro está constitucionalmente garantido, e nós não temos nenhum motivo para inventar essa estabilidade jurídica que se transforma, que se traveste na instabilidade absoluta da possibilidade de intervenção, na economia, do Congresso Nacional e do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Sem revisão do orador.) – Eu queria refazer a V. Ex^a o pedido para que nós retirássemos a matéria de pauta, se fosse possível regimentalmente, porque eu estou compreendendo...

Infelizmente, essa matéria tramita aqui no Senado Federal há, pelo menos, dez anos – dez anos. E as pessoas que a discutiram – notadamente o Senador Roberto Requião agora, a quem eu respeito muito – dizem que isso tira a agilidade do Governo. Não tira a agilidade do Governo!

O Brasil, Sr. Presidente, é um dos poucos países do mundo – e o Senador Requião sabe disso – onde, no presidencialismo, o Executivo tem o poder de editar medida provisória. Nós não estamos dizendo que o Governo não pode decidir; o Governo só não pode decidir por medida provisória.

Nós temos, na Constituição Federal, várias vedações, Senador Roberto Requião – nós temos várias vedações. Essa seria mais uma vedação a ser acrescida, porque é uma covardia, uma traição à expectativa do próprio investidor internacional, você fazer um contrato de investimento no Brasil, e, amanhã, o Poder Executivo editar uma medida provisória que tenha repercussão naquele contrato. Isso desfaz qualquer segurança jurídica, a não ser, Sr. Presidente, que nós possamos trazer para a legislação federal o mecanismo que o Senador Requião usou, ao resolver um problema similar no Estado do Paraná. Mas governo de Estado, com todo o respeito, não tem nem o poder de editar medida provisória. Esse exemplo não tem nada a ver, absolutamente nada a ver com o que aqui está sendo colocado e discutido. Nós não estamos dizendo que o Governo não tem que ter agilidade. O Governo tem que ter agilidade, sim.

Nós colocamos a possibilidade de editar medida provisória com vigência a partir da publicação, para que o Governo tenha agilidade. O que o Governo não pode, Sr. Presidente, é atrair o investidor, dizendo que as regras são essas ou são aquelas e, no dia seguinte, edite uma medida provisória. Ele pode fazer isso? Pode, mas ele deve fazer isso por projeto de lei. Pode até pedir urgência para o projeto de lei, mas ele não pode legislar, porque, dentre outras coisas, ele está suprimindo competência do Poder Legislativo do País.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan, só para entender: a solicitação de V. Ex^a é para que eu retire essa matéria de pauta na noite de hoje? Essa matéria já foi debatida aqui em cinco sessões e já houve o encerramento da discussão. Então,



não cabe mais discussão a essa matéria. Eu posso até retirar essa matéria de pauta hoje, mas ela vai voltar à pauta, porque ela já tem discussão pronta.

É essa a solicitação de V. Ex^a?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – É essa a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então, está retirada da pauta do dia de hoje a PEC 111.

Há, sobre a mesa, requerimento de urgência para o Projeto de Resolução de nº 8, de 2017 (MSF 9, de 2017), do Município de Salvador. (**Requerimento nº 160/2017 - vide item 2.2.2 do sumário**)

Há um requerimento sobre a mesa de urgência, da CAE, dessa matéria.

Eu consulto os Srs. Senadores e as Sr^as Senadoras se há algum encaminhamento do requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo encaminhamento do requerimento, coloco em votação o requerimento de urgência.

As Sr^as Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Não havendo objeção do Plenário, passa-se à aprovação da matéria.

Projeto de Resolução de nº 8, de 2017, apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2017, da CAE. O Relator é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que autoriza o Município de Salvador a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US\$52.512.340 dos Estados Unidos da América.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^as e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final. (**Parecer nº 25/2017-CDIR/PLEN-SF - vide item 2.2.2 do sumário**)

Será publicado na forma regimental.

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Sr^as Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação. (*Pausa.*)

Eu concedo a palavra ao Primeiro Vice-Presidente desta Casa, Senador Cássio Cunha Lima, para fazer a leitura do requerimento apresentado à Mesa, com assinaturas suficientes para a chamada CPI da previdência.

Tem a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – São 58 assinaturas no requerimento encabeçado pelo Senador Paulo Paim.

Requeremos, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, e dos arts. 145 a 153, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de 120 dias, com o limite de



despesa de R\$100 mil, investigar a contabilidade da Previdência Social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos, sejam anistias, desonerações, desvinculações, sonegação ou qualquer outro meio que propicie a retirada de fontes da Previdência, focando não somente nos valores, mas também nos beneficiários desses desvios.

Lido o requerimento, Sr. Presidente. (**Requerimento nº 161/2017 - vide item 2.1.8 do sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 145 do Regimento Interno.

Será publicado, para que produza os devidos efeitos.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, a Presidência fará oportunamente as designações, de acordo com as indicações que receber das Lideranças.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Concedo a palavra, como primeiro orador inscrito, ao Senador...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... Jader Barbalho.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Por gentileza...

Sr. Presidente, aqui: Senador Ivo Cassol, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Nós temos aí essa operação da Polícia Federal quanto à questão dos frigoríficos. A CAE aprovou, hoje de manhã, um requerimento convidando o Ministro e Senador Blairo Maggi para uma reunião da Comissão, junto com a CRA (Comissão de Agricultura) e a CAE.

Eu já fiz questão de telefonar para o Senador, para o Ministro Blairo Maggi. Ele não estava em Brasília, mas confirmou a presença. Amanhã, às 14 horas, ele estará na sala das comissões, juntamente com a Comissão de Agricultura, juntamente com a CAE, para que a gente possa debater e, ao mesmo tempo, ouvir do Ministro especialmente o que está acontecendo dentro do Ministério, porque nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar da forma que está, da forma que deram publicidade.

E aqui eu queria aproveitar, neste Senado especialmente, Senador Moka, para dizer que esse delegado da Polícia Federal que fez essa operação é um irresponsável. Por que ele é um irresponsável? Isso é um abuso, eu falo, de autonomia de poder, porque, se ele sabia que havia carne estragada dois anos atrás, ele deixou a sociedade inteira, o Brasil inteiro, consumir carne desse frigorífico que cometeu esse crime.

Portanto, quanto à questão da operação, nós a aceitamos e temos respeito por ela, mas eu quero dizer que, infelizmente, deram um tiro no pé. Muitas vezes fazem isso com a classe política: colocam na imprensa, divulgam, e o político passa por bandido, o político passa por desonesto, o político passa por preguiçoso.

E hoje a gente percebe que essa operação que aconteceu, parte dela... Infelizmente, a propaganda que deram – igual ao caso do papelão – foi vexatória. E o Brasil hoje vai perder milhares de empregos. A economia, que já está em recessão, vai ter problema.



Então, amanhã o Ministro Blairo Maggi estará conosco na Comissão de Agricultura, juntamente com os membros da CAE. O próprio Senador Lasier fez um requerimento, que eu subscrevi também, assim como o Senador Wellington, a Gleisi. Nós vamos estar juntos amanhã.

Então, convido os Senadores, às 14h, na Comissão de Agricultura, juntamente com a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) para a gente debater esse assunto amanhã aqui no Senado Federal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Humberto Costa pediu a palavra.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Só um minuto da paciência de V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Só para pedir a V. Ex^a, quando possível, a votação do meu Requerimento nº 110, de 2017, que propõe a data de 8 de maio de 2017 para celebrarmos a passagem dos 200 anos da Revolução Pernambucana de 1817 – quando for possível.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Com a anuência do Senador Jader, a Senadora Lídice da Mata pede a palavra. Um minuto só.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Jader, tenho certeza de que V. Ex^a vai estar comigo neste comunicado.

Eu queria, Sr. Presidente, de forma absolutamente rápida, me solidarizar com os jornalistas e brasileiros, políticos que hoje, no Brasil inteiro, protestam contra a prisão inexplicável do jornalista Eduardo Guimarães, do Blog da Cidadania, preso para que informe suas fontes ou sua fonte a respeito do seu anúncio da prisão de Lula há um ano. Eu acho que isso se conforma em um estado gravíssimo de exceção no País, em que um jornalista pode ser preso pelo exercício de sua profissão e pela garantia da ética profissional. Isso é muito grave! E eu quero aqui me solidarizar com o jornalista Eduardo Guimarães e repudiar essa ação promovida no dia de hoje.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só aqui para complementar o que a Senadora Lídice falou há pouco. Também quero externar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, a nossa solidariedade ao jornalista Eduardo Guimarães e a todos os outros jornalistas, profissionais da imprensa, independente e progressista, que, com coragem, denunciam diariamente as barbaridades cometidas por esse Governo ultraneoliberal, de forma crescente, repressora e policialesa.

Estamos aqui, junto com a Senadora Lídice e com os demais Senadores da Bancada de oposição, manifestando essa solidariedade. A Bancada do PT tirou uma nota, que será publicada. Quero encaminhá-la à Mesa da Casa para que fique registrada nos *Anais*.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa está repondo o tempo de V. Ex^a e dá a palavra a V. Ex^a.

Tem a palavra V. Ex^a.



O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, inicialmente, agradecer, desde logo, a presença das Senadoras e dos Senadores que me concedem o privilégio da audiência. Eu estou aqui, Sr. Presidente, desde às 14h, na expectativa de poder intervir. E eu quero agradecer às Senadoras e aos Senadores que aqui estão e que vão me dar o privilégio de ouvir algumas considerações, que eu considero pertinentes, no momento em que o País, politicamente, vê colocada em risco a democracia representativa.

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Líder Renan Calheiros, que além de se encontrar presente, me concedeu o privilégio de usar a palavra em nome do PMDB. E, Sr. Presidente, não falo aqui e não vou emitir conceitos e juízos em nome do PMDB. São opiniões pessoais minhas a respeito do tema.

Sr. Presidente, compareço a esta tribuna com o sentimento de um grande filósofo, sociólogo, cientista político francês chamado Raymond Aron. O Raymond Aron cunhou uma frase, Sr. Presidente, inesquecível: "Sou um espectador engajado." É o meu caso, Sr. Presidente. No momento, eu, como tantos outros preocupados com os caminhos que o País está tomando, sou apenas um espectador engajado. E ele dizia: "Às vezes, eu fico no palco, e a maior parte eu fico na assistência, vendo o meu desempenho e vendo o desempenho dos demais."

Sr. Presidente, muitas coisas profundamente estranhas têm ocorrido nos últimos tempos neste País – coisas estranhas e extravagantes! Principalmente, Sr. Presidente, no que diz respeito à democracia representativa no Brasil, que, no meu entendimento, corre um grave risco; um grave risco, pela generalização que se passou a fazer do homem público neste País. Ninguém se iluda quanto ao fato de que a opinião pública brasileira vê com profunda reserva nós, Congressistas, do Senado e da Câmara dos Deputados.

Vamos ter uma eleição a curto prazo, em 2018. E, nesse quadro que aí está montado, Sr. Presidente, a mim não causará surpresa o aparecimento de salvadores da Pátria, até porque tivemos, algum tempo atrás, salvadores da Pátria, que derrotaram grandes lideranças políticas neste País e que alcançaram a Presidência da República. E, depois, se tomou conhecimento do resultado e das suas consequências.

Sr. Presidente, os jornais hoje, um dos jornais do País, o jornal *O Globo*, três páginas, pelo que eu li, com todo o respeito que tenho pela ilustre Presidente do Supremo Tribunal Federal, é um verdadeiro lançamento de candidatura da Ministra Cármem Lúcia à Presidência da República.

Sr. Presidente, eu fico espantado quando vejo, no noticiário, principalmente no noticiário televisivo: o ilustre Prefeito de São Paulo, que está com dois meses de mandato – talvez por desinformação minha, eu não acompanho mais de perto o Prefeito da principal cidade deste País –, pelo que eu tenho notícia, ele apenas vestiu uma roupa de gari, e, ao vestir a roupa de gari, a imprensa nacional já o colocou credenciado, nome credenciado, para a Presidência da República. Vejo, Sr. Presidente, tudo isso com preocupação e como profundamente estranho.

Sr. Presidente, tenho acompanhado o noticiário. Ontem eu assisti ao Relator da reforma eleitoral na Câmara dos Deputados, dizendo que, no dia 4 de abril, ele entregará o seu relatório. E, no seu relatório, ele vai propor a lista fechada.

Sr. Presidente, eu não entendo, eu não comprehendo – e quero que todos aqueles que seguramente têm muito mais autoridade do que eu, para tratar do tema relevem – como os partidos políticos, no nível de desgaste a que nós chegamos, terão condições de apresentar listas fechadas na eleição de 2018, no quadro que aí está. Não entendo! Será que o meu Partido, o



PMDB – aliás, o único partido a que eu tive oportunidade de pertencer nesses mais de 50 anos do meu primeiro mandato...? Eu não sei se o meu Partido, presidido pelo Senador Romero Jucá, terá condições de sensibilizar a opinião pública nacional para dizer: vamos votar na lista do PMDB!

Eu não sei se o PSDB terá essas condições. Não sei. Há uma generalização desgastando todos. Eu tenho um apreço enorme pelo Senador Aécio Neves, que conheci muito jovem, quando desfrutava da amizade de seu avô, o grande Tancredo Neves. Não sei, meu caro Aécio, como o PSDB vai se apresentar em lista fechada para a opinião pública nacional.

Com todo o respeito ao PT. Eu não sei como o PT vai se apresentar com lista fechada. E o Relator é de um ilustre Deputado do PT de São Paulo. E diz que já vai apresentar agora, no dia 4 de abril.

Eu quero, desde logo, Sr. Presidente, nestas minhas preliminares considerações, dizer que eu sou contra – neste momento que o País está a atravessar – qualquer possibilidade de lista fechada. Até porque a imprensa, que tem sido profundamente generosa com nós políticos, com a classe política, já está a proclamar que quem quer a lista fechada quer se esconder: não quer apresentar o seu nome à consideração do eleitorado e vai para a lista fechada.

Eu não sei francamente, Sr. Presidente, em nível de estrutura democrático-partidária, como essa lista fechada pode ser uma coisa democrática. Não, a lista fechada vai permitir que os donos dos partidos políticos, que aqueles que controlam os partidos controlem a lista. E onde está a democracia representativa neste País?

Sr^as Senadoras e Srs. Senadores, o sistema que está aí, esse sistema proporcional, com 35 partidos no Brasil, isso é um escárnio; isso para quem tem um mínimo de responsabilidade é intolerável: partidos políticos que são fundados, neste País, para tomar um naco do fundo partidário e para vender o tempo de televisão e rádio na campanha eleitoral – mais nada além do que isto.

É uma sopa de letrinhas. Às vezes, eu mesmo – que sou obrigado, em razão da minha atividade político-parlamentar – não sei da existência de um "P não sei do quê", um "PQP não sei do quê" que já é partido político também. Isto, evidentemente, no meu entendimento, só leva ao descrédito: o descrédito da estrutura político-partidária; o descrédito do Congresso Nacional; o descrédito do mandato.

E o pior, Sr. Presidente, como disse o Ministro Gilmar Mendes hoje, em um levantamento que eu mesmo desconhecia: só 16 Parlamentares, na Câmara dos Deputados, se elegeram com os seus votos – só 16! E aí é citado o exemplo do Tiririca: quantos, com os votos do Tiririca, representam São Paulo na grande Bancada de 70 Deputados Federais?

Há uma desvinculação, portanto, completa hoje, ou quase completa, entre o representante e o representado. O representado não se sente, absolutamente, ligado ao representante, até porque todas as pesquisas indicam que, a curto prazo, o eleitor não sabe em quem votou para Deputado Federal nem para quem votou para Deputado Estadual.

Esse jogo, Sr. Presidente, nessa estrutura que aí está, inclusive, permite a alguns partidos políticos que são formados exclusivamente para apanharem um naco do Fundo Partidário negociarem. E daí o número de ministérios que a República tem, o que é uma vergonha! Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Governo Federal poderia, com um terço – com um terço! – de ministérios, governar o País, do que ter que, para se sustentar no Parlamento, dar a essa sopa de letrinhas uma série de ministérios, de cargos públicos. E isso tudo vai deteriorando a vida pública nacional.



Afora isso, Sr. Presidente, a vergonha que é a tal da coligação partidária na eleição proporcional. É uma vergonha! O sujeito monta um partido e fica igual a piolho de baleia: agarra-se a um partido grande, não tem voto, e lá vai o partidinho piolho de baleia eleger um certo Parlamentar que prefere organizar o partidinho, o partideco para alcançar representação no Parlamento.

Esse sistema, Sr. Presidente, perdoe-me, esse sistema está podre! Esse sistema político eleitoral está sem nenhuma condição, colocando em risco e fragilizando a democracia representativa no Brasil.

Sr. Presidente, a lista partidária – eu já falei dela –, a lista partidária, no meu entendimento, neste momento... Pode até ser que noutro momento no passado ou até noutro momento no futuro, quando os partidos conseguirem recuperar conceito e credibilidade junto à opinião pública – eu não sou contra a valorização dos partidos, eu acho que não pode haver democracia sem partidos –, mas, Sr. Presidente, no quadro que aí está se imaginar que através da lista partidária nós vamos convencer a opinião pública nacional a votar nos partidos políticos, eu acho que vai ser um desastre eleitoral.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Jader Barbalho, permite-me um aparte?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Jader, eu concordo com V. Ex^a com relação à lista fechada. Fiz um pronunciamento ontem, aqui nesta Casa, sobre isso. Eu considero que o nosso modelo é muito ruim: é um modelo em que o eleitor é dono do voto dele até o momento em que põe o voto na urna, mas, a partir dali, pode acontecer qualquer coisa com o voto dele, inclusive o voto dele ir para uma pessoa que ele não queria que fosse. Agora, a lista fechada, na minha concepção, piora esse sistema, porque ela tira do eleitor o direito de votar, de escolher quem ele quer, quem ele não quer: transfere esse poder para as cúpulas partidárias. As cúpulas partidárias vão decidir ali quem vai ser eleito e quem não vai ser eleito: vão colocar ali, vão indicar uma pessoa, vão criar uma lista preordenada já colocando quem é o primeiro, quem é o segundo, quem é o terceiro. Na minha concepção, nós tínhamos que partir para o voto distrital. O voto distrital, reduzindo a área geográfica das campanhas, barateia as campanhas, aproxima a política do cidadão, traz a política para perto do cidadão, vai exigir que o eleito tenha que ficar prestando contas do que está fazendo, porque é só um para ser fiscalizado. Eu protocolei nesta Casa, na minha primeira semana como Senador, um conjunto de propostas de reforma política que estão hoje na CCJ. Uma dessas propostas acaba com o voto proporcional e cria o voto distrital no Brasil. Isso, na minha concepção, melhoraria, porque o nosso sistema é muito ruim. Agora, a lista fechada consegue piorar um sistema que, na minha opinião, já é péssimo, que eu não achei que tivesse como ainda piorar, mas ela, na minha concepção, piora, porque retira do eleitor, pelo menos na minha opinião, o direito de decidir quem ele quer e quem ele não quer. Então, eu concordo com V. Ex^a nesse ponto e considero que nós daríamos aqui uma contribuição se mudássemos o modelo para o voto distrital, mas não para a lista fechada, que tira do eleitor o direito de decidir quem ele quer e quem ele não quer.

A Sr^a Kátia Abreu (PMDB - TO) – Senador Jader, eu gostaria de um aparte.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Eu vou ouvir a Senadora Ana Amélia; depois, um grande privilégio, ouvirei a Senadora Kátia; e, de antemão, agradeço o Senador Reguffe por seu aparte.



Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Jader Barbalho, é importante esse pronunciamento de V. Ex^a nesta hora de grandes perplexidades no cenário político nacional. Em uma das narrativas mais – eu diria – acertadas é de que os candidatos *outsiders* – de fora do cenário político tradicional, convencional, conhecido – terão muito êxito, até porque nós estamos diante de uma nebulosa panorâmica do que teremos em 2018 em relação à questão da disputa à Presidência da República ou nos nossos próprios Estados, talvez nos Estados mais fácil do que na Presidência da República. Então, não considero que seja grave a Sr^a Presidente do Supremo Tribunal Federal, o que é o legítimo direito dela e está dentro da qualificação como eleitora, ser candidata e postular uma candidatura a Presidente da República.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Nem eu, Senadora. Nem eu.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso. Tenho certeza de que V. Ex^a também. Da mesma forma, o Prefeito de São Paulo e assim por diante. O que aconteceu nos Estados Unidos, hoje se fala muito no Brasil de que corremos o risco de termos uma surpresa de um candidato *outsider*, o que seria até bom, porque a sociedade está em busca disso. Concordo plenamente com V. Ex^a em relação à questão da lista fechada. O Senador Reguffe foi claro o suficiente: nós estaríamos dando aquilo que deveria ter sido feito no passado – e os partidos não o fizeram –, que era exatamente fortalecer o partido político, mas hoje houve uma contaminação de tal forma com o sistema político tradicional que os partidos perderam a sua essência. Então, hoje, o senhor não sabe, porque a mesma tese defendida pela oposição é defendida pela situação em uma questão que diz respeito ao interesse partidário. Então, a lista fechada, de fato, é um desserviço à liberdade do eleitor de saber, porque a lista fechada é o partido que está colocando num pacote pronto e acabado para o eleitor receber na hora da eleição, e ele pode ter surpresas de naquela lista estar alguém que ele jamais estaria escolhendo ou elegendo para chegar à sua representação aqui, no Senado, ou, melhor dizendo, na Câmara dos Deputados. Então, parabéns a V. Ex^a por estar contrário à lista fechada e também pela avaliação que está fazendo do cenário político brasileiro neste momento.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Senadora Ana Amélia, eu agradeço o aparte de V. Ex^a. Eu gostaria de ressaltar que não existe absolutamente da minha parte nenhuma restrição – e respeito – à ilustre Presidente do Supremo Tribunal Federal. Eu fico é preocupado com essas especulações. Antes era o ex-Ministro Joaquim Barbosa, porque ele foi relator de uma matéria no Supremo, e aí já era o Joaquim Barbosa.

Eu fico surpreso com o fato de o Prefeito de São Paulo, que ainda não tem nem dois meses de atuação...

(Soa a campainha.)

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – ...vestir uma roupa de gari e já ser, segundo setores da imprensa, alguém credenciado para disputar a Presidência da República.

Eu não sou contra o novo, não. O que eu tenho muito medo é do novo desconhecido. O que eu tenho muito medo é do novo como produto de *marketing*. Já tivemos muito isso na história do mundo, até na Itália, com o fascismo, do Mussolini; na Alemanha, com o nazismo do Hitler; e deu no que deu. E quem salvou a Alemanha foi um velho político, depois do Hitler, foi um velho político.



E eu acho que está se montando um quadro, no meu entendimento...

(Soa a campainha.)

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – ...em que tudo em que há militância – Sr. Presidente, me releve –, não presta, não presta mais. Nós temos que varrer o Congresso Nacional, substituir todos aqueles que atuam na vida pública e inventarmos o novo, porque o novo vai dar jeito no País.

Então, eu tenho profunda preocupação com isso que aí está, e acho que o Congresso Nacional tem que tomar providência urgente. Se vai fazer reforma política, se está diante de uma situação grave, vamos alterar a Constituição, vamos montar, Senador Reguffe, o voto distrital, sim, como é na Alemanha, em que metade é distrital e metade é proporcional, para não se dizer que se quer eliminar alguns segmentos da sociedade que se credenciam, mas não têm estrutura para ganhar no voto majoritário. Mas eu não tenho a menor dúvida de que, com o voto distrital, vamos fazer 513 distritos neste País ou a metade neste País. E o eleitor sabe em quem está votando. E aí os aventureiros e esses partidinhos que eu apelido de piolhos de baleia, esses que se juntam em coligações apenas para usufruir dos votos alheios, esses vão desaparecer no processo, porque não têm condição nenhuma de se credenciarem perante a opinião pública, seja dos Municípios, seja dos Estados.

Tenho o privilégio e a honra de conceder o aparte à Senadora Kátia Abreu.

A Sr^a Kátia Abreu (PMDB - TO) – Obrigada, Senador Jader Barbalho. Quero aqui me congratular com o seu pronunciamento, especialmente a respeito da lista fechada. Eu também me declaro totalmente contrária a esse instrumento, não pelos motivos que hoje estão sendo abordados por aí. Eu já era antes contrária à lista fechada, porque acho que a lista fechada tira o poder do eleitor. Na verdade, nós só melhoraremos a política quando o eleitor estiver, cada vez mais, empoderado. De que forma? Com o voto distrital, como disse V. Ex^a, como disse o Senador Reguffe, porque o voto distrital é o poder total na mão do eleitor, que vai fiscalizar o seu Parlamentar, em que ele votou, com relação ao seu trabalho: se desempenhou bem ou não. Agora, eu não comprehendo determinadas coisas. Nós votamos e discutimos no Senado uma reforma mínima, mas de grande alcance, porque uma das coisas que a população não entende e com a qual se revolta é justamente a quantidade de partidos que o Brasil tem.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Kátia Abreu (PMDB - TO) – Por mais boa intenção que tenham todos os partidos existentes no País, a população não acredita nisso. A população se sente enganada com essas coligações proporcionais de última hora. Então, o que foi votado no Senado, que é o fim das coligações proporcionais: teve voto, se elege; não teve voto, está fora. O segundo ponto é a cláusula de barreira, que, infelizmente, no passado – acho até com certo arrependimento –, o Supremo derrubou. A importância dessa cláusula de barreira é com relação à representatividade. E o voto distrital. Essa inclusão, agora, da lista fechada, eu não comprehendo por que esse quesito de última hora, sendo que, no passado, todos – era quase unanimidade – eram contrários a essa lista fechada. De repente, ela nasce novamente com grande força. Eu já era contra essa lista fechada e continuo contra a lista fechada. Obrigada, Senador, e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu. Eu espero que o Congresso Nacional tenha a coragem de enfrentar essa questão. Eu espero. Ainda



estou nessa expectativa. Essa história de que não há tempo... Por que não há tempo? Alteremos a Constituição em relação à questão de um ano de prazo para se alterar regra eleitoral. Alonguemos esse processo até o final do ano e vamos, juntos, Câmara e Senado, compreender que a situação do País é grave, que está em risco – está em risco – em face do desgaste que aí está. E eu não vim falar aqui dos desgastes.

Fiquei assistindo ao debate hoje sobre essa questão de foro privilegiado aqui. Até no meu Estado, meus adversários colocaram lá que eu sou contra acabar com o foro privilegiado. Não, eu concordo. Agora, concordo com aqueles que dizem: "Não, colocar fim do foro privilegiado para tudo, para todos, para ministro do Supremo Tribunal Federal, para procuradores...". E vamos ver quais são as regras que vão estruturar isso, do tal foro privilegiado. E junto colocarmos a lei de crime de responsabilidade, porque ficam invocando que, nos Estados Unidos, não sei onde, não há foro privilegiado, mas, lá, se alguém caluniar alguém, se alguém processar de forma leviana alguém, aguente a rebordosa, aguente a ação. Não é isso?

Aqui, não: aqui se quer ter o direito de acusar, de processar, livre da possibilidade de ser objeto do enquadramento em crime de responsabilidade. Aí é muito tranquilo, aí é muito tranquilo!

Eu sou favorável, vamos acabar para todo o mundo. Mas vamos colocar do lado que, se alguém cometeu leviandade – como essa que está aí assustando o País, na questão dessa operação que está a prejudicar o País como um todo, quando seria possível apenas pinçar os casos específicos... Não! Irresponsavelmente, prejudica-se a economia do Brasil, prejudicam-se milhares de pessoas neste País – a título de quê? Em nome da moralidade generalizada que se quer estabelecer neste País!

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Com grande alegria, Senadora Marta Suplicy.

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – V. Exª sempre faz excelentes discursos, que nos propiciam reflexão, com muita clareza e firmeza nas suas convicções. Esse discurso de hoje é muito importante no sentido de que coloca que fora da política não há solução, e que não adianta ficar inventando coisas variadas. Sobre essa questão da lista, há bastante tempo eu achava que a única coisa interessante que havia na lista é que seríamos obrigados a colocar as mulheres na lista de alguma forma: um homem e uma mulher, ou dois homens e uma mulher.

(*Soa a campainha.*)

A Srª Marta Suplicy (PMDB - SP) – Porque, em qualquer país onde a lista existe, a mulher conseguiu uma inserção de mais de 30%. Isso era o que me seduzia na tal da lista, mas não me seduzia a ponto de brigar pela lista. Agora vejo a lista, neste momento... Aliás, não mudou a minha ideia. Primeiro, porque agora vejo que, pelo conservadorismo em que estamos vivendo, é muito difícil termos uma questão da mulher que nos convenha nessa tal lista. Depois, porque a lista, além do que foi dito, de que os dirigentes colocariam seus preferidos... Hoje vi no jornal a sugestão de alguém – achei-a um pouco ingênua – que dizia: "Não, mas podemos fazer prévias dentro dos partidos, e as prévias indicariam quem os afiliados gostariam que estivesse." Isso é para quem não pertence a partido e pode achar que isso seria muito diferente, no sentido de que é uma indicação do chefe, daquele que manda no partido. Então, não daria em nada, também. Então, essa questão da lista é completamente fora de sentido. Quanto aos partidos pequenos, acredito que



o próprio Supremo Tribunal hoje perceba que errou quando fez a cláusula de barreira – e errou feio, porque criou uma confusão gigantesca e agora estamos com muito mais dificuldades de lidar com a situação. Quanto à mencionada Presidente do Supremo Tribunal, Cármem Lúcia, eu li atentamente a entrevista dela hoje no jornal *O Globo*, de muitas páginas. Acredito que a Ministra Cármem Lúcia está desempenhando um papel pacificador, no sentido de que está sempre mostrando uma situação em que o Legislativo é o Legislativo, e o Supremo e as leis são outra coisa. E gostei da colocação de que muitas vezes eles são instigados por nós mesmos, do Legislativo, a se pronunciar sobre ações que seriam responsabilidade nossa. Eu digo isso em relação à união estável de homossexuais, mas também em relação a vários outros temas sobre os quais eles acabam tendo de legislar, como essa história da barreira, o que acabam...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Marta Suplicy (PMDB - SP) – ... fazendo, de forma que realmente se criou um atraso no Brasil muito grande em relação a essa situação. E gostaria agora de ouvir suas palavras finais, num discurso que está sendo muito interessante, aqui para nós, ouvir. Obrigada.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy. Eu fico profundamente gratificado com a sua participação nessas minhas ponderações sobre o quadro que aí está. São ponderações de pessoas que têm se manifestado e são da maior respeitabilidade: cientistas políticos... Eu não posso apenas, depois de 50 anos de vida pública – fora o período em que eu participei da política estudantil –, assistir, como já assisti a tanta coisa na vida brasileira, e ficar assistindo quieto, sem dar uma opinião sobre esse quadro. Esse quadro que está montado aí é um quadro para desmoralizar de vez o Parlamento, desqualificar a democracia representativa, e eu sei quais são as consequências disso – eu sei! Eu assisti a 1964; eu assisti a 1964. Depois, eu assisti ao AI-5. Fora da democracia, fora da valorização do Parlamento, é a ditadura! E nós não lutamos tanto para retrocedermos a esse nível.

Eu ouço o Senador Requião e posteriormente o Senador Edison Lobão.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senador Jader, esse projeto da lista fechada, neste momento, é um espanto. Eu redigi no início do meu mandato, há seis anos, um projeto com uma lista dupla: era a metade das vagas em lista fechada, que seria uma significação ideológica de um partido bem constituído, e a outra metade, em lista aberta – com um artifício: os votos proporcionais seriam atribuídos aos votos da lista fechada. A ideia era, com isso, eliminar as candidaturas folclóricas que, numa eleição proporcional, podem ter grande sucesso – os Tiriricas da vida –, mas que jamais teriam sucesso numa eleição majoritária. Então, os partidos não colocariam esse tipo de candidato na lista fechada porque ele derrubaria a lista, ao invés de levantá-la, do ponto de vista eleitoral. Mas esse projeto de lista fechada, agora, é um projeto tipo Joana d'Arc *self-service*: Joana d'Arc coloca o poste, junta a lenha, se amarra e ateia fogo à lenha. Porque é evidente que a crise de representatividade que atinge os políticos brasileiros é potencializada em relação aos partidos. Imagine, Senador Jader, imagine, Senador Renan, o nosso PMDB se apresentar com uma lista defendendo a entrega do pré-sal, o fim da aposentadoria, o retalhamento da Consolidação das Leis do Trabalho, esse projeto amalucado de dependência – que é o do PSDB, mas que não é formalizado. Nós não teríamos condição de eleger rigorosamente ninguém. Então, parece-me que não refletiram muito sobre o que estão fazendo e o que estão propondo. Hoje, o caminho possível é o de uma eleição aberta, em que os candidatos digam o que querem, porque o domínio das cúpulas partidárias é um domínio terrível. Eu, por exemplo, fui



retirado da titularidade das comissões de que participei durante seis anos porque o nosso Líder Renan Calheiros achava que eu podia não gostar dos acordos que ele fez, na condição de Líder, com outros partidos. Então, eu fui retirado. Imagine o nosso Renan coordenando a formação de uma lista partidária! Não é possível que esse tipo de predomínio da burocracia seja levado a um nível de comando da estrutura partidária. Então, a lista fechada, neste momento, é um suicídio partidário. Estão ateando o fogo às vestes. Repito: é uma espécie de Joana d'Arc *self-service*.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Obrigado, Senador Requião, pelo aparte de V. Ex^a.

Eu considero que esse suicídio é um suicídio coletivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – É um suicídio, Sr. Presidente, de todos os partidos políticos – de todos. Não acredito no clima que aí está de que nenhum partido político tenha sucesso com essa fórmula. Insisto que, se o problema é de legitimidade na relação entre representante e representado, o caminho é o voto distrital, pelo menos na metade das cadeiras; e, na outra metade, a oportunidade da eleição do proporcional.

Agora, se o Congresso não tiver coragem neste momento e não entender a gravidade deste momento, nós estaremos – antes de eu dar um aparte ao Senador Edison Lobão – iguais a Dom Pedro II e a monarquia na grande...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – ... festa da Ilha... (*Fora do microfone.*) ... Fiscal. Quem não conhece o episódio da Ilha Fiscal, em que a monarquia estava festejando, fazendo uma grande festa às vésperas de acabar? É o que nós estamos vivenciando.

Ou o Congresso tem coragem... Eu quero dirigir a palavra, neste momento, aos integrantes da Câmara dos Deputados: vamos criar juízo! Vamos entender – certo? – a importância deste momento e vamos alterar as regras do jogo para que a opinião pública nacional, do Rio Grande do Sul ao Acre, possa entender que haverá possibilidade, efetivamente, da democracia representativa neste País, porque sem ela haverá um grande ponto de interrogação.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão antes, Sr. Presidente, de dar por encerrada a minha manifestação.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB - AL) – Presidente... Eu queria me inscrever para fazer um aparte a V. Ex^a, antes de encerrar.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Com grande alegria.

O Sr. Edison Lobão (PMDB - MA) – Senador Jader Barbalho, que já presidiu esta Casa, que foi Líder nesta Casa e tem uma longa vida pública, poucos são os brasileiros em condições de exibir 50 anos de experiência política como V. Ex^a.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – E nem parece, não é, Lobão?

O Sr. Edison Lobão (PMDB - MA) – E nem parece. Eu sempre ouço as reflexões de V. Ex^a, que são aqui apresentadas com a marca da coragem. Nós estamos vivendo um momento de acovardamento político, realmente, e nós não servimos ao País com a capitulação, com a fuga, com o escapismo. Refere-se V. Ex^a, por exemplo, ao chamado foro privilegiado. Essa figura não existe em nenhuma lei do País. Isso foi criado para estigmatizar os políticos. O que existe é a prerrogativa de foro por função. Foro privilegiado, quer dizer, o privilégio de uma certa categoria



de homens públicos não existe. Mas quem detém a prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal? São os Senadores, os Deputados...

(Soa a campainha.)

O Sr. Edison Lobão (PMDB - MA) – ... os Ministros de Estado, o Procurador-Geral da República, os comandantes das Forças Armadas, mas não se fala a esse ponto, a esse limite. Não! Foro privilegiado, expressão estigmatizada, é só dos Parlamentares. Mas se formos além disso, todos têm o direito ao mesmo foro. O cidadão lá do interior do Ceará é julgado por um juiz singular, mas ele pode recorrer ao Tribunal de Justiça e, em seguida, ao STJ e, em seguida, ao Supremo Tribunal Federal. Portanto, o Supremo não é um foro exclusivo para a prerrogativa. Senador Jader Barbalho, quanto ao voto distrital, eu era jornalista em 1976...

(Soa a campainha.)

O Sr. Edison Lobão (PMDB - MA) – ... – peço a indulgência da Presidência para concluir o meu aparte – e fui convidado pela CDU, que é o grande partido da Alemanha, para assistir às eleições naquele período. Durante 30 dias, andei com o Deputado Helmut Kohl, que era candidato a Primeiro-Ministro na Alemanha, num ônibus, assistindo à campanha política – ele era o Presidente do Partido. Na hora da eleição, ele aparecia na chapa em primeiro lugar, na lista da metade das cadeiras do Parlamento. Helmut Kohl, Presidente do Partido, era o número um da lista e era candidato também, ao mesmo tempo, no seu distrito. Isso lá é possível. As demais indicações para a lista vinham, em grande parte, de universitários, aqueles que se destacavam na universidade como valores, convidados a integrar a vida pública. Eu não estou dizendo que façamos aqui um sistema distrital copiado da Alemanha, mas é possível que se faça isso. O financiamento da campanha na Alemanha é feito pelo Estado, na proporção dos votos recebidos por cada partido. O que precisamos, de fato, é aperfeiçoar o sistema, e é isso que propõe V. Ex^a. Mas essas alterações profundas no sistema político brasileiro não se farão sem determinação, sem coragem e com acovardamento – com isso, não se farão. Eu me solidarizo com V. Ex^a pela coragem de trazer esses pontos ao debate do Senado Federal.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão.

Eu quero dizer a V. Ex^a que, com grande constrangimento, por exemplo, assisti à propaganda eleitoral e aos debates para Presidência da República. Eu ficava admirado de verificar algumas figuras bisonhas – perdoem-me –, algumas figuras ridículas, sem nenhuma representação. Estavam lá, não é isso? Candidato fulano de tal. Alguns eu acho que são até contratados já para atrapalhar: "Olha, tu vais entrar na campanha e tu vais ficar fazendo crítica só num determinado segmento, contra uma determinada candidatura ou apoiando outra candidatura." Figuras ridículas. E isso está mantido.

(Soa a campainha.)

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – E isso vai ficar mantido.

Então, eu agradeço as considerações bondosas, elogiosas por parte de V. Ex^a.

Acho, Senador Lobão, que o voto em lista fechada poderia até, num outro momento, ser adotado. Neste momento, é preciso que o Congresso Nacional tenha coragem de enfrentar essa questão, reformar a Constituição e alongar até prazo para a reforma político-eleitoral, efetivamente, para nós restaurarmos a possibilidade da identificação política entre representante e



representados, que, neste momento, se esvaiu, em face da realidade política que tem dominado o País nos últimos tempos.

Ouço o Senador Renan Calheiros.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB - AL) – Senador Jader Barbalho, em primeiríssimo lugar, quero cumprimentá-lo pelo oportuno discurso que V. Ex^a faz nesta tarde e dizer que concordo em gênero, número e grau com V. Ex^a quando V. Ex^a fala da necessidade de, do ponto de vista congressual, nós todos darmos uma resposta neste momento. O que parece – e eu acho que falo a partir dos fatos –, Senador Jader Barbalho – e V. Ex^a tem razão –, é que nós precisamos reinstitucionalizar o Brasil. Nós juramos cumprir a Constituição Federal, e os fatos do dia a dia demonstram exatamente o contrário. Eu vejo agora uma declaração corajosa, patriótica do Ministro e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, dizendo que é inconcebível que o Procurador-Geral da República convoque uma coletiva para fazer vazamentos de uma operação, a não ser que o propósito seja invalidar provas, porque outro propósito não justificaria tal fato. E o Ministro tem absoluta razão. O Senado Federal, desde 1994, fez uma reforma profunda, e repetimos, em alguns anos, essa reforma. Ainda em 2016, em pleno processo de afastamento da Presidente da República, nós fizemos uma outra reforma política, que era a reforma possível, que dava para fazer. O que o Congresso tem que votar como reforma é sempre o possível, o impossível não adianta você defender como bandeira, porque, na primeira esquina, morre, você larga. Eu soube que o Palácio hoje fez uma reunião para dizer que a prioridade da reforma previdenciária é apenas a partir de setembro. Ou seja, com esses encaminhamentos, com esses encaminhamentos, vai se desgastar qualquer reforma possível que a sociedade cobra que nós façamos. Nós mandamos a última reforma para a Câmara e voltou da Câmara, Senador Jader Barbalho, um feirão, um feirão. Do que nós votamos aqui, no Senado, serviu apenas a janela, que vai criar condições para que esses mais de 30 partidos artificiais utilizem os recursos do fundo partidário para filiar Parlamentares. Isso é o fim do mundo! É essa a reinstitucionalização que nós temos que fazer, que nós temos que fazer. O Congresso vive a dificuldade de pôr em funcionamento um regimento feito para o bipartidarismo, hoje com mais de 30 partidos. Não é isso que justifica eu não ter indicado o Senador Requião. O Senador Requião, eu o indicarei para funções importantes, para missões cuja coragem e competência recomendem que se indique o Requião. Quando nós precisamos aprovar aqui o direito de resposta, que foi um compromisso meu assumido na minha primeira eleição para a Presidência do Senado, quem foi o indicado para Relator? O Senador Roberto Requião. Quando nós precisávamos colocar alguém – e a imprensa dizia que eu ia acabar sendo o relator do abuso de autoridade –, quem é que eu fui designar para cumprir essa missão? O Senador Roberto Requião.

(Soa a campainha.)

O Sr. Renan Calheiros (PMDB - AL) – Eu vou indicar o Senador Roberto Requião para as missões mais importantes da Casa. Eu não tenho indicado o Senador Roberto Requião para toda comissão, porque eu vou, com essa exposição e com essas indicações, desgastar o temperamento, a civilidade e a inteligência do Senador Roberto Requião, que, eu acho, nós só poderemos utilizar – e o Líder acaba sendo um destinatário destas decisões – nos grandes momentos e nas grandes causas deste País. Quando o Senador Roberto Requião defende que o Presidente da República tem que continuar editando medida provisória – medida provisória que só existe no Brasil, no Presidencialismo do Brasil, não existe em nenhum outro lugar... Nós aprovamos na Constituinte a medida provisória, mas fizemos várias vedações. Dizer, Sr.



Presidente, que um Presidente da República, seja quem for, seja qual for, pode editar medida provisória e atrair de boa-fé um investidor internacional que queira fazer investimento no Brasil – e, comparativamente, nós temos muitas condições de atrair esses investimentos – com determinadas regras e que, chegando aqui, com o seu investimento, que gerará desenvolvimento e emprego, o Presidente da República pode editar uma medida provisória para mudar as regras exatamente que trouxeram esse investidor? Eu não estou dizendo que o Presidente da República não pode fazer isso. Ele até pode, mas ele tem que fazer isso, Senador Jader Barbalho, por projeto de lei. Ele, se entender que é urgente, estabelece a urgência, e o Parlamento terá que votar em 45 dias. Agora, defender isso como prerrogativa contra o Parlamento? Não é para esse tipo de função que eu quero indicar o Senador Roberto Requião. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Obrigado, Senador Renan, pelo aparte de V. Ex^a, que enriquece as minhas modestas considerações. Eu quero, inclusive, concordar com V. Ex^a nesta divergência com o Senador Requião.

Eu sou um admirador do Senador Requião. Eu acho que o PMDB deveria ter aproveitado o Senador Requião em outros momentos, até como candidato à Presidência da República, pelo seu talento, pelo seu preparo intelectual.

Acho que, neste momento, há apenas uma divergência – que não considero uma divergência – com o Senador Requião. Concordo com V. Ex^a: o Senador Requião é um Parlamentar altamente preparado e que deve estar reservado a grandes tarefas aqui no Parlamento.

Eu quero, Sr. Presidente, Senador Thieres Pinto, agradecer a sua benevolência, a sua boa vontade, mas quero agradecer fundamentalmente aos Senadores e às Senadoras que ficaram para me dar o privilégio da audiência nessas considerações que faço a respeito do quadro político-eleitoral que aí está.

Quero dar um recado à Câmara dos Deputados: una-se ao Senado! Vamos nos unir para salvar a democracia representativa no Brasil! Há muita gente dizendo bobagem, de forma espalhafatosa – algumas pessoas que, lamentavelmente, não tratam essa grave questão como algo grave para a democracia no Brasil.

Vamos fazer as alterações na legislação político-eleitoral. Vamos, Sr. Presidente, acabar com esses "partidecos" de aluguel, que só servem para tomar dinheiro do Fundo Partidário, para negociar, em véspera de eleição, o tempo de rádio e de televisão e para pressionar o Governo para haver neste País 39 ministérios, Sr. Presidente. Uma gente que não tem absolutamente nenhuma representação fundamental para valorizar a democracia no Brasil.

Sr. Presidente, desculpe-me se me alonguei, é que muito pouco tenho vindo...

(Soa a campainha.)

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – ... à tribuna desta Casa. E não tenho vindo, Sr. Presidente, porque acho, como disse num discurso anterior, relembrando o grande tribuno espanhol Emilio Castelar, que evidentemente estou longe de ser, que tenho contribuído com a minha Pátria com a minha palavra, mas, seguramente, muito mais com o meu silêncio.

Mas hoje eu resolvi me lembrar do Raymond Aron: eu sou um "espectador engajado".

E não posso, depois de mais de 50 anos de vida pública, assistir ao que se está a fazer com a democracia representativa no Brasil por parte de uma meia dúzia de irresponsáveis, de inconsequentes, que talvez não tenham...

(Soa a campainha.)



O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – ... passado 1964 nem vivido as agruras do regime militar, com base no AI-5.

Presidente, muito grato e muito agradecido às Senadoras e aos Senadores que assistiram a essas considerações até este momento. Eu saio da tribuna profundamente gratificado com a audiência de V. Ex^{as}s.

(Durante o discurso do Sr. Jader Barbalho, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Rocha.)

(Durante o discurso do Sr. Jader Barbalho, o Sr. Roberto Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Thieres Pinto.)

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Jader Barbalho.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

Aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela ordem, Senador.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria, parabenizando o nosso Senador Jader Barbalho pelas considerações, pelo pensamento, pelo que trouxe aqui para nós hoje no plenário, de pedir a leitura de um requerimento que eu apresentei à Mesa – Requerimento 037, de 2017.

Pediria a leitura para que possa entrar em pauta para ser votado amanhã, por gentileza, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Com a palavra o Senador Jorge Viana. O senhor dispõe de 20 minutos, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, pela ordem, até o Senador chegar na tribuna.

Presidente, Presidente, estou pedindo um minutinho pela ordem, com a boa vontade do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela ordem o Senador Paulo Paim; na sequência, o Senador Jorge Viana tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, eu quero só agradecer a todos os Senadores as 61 assinaturas na CPI da previdência. Faltam só 20 Senadores. Eu ainda faço um apelo a esses 20, que não assinaram por um motivo ou outro, que assinem lá na mesa.

Estamos com 61 assinaturas, Senador Renan, Senador Lobão, para a nossa CPI da previdência. E eu quero agradecer a todos, a todos mesmo, a todos os Senadores e Senadoras. Aqueles que quiserem assinar, dá para assinar até a meia-noite ainda.

Quero agradecer ao Senador Elmano Férrer, ao Senador Medeiros – o Senador Medeiros mandou por documento aqui, um documento, já que está no Estado, confirmando a sua assinatura.

Era isso, Sr. Presidente.



Depois, eu vou ter a oportunidade de ir à tribuna, aí farei a leitura dos 62 já, com o Senador Valdir Raupp, que me comunicou que está assinando neste momento.

Obrigado, Presidente.

O Senador Eduardo Lopes já coloquei aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Jorge Viana, há um requerimento sobre a mesa. Só um minutinho, querido, por favor.

Requerimento do Senador Eduardo Lopes, do PRB, do Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 336 do Regimento Interno, urgência para tramitação do PSD nº 37, de 2017, que aprova o texto de Acordo de Ampliação Econômica e Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, em 29 de abril de 2016. (**Requerimento nº 162/2017 - vide item 2.1.8 do sumário**)

Segue o Regimento.

Senador.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, um momento.

Peço ao Senador Jorge Viana para ser condescendente com a leitura que farei de um requerimento que protocolo à Mesa, com base nos dispositivos dos arts. 74 e 75 do Regimento, que cria a comissão temporária externa, composta por seis membros titulares e igual número de suplentes, com o prazo de funcionamento de seis meses, destinada a acompanhar os desdobramentos da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, que investiga o envolvimento de fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em um sistema criminoso, envolvendo licenças e fiscalização de frigoríficos; averiguar supostos abusos de autoridades com as investigações e seus impactos mercadológicos, podendo, para tanto, realizar audiências públicas e diligências externas, inclusive reuniões com organismos internacionais; requerer informações e outros atos que julgue necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

Sr. Presidente, colegas Senadores, peço a aprovação dessa comissão temporária, porque não existe hoje um assunto mais importante do que este no País – pode existir igual –, para nós, do Senado Federal, acompanharmos de perto, em prol da economia nacional, do emprego, dos produtores rurais que construíram essa pecuária brasileira com muito esforço nos últimos 80 anos, Sr. Presidente. O mínimo que esse povo merece é que o Senado Federal se mostre presente e diligente, de forma suprapartidária – Senadores de todos os partidos –, para que nós possamos, como brasileiros, apartidariamente, acompanhar esse caso gravíssimo que afeta, quase que de morte, a nossa economia, atingindo a carne brasileira, bovina, suína e de aves.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Jorge Viana, V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Senador Jorge Viana, pela sua delicadeza.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu. Inclusive, a minha fala, como bem falou V. Ex^a, segue nesse sentido.

Eu hoje conversei com Assueiro Veronez e, através dele, estou emprestando a minha solidariedade a todos os criadores e produtores do Estado do Acre. Sei que faço isso também para todo o Brasil, porque, como todos os brasileiros, como boa parte deste Parlamento – confesso, Sr.



Presidente –, fico refletindo sobre que País nós estamos construindo ou por que razão nós estamos destruindo o Brasil. As duas perguntas valem.

Eu confesso que fiquei chocado com essa última operação. Quem de nós pode ficar contra uma operação de uma instituição séria, como é a Polícia Federal, que vem avalizada pelo Judiciário e que visa a punir indivíduos que estão cometendo irregularidades na área sanitária, que põem em risco a vida das pessoas? Quem de nós pode ficar contra? Todos nós somos a favor. Mas eu tenho assistido ao noticiário, tenho lido, tenho prestado atenção, e não consigo entender por que, depois de dois anos encontrando irregularidades nessa área – estou falando da área sanitária, que é muito importante, área de defesa –, as autoridades policiais foram guardando informações que põem em risco a população, para, dois anos depois, disparar uma operação, salvo engano, com mil homens na rua.

Ora, o ex-Ministro Francisco Turra – ex-Ministro da Agricultura –, que preside a Associação Brasileira de Proteína Animal, é uma autoridade, conhece bem o assunto, foi gestor dessa política há tempos. Ele falava algo que é senso comum: se uma autoridade encontrar alguma irregularidade na produção, no processamento de algum alimento, esse delito, esse crime, essa irregularidade tem que ser combatida ato contínuo ou não? Ou tem que esperar dois anos? Esperar matar as crianças que se alimentam, na merenda escolar, desses produtos? Esperar que os consumidores vão aos supermercados, aos açougues, comprar produtos irregulares que põem em risco a saúde pública? E só depois de dois anos fazer uma operação?

Eu não sei. Eu não quero acreditar que possa haver algo que não seja o interesse público colocado nessa operação. Não quero, nestes tempos que o Brasil vive, de tanta intolerância, de tanta injustiça, cometer mais uma. Mas acho que a atitude do Juiz de pedir, em 24 horas, informações que embasaram essa operação é correta.

Primeiro: demorou quase um século para o Brasil se firmar como um grande produtor de proteína animal no mundo. Aliás, o Brasil é a esperança das Nações Unidas quando a gente discute a fome no mundo e o aumento da produção de alimentos no mundo. O Brasil é a esperança. Aliás, o Brasil reúne as condições para que o mundo possa se livrar da fome.

Eu fui prefeito, fui governador. Quando eu assumi o governo do Acre, nós não tínhamos um instituto de defesa animal. Nós tínhamos a aftosa como risco desconhecido. Reuni os produtores. Nunca tive uma relação, quando estava disputando o governo, muito próxima deles. Aliás, eles me viam, sendo eu do PT, com desconfiança. E eu os chamei para conversar. Falei: quais são as prioridades de vocês, as principais prioridades? Eu falava para eles: na minha compreensão, o que vocês têm de patrimônio é da porteira para dentro, da cerca para dentro. E eu, rapidamente, me encontrei, de uma maneira cristalina, com prioridades. Falaram: "Olha, nós concordamos contigo, Jorge, e nós queremos apenas proteger o patrimônio que temos. Nós somos criadores, queremos seguir criando, produzindo e queremos segurança para aquilo que temos, para o nosso trabalho." E me pediram para enfrentar o problema da aftosa, para criar um instituto de defesa e para fazer o zoneamento, a fim de dar segurança jurídica, fazendo o Zoneamento Ecológico-Econômico, estabelecendo uma harmonia no uso da terra no Acre. Cumpri as três prioridades.

Sei que hoje tenho, nos pecuaristas, nos criadores, o reconhecimento pelo trabalho e pelo apoio que dei, apoio que seguiu com Binho Marques e segue hoje com o Governador Tião Viana. Aliás, o Governador Tião Viana fará uma reunião amanhã, e, lamentavelmente, por conta das tarefas aqui, eu não vou poder estar presente – nós, Parlamentares, não podemos sair daqui na quarta-feira. É um gesto de solidariedade, de apoio.



Nós temos quase 3 milhões de cabeças de gado no Acre, um gado de boa qualidade, uma carne de boa qualidade. Vencemos, se não toda, uma boa parte da política de enfrentamento que tínhamos à ampliação do desmatamento. Conseguimos reduzir bastante o desmatamento no Acre. Temos o uso de 13% do território para atividades da agropecuária, da produção. E o nosso sonho é fortalecer e implementar uma política de uso das florestas.

Mas eu quero levar a minha solidariedade para aqueles que criam, que trabalham, que produzem e que não podem, com o noticiário do jeito que saiu, fazer parte de um bando de criminosos. Acho que as autoridades, no mínimo, cometem uma falha grande. Ontem eu vi o noticiário, assisti ao Jornal Nacional, que começou a fazer questionamentos importantes para esclarecer. Vi a grande imprensa, nos editoriais, hoje, toda ela fazendo questionamentos pertinentes. Não é porque alguém passou num concurso e virou delegado, virou juiz, que nós temos que endeusá-lo. Eu não sei qual é o tamanho do prejuízo.

Hoje eu abri o jornal e, depois desse golpe parlamentar que deram – e disseram que iriam salvar a Petrobras, salvar o Brasil, salvar o emprego –, o que eu estou vendo, Senador Paim, é um desmonte absoluto! A Petrobras, que agora eles tomaram de conta e estão desmontando... Áí, sim, vendendo, acabando com o conteúdo nacional, com a indústria toda que dava suporte, em vez de combater a corrupção... A Petrobras teve um prejuízo de R\$15 bilhões no ano passado, sob a gestão deles, que se apresentaram como salvadores da Pátria. Agora, nessa operação desta semana, e conversei com vários especialistas, falam num prejuízo que não é menor do que R\$30 bilhões, com um custo incalculável, quando o Brasil pode perder mercado internacional. Para alguns países que o Brasil fornece carne bovina, de aves e de suínos, o Brasil é um dos poucos fornecedores. Com esse baque, colocando sob suspeição a produção da nossa carne, nós vamos ter um risco seriíssimo de perder mercado. É muito grave o que ocorreu!

Eu acho que não é possível que não haja ninguém no Judiciário para apurar se está havendo algum abuso de autoridade nesse episódio. Eu volto a repetir: criei o Idaf, um instituto de defesa, e qualquer autoridade que sentir, por menor que possa ser, o indício de irregularidade no processamento de alimentos tem que denunciar imediatamente, para não pôr em risco criança, não pôr em risco os consumidores, não pôr em risco – não é o mercado, não! – a vida. E por que não fizeram assim?

Eu sei – está evidente – que essa operação tem lá um lado meritório: está identificado um tráfico de influência na nomeação de pessoas, numa área em que não pode existir tráfico de influência nem a presença desse loteamento partidário.

Como é que você vai fazer um loteamento partidário numa área que trabalha com fiscalização? E é evidente que há. Mas, se há alguém roubando galinha, prende-se o ladrão de galinha. Se há alguém roubando picanha, prende-se o ladrão de picanha. Se há alguém adulterando algum produto, prende-se essa pessoa. Mas não se destrói um país, não se destrói, não se afeta um setor, uma cadeia produtiva. A carne é o resultado dela, mas toda a produção de grãos, toda a produção que vem dos pequenos produtores, dos criadores de aves, está afetada. Tudo aquilo que o Brasil conquistou nos últimos 15 anos, especialmente, de se firmar em todos os continentes do mundo, nos Estados Unidos inclusive, na América do Norte, na Europa, na Ásia, no Oriente Médio, para citar os maiores consumidores, agora está ameaçado.

Eu queria entender o que é que estão fazendo com o nosso País. Foi uma operação para tentar sensibilizar ainda mais a população, cegamente, para o combate à corrupção? Quem é que é contra o combate à corrupção? Eu também até me pergunto: quem é contra combater o abuso de



autoridade? Eu queria ser solidário com a ampla maioria dos que trabalham nessa atividade, que fazem a criação, que melhoraram os seus rebanhos, que trabalham para usar a tecnologia e ajudar o País a seguir em frente.

Não vou fazer juízo das autoridades, mas espero providências daqueles superiores, daqueles que levaram o Brasil a viver essa situação. E todos nós nos perguntamos o que é que está acontecendo com o nosso País. Foi certamente uma ação que causou um dano enorme ao País, numa proporção em que não sabemos ainda calcular o tamanho dos prejuízos. Mas certamente não está presa só a combater algum ilícito ou algo errado cometido por servidores públicos, ou por produtores, ou por alguma indústria. Sinceramente não, porque, se fosse, a ação teria que ter sido imediata, ato contínuo à identificação do ato ilegal. Como é que se pode identificar que há um frigorífico adulterando o processamento da carne e somente dois anos depois é que se denuncia? Então, põe-se em risco todo mundo? Qual é a lógica? Não há lógica. Por isso devemos fazer a pergunta: qual era o verdadeiro interesse nessa operação? Servir a quem? À segurança da população não era. Certamente, senão não teria que esperar dois anos. À segurança alimentar, não. Não vamos nos enganar, gente. Não vamos nos enganar. Um fiscal que encontra algo irregular tem que denunciar imediatamente e apurar se aquilo foi proposital ou não. E punir, no caso de haver culpado.

Nós não podemos viver assim. Nossa País não merece esses tempos. O povo brasileiro não merece esses tempos.

Eu encerro a fala sobre esse tema, aqui, dizendo à sociedade rural brasileira, dizendo à CNA, à Associação Brasileira da Indústria de Exportadoras de Carne, à Associação Brasileira de Proteína Animal e aos produtores que eu posso ir, sem prejuízo, que ninguém faça aqui algum juízo, porque não sou afeito a esse setor, tenho uma relação de respeito, sim, de reconhecimento, sim, mas todos sabem que sempre trabalhei com a ampla maioria dos produtores, mas sempre respeitei os grandes criadores, são importantíssimos também em estabelecer uma harmonia. Mas eu quero trazer a solidariedade a todos os produtores que ajudam a fazer do Brasil um país que ajuda a combater a fome no mundo, a ser uma referência na produção de carne bovina, suína e de aves neste mundo. E digo aos pequenos criadores, que são a ampla maioria, que dão suporte ao trabalho dos próprios frigoríficos no Acre... Eu falava com o Presidente da Federação da Agricultura que o JBF, que tem um frigorífico no Acre, está suspendendo o abate. Qual o tamanho do prejuízo? Quantos desempregados teremos?

O País precisa se reencontrar com a legalidade. Há gente agindo fora da lei. Hoje criminalizam indistintamente a classe política, cegamente. E eu não sei se, em muitos desses casos, isso não é feito para encobrir uma parcela importante daqueles que estão burlando a lei, agindo fora dela e abusando da autoridade que têm.

Queria, Sr. Presidente, para concluir, dizer que hoje é dia 21, Dia Mundial das Florestas. Este dia foi criado pelas Nações Unidas em 1971 e foi referendado pela FAO com o objetivo de conscientizar as pessoas para a importância da preservação dos ecossistemas florestais. O Brasil tem a maior floresta tropical do mundo. O segundo país tem menos da metade das florestas que temos. Temos na agenda do Planeta a mudança climática, que está dando sinais em todas as partes.

Aqui estamos vivendo a seca, num período de chuvas, no Distrito Federal, com racionamento de água. Por destino e coincidência, ano que vem vamos ter o Fórum Mundial da Água em Brasília. Tomara que não seja em pleno racionamento, porque, já, já, passa o período das chuvas



e, se não chover, nós vamos pegar o período de seca. E já estamos vivendo o racionamento em Brasília.

Lá no Acre, no meu Estado, nós estamos vivendo excesso de chuvas: mais de 500ml em janeiro; agora em março, já estamos chegando a 400ml em um único mês – sinais certamente da mudança do clima. E as florestas têm um papel fundamental na regulação do ciclo da água.

Tenho muita preocupação com o aumento do desmatamento no País. Dois anos seguidos, trabalhei o Código Florestal. É possível usar melhor as áreas já desmatadas, antropizadas, ampliar muito a produção de proteína animal e de grãos sem novos desmatamentos. O Brasil precisa se reencontrar com a agenda de proteção das florestas, ver as florestas como um ativo econômico importante a ser manejado, a ser valorizado, e não como uma parcela pensa e até age achando que ter uma Amazônia, como nós temos, é um problema, quando isso é um presente que nós temos, é uma vantagem comparativa que temos e que pode nos colocar muito adiante de outros países, se pensarmos o potencial que temos na floresta para a indústria de cosméticos, de fármacos, para citar pelo menos duas cadeias produtivas das mais importantes.

Então, eu queria, Sr. Presidente, apresentar um requerimento, para que possamos aqui deixar registrada, no Dia Mundial das Florestas, uma proposta que trago de convidar para participar de uma audiência pública – é esse o propósito do meu requerimento –, na Comissão de Meio Ambiente do Senado, o Sr. Raimundo Deusdará Filho, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... responsável pela implementação do Cadastro Ambiental Rural, que é, talvez, a maior conquista que nós temos, por enquanto, do Novo Código Florestal, mas, certamente, teremos florestas nativas recuperadas; também chamar o Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, que trabalha a agenda do Brasil na Conferência do Clima, nas COPs, para que ele possa vir fazer um debate conosco sobre a posição do Brasil diante desse ambiente e desse debate sobre mudança climática; e também o Dr. Manoel Sobral Filho, Diretor do Secretariado do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas.

É esse o propósito do meu requerimento, para que não deixemos passar em branco esse Dia Mundial das Florestas.

Sr. Presidente, peço que possa constar nos *Anais* esse registro.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E, mais uma vez, queria me solidarizar com todos os produtores, criadores do Estado do Acre e do Brasil diante dessa Operação Carne Fraca, que põe em risco um setor fundamental da vida brasileira e da economia nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Será atendido o seu pedido a respeito do requerimento, Senador.

Passo a palavra ao Senador que fala pela Liderança do PRB, Senador Eduardo Lopes, do Estado do Rio de Janeiro. V. Ex^a tem cinco minutos.

Mas, antes de passar a palavra ao Senador, há requerimento sobre a mesa.



Requerimento nº 157, de 2017, do Senador Pedro Chaves, solicitando aditamento do Requerimento nº 145, de 2017, licença dos trabalhos da Casa, para representar o Senado Federal na cerimônia de lançamento do satélite SGDC, em Kourou, na Guiana Francesa, no dia 22 de março de 2017, e não mais no dia 21 de março de 2017, como anteriormente deferido.

E comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no dia 22 de março de 2017. (**Requerimento nº 157/2017 - vide item 2.1.8 do sumário**)

As Sr^as Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Com a palavra, Senador, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os Senadores, Senadoras e também aqueles que nos acompanham pelas redes, pela tevê, pela rádio.

Quero, neste momento tão importante, até fazendo uso das palavras do Senador que me antecedeu, o Senador Jorge Viana, falando a respeito desse cuidado que temos de ter, mencionar essa questão de colocar como regra geral tudo, de criminalizar tudo: realmente não é bom para o País. É o que está acontecendo agora com o setor da carne, da produção de carne, para o qual a Operação Carne Fraca, tão amplamente divulgada, sem dúvida traz problemas para o setor.

Vou aqui replicar a matéria da *Folha*, do painel da *Folha*, para termos noção do tamanho de tudo isso. "Os frigoríficos investigados", esse é o título da matéria. "Frigoríficos investigados exportaram US\$120 mi, valor correspondente a 1% movimentado pelo setor." Então, são US\$120 milhões exportados pelos 21 frigoríficos alvos da operação, o que corresponde a 1% de todo o setor.

Os 21 frigoríficos investigados na Operação Carne Fraca exportaram, em 2016, cerca de US\$120 milhões em produtos. O dado consta de levantamento do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que está na linha de frente da força-tarefa montada pelo Governo para tranquilizar consumidores externos. Segundo o estudo, o volume movimentado pelas firmas que estão na mira da polícia representa menos de 1% do total exportado pelo setor no ano passado: US\$13,5 bilhões.

Procurado, o Ministro Marcos Pereira (MDIC) disse que determinou monitoramento diário do caso "para identificar eventuais interrupções bruscas na exportação". "Vamos atuar para normalizar o acesso ao mercado externo e impedir a perda de postos de trabalho em uma cadeia que emprega cerca de 6 milhões de pessoas."

São as palavras do nosso Ministro Marcos Pereira, que faz parte dessa força-tarefa. No domingo, estava, juntamente com o Presidente Temer e também com o Ministro Blairo Maggi, da Agricultura, dando uma coletiva a fim de tranquilizar a Nação, porque realmente vieram tantas notícias. E, em meio às notícias que eram verdadeiras, começam a vir boatos, notícias com imagens que hoje até se diz que não são nem do Brasil. Isso acontece, através da internet, através da viralização das informações. Inclusive, há aqueles que querem denegrir mais.

Existem aquelas perguntas que a gente fazia, que sempre fiz: o quanto o pior é melhor e para quem? Há aqueles que vivem, exatamente, disso, do quanto pior, melhor. Há aqueles que vivem naquela velha ideia e dizem o seguinte: "Vou tacar fogo no circo e que se danem, que morra o palhaço!"



Então, não é assim. Nós não queremos ver o circo pegando fogo, muito menos quanto pior, melhor. O que nós queremos, sim... Acredito que não haja quem seja contra a punição de criminosos; creio que não haja quem seja contra a corrupção. Nós somos, claro, a favor de investigação, da apuração, da punição, enfim, de tudo isso, mas temos que agir com responsabilidade.

E um fato que chamou atenção, e o Senador Jorge Viana também comentou sobre isso, é: se havia essa investigação por dois anos, quer dizer que, por dois anos, se permitiu que a população brasileira corresse risco, comendo carne podre, comendo o que está citado aí, por dois anos. Para quê? Para aprofundar mais a investigação? Para haver mais certeza da prova do crime? Então, é uma questão que temos que também verificar, porque nós estamos falando aí da saúde pública, saúde da população brasileira. Então, nós temos que tratar com muita responsabilidade.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – E, na continuação da matéria, diz-se o seguinte, que:

Em outra ponta, três órgãos do Governo destacaram [também] equipes para responder questionamentos de países importadores sobre a qualidade da carne brasileira e a amplitude da operação da [...] [Polícia Federal]. O Ministério da Agricultura coordena os trabalhos, com o apoio da Presidência e do Itamaraty.

Eu pude acompanhar também, hoje, o Ministro Blairo Maggi já visitando frigoríficos. Disse que vai visitar os 21 frigoríficos envolvidos na operação. Quer dizer, é a ação que tem que ser realmente tomada.

E, quando eu falo de responsabilidade, eu também quero aqui citar, nesse pronunciamento, a questão do foro privilegiado. Hoje vários Senadores se manifestaram, o requerimento de urgência da PEC que trata do fim do foro privilegiado foi apresentado, amanhã se dará início a cinco sessões de discussões da PEC, o que eu acho muito importante, o assunto tem que ser aprofundado.

E eu também disse: eu sou a favor do fim do foro privilegiado, mas o fim do foro privilegiado em todas as instâncias, geral, seja no Executivo, seja no Legislativo, seja no Judiciário. Porque se fala muito do foro privilegiado do Congresso, dos Deputados, dos Senadores, mas nós temos, no que foi alvo... Participando da sabatina para o membro do CNJ e do CNMP na semana passada, na CCJ do Senado, uma pergunta que foi feita recorrentemente pelos Senadores, Presidente, foi a questão de como esses conselhos iriam tratar...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ... a questão dos juízes, dos magistrados, daqueles que são acusados e provados os crimes, e que não recebem pena, a não ser a aposentadoria compulsória e o salário integral. Então, nós temos que também passar por isso, o debate tem que ser aprofundado, o debate tem que ser qualificado, e eu creio que essas cinco sessões em que estaremos discutindo a PEC, eu creio que vão colaborar muito para melhorar o projeto, para melhorar a PEC, para aprofundar o debate. Então, defendemos responsabilidade.

Quero também aqui dizer, o Senador Paim está aqui me ouvindo: assinei a CPI da previdência, e eu creio que vai ser quase uma unanimidade na Casa, porque nós queremos, dentro



do que estou citando, responsabilidade. Nós queremos que seja realmente apurado se existe realmente o rombo que é falado, se existem outros problemas. Então, eu assinei a CPI...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ... da previdência, nós vamos aguardar aí os resultados.

Também quero, finalizando aqui, Presidente, agradecendo a compreensão, eu quero, mais uma vez, comentar – e amanhã estarei aqui trazendo um pronunciamento, aprofundando um pronunciamento –, quero falar também da Secretaria da Pesca, que agora foi para o MDIC, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, eu quero falar sobre isso, uma vez que fui Ministro da Pesca, sucedendo o Senador Crivella, que hoje é Prefeito do Rio de Janeiro, e nós temos alguns dados que eu quero passar ao povo brasileiro.

O Senador Petecão me pediu o aparte, a quem vou ceder com muita honra, com muito prazer.

Senador Petecão.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Eduardo, na verdade, ouvi atentamente V. Ex^a a respeito desse episódio que chocou todo o País.

(Soa a campainha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – E no meu Estado não é diferente. Estou chegando agora do meu Estado, eu estava ouvindo, pela Rádio Senado, o pronunciamento do Senador Jorge Viana, em que ele expressava a preocupação dele. Eu conversava aqui com o Senador Caiado, que vai fazer um pronunciamento nesse mesmo sentido, também muito preocupado. Na semana passada, o Ministro Blairo Maggi esteve no nosso Estado, exatamente tentando motivar a nossa pecuária, o setor produtivo. De lá, eu fui com o Ministro Blairo até Rondônia, onde se reuniram todos os pecuaristas, e ele lançou aquele programa Agro Mais. Conversei com vários produtores, com vários empresários do setor, e vi do Ministro Blairo Maggi um grande esforço no sentido de tirar o País da crise, tentar animar o nosso País.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – De repente, Senador, essa notícia pegou todos nós de certa forma desprevenidos, porque o País está numa crise. Um ajuda de cá, outro ajuda de lá, todo mundo com o mesmo sentido, independente de ideologia política, de sigla partidária, mas querendo um Brasil melhor, que possa gerar emprego e renda para as pessoas. Eu sinceramente fiquei muito preocupado. Nada contra a Polícia Federal, foi a forma como se deu a denúncia. O Senador Jorge Viana foi muito feliz na fala dele quando disse: "Olha, se nós tínhamos um problema que lida diretamente com alimentação das pessoas, por que passar dois anos para denunciar isso?" Ora, esse servidor do Ministério da Agricultura que denunciou, se era para denunciar à Polícia Federal, por que ele não denunciou aos superiores dele para poderem punir esses frigoríficos que estavam cometendo as irregularidades? Foi uma coisa muito forte, porque deixou todos – a cadeia produtiva, as pessoas que são envolvidas nisso aí – muito preocupados. Lá no Acre, nós temos uma pecuária que está caminhando com muita dificuldade. E essa ação, essa denúncia fere mortalmente, porque a nossa carne é praticamente toda exportada. Isso nos preocupa muito. Eu também comungo da mesma linha de V. Ex^a e de todos os colegas que fizeram uso da palavra, preocupado, sem saber muito o que fazer. Ora, se há



pessoas envolvidas, que fizeram falcatrucas, que cometeram irregularidades, que essas pessoas sejam punidas. Agora, esse tipo de denúncia prejudica toda a cadeia produtiva. Então, eu queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ... e também me somar aos vários colegas que já fizeram uso da palavra hoje aqui, querendo, de certa forma, ajudar, querendo esclarecer essa situação. O que não pode é o País ser prejudicado da forma como foi. Obrigado.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Agradeço o aparte do Senador Petecão.

Finalizando, eu quero também aqui registrar o esforço do nosso Ministro Marcos Pereira, nosso Presidente do PRB, hoje licenciado por estar exercendo e ocupando a cadeira no Ministério, de procurar, através da indústria, do comércio, através de acordos, num trabalho contínuo para trazer crescimento ao País. Então, assim como o Senador Petecão citou o esforço do Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, eu quero citar aqui o esforço, a dedicação e o trabalho do nosso Ministro Marcos Pereira à frente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ... do Ministério do Desenvolvimento, Indústria (*Fora do microfone.*) e Comércio Exterior a fim de buscar o crescimento do Brasil.

Finalizando, nesta semana, eu escrevi o meu artigo semanal, uma vez que sou, hoje, estou como Presidente Nacional em exercício do PRB. Na palavra do Presidente, nesta semana, eu falava exatamente sobre isso. O título do artigo foi "Sobre privilégios e responsabilidades". Nós temos que saber tratar privilégios, mas temos que tratar as coisas com responsabilidade.

Agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Eduardo Lopes, que falou como Líder da Bancada do PRB, do Estado do Rio de Janeiro.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Paulo Paim fez uma troca, uma permuta com o Senador Caiado, que tem a palavra por cinco minutos. Na sequência, o Senador Paulo Paim tem a palavra. Em seguida, Senadora Regina Sousa, Senador Roberto Muniz e, na sequência, Senador João Capiberibe.

Senador Caiado, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, mas, se precisar, não esqueça que nós damos mais.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} (*Fora do microfone.*) e Srs. Parlamentares, realmente o assunto é de uma importância e de uma relevância ímpar: a operação da Polícia Federal chamada Carne Fraca.

Eu sou médico e exerço a profissão. Eu sei o quanto nós lutamos, como produtor rural que sou também – e me orgulho de representar e falar em nome da classe no Senado Federal –, para ter o reconhecimento de um setor que foi, durante muitos anos, discriminado. Todos achavam que o setor não tinha competência para poder se firmar na área da produção, e enxergavam o Brasil importando carne, leite, arroz, feijão, soja, farinha. No entanto, nós demos conta de fazer a maior revolução que este País já viu. Nós trabalhamos arduamente, Sr. Presidente. Nós investimos na



genética, na pesquisa, e nos custou caríssimo termos hoje uma produtividade que o mundo inveja, e o produtor brasileiro é orgulho nacional.

Na área da pecuária, nós não tínhamos como competir com os americanos; nós não tínhamos como competir com os australianos, com a Nova Zelândia. Até a Argentina era referência, e o Brasil era tido como um país que produzia uma carne que não era reconhecida mundialmente.

Investimos e conseguimos ser o único País no mundo – vejam bem a nossa colocação –, somos o único país do mundo que produz o boi verde, boi herbívoro, boi que engorda comendo capim. Não é como em outros países onde o boi é alimentado e engordado com resíduo animal. Nós nunca tivemos o prion da vaca louca. Isso foi desenvolvido por quem dizia muitas vezes ter controle sanitário, penalizava, excluía o Brasil das exportações e nos limitava nas exigências de poder disputar mercado.

Nós mostramos à Organização Internacional das Epizootias que nós assumimos uma luta e erradicamos do Brasil a aftosa, uma luta que custou muito ao produtor rural, que arcou com todas essas despesas e que conseguiu oferecer à sociedade brasileira uma carne de qualidade.

Sr. Presidente, nós podemos ter em cada uma das nossas atividades pessoas que não tenham comportamento ético, moral e digno, como infelizmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... nós vimos em alguns funcionários do Ministério da Agricultura, que são homens que não têm espírito público. São, se não me engano, 33 pessoas que realmente estão ali muito mais para usufruir de uma função de Estado, para ser venal, se vender e se beneficiar, como também empresários inescrupulosos que se locupletaram. A todos eles, a dureza da lei, a ação direta, levando todos eles à cadeia, ao confisco de patrimônio. Enfim, a penas duras, porque estão ali como vigilantes da sociedade.

Então, Sr. Presidente, eu quero deixar claro que não pode, de maneira alguma, numa situação focada, delineada, específica, que era aquele ponto que aqui já foi colocado por muitos que me antecederam... Sabe-se o nome de quem está fazendo a corrupção, recebendo a propina e quem está pagando a propina. Está se sabendo exatamente qual é a planta frigorífica que está agindo fora das normas legais no País. A ação é uma ação de mira laser, é uma ação focada, definida, extirpando aquele mal específico, que existe não só no Brasil, mas em todos os outros países também.

Mas, agora, depois de nós quebrarmos a resistência de uma União Europeia, mostrando a qualidade da nossa carne, superando a oposição da Irlanda, enfrentando um trabalho árduo, pois só agora conseguimos exportar carne *in natura* para os Estados Unidos, abrindo o mercado da China! Ou seja, o Brasil hoje expande a 150 outros países, com mais de 4.8 mil plantas frigoríficas. De repente, tudo isso é levado a um processo de desmonte que nós jamais assistimos parecido, ou seja, a uma campanha tentando dizer que a produção nacional não tem controle sanitário

Ora, Presidente, o que isso vai provocar? Eu peço a Deus que fique apenas nas informações técnicas solicitadas por esses países, mas que possamos também criar esta comissão que foi proposta hoje no Senado Federal, para que tenhamos a iniciativa de debatermos juntos com o Parlamento Europeu e com os parlamentos de outros países que têm dúvidas sobre a qualidade de nosso produto e mostrarmos que não é uma ação criminosa de pouco mais de 30 pessoas e de algumas plantas frigoríficas no País – em número, talvez, pouco acima ou menos de 20 plantas – que podem contaminar toda uma classe produtora rural.



Porque, na verdade, Presidente, quem vai ser penalizado? Quem vai ser penalizado é exatamente o funcionário que vai perder o emprego e o setor produtivo primário, que vai ter que arcar, neste momento, com a queda de preços e com o custo de manutenção da sua propriedade, cada vez mais alto. Este, sim, será o penalizado de toda esta operação.

É por isso que nós precisamos rapidamente resgatar a boa política no País. A política, em qualquer lugar do mundo, em qualquer sistema democrático, tem hierarquia, hierarquia! Não se faz política no sistema democrático em que não tenha um ordenamento e regras claras para que as situações sejam definidas, autorizadas e daí publicadas. É a falta de comando que está nos levando a sofrer essa debacle, essa falta de informações corretas e nos levando ao ridículo de imaginar que alguém estaria ali...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... comendo papelão ou, ao mesmo tempo, sendo conivente com práticas que não aquelas revestidas, aprovadas por nós, como o controle sanitário de toda a nossa alimentação de uma forma rígida e dura pelo SIF.

É lógico que todo cidadão estará ali amanhã suscetível, às vezes, a falhar, mas, quando existe o lado intencional, as auditorias são rígidas e o controle da qualidade da carne brasileira é mantido.

Eu encerro, agradecendo a V. Ex^a e dizendo que espero que esta Casa, o Parlamento Alto, com a importância que tem, rapidamente, junto com a Câmara dos Deputados, constitua esta Comissão, para que debata, nos grandes foros internacionais,

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – com conhecimento, com dados, com certidões, (*Fora do microfone.*) a ação internacional de epizootias, com referência da qualidade comparada aos outros mercados que também são exportadores, e mostre, Sr. Presidente, que nós não merecemos essa campanha que tenta difamar aquilo que, sem dúvida alguma, é um setor que sobrevive a duras custas, não é alimentado pela corrupção, não é alimentado pela bandalheira e muito menos pela negociação e pela facilidade. É um setor que vive, sobrevive e é referência na economia deste País. É um setor que deu certo, em decorrência do trabalho, do suor, da competência e da modernidade da agropecuária brasileira.

Por isso, agradeço o tempo que V. Ex^a me concedeu. Aos demais pares que aqui estão, digo que é momento de todos nós,

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – deixando de lado nossas tendências político-ideológicas, (*Fora do microfone.*) firmarmos, neste momento, a defesa daquilo de que nós temos a convicção e a certeza absoluta: nós estamos comercializando o que existe de melhor e nós temos a garantia de que estamos exportando também qualidade, sem hora alguma tergiversar sobre as regras e as exigências sanitárias.

Aqueles que são comprometedores da boa ordem, da boa produção, do Estado, do espírito público, deverão sofrer as penalidades legais. Mas a generalização é, no mínimo, também criminosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Ronaldo Caiado, que falou pela Liderança do Democratas, de Goiás.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim. O senhor dispõe de 20 minutos, Senador. Na sequência a Senadora Regina Sousa; em seguida o Senador Roberto Muniz, da Bahia; e por último está inscrito aqui o Senador João Capiberibe, do Estado do Amapá.

O senhor tem 20 minutos, Senador. O senhor está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu que ouvi, no dia de hoje, aqui, o Senador Jorge Viana, o Senador Caiado e tantos outros Senadores que trataram desse tema, não deixo de demonstrar também a minha preocupação.

O Rio Grande do Sul é um Estado que tem uma força muito grande que vem do campo para a cidade, não só na área da agricultura, mas também na questão da criação de gado – e as preocupações estão por todo o Estado. Por isso, eu queria aqui deixar registrada a minha solidariedade àqueles que não cometem nenhum deslize. Mas aqueles que cometem um deslize, como foi colocado aqui por todos, vão ter de responder pelo que fizeram, até porque a imagem do Brasil perante o mundo fica machucada, fica maculada por aqueles que, há um tempo, botaram soda no leite. Isso foi investigado e foi comprovado. Mas foi uma minoria, isso tem que ser dito.

A mesma coisa agora, o Senador Caiado foi muito feliz: não pode uma minoria trazer essa imagem negativa para o nosso mercado exportador, que vai gerar aqui milhares e milhares de trabalhadoras e trabalhadores desempregados. Por isso, ao mesmo tempo em que eu entendo que é importante a fiscalização, a garantia do produto, para que o mundo lá fora saiba que aqui no Brasil quem comete esse tipo de delito há de responder, sim, pelo crime cometido... Agora, pelo outro lado, não vamos de fato generalizar, mas temos que punir aqueles que tenham feito, como eu dizia aqui, esse ato, que é condenável em qualquer parte do mundo.

Mas Sr. Presidente, Presidente Thieres Pinto, eu queria hoje... Eu estarei amanhã, a convite de V. Ex^a e de outros Parlamentares, falando para a Bancada do PTB sobre reforma trabalhista e previdência. Eu queria aproveitar este momento para agradecer muito a todos os Senadores aqui do nosso Senado que assinaram a CPI da previdência, para que a gente investigue a fundo quem rouba; quem é corrupto; quem desvia o dinheiro da previdência para outros fins; quem se apropria do dinheiro do trabalhador e não repassa para a previdência; quem são os grandes devedores que – conforme os procuradores da Fazenda em depoimento ainda hoje pela manhã, na comissão, nos falavam – têm 500 bilhões a pagar para a nossa previdência; quem são aqueles se apropriaram, conforme os auditores fiscais, de 100 bilhões do bolso do trabalhador – porque se descontou do salário do trabalhador e não se repassou para a previdência –; quem recebeu anistia indevida; quem recebeu propina para desviar o dinheiro da previdência e não fez a execução que deveria ser feita. Tudo isso eu tenho certeza de que a CPI vai levantar. Eu estou convicto. Disseram-me hoje que é algo em torno de R\$1 trilhão. Mas houve um outro auditor, que me deu um documento por escrito – eu já registrei aqui na Mesa – que disse que é em torno, Senadora Regina Sousa, de 2 trilhões.

Por isso, é com satisfação que eu leio aqui o nome de todos os Senadores que assinaram o pedido de CPI para investigar os fatos. Como eu digo sempre, essa CPI não é contra esse ou aquele partido, não é contra esse ou aquele governo, não é ideológica, não é partidária, não é uma luta sindical. Eu diria até que ela tem um perfil, mesmo, ecumônico, porque nós estamos vendo



que toda igreja, independentemente de ser católica, apostólica, evangélica, de matriz africana, todos estão fazendo o debate sobre esse tema, que é um tema que interessa a todos, Senadora Regina, como nós falávamos hoje na comissão que V. Ex^a presidia. Hoje é o assunto no bar da esquina, é o assunto nas fábricas, nas lojas, nos bancos, na área pública, na área privada, na área rural. No meu Rio Grande, os movimentos são de 10 mil, 15 mil, 20 mil trabalhadores nas ruas protestando contra essa proposta.

Por isso que vi até com uma certa dose de satisfação, não nego, quando o Governo já disse que esse debate vai acontecer de setembro em diante; e tem que ser mesmo. A CPI são quatro meses, quatro meses em que vamos investigar tudo. Eu não estou nem preocupado com quem vai estar lá, porque eu duvido que haja um único Senador que vá lá fazer obstrução. Ele quer ouvir os fatos. Ele quer transparência absoluta. Isso é o que todos nós pregamos, falamos, ouvimos, mas também queremos.

Por isso, Presidente, passo a fazer a leitura do nome dos 63 Senadores e, naturalmente, das 13 Senadoras que assinaram. E sabe o que me diziam, Srs. Senadores? Que os senhores estavam assinando só para me enganar; que vocês, até a meia-noite, iriam retirar os nomes. Quebrou a cara quem disse isso! Quebrou a cara! Eu tenho certeza de que, até a meia-noite, vão estar lá não só 63 – oxalá até mais, mas garantidos os 63. E não acredito que Senador seja de duas palavras – assina um documento e, depois, vai lá e retira.

Estou convicto, mas convicto mesmo, de que todos que assinaram... E muitos que não assinaram me disseram: "Paim, sou totalmente favorável, mas, como não gosto de CPI, não assino CPI nenhuma. Mas vou estar lá ajudando a fazer com que a CPI dê o resultado que tem que dar, para alegria do povo brasileiro, para tirar esse terrorismo que plantaram." Plantaram um terrorismo de que você vai perder a especial, não vai ter mais adicional de insalubridade, periculosidade, serviço penoso. A professora não vai mais se aposentar com 25 anos, mas com 50. O trabalhador rural, Senadora, vai agora passar para contribuição individual – não vai ser mais o talão de nota. Calcule em toda a família: se o rendimento não corresponder, ele não vai pagar e nunca mais vai se aposentar; vai para 65 anos. E, pela média que o Dieese me apresentou, mostrando com cálculos, com dados da Previdência, sabe qual vai ser a média de aposentadoria do País? Oitenta e dois anos, porque eles fazem um cálculo mostrando o tempo de contribuição é 9,1. Se é 9,1, se você começou a trabalhar com 16, pode somar mais 64, 6 anos; 64 mais 16 já deu 80 – devido ao desemprego que acontece na vida de todos nós.

Então, não tem como aprovar essa reforma. Eu espero que a Câmara recue. Espero que o Senado aprofunde o debate com a CPI, para dar instrumento no campo econômico, no campo social, no campo político, para que a gente salve a previdência, não a entregue ao sistema financeiro, que é isso que está por trás disso tudo. Hoje mesmo foi comprovado lá. Entraram com um processo contra o Secretário da Previdência, porque ele é funcionário de um fundo de pensão privado, é conselheiro remunerado de um fundo de pensão privado. Eu sempre evito dar nomes aqui, se não for pelo lado positivo. Só digo isso porque a família dele vai ficar muito triste em casa. Então, não vou citar o nome. A família não tem nada a ver com os erros.

Como é que um funcionário, um conselheiro de um grande fundo de pensão privado, é considerado hoje o Ministro da Previdência? Nem Ministério existe mais, acabou; mas é o Secretário Executivo que está sendo o grande articulador dessa reforma maluca que os bancos deram para ele. Ele vendeu o peixe e, infelizmente, o Governo entrou nessa canoa furada e vai ter que retornar.



Vamos aos nomes que assinaram e querem a investigação – por ordem alfabética: Alvaro Dias, Ana Amélia, Ângela Portela, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, Cidinho Santos, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Dalirio Beber, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Eduardo Braga, Eduardo Lopes, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Fernando Collor, Garibaldi Alves Filho, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Humberto Costa, Ivo Cassol, Jader Barbalho, João Capiberibe, Jorge Viana, José Agripino, José Maranhão, José Medeiros, José Pimentel, Kátia Abreu, Lasier Martins, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Magno Malta, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy, Otto Alencar, Paulo Bauer, Paulo Paim, Paulo Rocha, Pedro Chaves, Raimundo Lira, Randolfe Rodrigues, Regina Sousa, Reguffe, Ricardo Ferraço, Roberto Muniz, Roberto Requião, Roberto Rocha, Romário, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Rose de Freitas, Simone Tebet, Thieres Pinto – que preside, para a satisfação de todos nós, esta sessão –, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Wellington Fagundes e Zeze Perrella. Não deixei aqui nenhum nome fora, tenho certeza, mas, se isso acontecer, eu, naturalmente, amanhã, vou me retratar.

Já conversamos com o Senador Eunício, e vocês perceberam que, hoje mesmo, ao contrário do que alguns diziam – que o Senador Eunício ia engavetar –, ele não engavetou coisa alguma. Como ele já havia assumido de público, já leu aqui, mostrou que tinha 58 assinaturas naquele momento – agora tem 63 – e, com certeza, já recomenda aos Líderes que comecem a indicar os nomes para que a CPI comece efetivamente a funcionar.

Eu quero cumprimentar toda a sociedade brasileira, porque houve um movimento muito grande.

Eu vou passar para a senhora.

O DataSenado aqui fez uma pesquisa. Sabe quanto deu os que querem a CPI, e isso porque há um certo descrédito com CPI? Noventa e três por cento da população brasileira. Foi pesquisa feita. Pesquisaram em torno de 2 mil pessoas, e 93% disseram que era fundamental, que era importante instalar essa CPI.

Senadora Regina Sousa, um aparte de V. Ex^a, que preside a Comissão de Direitos Humanos. Tenho orgulho de ser o seu Vice lá. V. Ex^a, hoje de manhã, em uma sessão lotada, deixou muito clara a importância que teria a CPI, e nós estivemos juntos entregando na Secretaria-Geral da Mesa.

A Sr^a Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Testou a nossa resistência, porque durou seis horas seguidas a sessão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Começou às 9h e terminou às 15h.

A Sr^a Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exato. Mas eu queria só parabenizá-lo, Senador, porque, desde que o senhor é Deputado Federal, eu o acompanho e vejo que o senhor trata desse assunto previdência com muita propriedade. Então, sabe das coisas e sabe o que acontece, e o que há é muita contradição. Entendo, acho que essa CPI não vai ser palanque eleitoral para ninguém, nem estamos em ano eleitoral, não é para perseguir. Ela é uma CPI para investigar, para esclarecer e para conhecermos realmente os dados da previdência, porque há muito dado desencontrado. Eu, particularmente, não quero acreditar que o pessoal da Anfip, os fiscais que estão com a mão na massa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os procuradores da Fazenda.



A Sr^a Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... e o pessoal do Ministério do Trabalho estejam errados naquelas contas que eles fazem. Então, é preciso que quem contesta venha provar onde é que eles estão errados, e acho que a CPI é o espaço para isso. Assim como o Ministro da Fazenda diz que, em 2060, a previdência vai ser 17,5% do PIB, é preciso mostrar como foi feito esse cálculo para podermos entender também porque é muito alto esse número. Eu acho que o senhor está de parabéns. Eu acho que ninguém vai retirar assinatura, porque não é uma CPI do mal, não é CPI do fim do mundo, é para investigar, para a população compreender, para ver quem está com a razão, para ver a necessidade dessa reforma. Essa reforma, como ela está, eu já vi gente do Governo dizendo que não passa. Eu tenho um dado aqui que achei interessante de que, em 69% dos Municípios, a receita da previdência do Município é maior do que a receita corrente do Município e, entre os dez primeiros, há três do meu Estado: Valença, Amarante e São Raimundo Nonato, em que a receita da previdência supera, em muitas vezes, a receita corrente do Município. Então, sabemos quantos Municípios pequenos temos. Só isso já faz um mal danado. Eu estive numa audiência – eu estou andando muito no Estado –, na semana passada, no final de semana, em que um prefeito disse: "Senadora, o comércio daqui funciona do dia 25 ao dia 10, que é pagamento de aposentado, de servidor, depois ele para. Pode até fechar as coisas que não vende nada!" Então, quem dinamiza a economia do Município é principalmente o aposentado rural, que é o que está sendo mais atingido. É uma coisa totalmente descabida. Sempre dizemos: não é que não se deva fazer algum ajuste, deve-se; mas vamos primeiro conhecer para ver o tamanho da reforma que se precisa fazer, se é que se precisa. E não fazer assim, no escuro, simplesmente tirando dos mais pobres. Eu queria só, Senador, concluir – não vou ler todo, porque é um pouquinho grande, mas para ver como a população está compreendendo. Um menino de 15 anos que, lá em São João da Serra, num desses debates a que eu fui sábado – é um Município pequeno, de 5 mil habitantes –, mora numa comunidade a 16km da sede e faz o ensino médio pedalou esses 16km para ir me ver. Eu fiquei muito feliz. Ele fez um poema, a intervenção dele foi um poema. Eu vou ler algumas partes só, para não pegar o seu tempo todo – eu sei que o Thieres vai prolongar um pouquinho esse tempo, generoso como ele é.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela importância da CPI que vai ser instalada a partir hoje.

A Sr^a Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, o menino escreveu em forma de poema, um menino do ensino médio, de 15 anos de idade, morador na zona rural. O Município já é pequenininho, e ele mora na zona rural. Pedalou 16km para ir lá ao debate. Ele diz:

O Brasil está vivendo um momento muito crítico,
as melhorias que tem só patrocinam político.
Os pobres ficam para trás
e o que o Governo faz?
Não nos garante assistência
e agora, para piorar,
quer de uma vez liquidar,
reformando a previdência.



Ele passa a se dirigir ao Michel – eu vou saltar alguns, porque é bem grande o poema. Depois eu vou ler o poema dele completo, quando eu estiver na intervenção:

Eita, Sr. Michel Temer,
acho bom você lembrar
foi na casa dos 50 que pôde se aposentar.
Agora que está mamando,
para todos vem preparando uma vitamina amarga.
Seja humilde e mais cordeiro
e lembre que o brasileiro não pode com essa carga.

E, no final, ele se dirige a mim:

Sei que você sozinha não poderá ser tão forte,
precisa de mais Senadores seguindo para esse norte,
tudo sendo diferente.
Eu, que sou adolescente,
já começo a imaginar que,
com todo esse enredo,
preciso me empregar cedo,
para poder me aposentar.

Então, é o Antônio Carlos, lá de São João da Serra. O poema é maior, mas eu estou no seu tempo, obrigada pelo espaço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço.

Eu queria dizer, olhando para este plenário: o Senador Roberto Muniz assinou a CPI; o Senador Garibaldi, ex-Ministro, como todos os outros ministros que estão aqui, assinou a CPI; o Senador Thieres, já falei, assinou a CPI; a Senadora Regina assinou a CPI.

Então, nós estamos num grande momento, eu acho, do Senado da República, que soube ouvir o clamor das ruas. As ruas querem a CPI. Instala-se a CPI e, em 120 dias, eu tenho certeza de que nós desmontaremos essa história do déficit da previdência e essa reforma. Que me desculpe quem foi o idealista dela: é uma proposta irresponsável, uma proposta descabida, uma proposta terrorista, que ataca principalmente os mais pobres.

Sr. Presidente, queria, por exemplo, falar aqui, rapidamente, ainda, da situação das filantrópicas. Elas mandaram uma série de documentos. No atendimento que eles dão para os mais pobres, o retorno é: para cada R\$1, retornam R\$6. Elas, as filantrópicas de todo o País, deixam muito claro o que é essa reforma: ataca principalmente idosos, pessoas com deficiência – e hoje, exatamente hoje, que é o Dia Internacional da Síndrome de Down. São essas pessoas que eles estão atacando. São os idosos que eles estão atacando.

E por que escolhemos o dia 21 para dar entrada na CPI? Porque dia 21 lembra o Massacre de Soweto, na África do Sul, quando...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... centenas e centenas de jovens, idosos e pessoas com deficiência foram massacradas. E, aí, o mundo resolveu criar um dia internacional contra o preconceito e as discriminações.



Esse massacre que aconteceu lá poderia acontecer aqui se essa CPI não fosse instalada. E ela há de desnudar; como se diz, o rei vai ficar nu. O rei há de ficar nu, pois vai aparecer nessa CPI quem estava por trás dessa proposta – como está também daquela outra proposta que está lá na Câmara.

Então, eu quero deixar aqui entregue aos *Anais* da Casa os documentos que recebi das entidades filantrópicas que falam sobre o belíssimo trabalho que elas vêm fazendo no País, que poderá ser desmontado a partir dessa reforma da previdência.

Deixo também aqui, por escrito, a enquete DataSenado sobre a CPI da previdência, que diz, na primeira página: "Informamos que 93% dos internautas entrevistados pelo Instituto de Pesquisa DataSenado querem a CPI da previdência". E, por isso, ela será instalada e vai, de uma vez por todas, mostrar que, se formos a fundo na lista dos 500 maiores devedores, se formos a fundo naqueles que estão desviando dinheiro da previdência...

E, repito, Senadora Rose de Freitas, que foi uma das primeiras a assinar a CPI, essa CPI não é contra ninguém, não é contra este Governo nem contra governo do passado: é uma investigação profunda sobre quem se apropriou ou não do dinheiro da previdência. Vai ficar agora constatado, provado e, consequentemente, nós mostraremos que não há necessidade de fazer uma reforma como essa apresentada, com esse radicalismo – com esse radicalismo!

Eu dizia antes e repito aqui que, em média, as pessoas vão ter que se aposentar só depois dos 80 anos de idade – dados construídos com números da previdência que os analistas me apresentaram hoje. Eles calcularam devido ao desemprego que acontece. O cidadão fica desempregado, a contribuição é em média 9,1, que vai resultar no quê? Vai ter que somar. Se começar com 20 anos a trabalhar, calcule com mais 64,6, ela vai se aposentar com 84 anos, 84! Se começar com 16, vai se aposentar com 80.

Sr. Presidente, agradeço muito a V. Ex^a. A minha intenção era fazer uma homenagem a todos os 63 Senadores que assinaram o pedido de CPI já.

Muito obrigado, Presidente.

Considere na íntegra, se possível, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM. (Vide item 2.1.2 do sumário)

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Com certeza.

Obrigado pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra à Senadora Regina Sousa.

Como ela não se encontra; na sequência, o Senador Roberto Muniz.

Em seguida, falará a Senadora Rose de Freitas pela Liderança do PMDB; em seguida, o Senador João Capiberibe, se ele se encontrar na Casa. Talvez esteja no café.

O senhor tem a palavra por 20 minutos, Senador.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador, boa noite!

Queria, primeiro, dizer que estou tendo o imenso prazer de receber aqui quatro amigos de infância: meus amigos José Raimundo, Jickson, José Luiz, Maurício, todos oriundos do Colégio 2 de Julho, na Bahia.



O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Sejam bem-vindos todos!

O Senado agradece a presença de vocês.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, eu queria aqui dizer que estamos acompanhando e vivenciando as consequências da operação da Polícia Federal denominada Carne Fraca, que foi deflagrada na quarta-feira passada.

Vamos às consequências dessa operação: na segunda-feira, a União Europeia, a China, a Coreia do Sul anunciaram restrições temporárias à entrada da carne brasileira. O Chile também suspendeu temporariamente a importação de carne brasileira. Hoje, terça-feira, acompanhamos que a Coreia do Sul voltou atrás na decisão, mas Hong Kong, Japão, Suíça e Jamaica anunciaram a proibição temporária à importação da nossa carne.

Vamos aos fatos, discutir um pouco os fatos.

Devemos coibir, reprimir e enfrentar o malfeitor, Sr. Presidente? Claro que sim! Vamos e devemos coibir os malfeiteiros!

Mas vamos a alguns números que ilustram esta ocorrência: do quadro de 11 mil funcionários, apenas 33 estão afastados. Das 4.837 unidades que estão sujeitas à inspeção federal, Sr. Presidente, apenas 21 estão supostamente envolvidas e apenas três fechadas.

A operação da Polícia Federal envolveu três Estados do Brasil e, das 21 unidades, apenas seis exportaram nos últimos 60 dias.

O que nós podemos apreender e perceber das consequências dessa operação realizada na sexta-feira passada? Queria dizer, em primeiro lugar, Presidente, que precisamos refletir quando se usa uma força de maneira demasiada.

Quando a força é demais, nós não geramos justiça; geramos injustiça. O poder, para ser exercido pelas instituições, precisa ter razoabilidade no tamanho e na força, para conter os abusos. Isso ocorre e é perceptível à sociedade quando a polícia usa força demasiada para segurar alguma manifestação popular. Nós percebemos que, quando essa força é demasiada, em vez de barrar, gera violência. Ao contrário de fazer justiça, Sr. Presidente, geramos mais injustiça ainda.

E o que dizer quando tomamos a parte pelo todo?

Nessa ocorrência de sexta-feira, por um fato que aconteceu em três Estados e 21 plantas operacionais – e apenas 3 estão fechadas –, nós colocamos em risco, nada mais, nada menos, Sr. Presidente, do que R\$15 bilhões em exportação. Tornamos inseguros os empregos da cadeia produtiva do agronegócio, um setor que é dito o sustentáculo do PIB brasileiro.

E o que fazer com a agenda que foi extenuante para os produtores e para o Governo, para podermos acessar esses mercados internacionais?

Isso tudo ocorre, Sr. Presidente, porque tomamos a parte pelo todo. Quando as estatísticas não suportam a dimensão de uma operação, a não ocorrência do equilíbrio gera consequências danosas.

É preciso sempre olhar, ao fazer qualquer ato – e, neste fato, falo para todo o Governo –, que os pontos de controle têm que ser estatisticamente representativos. Por exemplo, na agropecuária, tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador, apenas aparteando V. Ex^a para comunicar que, a partir deste momento, estamos sem TV e sem rádio. Está sendo transmitida a programação do horário gratuito partidário. Estamos fora do ar até as 20h40, por dez minutos.



O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O.k. Ótimo.

Mas, Sr. Presidente, é preciso entendermos que toda a cadeia produtiva foi impactada e que tivemos apenas 184 devoluções das cargas que foram levadas para exportação; ou seja, 184 devoluções de mais de 840 mil cargas exportadas. Nós não tínhamos nenhuma indicação de surto no Brasil. Não havia nenhum registro que a sociedade percebesse, e fizemos uma operação para isso, usando 1.100 policiais, agentes da Polícia Federal, conforme foi noticiado.

O que aconteceu?

Não ficou claro para o mercado externo o ocorrido, o excesso de força e publicização de um fato que nem sequer fora identificado pela própria população.

E, aí, precisamos fazer uma reflexão sobre a questão do *marketing* nas operações e publicização das ações policiais, porque tenho a convicção de que ela tem um efeito educativo, mas precisamos entender que o Estado brasileiro, quando faz essa ação, tem um critério e precisa estar subordinado a esse critério.

Quando cunharam o nome da operação, os agentes não tiveram o devido cuidado com o setor produtivo e, consequentemente, com cada um dos cidadãos brasileiros. A denominação Carne Fraca pode ter tido o objetivo de tentar demonstrar uma relação entre o mau gestor público e possíveis envolvimentos com suspeitos do setor empresarial, mas será que, fora do Brasil, a ideia foi recebida dessa forma? A resposta é clara: não. Ninguém entendeu essa tentativa de metáfora. O entendimento, fora do Brasil, foi o de que, por ser sinônimo de fraca, a carne é ruim ou de baixa qualidade. Ninguém entendeu, então, a analogia que se tentou fazer ao denominar essa operação. Ninguém compreendeu que o embutido da fábrica X, da unidade Y, produzido há dois anos e com seu consumo permitido, é desqualificado.

O fato é, Sr. Presidente, que o anúncio foi feito e atingiu toda uma cadeia produtiva e diretamente a imagem do Brasil, do Brasil produtor e do Brasil exportador. Não se condenaram apenas os frigoríficos que agiram à margem da lei e das regras sanitárias; comprometeu-se erroneamente toda a cadeia.

Esse episódio nos faz refletir sobre o cuidado com o que nós chamados de pós-verdade. O adjetivo diz respeito às circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos importância do que crenças pessoais e seus impactos no mundo digital. O fato, por si só, Sr. Presidente, não é mais gerador das consequências, mas o impacto que o fato tem após a sua veiculação. Esse impacto não é mais controlável. O mundo conectado mostra que os fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e às próprias crenças pessoais.

Nesse episódio também aprendemos, Sr. Presidente, que o ativo de uma pessoa física, de uma empresa e de uma nação é a sua imagem, é a sua reputação. Isso não só vale para as pessoas comuns; vale para as instituições, vale para a Polícia Federal, vale para o Ministério da Agricultura, uma pasta, Sr. Presidente, centenária. Poucas pessoas sabem, mas a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi em 1909. O Ministério da Agricultura existe há mais de cem anos no Brasil: são 106 de existência, Sr. Presidente.

Temos experimentado, neste mundo conectado, que não há controle da qualidade da informação. O Brasil está vivenciando o custo direto sobre esse ataque da imagem das pessoas, das empresas e agora do próprio País.

Esse episódio me faz lembrar o livro *A reputação na velocidade do pensamento*, do autor Mário Rosa. Ele lembra essa nova realidade social. Há muitos anos eu tive oportunidade de lê-lo –



acho que deve ter mais de uma década. Um verdadeiro campo minado para a defesa da credibilidade surge como a nova realidade social pós-internet. É neste cenário que acompanhamos dados de uma pesquisa do instituto do Ibope, de 2015, que demonstra que a relação entre a reputação e a confiança das instituições tem despencado, Sr. Presidente.

Tenho aqui os dados que me foram entregues pela CLP, o Centro de Liderança Pública, cuja fonte é o Ibope. Para V. Ex^a ter ideia, Sr. Presidente, a confiança das instituições, numa escala de zero a cem: em 2009, o Corpo de Bombeiros tinha 88 pontos da confiança do povo brasileiro; hoje tem 81. Todas as instituições caíram: a Igreja tinha 76, hoje tem 71; as Forças Armadas tinham 71, hoje têm 63. Os meios de comunicação, que acessaram ainda mais pessoas, tinham 71 pontos na confiança do povo brasileiro; hoje eles têm apenas 59. As escolas públicas caíram, as empresas caíram, as organizações sociais caíram também, a polícia também caiu, de 52 para 50; o sistema bancário, o Poder Judiciário... E o que dizer, Sr. Presidente, do Governo Federal, que caiu de 53 para 30 pontos? O Presidente da República, de 66 para 22. O Congresso Nacional, do qual todos nós fazemos parte – Senadores, Deputados Federais e os servidores –, recebendo salários, caiu, Senador Paim, de 35 para 22 pontos. Pesquisa do Ibope! E os partidos políticos estão fulminados: caíram de 31 pontos para 17, uma situação gravíssima para a manutenção da credibilidade do processo democrático.

Pois é, Sr. Presidente, as instituições não estão sobrevivendo a esta crise, e esta crise, Senador Capiberibe, impacta ainda mais a imagem negativa e a reputação das instituições. Fatos como este corroboram para piorar esta imagem. É por isso que eu finalizo, Srs. Senadores, dizendo que em um mundo tão moderno, conectado, cheio de novos saberes, de inovações, um mundo que está na palma das nossas mãos – estamos conectados ao mundo através dos celulares, da internet –, nós precisamos fazer uso de um ditado popular, para poder iluminar o recomeço desta caminhada. Minha vó dizia – e o ditado popular também: "Prudência e canja de galinha não fazem mal a ninguém." É disso que nós estamos precisando.

Tenho a convicção, Senador Paim – para finalizar –, que a CPI que deveremos começar, para trazer luz aos números reais da Previdência, coordenada por V. Ex^a ou por outro Senador desta Casa, será imparcial. Que ela busque a verdade e que não tergiverse sobre os fatos, para que nós possamos encontrar não a mais perfeita das transformações na Previdência, mas a que traga sustentabilidade para o futuro dos trabalhadores do nosso País.

Então, assim como digo às instituições do nosso País para buscar prudência e caldo de galinha, que nós fazemos o mesmo ao abrirmos os trabalhos da CPI da previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Senadores.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me um aparte muito rápido. V. Ex^a toca nesse assunto da CPI, que foi um trabalho exaustivo de todos nós. V. Ex^a foi um dos primeiros também que a assinou e disse: "Olha, vamos investigar a fundo e ver quem é quem: quem deve, quem não deve; onde está o dinheiro; quem roubou; quem é corrupto." Nós vamos, de fato, com isso, fazer, com respeito à Previdência brasileira, uma vez fazendo esse raio x, com que sejam apresentados verdadeiramente ao País onde está a arrecadação, se houve fraude, se houve sonegação, se houve roubo, se houve desvio, se houve propina, para alguém não executar. Tudo agora vai aparecer. Por isso eu quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Roberto Muniz, que mais uma vez vai à tribuna falar desse tema tão importante e sinalizar ao País que a CPI vai ser instalada agora, no mês de abril. Hoje, o Senador Eunício já leu aqui, no plenário, 58 nomes. Em seguida – porque teríamos até a meia-noite –, já chegamos a



63. Isso mostra que só faltam 18 Senadores dispostos a enfrentar o debate da CPI. Mas com 27 a CPI seria instalada. Com 63, não há dúvida nenhuma. Meus cumprimentos a V. Ex^a, que tem conversado muito comigo sobre esse tema, com uma postura muito clara, muito honesta, muito séria, muito verdadeira. Agora, depois de 92 anos, nós vamos investigar, de fato, o que fizeram neste País com a contribuição dos empregados, dos empregadores e da sociedade. Não é só a contribuição do empregado e do empregador – o empregador, com 20%; o trabalhador, com 8% ou 11% –: é dos jogos lotéricos, é do faturamento, é do lucro, é do Cofins. Enfim, é de toda a operação que nós fazemos. Quando compramos alguma coisa, há ali um percentual para a Previdência. Onde foi parar o dinheiro da Previdência? Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Incorporo o seu aparte e agradeço a paciência do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Roberto Muniz, obrigado pelo seu pronunciamento. S. Ex^a falou pelo Estado da Bahia, pelo Partido Progressista.

Passo a palavra à Senadora Rose de Freitas, que falará pela Liderança do PMDB.

Na sequência, o senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – O senhor fique à vontade. Pode falar por 50 minutos, uma hora... O senhor é quem manda.

Com a palavra a Senadora.

V. Ex^a falará pela Liderança do PMDB do Espírito Santo.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, nós temos que agradecer muito, não é, Senador Paim? Nós temos um Presidente disposto a ouvir e a dar a palavra, incansavelmente. Portanto, eu quero agradecer a gentileza de estar sempre com essa disposição nessa tribuna. Para nós, este é um lugar onde podemos refletir sobre os problemas do Brasil e, sobretudo, registrar nossas posições sobre todos eles.

Quero também acrescentar ao Senador Paim que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa a esclarecer toda a realidade da Previdência, não é contra ninguém. Aliás, este Governo é o nosso Governo. O Presidente Temer é o Presidente do Brasil e o nosso Presidente, do nosso Partido. Mas não há...

Esse é um momento muito importante, em que a verdade tem um valor inestimável aos ouvidos da população brasileira. É preciso que possamos falar. A soma dos erros da Previdência é uma soma de gestões e gestões e gestões. Cada episódio é fruto também desse sistema político nosso. Cada episódio é relativo à gestão... Os gestores que estiveram à frente da Previdência nunca pensaram, em nenhum momento, que a Previdência deveria estancar os problemas que ela viveu. Estou há 30 anos no Parlamento. Há 30 anos eu ouço dizer que a Previdência tem problema. Dessa vez ela tem, porque, 40 anos depois, nós estamos vendo uma crise econômica gravíssima no Brasil. Portanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito não vem para contribuir ou para prejudicar o processo da reforma previdenciária, que é necessária.

Portanto, eu acho que a reforma é bem-vinda, para debatermos e mostrarmos os dados. Isso deveria ter sido feito antes. Se alguém o faz com a intenção de atingir o Presidente Temer, eu assino com outro objetivo: com o objetivo de que dê transparência a todas as atitudes que o



Governo esteja tomando nesse momento e para reforçar a necessidade da reforma, mas uma reforma, torno a dizer, que venha a contemplar, com justeza, os trabalhadores deste País.

Sr. Presidente, eu queria registrar que hoje é o Dia Internacional da Síndrome de Down. Portanto, a data é importante. Mudou muito a política nacional a respeito do tratamento que se dá às pessoas que têm síndrome de Down, o respeito a elas, a inclusão.

O projeto de inclusão está sendo feito gradativamente, talvez não no ritmo que é necessário, mas é importante que reconheçamos que, hoje, tanto nas escolas como na sociedade, através da cultura, da arte, esse valor que se dá ao projeto de inserção, até na questão da alfabetização, do conhecimento, da educação aos portadores da síndrome de Down, é extremamente importante.

Eu quero ressaltar a importância de falarmos mais sobre esse assunto e também sobre todas as matérias pertinentes socialmente a essa síndrome. Que nós possamos contribuir para avançar e que nós possamos reconhecer que os portadores da síndrome de Down são pessoas especialíssimas.

Eu tenho a oportunidade de conviver com eles, pois tenho pianistas na família. São pessoas que realmente fizeram com que acontecesse um olhar diferenciado sobre elas, a fim de que pudessem sentir o respeito de todos.

Há uma propaganda na televisão belíssima em que o jovem aparece dizendo: "Eu quero que você me olhe, eu quero que você me enxergue, eu quero que você me inclua, eu quero que você me respeite." O respeito é a base de tudo. Portanto, neste dia, eu só quero dizer que nós temos muito a fazer para os portadores da Síndrome de Down.

Quero também fazer um registro sobre a Semana do Consumidor, Senador Capiberibe, o Dia Mundial do Consumidor, que foi comemorado no último 15 de março. Nós pouco falamos sobre esse assunto aqui.

Esse dia foi escolhido por causa do discurso de 15 de março de 1962 do então Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, que defendeu que todo consumidor tem direito à informação, à segurança, e tem o direito de ser ouvido, que é fundamental. Além de ser informado, ele precisa ser ouvido.

Por isso, daí para frente, foram criados defesa do consumidor, código do consumidor. Eu mesma participei na Constituinte discutindo essa matéria.

No Brasil, o Código de Defesa do Consumidor está completando 25 anos, neste ano de 2017. Veio justamente com o propósito de proteger o consumidor, que é um dos maiores motores da nossa economia. Sem ele – vamos registrar –, os serviços, o comércio, a indústria não teriam razão de existir. O consumidor é também a parte mais frágil dessa cadeia de construção da nossa economia, por causa das relações de consumo. Muitas vezes, o consumidor não sabe dos seus direitos. Nós fazemos tanta cartilha nesse Brasil afora, preocupados com questão de gênero e tudo mais, mas não nos preocupamos com o direito do consumidor, que precisa ser protegido e não lesado.

Na verdade, dizem que comprar é uma arte da mulher, mas é uma arte de todos nós. Devemos estar atentos ao que consumimos. O consumidor tem que estar brigando contra as embalagens, na questão da validade do produto, da fabricação, informações que precisamos brigar para tê-las visíveis no rótulo, na embalagem. É um absurdo isso. Escrevem letras minúsculas que não se consegue enxergar nem com uma lupa. Parece quererem esconder alguma coisa, possivelmente lesando um direito do consumidor. Saber que ele vai comprar um produto, e três dias depois ele não consumirá esse produto todo, mas em três dias expira o prazo que se vai verificar depois na embalagem.



(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Ainda hoje, mesmo com as leis de código de defesa do consumidor, são muitos os relatos que estamos ouvindo de abuso e de serviços mal prestados. Para corrigir isso, nós vamos bater na mesma tecla que batemos há anos: é preciso fiscalização.

Como o Brasil pode hoje enfrentar essas denúncias, que acho que tomaram vulto maior do que deveriam tomar, porque o Brasil tem sido rígido? O Brasil e quem consome os produtos brasileiros, na fiscalização, na exigência da qualidade, no acompanhamento, nos relatos que são dados, nós sabemos que as pessoas não vieram comprar os produtos brasileiros, a carne brasileira, simplesmente, porque era do Brasil; vieram, porque havia qualidade, porque havia fiscalização. Eles mesmos fiscalizam.

Então, mesmo assim, nós vamos a um atropelo, como aconteceu agora...

(Interrupção do som.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Evidentemente tomou uma proporção que acabou por prejudicar o Brasil de alguma maneira, mas o Brasil vai conseguir colocar o reordenamento, punir quem são os responsáveis. E não devemos pagar um preço dessa maneira, tão alto, tendo contratos interrompidos e uma suspeição muito grande sobre a conduta das nossas indústrias.

Elas terão que corrigir isso, o Governo terá que corrigir, mas, mais uma vez, vou bater na mesma tecla, terão que fiscalizar. É preciso aumentar os fiscais. Se talvez houvesse mais fiscalização isso não teria acontecido. Diríamos assim, não haveria esse abuso por parte de meia dúzia de pessoas que não tinham noção do mal que estavam fazendo, não ao consumidor, mas ao Brasil.

Mas, para corrigir tudo isso que está acontecendo no Brasil, é preciso fiscalização e que nós tenhamos mais instrumentos...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... para que o consumidor possa defender-se de eventuais fraudes. Por isso, eu aproveito esta ocasião para destacar que apresentei a este Senado o Projeto de Lei 21, de 2017, que torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos para atacar um dos problemas do comércio varejista que é a venda dos produtos lacrados com as exigências, verificando tudo, peso, olhando as condições do produto que está a ser comercializado. O objetivo é prever essa possibilidade de um consumidor, já que estamos falando dele, Presidente Thieres, conferir o peso do produto sempre que ele achar necessário. E ele vai ter esse instrumento à mão, havendo a obrigatoriedade de existir essa balança de precisão. Ou seja, ele vai conferir o produto que está indicado no rótulo e poderá questionar se for considerado um dado falso.

Nós consideramos, Senador Paim, que é necessário, porque, infelizmente, sabemos que muitos produtos adquiridos hoje, por todos nós, não respeitam a indicação do peso do produto conforme sua rotulagem. A nossa preocupação é de que o consumidor saiba, de fato, o que está levando para casa e qual o peso do produto que ele está levando, adquirindo. É um direito dele, é um direito incluir a proteção contra esses dados mal formulados e serviços que são considerados nocivos e que acabam lesando as pessoas.



A proteção também sobre outra coisa, que é a propaganda enganosa. Informação clara sobre os produtos e serviços por reparação é uma forma de consertar os danos que a sociedade sofre, danos no seu próprio patrimônio, da sua despesa, do seu dinheiro.

Então, eu vou registrar, mais uma vez: em 1962, o então Presidente Kennedy disse que somos todos cidadãos. E é essa, eu acho, a campanha mais importante que o Brasil tem que ter diante dos seus olhos, inclusive nesta crise que nós estamos atravessando, da qual tenho certeza de que vamos sair lá na frente, recuperando todo aquela credibilidade que o Brasil tem.

Nós destacamos que somos todos cidadãos e consumidores, e temos que ter, cada vez mais, instrumentos que reduzam essa forma vulnerável, esse sentimento de vulnerabilidade que o consumidor sente dentro do supermercado, dentro de uma farmácia, dentro de uma loja. E que se amplie, sobretudo, Sr. Presidente, a segurança das nossas escolhas, das escolhas do consumidor, daquele que pretenda divulgar, muitas vezes, o produto que consome. Que ele possa atestar que, naquela balança de precisão, estão, exatamente, adequadas e verdadeiras as informações daquilo que ele está consumindo.

Eu quero agradecer V. Ex^a, mais uma vez, e dizer que eu ficarei muito feliz se puder servi-lo com a mesma gentileza com que o senhor nos trata todas as vezes em que nós assumimos a tribuna.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Rose de Freitas, que falou pela Liderança do PMDB, do Estado do Espírito Santo.

Passo a palavra ao Senador João Capiberibe, do PSB, do Estado do Amapá. Senador, o senhor tem 20 minutos, e pode esticar mais. Viu, compadre? Fique à vontade! O senhor tem a palavra, por 20 minutos, Excelência.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Srs. Senadores; Sr^as Senadoras; Sr^a Deputada Federal Janete Capiberibe, que nos prestigia nesta sessão; telespectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado; Senadora Rose de Freitas, 20 anos depois de pactuada a Ponte sobre o Rio Oiapoque, ligando o Amapá à Guiana Francesa – eu poderia dizer: ligando o Brasil à França, porque a Guiana é uma região francesa encravada na América do Sul –, essa ponte foi finalmente inaugurada. Nesse dia eu estava dentro de um avião rumo ao Oiapoque para participar do evento.

Revi o filme dessa história de trás para frente, porque dele participei desde o começo. Lembro que em 1995, no primeiro ano do meu primeiro governo como o Governador do Amapá, visitei Caiena. Fui convidado para participar de uma jornada médica em Caiena.

Naquela oportunidade, bati na porta das autoridades guianenses, falando do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), que era o programa que nós estávamos implementando no governo. Falamos também da nossa fronteira comum, de mais de 600km – isto é algo muito curioso: a maior fronteira da França é com o Brasil. E falamos também da necessidade de cooperação. Foram três temas que eu levei para discutir com as autoridades da Guiana Francesa.

Gentis, muito gentis, alguns me ouviram, mas ouviram por ouvir. Até que encontrei uma autoridade, chamada Antoine Karam, que gostou do que eu falei e se dispôs a arregaçar as mangas. Naquela época, ele era o governador da Guiana; hoje, ele é Senador no Parlamento francês.



Demo-nos as mãos para colocar de pé a cooperação. Nossa primeira conquista foi a inclusão da cláusula sexta no Acordo de Cooperação Franco-Brasileiro, assinado por Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac, em Paris, em abril de 1996. Eu estava lá, porque me interessava muito. Essa cláusula abriu as portas para a cooperação entre o Amapá e a Guiana.

Em seguida, instituímos a Comissão Transfronteiriça, que passou a se reunir a cada dois anos para discutir e dar o norte à cooperação regional.

Ao perceber nosso isolamento – o Amapá distante de Brasília e a Guiana muito distante de Paris –, decidimos, eu e Antoine Karam, chamar a atenção de nossos governos centrais. Articulamos o encontro do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o Presidente Jacques Chirac na pequena Saint Georges, situada em frente à cidade de Oiapoque. Isso aconteceu em novembro de 1997. Nesse encontro, mesmo com muita resistência do lado guianense, pactuamos a construção da ponte que acabamos de inaugurar no sábado passado.

Antoine Karam teve perdas políticas, mas não recuou um milímetro. Também nesse encontro, Fernando Henrique Cardoso decidiu incluir a BR-156, que liga Macapá à Guiana Francesa, no seu Programa Avança, Brasil. Mas dinheiro para a construção da estrada só começou mesmo a ser liberado a partir de 2003.

Pactuamos esse acordo. O Brasil concluiria sua estrada Macapá-Oiapoque, e a França faria a estrada Régina-Saint Georges, só que o dinheiro chegou em 2003. Até hoje o nosso lado não foi concluído, e o lado francês está totalmente concluído; eles honraram todos os acordos firmados.

Mas nós tivemos frutos importantes da cooperação. Além da ponte, que foi o projeto mais complexo, a cooperação Amapá-Guiana implementou projetos em várias áreas.

E aqui deixo o passado de lado para lhes falar de dois projetos que hoje estão em andamento no Oiapoque – dois projetos importantíssimos! O primeiro se arrasta no tempo, mas está avançando. Não tenho a menor dúvida de que vai se concretizar. Trata-se da construção da PCH do Salto Cafezoca, da pequena central hidrelétrica do Salto Cafezoca, para a geração de 7,5MW de energia hidráulica.

A empresa Voltalia, empresa francesa, que hoje abastece o Oiapoque com energia térmica, ganhou o leilão promovido pela Aneel para construir a PCH. O projeto executivo está pronto há mais de dez anos. Esse projeto se iniciou em 1996, em uma associação entre a empresa francesa e uma empresa do Amapá.

A Aneel informa que a licença de instalação da PCH deve ser obtida até o fim de março de 2019, e o início da montagem do canteiro de obras deverá começar até maio de 2019. O início da montagem eletromecânica das unidades geradoras deverá acontecer até dia 31 de julho de 2020. A operação em teste da primeira unidade geradora deverá ocorrer até 1º de dezembro de 2020 e a operação comercial da PCH deverá ocorrer até 6 de janeiro de 2021.

O segundo projeto, primo-irmão do primeiro, é a instalação de um parque gerador de energia fotovoltaica com capacidade de fornecer 4MW. O consumo hoje da cidade do Oiapoque vai de 5MW a 8MW, no pico do consumo.

A empresa Voltalia, a mesma da PCH, já dispõe do terreno e de todas as licenças exigidas por lei, vai começar a obra dentro de dois meses e vai inaugurar-la em dezembro deste ano. Vai ser o primeiro parque fotovoltaico do nosso Estado.

A partir de janeiro de 2018, Oiapoque contará com 4MW de energia limpa, reduzindo em mais de 50% a dependência do combustível fóssil, do óleo diesel. O desenvolvimento e o meio ambiente agradecem.



Somando as duas fontes, PCH e parque de energia solar, o resultado é promissor, mostra Oiapoque no caminho da autossuficiência energética, certamente com forte impacto no seu desenvolvimento econômico e social. E é preciso que se entenda que uma comunidade que gera sua própria energia tem toda a possibilidade de construir o desenvolvimento. Esse é o primeiro passo para o desenvolvimento, a autossuficiência em energia, não só energia mecânica como também energia para alimentação.

Sr. Presidente, a cooperação entre países é melindrosa, é delicada, exige tempo, exige perseverança, mas é fundamental, numa região como a nossa, para o desenvolvimento.

O Oiapoque, lá no extremo norte do Brasil, com a cooperação com a Guiana, com a França, é hoje o Município com maior expectativa de desenvolvimento econômico.

Além desses projetos, nós firmamos três acordos com a França. Um deles cria a área de livre comércio da fronteira, ou seja, permite que moradores tanto de um lado quanto de outro possam adquirir produtos de subsistência sem impostos, com absoluta liberdade de um lado e de outro.

Esse acordo deverá entrar em vigor daqui a alguns dias. Já está assinado, só falta a regulamentação para que isso possa acontecer na fronteira, no extremo norte do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, faço esse registro.

Encontrei meus amigos da Guiana, encontrei personalidades guianenses que conheço dos últimos 20 anos, incluindo aí o Prefeito Jorge Elfort, que é o Prefeito da cidade de Saint-Georges, que estava lá em 1997, quando recebemos o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Jacques Chirac.

Imagine vocês uma cidade de pouco mais de 500, 600 habitantes receber dois Presidentes da República, com helicópteros, navio de guerra e um exército acompanhando esses dois Presidentes. Era uma verdadeira cena de Spielberg, parecia uma cena de filme de ficção. Mas os dois Presidentes se encontraram, firmaram, pactuaram várias ações. Elas demoraram, evidentemente. A construção da ponte, 20 anos depois, nós conseguimos abrir ainda em condições não definitivas, mas a ponte está aberta para circulação de pessoas e também de mercadorias daqui a algum tempo.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador João Capiberibe, que falou pelo Estado do Amapá, pelo PSB.

Senador, há 20 anos? Faz tempo, né?

Quero agradecer a presença da Deputada Janete Capiberibe, aqui nos visitando no plenário do Senado.

Não havendo nenhum Senador para fazer uso da palavra, declaro esta sessão encerrada.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 07 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 28^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 101/17-GLPSDB

Brasília, de março de 2017.

A publicação
em 21/03/17

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que a partir desta data, o Senador **DALÍRIO BEBER** deixa de integrar, como titular, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Recebido em 21/03/17
Hora: 16 20

Senador **Bruno Salles** - Mat. 315740
OGM/SLSF



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 099/17-GLPSDB

Brasília, de março de 2017.

*Passa-se a
substituição
Em 21/03/17*

Senhor Presidente,

Nos termos Regimentais, indico o Senador **RICARDO FERRAÇO**, como titular, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em substituição ao Senador **TASSO JEREISSATI**, que passa a integrar a mesma como suplente.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Recebido em 21/03/17
Hora: 15:20

Renata Brum Saldanha - Mat. 315749
RGM/SLSF



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 100/17-GLPSDB

Brasília, de março de 2017.

*Faca-se a
substituição.
Em 24/03/17*

Senhor Presidente,

Nos termos Regimentais, comunico que o Senador TASSO JEREISSATI deixa a titularidade da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e passa a integrar a mesma como suplente.

Atenciosamente,

Paulo Bauer
Senador PAULO BAUER
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Recebido em 21/03/17
Hora: 15.20

Eunício Oliveira
Senador Eunício Oliveira - Mat. 315749
SGM/SLSF



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 104/17-GLPSDB

Brasília, de março de 2017.

A publicação
Em 21/03/17

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que a partir desta data, o Senador **RICARDO FERRAÇO** deixa de integrar, como titular, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Recebido em 21/03/17
Hora: 15:20

Renato Senna Soldanha - Mat. 315749
SGM/SLSF



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 105/17-GLPSDB

Brasília, de março de 2017.

A publicação
Em 21/03/17

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que a partir desta data, o Senador CÁSSIO CUNHA LIMA deixa de integrar, como titular, a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Atenciosamente,

Senador PAULO BAUER
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Recebido em 21/03/17
hora: 15:20

Graça Mário Salloum - Mat. 315749
GCM/SLDF



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 106/17-GLPSDB

Brasília, de março de 2017.

Fica de sinalo
o Senador FLEXA Ri
beiro, nos termos do
expediente.

Em 21/03/17

Senhor Presidente,

Nos termos Regimentais, indico o Senador **FLEXA RIBEIRO** para integrar, como suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente,

Senador PAULO BAUER
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Recebido em 21/03/17
Hora: 15.20

Renata Oliveira Salles - Mat. 315743
SGM/SLSF



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 100/17-GLPSDB

Brasília, de março de 2017.

Senhor Presidente,

*Fica designado
o Senador, na forma
do expediente.
Em 21/03/17.*

Indico o senador **RICARDO FERRAÇO**, como suplente,
para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor
e Fiscalização e Controle, em vaga destinada ao PSDB – Partido da
Social Democracia Brasileira:

Atenciosamente,

Paulo Bauer
Senador PAULO BAUER
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

*Recebido
em 21/03/17
JLB
46300*





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 101/17-GLPSDB

Brasília, de março de 2017.

Ficam designados
os Senadores no forma
do expediente.

Em 21/03/17.

Senhor Presidente,

Indico os senadores **FLEXA RIBEIRO** e **RICARDO FERRAÇO**, como suplentes, para integrarem a Comissão de Transparência e Governança Pública, nas vagas destinadas ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

Atenciosamente,

Senador PAULO BAUER
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal



Ofício nº 0047/2017 – GLBPRD

Brasília, 21 de março de 2017

Faça-se a substituição solicitada.

Em 21/3/2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) indica a **Senador Gleisi Hoffman** como titular em substituição ao **Senador Lindbergh Farias** na composição da Comissão de Constituição e Justiça-CCJ.


Senadora Gleisi Hoffmann
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Excelentíssimo Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Discursos e documentos encaminhados à publicação



O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA. Sem apanhamento taquigráfico.)

– Sr. Presidente, Sr^as Senadoras e Srs. Senadores, neste dia 21 de março, como ocorre anualmente, comemora-se o Dia Internacional da Síndrome de Down – em todo o mundo, mas especialmente no Brasil.

Digo especialmente no Brasil porque o nosso país invariavelmente se destaca, em nível mundial, pelo número de eventos realizados nesta data.

Temos aqui uma sociedade ativamente engajada na luta pela viabilização de mecanismos permanentes que permitam dar voz às pessoas com a deficiência e àqueles que vivem e trabalham com elas.

Essa importante comemoração foi criada pela *Down Syndrome International*, em 2006. Trata-se de uma organização internacional comprometida com o aprimoramento da qualidade de vida dessas pessoas mundo afora, que encoraja a sociedade organizada a promover eventos e atividades que estimulem a conscientização sobre a Síndrome de Down.

O dia 21 de março foi escolhido para representar a singularidade da triplicação (trissomia) do cromossomo 21 que causa esta ocorrência genética. O objetivo do dia é celebrar a vida das pessoas com Síndrome de Down e disseminar informações para promover a inclusão de todos na sociedade.

Uma resolução aprovada por consenso pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 2011, estabelece oficialmente essa data. A resolução foi proposta e promovida pelo Brasil, com o apoio de outros 78 Estados Membros da ONU.

Em 2017, o tema sugerido pela Down Syndrome International para essa comemoração é “Minha voz, minha comunidade”. Pretende-se, nesse caso, estimular as iniciativas que visam a dar voz às pessoas com Síndrome de Down, para que sejam ouvidas e para que, desse modo, influenciem decisivamente políticas e ações governamentais.

Em diversos países, haverá intensas programações voltadas para essa comemoração. O mesmo ocorrerá no Brasil. Especificamente no meu querido Maranhão, destaco a “Mesa redonda Multidisciplinar pelo Dia Internacional da Síndrome de Down”, organizada pela Liga Acadêmica de Linguagem da Universidade CEUMA do curso de Fonoaudiologia, que ocorrerá às 19h00 de hoje, no Salão Nobre da Biblioteca daquela Universidade.

Parabenizo a Universidade CEUMA, em nome do Reitor Prof. Mestre Saulo Henrique de Brito Matos Martins, pela iniciativa da mesa redonda, que abordará os seguintes assuntos:

- “Ser um profissional inclusivo: Desafios na graduação”;
- “Desafios da inclusão de crianças com síndrome de down na rede regular de ensino”;
- “Influência da Integração Sensorial em Pessoas com Síndrome de Down”;
- “Intervenção fonoaudiológica nas diferentes etapas do desenvolvimento da criança com Síndrome de Down”.

Sr. Presidente, Sr^as Senadoras e Srs. Senadores, não há forma de prevenção da Síndrome de Down, mas a ciência acredita que a probabilidade de ter uma criança com síndrome de Down aumenta com o avançar da idade da mãe.

Por isso, é importante que o poder público esclareça a sociedade, nomeadamente as mães mais tardias, para que realizem testes de rastreio para identificar a Síndrome de Down ainda no útero.



Entretanto, também é fundamental implantar políticas públicas e ações afirmativas que objetivem garantir a qualidade de vida, a acessibilidade e o direito de ir-e-vir de pessoas com deficiência.

Também é essencial promover o resgate da autoestima desses cidadãos especiais, priorizando uma gestão pública inclusiva e mais humana.

Nesse sentido, julgo importante citar ações empreendidas no Maranhão, tais como o atendimento de crianças com doenças neurológicas, feito pelo Centro de Referência em Neurodesenvolvimento, Assistência e Reabilitação de Crianças (NINAR), inaugurado em abril de 2016, e que atende à capital e ao interior do Estado.

O centro já contabiliza mais de 5 mil atendimentos, entre consultas, exames e procedimentos realizados, sendo considerado referência nacional pela estrutura e pelo nível de atendimento disponibilizado às crianças.

São dezenas de profissionais especializados na área, que propiciam tratamento especializado às crianças de zero a 13 anos portadoras de síndrome de Down, de microcefalia, de macrocefalia, de hidrocefalia e de paralisias cerebrais, entre outras.

Para dar outro exemplo, nesse caso de inclusão, lembro um momento muito especial dos Jogos Olímpicos de 2016, quando um atleta da natação maranhense, o garoto Davi Hermes de Oliveira, de 12 anos, portador da Síndrome de Down, foi escolhido para carregar a tocha olímpica. Davi já ganhou várias medalhas e foi campeão dos Jogos Paralímpicos Escolares Maranhenses, sobressaindo-se naquele esporte, que pratica desde os seis meses.

Outro exemplo marcante ocorreu também no ano passado, mais especificamente na Olimpíada do Conhecimento, maior competição de educação profissional das Américas, onde dois jovens alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Maranhão (SENAI-MA) foram medalhistas na prova do Sistema de Avaliação da Educação Profissional (SAEP) para Pessoas com Deficiência.

No evento, o competidor da ocupação padeiro, João Antônio Sousa Leite, de 23 anos, que tem Síndrome de Down, conquistou o ouro competindo com outros cinco estudantes de outros estados do Brasil; e o deficiente visual, Igor Pontes Medeiros, de 19 anos, ganhou o bronze na ocupação operador de computador. Com o resultado, o Maranhão ficou em 4º lugar do Nordeste e 12º do Brasil no ranking de medalhas por delegação.

Eis alguns exemplos, dados pelo povo do Maranhão, que representam dignamente a vontade desses cidadãos mais do que especiais de mostrarem-se capazes de participar, entre outras coisas, das decisões da comunidade e da elaboração de políticas públicas.

Precisamos dar todo o nosso apoio para que essas pessoas desenvolvam seu ativismo cívico e político, provendo a nação de um indispensável arcabouço legislativo voltado para a correta aplicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma legislação inovadora e destinada a garantir os direitos dos brasileiros nessa condição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhoras e Senhores, bom dia a todos. É sempre uma felicidade muito grande participar desse dia dedicado a pessoas tão especiais. Todo ano, nos reunimos aqui para comemorar as conquistas, ver o quanto avançamos e olhar também para os próximos desafios. E para mim é também uma alegria reencontrar tantas pessoas queridas.

Eu gostei muito do título escolhido para este ano: "Ir e vir com independência - empoderamento de pessoas com síndrome de Down".

Não existe nada que faça tão bem para a alma quanto a liberdade trazida pela independência. Com liberdade, podemos exercer todos os nossos talentos, revelar todo o nosso amor, escolher as pessoas com quem queremos conviver e os lugares que queremos frequentar.

As pessoas com síndrome de Down, sempre cheias de vida e de energia, merecem ter independência para escolher uma profissão e um trabalho, para se divertir e aprender, para praticar esportes, escolher suas turmas e ter seu lugar em qualquer espaço da vida cotidiana. Merecem ser respeitadas quando têm um dia triste, como qualquer pessoa. Merecem ter a sua oportunidade de brilhar.

Vejo isso tudo na minha filha Ivy, já com um pé na adolescência. A Ivy completou doze anos na semana passada. Nela vejo muito talento e aquele brilho nos olhos de quem quer abraçar o mundo.

A Ivy, que lançou uma biografia no ano passado, agora tem um canal no Youtube, e assim vai poder mostrar um pouco da vida dela e continuar inspirando milhares de pessoas.

A minha princesa voa cada vez mais alto, e isso é o que desejo: que essas condições favoráveis, de educação e acesso a oportunidades, possam chegar a todos.

Como a Ivy, existem muitos talentos pelo Brasil. É por isso que estamos aqui hoje, para mostrar, uma vez mais, do quanto eles são capazes. As histórias de vida que vocês vão ouvir mostram que não existe limite para quem acredita nos seus sonhos.

Eu queria aproveitar essa oportunidade para agradecer a esse verdadeiro exército de pessoas e entidades que estão aqui, comprometidas em criar um mundo melhor e mais justo para as pessoas com síndrome de Down.

Não vou citar nenhum nome, para não ser injusto esquecendo alguém, mas vocês sabem quem são e sabem o quanto são importantes nessa luta. Sozinho, eu não consigo nada, então deixo aqui os meus parabéns e o meu sincero agradecimento.

Avançamos bastante, mas não nos enganemos: ainda há muitas barreiras a serem quebradas. Para isso precisaremos de muita paciência, persistência, dedicação e união.

Por exemplo, a Lei Brasileira de Inclusão, que representou um grande avanço, ainda depende da regulamentação de vários de seus artigos, e precisamos mobilizar a sociedade para garantir que isso aconteça dentro do prazo previsto.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, informo que 93% dos internautas entrevistados pelo Instituto de Pesquisa DataSenado querem a CPI da Previdência Social.

87% dos internautas também acreditam que a CPI vai ajudar muito no debate da reforma previdenciária.

A enquete foi realizada no Portal do Senado de 2 a 16 de março.

Nesse período, 1.765 cidadãos responderam perguntas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a minha fala de hoje é sobre p Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial e o Dia Internacional da Síndrome de Down. Ambos celebrados nesta terça-feira, 21 de março.

Na passagem de mais um Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, muito temos a refletir sobre a questão, notadamente em nosso País.

São inegáveis as conquistas, legais e efetivas, sobre o tema no Brasil.

Não podemos deixar de enaltecer iniciativas por nós levantadas e depois abraçadas pela maioria da sociedade, como o Estatuto da Igualdade Racial, as diversas ações afirmativas nele contidas e, sobretudo, a reparação histórica representada pelas cotas nas universidades e nos concursos públicos.

Suscitamos o debate, e o colocamos na centralidade que ele merece, tanto neste Parlamento como na academia, na Imprensa e nos mais diversos fóruns de discussão espalhados por toda a sociedade brasileira.

Finalmente, saímos daquele cenário idílico e falso representado pelo mito histórico da democracia racial para, objetivamente, construirmos uma posição de constante questionamento e reflexão sobre o tema.

Deixamos de nos referir e exaltar a herança e a influência negra sobre nossa formação apenas nas artes e na música, para verdadeiramente incluir a participação negra na política, no Direito, nas Ciências e no desenvolvimento de nossas universidades.

Nomes como Milton Santos, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Joel Rufino dos Santos e tantos outros intelectuais afro-brasileiros se firmaram como fonte e objeto de estudo nas linhas de pesquisa em nossas universidades.

Muitos deles, inclusive, foram “descobertos” por jovens pesquisadores interessados por suas ideias e suas trajetórias de luta e afirmação.

Entretanto, Sr. Presidente, minhas Caras e meus Caros Colegas, a trágica herança de nossa escravidão ainda teima em reverberar na realidade socioeconômica de nosso País, na cruel realidade enfrentada pela esmagadora maioria dos afrodescendentes brasileiros.

Tragédia que ecoa na crueldade cotidiana do genocídio dos jovens negros nas favelas e comunidades carentes dos grandes centros urbanos.

Que grita no choro compulsivo das mães, pais e famílias que vão visitar seus filhos nos necrotérios e penitenciárias da vida. Que maltrata na violência e brutalidade policial movida pela discriminação racial.



A alma daqueles irmãos sul-africanos que morreram no massacre de Sharpeville, há 57 anos, ou dos irmãos estadunidenses que morreram nos protestos do Alabama, poucos anos depois, ainda pairam sobre nós e nos inspiram a perseverar nessa luta, que ainda está longe de ser vencida.

Como em qualquer processo histórico, estamos paulatinamente ocupando mais espaço nas diversas instâncias de poder.

Mas é triste constatar, olhando para esse Plenário, que falta muito, ainda, para termos uma representação condigna e proporcional em termos raciais e de gênero.

Mas não desistiremos!

Dos grilhões cia escravidão ao massacre nos grandes centros urbanos, a luta continua – e sempre continuará! –, não importa o tamanho do desafio.

Nossas armas são esta tribuna e estas palavras, as nossas ideias, os intelectuais que nos representam e a força de uma sociedade multirracial e multiétnica que exige uma conformação mais justa e harmônica.

Pouco a pouco, vamos diminuindo as resistências, com muito debate e resiliência. Democracia exige paciência e fé, e só por meio dela conseguiremos justificar a nossa luta e os nossos anseios por mais equidade e justiça racial.

Parafraseando o grande Caetano Veloso, em sua notável composição “Haiti”, Sharpeville é aqui, em cada esquina sombria em que um negro é brutalmente assassinado em virtude das armadilhas herdadas pelo processo histórico de segregação.

Cabe a nós lutarmos para transformar essa realidade. Eu tenho esse sonho, como inesquecível Martin Luther King. E vamos, um dia, vê-lo realizado. Que o espírito de Sharpeville nunca pereça!

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, e por falar em combate à discriminação, em luta contra o preconceito, resta-nos também falar no preconceito contra a pessoa com deficiência.

Nesse sentido também há o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal nº 13.146 de 2015, de nossa autoria elaborada no selo da sociedade e do movimento das pessoas com deficiência.

O Estatuto é fruto de 15 anos discussões, debates, audiências públicas em todos os estados, e aqui em Brasília no Congresso Nacional.

É resultado da evolução dos debates internacionais que significaram uma mudança de paradigma.

Um dos benefícios da lei do Estatuto da Pessoa com deficiência é no campo da educação, por exemplo, o estatuto traz a obrigatoriedade do ensino em braile e libras

No campo do trabalho traz que o estado deve desenvolver programas de habilitação e reabilitação para o trabalho.

Traz ainda Inovações como o auxílio inclusão[^] que será pago àquela pessoa com deficiência que recebe o BPC e entra no mercado de trabalho e passa a receber um Incentivo para que deixe a condição de beneficiário e passe a ser contribuinte com a Previdência.

Podemos falar também no áudio descrição, que deverá estar presente na programação de rádio e TV e nas propagandas políticas e na Tomada de Decisão apoiada onde a pessoa com deficiência poderá expressar a sua vontade e a sua capacidade civil.



Hoje é também o Dia Internacional da Síndrome de Down.

A data serve para essa reflexão: o que necessitamos para quebrar esse preconceito? Informação.

Não estou falando apenas de lembrar dos fatores genéticos da síndrome, falo principalmente de abrir os corações, nossas percepções, nosso olhar para o ser humano que existe por trás da síndrome.

Certa vez eu vi uma frase que dizia: "Não pergunte que doença a pessoa tem, mas que pessoa a doença tem".

Quando falamos em inclusão, todos têm consciência de sua necessidade e urgência, entretanto, não basta que apenas leis venham concorrer para essa inclusão.

Somente seremos uma sociedade inclusiva, quando nosso olhar for inclusivo, quando a diversidade for entendida não como desigualdade, mas como um traço identificador de humanidade.

Era o que tinha a dizer.



Documento encaminhado pelo Senador José Medeiros, nos termos do art. 210 do Regimento Interno



DIGNISSIMO SENADOR, JOSE MEDEIROS.

Sou um cidadão brasileiro.

Nasci em 04/05/1942 na cidade de Santo Anastácio em São Paulo.

Meus pais eram humildes roceiros que plantavam café e feijão naquela região.

Depois mudaram-se para Lucélia e de profissão.

La me criei, na infância e juventude, onde fiz meus estudos e me formei como professor primário, tendo meu primeiro emprego aos vinte e um anos.

Depois , ja ´com 40 anos é que me formei em Direito na cidade de Guarulhos onde morei por mais de 17 anos, tendo meus filhos ,três, aí nascidos.

Vim morar em Mato Grosso ao ter passado em Concurso público nos idos de 1990. Na Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

Atualmente na casa dos 75 anos, aposentado, faço parte do Conselho Fiscal do Previvag- Instituto de Previdência do Município de Várzea Grande e da Comissão de Investimento do Instituto, sem antes pertencer ao Conselho Curador por quase cinco anos, com serviços públicos relevantes, sem nenhuma remuneração em troca. Para tal fui certificado pela APIMEC/ABIPEM SOB N. 1961.

SENADOR, estou indignado!!!!

Muito indignado como o rumo que o Brasil esta seguindo.

Ninguém respeita ninguém!!

A começar pelo próprio governo!!!

Porque a Administração Pública teima em desrespeitar a própria Constituição, deixando a DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA EM SEGUNDO PLANO?

Porque menosprezar tanto o povo brasileiro? Pergunto:

1-Por que não atualizar a tabela do imposto de renda(?)favorecendo a classe mais produtora e sofrida???

2-Porque não aplicar no pagamento dos atrasados Cartões de Créditos a tabela dos rendimentos da Caderneta de Poupança(?) pois os Bancos Brasileiros sugam a população nas cadernetas de

poupança, aplicando no mercado financeiro, ganhando 10 vezes mais ao dia, e no fim do mês remunera com os miseráveis 0,5 percentuais??

É um verdadeiro roubo na cara do povo brasileiro, e o governo não diz nada??? É assalto a mão armada!!!

Que governo é esse que privilegia os Bancos brasileiros e internacionais? Que mantêm no STF súmulas a seu favor????

Pra que servem os ministros da Alta Corte, senão para manter nossa classe política afastada da realidade? E' o clube da fantasia.?

Começamos pelo Preâmbulo da Constituição que assegura a todos os brasileiros os direitos sociais e individuais tais como:

A segurança(?) o bem estar (?) a igualdade(?) a justiça(?) a saúde(?)

Donde erradicar as desigualdades sociais(?)

SENADOR,

Que palhaçada é esta ? Pode rasgar este preâmbulo!!!!!!

Não serve para nada, só para inglês ver!!!!

Donde o direito a saúde? Se nossos hospitais estão sucateados, sem aparelhagem moderna, sucateadas, enquanto as modernas ficam durante cinco anos ou mais guardadas em caixotes, apodrecendo ao relento, sem cuidado algum? E as ambulâncias? E nos corredores dos hospitais? São pessoas humanas amontoadas como lixo!!!!!

Nossos hospitais são perfeitas cabanas de guerras, sem material mínimo para dar assistência!!!!

FAÇA uma visita inesperada em nossos hospitais, mas sem avisar ninguém.!

FICAMOS APENAS NO PREAMBULO, SENADOR. Não vamos adentrar nos parágrafos porque é um conto de fadas tudo o que existe em seus 250 artigos e mais de 100 Emendas Constitucionais.

Vocês , os políticos, fizeram uma verdadeira colcha de retalhos. Uma verdadeira obra de arte para se protegerem contra todos os mortais.

Donde o direito a liberdade!!!

Se nossos cidadãos livres estão a mercê dos bandidos armados; somos presidiários dentro de nossos lares. Todos estamos confinados em nossa casa, principalmente os idosos que não recebem



o respeito necessário, por parte dos jovens e são desrespeitados a todo instante em qualquer ponto de ônibus, cujos motoristas não param quando percebem que vai embarcar um idoso???

Que ESTADO e ´este que não respeita os seus cidadãos???
 É O PRIMEIRO a desrespeitar as crianças, não provendo de vacinas os postos de saúde, creches para as mães poderem trabalhar, crianças poderem ir as escolas, sem estradas, sem moradias., sem saneamento básico, sem água tratada, sem merenda, sem,....., sem,.....

Que estado é este que não respeita as leis? Donde o Princípio da LEGALIDADE ??? as leis não são aplicadas . O país é uma grande ilha de baile fiscal, ainda hoje, em fevereiro de 2017 com nosso carnaval. Por cinco dias, tudo para; tudo se estanca; o Brasil é o paraíso; todos se esquecem de tudo.....inclusive dos corruptos e corruptores.

SENADOR, há uma verdadeira alienação mental dos brasileiros. Este pais tem que mudar. Estamos atravessando uma fase negra na vida deste país. Parece que tudo e todos contribuem para quanto pior melhor. E' incrível que não estejam vendo o barco afundar com todos os integrantes da orquestra brasileira na ilha do Fundão!!!!!!!

O povo está tão cansado de ser explorado que não percebe o que está acontecendo. Ja ´ não confia mais na classe política. Veja o caso de Dória em São Paulo e o Thrumph nos EEUU. E pelo andar da carruagem teremos um Bolsonaro da vida comandando este pais. Não é nenhum desrespeito pelo referido senhor. Mas, apenas uma constatação de que o nosso povo quer mudanças, soluções imediatas. Pra já!! Pra ontem.! Estamos passando fome de honestidade:

Fome de caráter.
 Fome de honradês.
 Fome de hombridade.
 Fome de palavra cumprida.

Ja ´ passou do prazo das reformas tributárias, previdenciárias, Trabalhista, política, etc.

Por outro lado, sabemos, também que o único político capaz de implementar estas reformas é o atual presidente TEMER.

E tem tudo nas mãos para fazer todas as reformas necessárias, TODAS, POIS, o mesmo já se comprometeu em fazê-las. Então deve começar já em março para por a casa em ordem.
Senão..... só nos resta apelar pelas FFAA.

Portanto, que venham todas as Reformas, doa a quem doer. Elas necessitam de serem feitas e implementadas já. De imediato!!!

Quem precisar ir para a cadeia, corrupto ou corruptor que se aplique as leis existentes. Bota todo mundo na cadeia Supremo Tribunal!!!! Não tem ministro com “saco roxo” como dizia o nonadáctilo Lula da Silva, chefe da Quadrilha que queria se perpetuar no poder ??? onde eles estão? Lei é para ser cumprida. Portanto, mãos a obra e coragem para aplicá-las. Senão , pobre STF , que vergonha nacional!!!

Não fique em cima do muro cuidando de se beneficiar da situação fingindo que aplica a lei e os deputados fingindo que estão presos em casa com tornozeleiras ??? Brincadeira de criança? De gato e rato? Entre executivo, legislativo e judiciário?? Um fingindo que aplica, outro fingindo que obedece?? E o povo em pleno carnaval assiste estarrecido esta brincadeira das cúpulas governamentais, legislativo, executivo e judiciário? Toma vergonha na cara, pessoal de cúpula dos três poderes!!!! Nós pagamos os seus salários,... e, altíssimos e de todos os políticos corruptos e honestos!!!!!! Com a carga tributaria mais alta do mundo!!!i

Está todo mundo tapando o sol com a peneira como nos governos Dilma e Lula.

Tomamos como exemplo a lei dos idosos que coloca em preferência idosos com mais de sessenta anos no cotidiano da vida brasileira. Este estatuto não está sendo cumprido por aqueles que detém o poder. Não é cumprido na prática: pelos caixas de bancos, nos hospitais, nem quem está morrendo tem preferência, nem pelo motoristas de ônibus que são obrigados a por dinheiro de seu bolso se passar um idoso sem pagar, como aconteceu em Osasco , onde o prefeito não cumpre a lei e barrou o transporte de idosos a partir dos 60 anos.

SENADOR, já passou da conta. !!! O povo não aguenta mais outro ano de recessão. Senão, as últimas palavras serão das FFAA e o povo está disposto a colaborar, pois o sofrimento e 'o que não falta para este povo ordeiro, e humilhado como cordeiro, assim mantido pelos últimos 13 anos para baixar a cabeça, recebendo esmolas da minha casa minha vida, bolsa escola, bolsa geladeira, et, sendo ferido em sua dignidade por governante corrupto. Está terminando o baile da ilha fiscal.

Pois bem, vamos trabalhar. Vamos ser responsável!!!!!!

Invocando as palavras de John Kenedy: não pergunte o que o Brasil pode fazer por vocês, mas , sim o que vocês podem fazer pelo Brasil, que façam já!!!.

Que saudades do Brasil, nos tempos em que estudava na escola primária e que me diziam : estude que o futuro do brasil são vocês. Que vergonha.! O futuro chegou. E não vi sequer uma mudança na mentalidade do povo brasileiro.

.....De tanto ver triunfar as nulidades.....

Como RUI BARBOSA, tenho vergonha de ser honesto.

De tanto ver triunfar aqueles mesquinhos sujeitos.....Fiz o dever de casa, como tantos amigos da mesma idade , e meus irmãos, e ver este país caminhar para o descalabro, para esta total ausência de pudor com a coisa publica, "res publica". É dos outros, não é minha, portanto, posso lançar a mão, não é de ninguém!!!

.....
Tenho vergonha de ser honesto e perceber que os governos anteriores mantiveram este pais subalterno ao foro de São Paulo.

Onde estavam os mais esclarecidos senhores políticos???

É uma vergonha nacional o que estão fazendo com nosso país!!!

Portanto , SENADOR, mãos a obra. Faça alguma coisa pelo pais., pois este é o seu dever de casa. Fique indignado como eu estou!!! E muitos brasileiros também estão!!!!

Passe bem.

Cidadão brasileiro com titulo de eleitor n.10371231805/049zona 0124/secção eleitoral em Várzea Grande-mt

Abraços.

Leonel Silverio/ Dia de Carnaval em Cuiaba, 26/02/2017

Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 10, DE 2017

(nº 209/2012, na Câmara dos Deputados)

Acrescenta § 1º ao art. 105 da Constituição Federal e renumera o atual parágrafo único.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 139 /2017/SGM-P

Brasília, 23 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de PEC para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 2º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 209, de 2012, da Câmara dos Deputados, que “Acrescenta § 1º ao art. 105 da Constituição Federal e renumera o atual parágrafo único”.

Atenciosamente,

RODRIGO MAIA
Presidente

Acrescenta § 1º ao art. 105 da Constituição Federal e renumera o atual parágrafo único.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 105 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 2º:

"Art. 105.....

§ 1º No recurso especial, o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços dos membros do órgão competente para o julgamento.

§ 2º " (NR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de março de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



PEC 209/2012**Proposta de Emenda à Constituição****Situação: Aguardando Envio ao Senado Federal**[Ficha na Internet](#)[Imprimir Ficha](#)**Autor**

Rose de Freitas
Luiz Pitiman

Apresentação

23/08/2012

Ementa

Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único.

Explicação Ementa

Para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ.

Apreciação

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime

Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)

Última Ação

15/03/2017 PLENÁRIO (PLEN)
A Matéria vai ao Senado Federal. (PEC 209-C/2012).

Último Despacho

10/09/2012 - À Comissão de
Constituição e Justiça e de Cidadania
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de Tramitação: Especial

Resumo Pareceres Válidos**Comissão****Parecer**

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC 06/11/2012 - Parecer do Relator, Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO), pela admissibilidade.

27/03/2013 10:00 Reunião Deliberativa
Aprovado o Parecer.

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 209-A, de 2012, da Srª Rose de Freitas, do Sr. Luiz Pitiman e outros, que "insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único" (para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ) - PEC20912

12/05/2014 - Parecer do Relator, Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO), pela aprovação, com substitutivo.

13/05/2014 14:30 Reunião Deliberativa
Aprovado o Parecer.

Documentos Relacionados**Apensados****Outros Documentos**

Avulsos e Publicações (1)	Requerimentos (12)	Legislação Citada (1)
Pareceres, Substitutivos e Votos (7)	Ofícios (0)	Indexação (1)
Emendas (0)	Espelho Comissão Especial (0)	Histórico de Apensados (0)
Destaques (0)	Relat. Conf. Assinaturas (0)	Questões de Ordem Relacionadas (0)
Recursos (0)		

dhtmled1:

20/03/2017



Página 2 de 11

Andamento**23/08/2012 PLENÁRIO - PLEN**

Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição n. 209/2012, pelas Deputadas Rose de Freitas (PMDB-ES) e outros, que: "Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único".

23/08/2012 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP

Publicação inicial no DCD do dia 24/08/12 PÁG 30217 COL 02.

28/08/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Relatório de Conferência de Assinaturas da PEC 209/12.

10/09/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

À Comissão de
Constituição e Justiça e de Cidadania
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de Tramitação: Especial

17/09/2012 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

17/09/2012 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC

Recebimento pela CCJC.

19/09/2012 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC

Designado Relator, Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO)

25/09/2012 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP

Encaminhada à publicação. Despacho inicial no DCD de 26/09/2012.

06/11/2012 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).
Parecer do Relator, Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO), pela admissibilidade.

06/03/2013 PLENÁRIO - PLEN

Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 6907/2013, pelo Deputado Edinho Bez (PMDB-SC), que: "requer a inclusão na ordem do dia da pec nº 209/2012".

20/03/2013 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC

Vista conjunta aos Deputados Bonifácio de Andrade, Eliseu Padilha, Fabio Trad, Francisco Escórcio, João Paulo Cunha, Marcos Rogério, Odair Cunha, Sergio Zveiter e Vieira da Cunha.

21/03/2013 PLENÁRIO - PLEN

Apresentação do Requerimento n. 7182/2013, pelo Deputado Valtenir Pereira (PSB-MT), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Proposta de Emenda à Constituição nº 209, de 2012, que "Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único", para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ".

26/03/2013 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC

Prazo de Vista Encerrado

27/03/2013 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC

Aprovado o Parecer.

02/04/2013 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP

Parecer recebido para publicação.
Parecer recebido para publicação.

04/04/2013 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 05/04/2013, PÁG 08400 COL 01, Letra A.

17/04/2013 PLENÁRIO - PLEN

Ato da Presidência : Cria Comissão Especial, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno.
DCD de 18/04/13 PÁG 11047 COL 02.

21/05/2013 PLENÁRIO - PLEN

dhtmlled1:

20/03/2017

Ato da Presidência : Constitui Comissão Especial, nos termos § 2º do art. 202 do Regimento Interno.

22/05/2013 Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Recebimento pela PEC20912.

11/06/2013 Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Designado Relator, Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO)

Prazo para Emendas ao Projeto (10 sessões ordinárias a partir de 12/06/2013)

13/06/2013 Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Apresentação do Requerimento n. 1/2013, pelo Deputado Sandro Alex (PPS-PR), que: "Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir a proposta de inclusão de requisito de admissibilidade ao recurso especial a ser interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça.

".

04/07/2013 Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

05/07/2013 Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 2/2013, pelos Deputados Sandro Mabel (PMDB-GO) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: "Requer que seja convidado o Presidente Nacional da OAB, Dr. Marcus Vinicius Furtado, para participar de audiência Pública no âmbito desta Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 209 de 2012 que 'insere o § 1º ao art. 105, da Constituição federal, e renomeia o parágrafo único'.

".

Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 3/2013, pelo Deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF), que: "Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir a proposta de inclusão de requisito de admissibilidade ao recurso especial a ser interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ".

13/08/2013 Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Apresentação do Requerimento n. 4/2013, pelo Deputado Paes Landim (PTB-PI), que: "Requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o Excelentíssimo Ministro do STJ, Dr. LUIS FELIPE SALOMÃO".

Apresentação do Requerimento n. 5/2013, pelo Deputado Paes Landim (PTB-PI), que: "Requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o Ex-Ministro do STF, Dr. ANTÔNIO CEZAR PELUSO".

Apresentação do Requerimento n. 6/2013, pelo Deputado Paes Landim (PTB-PI), que: "Requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o ilustre e renomado advogado, Dr. MIGUEL PEREIRA NETO".

Apresentação do Requerimento n. 7/2013, pelo Deputado Paes Landim (PTB-PI), que: "Requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o Ex-Ministro do STF, Dr. JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE.

".

13/08/2013 PLENÁRIO - PLEN

Decisão da Presidência

13/08/2013 Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Aprovado requerimento do Sr. Sandro Mabel que requer que seja convidado o Presidente Nacional da OAB, Dr. Marcus Vinicius Furtado, para participar de audiência Pública no âmbito desta Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 209 de 2012 que "insere o § 1º ao art. 105, da Constituição federal, e renomeia o parágrafo único".

Aprovado requerimento do Sr. Luiz Pitiman que requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir a proposta de inclusão de requisito de admissibilidade ao recurso especial a ser interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ.

11/09/2013 Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Aprovado requerimento do Sr. Paes Landim que requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o Excelentíssimo Ministro do STJ, Dr. LUIS FELIPE SALOMÃO

Aprovado requerimento do Sr. Paes Landim que requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o Ex-Ministro do STF, Dr. ANTÔNIO CEZAR PELUSO.

Aprovado requerimento do Sr. Paes Landim que requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o ilustre e renomado advogado, Dr. MIGUEL PEREIRA NETO.

Aprovado requerimento do Sr. Paes Landim que requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o Ex-Ministro do STF, Dr. JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE.

Aprovado requerimento do Sr. Paes Landim que requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o Excelentíssimo Ministro do STJ, Dr. LUIS FELIPE SALOMÃO

18/09/2013 PLENÁRIO - PLEN

dhtmled1:

20/03/2017

Página 4 de 11

Apresentação do Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 8623/2013, pela Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 209-A, de 2012, da Sra Rose de Freitas, do Sr. Luiz Pitiman e outros, que "insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renomea o parágrafo único" (para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ), que: "Solicita prorrogação do prazo da Comissão Especial".

23/09/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Deferido o REQ. 8623/13, nos termos do seguinte despacho: Defiro "ad referendum" do Plenário. Publique-se.

02/10/2013 Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Audiência pública realizada

27/11/2013 PLENÁRIO - PLEN

Apresentação do Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 9134/2013, pela Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 209-A, de 2012, da Sra Rose de Freitas, do Sr. Luiz Pitiman e outros, que "insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renomea o parágrafo único" (para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ), que: "Requer prorrogação do prazo da Comissão".

28/11/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Deferido o REQ. 9134/13, nos termos do seguinte despacho: Defiro "ad referendum" do Plenário. Publique-se.

12/05/2014 Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 PEC20912, pelo Dep. Sandro Mabel

Parecer do Relator, Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO), pela aprovação, com substitutivo.

13/05/2014 14:30 Reunião Deliberativa Ordinária - Comissão PEC 209/12 - RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ - PEC20912

Discutiram a Matéria: Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO) e Dep. Rose de Freitas (PMDB-ES).

Aprovado o Parecer.

05/06/2014 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP

Parecer recebido para publicação.

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 209-A, de 2012, da Sra Rose de Freitas, do Sr. Luiz Pitiman e outros, que "insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renomea o parágrafo único" (para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ) Publicado em avulso e no DCD de 06/06/14, PÁG 178 COL 01, Letra B.

02/09/2014 18:30 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada por falta de "quorum" (obstrução).

03/09/2014 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada por falta de "quorum" (obstrução).

27/04/2015 19:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

28/04/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

29/04/2015 13:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

05/05/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 665/2014, com prazo encerrado.

12/05/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

12/05/2015 20:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

13/05/2015 13:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

19/05/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

dhtmled1:

20/03/2017



Página 5 de 11

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

05/08/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

11/08/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do Projeto de Lei nº 2.016/2015, com prazo encerrado (art. 64, §§ 1º e 2º, da CF).

12/08/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

13/08/2015 09:55 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

18/08/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

20/08/2015 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

25/08/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

26/08/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

01/09/2015 13:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

02/09/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

03/09/2015 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

08/09/2015 18:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

09/09/2015 13:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

09/09/2015 17:58 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

10/09/2015 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

15/09/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

16/09/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

17/09/2015 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Retirada de pauta, de ofício.

22/09/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

23/09/2015 13:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

24/09/2015 12:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

dhtmled1:

20/03/2017



Página 6 de 11

29/09/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Discussão em primeiro turno.

Adiada a discussão em face do encerramento da sessão.

29/09/2015 20:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Retirada de pauta, de ofício.

30/09/2015 11:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

30/09/2015 15:02 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

30/09/2015 19:20 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Discussão em primeiro turno.

Discutiram a Matéria: Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA) e Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

Votação do Requerimento dos Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão.

Aprovado o Requerimento.

Encerrada a discussão.

Retirado o Requerimento do Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) que solicita o adiamento da votação por cinco sessões.

Votação em primeiro turno.

Rejeitado o Substitutivo apresentado pela Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 209 de 2012. Sim: 139; não: 304; abstenções: 03; total: 446.

Prejudicado o destaque da bancada do PSOL, para votação em separado do § 6º do art. 105 da Constituição Federal, alterado pelo art. 1º do Substitutivo - DTQ 2.

Prejudicado o destaque da bancada do PDT, para votação em separado do §3º do art. 105 da Constituição Federal, alterado pelo art. 1º do Substitutivo - DTQ 3.

Retirado o Destaque da bancada do PSDB, para votação da expressão "do órgão fracionário competente" constante do art. 105-A da Constituição Federal, alterado pelo art. 2º do Substitutivo - DTQ 1.

Adiada a continuação da votação, em primeiro turno, por acordo dos Srs. Líderes.

DCD de 01/10/15 PÁG 312 COL 01.

24/11/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

25/11/2015 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

26/11/2015 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do Projeto de Lei nº 3.123/2015, item 01 da pauta, com prazo encerrado.

01/12/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

02/12/2015 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

02/12/2015 20:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

03/12/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia.

08/12/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

08/12/2015 18:37 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada por falta de "quorum" (obstrução).

09/12/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

10/12/2015 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

dhtmled1:

20/03/2017

Página 7 de 11

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

15/12/2015 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

03/02/2016 16:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

16/02/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

16/02/2016 19:59 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

17/02/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

18/02/2016 10:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

23/02/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

24/02/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

25/02/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

01/03/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

01/03/2016 19:01 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

02/03/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

03/03/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

08/03/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

10/03/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

15/03/2016 18:13 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

16/03/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

16/03/2016 13:31 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

16/03/2016 18:05 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

22/03/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

28/03/2016 18:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

29/03/2016 13:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

dhtmled1:

20/03/2017



Página 8 de 11

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

30/03/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

30/03/2016 17:03 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

31/03/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

04/04/2016 18:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

05/04/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

05/04/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

06/04/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

07/04/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

11/04/2016 21:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia.

12/04/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

13/04/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

14/04/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

26/04/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

28/04/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

03/05/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

04/05/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

04/05/2016 13:10 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

10/05/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

17/05/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

18/05/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

31/05/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

01/06/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

dhtmled1:

20/03/2017

Página 9 de 11

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

07/06/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

14/06/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

28/06/2016 10:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

05/07/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

05/07/2016 19:53 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

06/07/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

16/11/2016 13:55 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

22/11/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

22/11/2016 19:02 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

30/11/2016 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Votação do Requerimento de preferência do Dep. Daniel Coelho, na qualidade de líder do PSDB, que solicita preferência para discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2016, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 209, de 2012.

Encaminharam a Votação: Dep. Silvio Torres (PSDB-SP) e Dep. Afonso Florence (PT-BA).

Aprovado o Requerimento.

Continuação da votação em primeiro turno.

Votação do Requerimento, do Dep. Bonifácio de Andrada, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta Proposta de Emenda à Constituição.

Encaminharam a Votação: Dep. Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) e Dep. Erika Kokay (PT-DF).

Rejeitado o Requerimento.

Votação em primeiro turno.

Aprovada, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 209, de 2012. Sim: 327; Não: 75; Abstenção: 5; Total: 407.

A Matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para elaborar a Redação para o segundo turno.
DCD de 01/12/16, PÁG 538 COL 01.

02/12/2016 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Encaminhada à CCP

02/12/2016 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC

Recebimento pela CCJC.

Designado Relator da Redação Final, Dep. Paes Landim (PTB-PI)

Apresentação da Redação Final n. 1 CCJC, pelo Deputado Paes Landim (PTB-PI).

06/12/2016 14:30 Reunião Deliberativa Ordinária - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC

Aprovada a Redação para o Segundo Turno.

06/12/2016 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP

Parecer recebido para publicação.

Encaminhada à publicação. Redação para o Segundo Turno de Discussão e Votação Publicado em avulso e no DCD de 07/12/16 PÁG 574 COL 01, Letra C.

14/12/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

14/12/2016 16:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

dhtmled1:

20/03/2017



Página 10 de 11

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

15/12/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

19/12/2016 18:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

20/12/2016 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

20/12/2016 14:18 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

07/02/2017 16:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

08/02/2017 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

14/02/2017 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia.

15/02/2017 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

15/02/2017 PLENÁRIO - PLEN

Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 5920/2017, pelo Deputado Nelson Padovani (PSDB-PR), que: "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 114, inciso XIV, do Regimento Interno desta Casa, a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 209/2012, que insere o § 1º ao art. 105 da Constituição Federal e renumera o parágrafo único".

20/02/2017 17:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Aprovado o Requerimento do Dep. Afonso Motta (PDT-RS), na qualidade de Líder do PDT, que solicita inversão de pauta, a fim de que o PL 742/2011, item 10 da pauta, seja apreciado como o item 1, renumerando-se os demais. Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

21/02/2017 10:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

21/02/2017 15:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Aprovado o Requerimento da Dep. Alice Portugal, Líder do PCdoB, que solicita inversão de pauta para apreciação da Ordem do Dia na seguinte sequência: 1) PL nº 1.775/15; 2) PL nº 252/07; e 3) PL nº 5.555/13, sobre os demais itens da pauta.

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

07/03/2017 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

08/03/2017 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

14/03/2017 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Aprovado o Requerimento da Dep. Alice Portugal, Líder do PCdoB, que solicita inversão de pauta, a fim de que o PL 5346/2016, item 7 da pauta, seja apreciado como o item 1.

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

15/03/2017 17:21 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Inversão de Pauta, de Ofício, para apreciação da Ordem do Dia na seguinte sequência: 1) PEC nº 209/12 e 2) PEC nº 395/14.

Discussão em segundo turno.

Encerrada a discussão.

Votação em segundo turno.

Aprovada, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 209, de 2012. Sim: 376; não: 7; abstenção: 2; Total: 385.

dhtmled1:

20/03/2017



Página 11 de 11

Fica dispensada a Redação Final, nos termos do inciso I do § 2º do artigo 195 do RICD.
A Matéria vai ao Senado Federal. (PEC 209-C/2012).

[Imprimir Ficha](#)

dhtmled1:

20/03/2017





Câmara dos Deputados
C0062192A

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 209-C, DE 2012 (Dos Srs. Rose de Freitas e Luiz Pitiman e outros)

REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 209-B, DE 2012,
que “Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o
parágrafo único”.

Acrescenta § 1º ao art. 105 da
Constituição Federal e renumera o
atual parágrafo único.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL,
nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal,
promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 105 da Constituição Federal passa a
vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual
parágrafo único para § 2º:

“Art. 105.

§ 1º No recurso especial, o recorrente
deverá demonstrar a relevância das questões de
direito federal infraconstitucional discutidas no
caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal
examine a admissão do recurso, somente podendo

2

recusá-lo pela manifestação de dois terços dos membros do órgão competente para o julgamento.

§ 2º

Sala da Comissão, em 6 de dezembro de 2016.

Deputado PAES LANDIM
Relator

REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DE DISCUSSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou a Redação para o Segundo Turno de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 209-B/2012, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paes Landim.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Osmar Serraglio - Presidente, Cristiane Brasil e Covatti Filho - Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Andre Moura, Antonio Bulhões, Betinho Gomes, Capitão Augusto, Carlos Bezerra, Chico Alencar, Danilo Forte, Delegado Edson Moreira, Delegado Waldir, Elmar Nascimento, Esperidião Amin, Evandro Gussi, Fábio Sousa, Fausto Pinato, Félix Mendonça Júnior, Genecias Noronha, João Campos, João Fernando Coutinho, Jorginho Mello, José Mentor, Jozi Araújo, Júlio Delgado, Jutahy Junior, Lincoln Portela, Luiz Couto, Maria do Rosário, Paes Landim, Paulo Freire, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Paulo Teixeira, Rocha, Ronaldo Fonseca, Rubens Bueno, Rubens Pereira Júnior, Thiago Peixoto, Valmir Prascidelli, Valtimir Pereira, Vitor Valim, Afonso Motta, Aguinaldo Ribeiro, Aiel Machado, Altineu Côrtes, André de Paula, Cabo Sabino, Cacá Leão, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, Hugo Motta, Jerônimo Goergen, José Carlos Araújo, Juscelino Filho, Kaio Manicoba, Laerte Bessa, Lucas Vergilio, Manoel Junior, Pr. Marco Feliciano, Ricardo Tripoli, Sandro Alex e Wellington Roberto.

Sala da Comissão, em 6 de dezembro de 2016.

Deputado OSMAR SERRAGLIO
Presidente

FIM DO DOCUMENTO

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC 209-C/2012



C0049415A
A standard linear barcode representing the identifier C0049415A.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 209-B, DE 2012

(Da Sra. Rose de Freitas e outros)

Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (relator: DEP. SANDRO MABEL); e da Comissão Especial, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. SANDRO MABEL).

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I – Proposta Inicial

II – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III – Na Comissão Especial:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO



2

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, renumerando o parágrafo único, da mesma norma constitucional, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105

.....

§ 1º No recurso especial, o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços dos membros do órgão competente para o julgamento.

§ 2º Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça:

.....

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar, em sede de recurso especial, causas decididas, seja em única ou em última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando decisão recorrida contrarie tratado ou lei federal, ou negue-lhes vigência, julgando válido ato de governo local contestado em face de lei federal, ou quando dê a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

No entanto, ao exercício dessa competência, soerguem-se problemas de congestionamento similares aos que suscitaram estabelecer, no âmbito dos recursos extraordinários (competência do Supremo Tribunal Federal), a introdução do requisito da repercussão geral à sua admissibilidade. Conforme se pôde depreender numericamente no caso da Excelsa Corte, quanto à distribuição processual, de 159.522 (cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois) processos em 2007 (ano em que a Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006, entrou em vigor, regulamentando infraconstitucionalmente o § 3º do art. 102, da

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



Constituição Federal), reduziu-se para 38.109 (trinta e oito mil, cento e nove) processos em 2011.

Resta por necessária a adoção do mesmo requisito no tocante ao recurso especial, recurso esse de competência do STJ. A atribuição de requisito de admissibilidade ao recurso especial suscitará a apreciação de relevância da questão federal a ser decidida, ou seja, devendo-se demonstrar a repercussão geral, considerar-se-á a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. Atualmente, vige um modelo de livre acesso, desde que atendidos os requisitos já explicitados como constantes do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal. De tal sorte, acotovelam-se no STJ diversas questões de índole corriqueira, como multas por infração de trânsito, cortes no fornecimento de energia elétrica, de água, de telefone. Ademais, questões, inclusive já deveras e repetidamente enfrentadas pelo STJ, como correção monetária de contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que, nos primeiros 16 (dezesseis) anos de funcionamento do STJ, respondeu por cerca de 21,06% do total de processos distribuídos, um quantitativo de vultosos 330.083 (trezentos e trinta mil e oitenta e três) processos.

Desta forma, as alterações propostas serão de grande relevância ao bom funcionamento do Superior Tribunal de Justiça, na medida em que permitirá uma atuação mais célere e eficiente às muitas e importantes questões de direito federal que lhes são apresentadas.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nossos eminentes pares para aprovação da Proposta.

Sala das sessões, em 23 de agosto de 2012.

**Deputada Rose de Freitas
(PMDB/ES)**

**Deputado Luiz Pitiman
(PMDB/DF)**



4

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS**Proposição:** PEC 0209/12**Autor da Proposição:** ROSE DE FREITAS E OUTROS**Data de Apresentação:** 23/08/2012**Ementa:** Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único.**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas 192
Não Conferem 005
Fora do Exercício 003
Repetidas 007
Ilegíveis 000
Retiradas 000
Total 207

Assinaturas Confirmadas

- 1 ADEMIR CAMILO PSD MG
- 2 AELTON FREITAS PR MG
- 3 AFONSO FLORENCE PT BA
- 4 ALCEU MOREIRA PMDB RS
- 5 ALEX CANZIANI PTB PR
- 6 ALEXANDRE LEITE DEM SP
- 7 ALINE CORRÊA PP SP
- 8 ANDERSON FERREIRA PR PE
- 9 ANDRE MOURA PSC SE
- 10 ANDRÉ ZACHAROW PMDB PR
- 11 ÂNGELO AGNOLIN PDT TO
- 12 ANÍBAL GOMES PMDB CE
- 13 ANTHONY GAROTINHO PR RJ
- 14 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG
- 15 ANTONIO BRITO PTB BA
- 16 ANTÔNIO ROBERTO PV MG
- 17 ARNALDO FARIA DE SÁ PTB SP
- 18 ARNALDO JARDIM PPS SP
- 19 ARNON BEZERRA PTB CE
- 20 ASDRUBAL BENTES PMDB PA
- 21 ASSIS DO COUTO PT PR
- 22 AUGUSTO COUTINHO DEM PE
- 23 AUREO PRTB RJ
- 24 BERINHO BANTIM PSDB RR
- 25 BERNARDO SANTANA DE VASCONCELL PR MG
- 26 BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB MG
- 27 BRUNA FURLAN PSDB SP
- 28 BRUNO ARAÚJO PSDB PE
- 29 CAMILO COLA PMDB ES
- 30 CARLINHOS ALMEIDA PT SP
- 31 CARLOS BRANDÃO PSDB MA
- 32 CARMEN ZANOTTO PPS SC
- 33 CELSO MALDANER PMDB SC

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



34 CÉSAR HALUM PSD TO
35 CHICO LOPES PCdoB CE
36 CIDA BORGHETTI PP PR
37 COSTA FERREIRA PSC MA
38 DAMIÃO FELICIANO PDT PB
39 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
40 DANILÓ FORTE PMDB CE
41 DAVI ALVES SILVA JÚNIOR PR MA
42 DELEGADO PROTÓGENES PCdoB SP
43 DEVANIR RIBEIRO PT SP
44 DILCEU SPERAFICO PP PR
45 DOMINGOS DUTRA PT MA
46 DOMINGOS SÁVIO PSDB MG
47 DR. JORGE SILVA PDT ES
48 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP
49 DUDIMAR PAXIUBA PSDB PA
50 EDSON SANTOS PT RJ
51 EDSON SILVA PSB CE
52 EDUARDO BARBOSA PSDB MG
53 EDUARDO CUNHA PMDB RJ
54 EDUARDO DA FONTE PP PE
55 EDUARDO GOMES PSDB TO
56 EDUARDO SCIARRA PSD PR
57 ELIENE LIMA PSD MT
58 ELISEU PADILHA PMDB RS
59 EMILIANO JOSÉ PT BA
60 ERIVELTON SANTANA PSC BA
61 ESPERIDIÃO AMIN PP SC
62 EUDES XAVIER PT CE
63 FABIO TRAD PMDB MS
64 FÁTIMA PELAES PMDB AP
65 FELIPE BORNIER PSD RJ
66 FERNANDO FERRO PT PE
67 FERNANDO MARRONI PT RS
68 FLAVIANO MELO PMDB AC
69 FRANCISCO ESCÓRCIO PMDB MA
70 GERALDO SIMÕES PT BA
71 GILMAR MACHADO PT MG
72 GIVALDO CARIMBÃO PSB AL
73 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
74 GORETE PEREIRA PR CE
75 HELENO SILVA PRB SE
76 HÉLIO SANTOS PSD MA
77 HENRIQUE FONTANA PT RS
78 HENRIQUE OLIVEIRA PR AM
79 HOMERO PEREIRA PSD MT
80 HUGO LEAL PSC RJ
81 IZALCI PR DF
82 JAIME MARTINS PR MG
83 JAIR BOLSONARO PP RJ
84 JEFFERSON CAMPOS PSD SP
85 JESUS RODRIGUES PT PI
86 JHONATAN DE JESUS PRB RR
87 JOÃO ARRUDA PMDB PR
88 JOÃO DADO PDT SP
89 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



90 JOÃO PAULO LIMA PT PE
91 JOÃO PIZZOLATTI PP SC
92 JOSÉ AIRTON PT CE
93 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS
94 JOSE STÉDILE PSB RS
95 JOSIAS GOMES PT BA
96 JÚLIO CESAR PSD PI
97 KEIKO OTA PSB SP
98 LAEL VARELLA DEM MG
99 LEANDRO VILELA PMDB GO
100 LELO COIMBRA PMDB ES
101 LEONARDO GADELHA PSC PB
102 LEONARDO MONTEIRO PT MG
103 LEONARDO PICCIANI PMDB RJ
104 LEONARDO VILELA PSDB GO
105 LEOPOLDO MEYER PSB PR
106 LILIAM SÁ PSD RJ
107 LINCOLN PORTELA PR MG
108 LIRA MAIA DEM PA
109 LUCI CHOINACKI PT SC
110 LÚCIO VALE PR PA
111 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
112 LUIS CARLOS HEINZE PP RS
113 LUIZ COUTO PT PB
114 LUIZ PITIMAN PMDB DF
115 LUIZ SÉRGIO PT RJ
116 MAGDA MOFATTO PTB GO
117 MAJOR FÁBIO DEM PB
118 MANATO PDT ES
119 MANOEL JUNIOR PMDB PB
120 MARCELO CASTRO PMDB PI
121 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL
122 MAURO LOPES PMDB MG
123 MAURO MARIANI PMDB SC
124 MAURO NAZIF PSB RO
125 MIGUEL CORRÉA PT MG
126 MILTON MONTI PR SP
127 NEILTON MULIM PR RJ
128 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
129 NELSON MEURER PP PR
130 NEWTON CARDOSO PMDB MG
131 NILDA GONDIM PMDB PB
132 ODAIR CUNHA PT MG
133 ODÍLIO BALBINOTTI PMDB PR
134 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC
135 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI
136 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
137 PADRE JOÃO PT MG
138 PAES LANDIM PTB PI
139 PAULO ABI-ACKEL PSDB MG
140 PAULO CESAR QUARTIERO DEM RR
141 PAULO FEIJÓ PR RJ
142 PAULO FOLETTO PSB ES
143 PAULO PIAU PMDB MG
144 PAULO PIMENTA PT RS
145 PAULO TEIXEIRA PT SP

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



146 PAULO WAGNER PV RN
147 PEDRO CHAVES PMDB GO
148 PEDRO NOVAIS PMDB MA
149 POLICARPO PT DF
150 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
151 PROFESSOR VICTÓRIO GALLI PMDB MT
152 RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE
153 RAUL HENRY PMDB PE
154 RENAN FILHO PMDB AL
155 RICARDO BERZOINI PT SP
156 ROBERTO BRITTO PP BA
157 ROBERTO DE LUCENA PV SP
158 ROBERTO TEIXEIRA PP PE
159 RODRIGO BETHELIM PMDB RJ
160 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
161 ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA PMDB SC
162 ROMÁRIO PSB RJ
163 ROSANE FERREIRA PV PR
164 ROSE DE FREITAS PMDB ES
165 RUY CARNEIRO PSDB PB
166 SALVADOR ZIMBALDI PDT SP
167 SANDRO MABEL PMDB GO
168 SARAIVA FELIPE PMDB MG
169 SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP
170 SÉRGIO MORAES PTB RS
171 SEVERINO NINHO PSB PE
172 SIBÁ MACHADO PT AC
173 STEFANO AGUIAR PSC MG
174 TAKAYAMA PSC PR
175 TELMA PINHEIRO PSDB MA
176 TIRIRICA PR SP
177 TONINHO PINHEIRO PP MG
178 VALDEMAR COSTA NETO PR SP
179 VALDIR COLATTO PMDB SC
180 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA
181 VANDERLEI MACRIS PSDB SP
182 VANDERLEI SIRAKUE PT SP
183 VITOR PENIDO DEM MG
184 WALDIR MARANHÃO PP MA
185 WANDENKOLK GONÇALVES PSDB PA
186 WASHINGTON REIS PMDB RJ
187 WELLINGTON ROBERTO PR PB
188 WEVERTON ROCHA PDT MA
189 WILLIAM DIB PSDB SP
190 WLADIMIR COSTA PMDB PA
191 ZECA DIRCEU PT PR
192 ZEQUINHA MARINHO PSC PA



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO**

**Seção II
Do Supremo Tribunal Federal**

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; (*Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993*)

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; (*Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999*)

d) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

h) (*Revogada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



i) o *habeas corpus*, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999)

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público. (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal. (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º A argüição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei. (Parágrafo único transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)



10

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (*“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

I - o Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; (*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; (*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

§ 1º O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

§ 3º Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

§ 4º (*Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993 e revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

Seção III Do Superior Tribunal de Justiça

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal; (*Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999*)

c) os *habeas corpus*, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea a, ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (*Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999*)



d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, o , bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;

e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias; (*Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

II - julgar, em recurso ordinário:

a) os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; (*Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Parágrafo único. Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça: (*"Caput" do parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (*Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante. (*Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

Seção IV

Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

Art. 106. São órgãos da Justiça Federal:

I - os Tribunais Regionais Federais;

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



12

II - os Juízes Federais.

.....
.....

LEI Nº 11.418, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.

Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o § 3º do art. 102 da Constituição Federal.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei acrescenta os arts. 543-A e 543-B à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, a fim de regulamentar o § 3º do art. 102 da Constituição Federal.

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 543-A e 543-B:

.....
.....

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

A proposta de emenda à Constituição em tela, cuja primeira signatária é a nobre Deputada ROSE DE FREITAS, tem por objetivo inserir o §1º ao art. 105 da Constituição Federal, bem como renomear o atual parágrafo único para § 2º, de modo a exigir que, no recurso especial, o recorrente deverá demonstrar, como requisito de admissibilidade, a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso.

De acordo com sua primeira signatária, o julgamento dos recursos especiais pelo Superior Tribunal de Justiça apresenta grave problema de congestionamento, semelhante ao que serviu como pretexto para o estabelecimento, nos recursos extraordinários examinados pelo Supremo Tribunal Federal, do requisito de admissibilidade da repercussão geral. A instituição de tal requisito provocou uma grande redução do número de processos distribuídos à excelsa Corte. A introdução de requisito semelhante para os recursos especiais deverá produzir o mesmo efeito no Superior Tribunal de Justiça, permitindo-lhe uma atuação mais célere e eficiente na solução das questões que lhe são apresentadas.

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o exame da admissibilidade da proposta em tela, nos termos do art. 202, *caput*, combinado com o art. 32, IV, “b”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No tocante à iniciativa, o número de assinaturas é suficiente na proposta, conforme atestou a Secretaria-Geral da Mesa nos autos.

Não há, neste momento, limitações circunstanciais ao poder de reforma constitucional, eis que o País não se encontra na vigência de estado de sítio, de estado de defesa ou de intervenção federal.

A proposta de emenda sob exame não é tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, nem a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais. A matéria em tela também não foi rejeitada ou havida por prejudicada na presente sessão legislativa.

A proposição atende, portanto, aos pressupostos constantes do art. 60 da Constituição Federal.

No tocante à técnica legislativa, faz-se necessário realizar ajustes no artigo alterado, acrescentando-se a expressão (NR) ao seu final. Tais ajustes poderão ser feitos, contudo, pela Comissão Especial a ser criada para exame do mérito da proposição.

Em face do exposto, nosso voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 209, de 2012.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 2012.

Deputado SANDRO MABEL

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 209/2012, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sandro Mabel.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



Décio Lima - Presidente, Mauro Benevides - Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Bruna Furlan, Cesar Colnago, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, João Campos, José Genoíno, José Mentor, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Luiz Couto, Luiz de Deus, Márcio França, Marcos Medrado, Mendonça Prado, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Magalhães, Renato Andrade, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Ronaldo Fonseca, Sandra Rosado, Valtenir Pereira, Vicente Cândido, Vieira da Cunha, Ademir Camilo, Armando Vergílio, Assis Melo, Chico Alencar, Daniel Almeida, Eduardo Azeredo, Fátima Bezerra, Francisco Escórcio, Geraldo Simões, José Nunes, Júnior Coimbra, Keiko Ota, Lincoln Portela, Marcelo Almeida, Márcio Macêdo, Mendonça Filho, Nazareno Fontes e Sandro Mabel.

Sala da Comissão, em 27 de março de 2013.

Deputado DÉCIO LIMA
Presidente

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 209-A, DE 2012, DA SR^a ROSE DE FREITAS, DO SR. LUIZ PITIMAN E OUTROS, QUE "INSERE O § 1º AO ART. 105, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E RENUMERA O PARÁGRAFO ÚNICO" (PARA ATRIBUIR REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE AO RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ)

I – RELATÓRIO

A proposição em epígrafe, que tem como primeiros subscritores os nobres Deputados ROSE DE FREITAS e LUIZ PITIMAN, objetiva acrescentar parágrafo ao art. 105 da Constituição Federal, dispondo que, no Recurso Especial, o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços dos membros do órgão competente para o julgamento.

A matéria, ao ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa, obteve parecer favorável quanto à sua admissibilidade.

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



Ao chegar a esta Comissão Especial, dentro do prazo regimental de dez sessões, não foram oferecidas emendas.

Em 2 e 29 de outubro de 2013, a Comissão realizou duas audiências públicas, sendo ouvidos os seguintes convidados: LUIZ FELIPE SALOMÃO, Ministro do STJ; MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, Ministro do STJ; e o Advogado MIGUEL PEREIRA NETO.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cumpre a esta Comissão Especial apreciar o mérito da Proposta, nos termos do que preceitua o art. 202, § 2º do Regimento Interno desta Casa.

Conforme cabalmente demonstrado durante as audiências públicas realizadas por esta Comissão, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Poder Judiciário passou a ser o guardião das promessas dos constituintes, o canal da cidadania, sendo assim sobremaneira demandado pela população brasileira.

Desta sorte, nos últimos vinte e quatro anos os processos judiciais multiplicaram mais de setenta e cinco vezes, enquanto que o número de juízes, mais de quatro vezes.

Hoje, estima-se que tramitam no Poder Judiciário mais de noventa milhões de processos. Urge, portanto, que se racionalize a prestação jurisdicional.

Nesse sentido, parece-me que inteira razão assiste aos Autores da presente Proposta de Emenda à Constituição. Sem dúvida, a demonstração da relevância das questões de direito federal infraconstitucional como requisito para a admissibilidade do Recurso Especial pelo STJ em muito contribuirá para a redução dos processos, a exemplo do que ocorreu quando se instituiu a exigência de se demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais para a admissão dos recursos extraordinários no Supremo Tribunal Federal.

Contudo, creio que, diferentemente do que prevê a Proposta, o próprio Texto Constitucional deve conter os critérios para a admissão do Recurso



16

Especial, emprestando auto aplicabilidade ao instrumento da matéria, dispensando-se assim a necessidade de lei regulamentadora.

Outro instrumento que também poderá contribuir para otimização da prestação jurisdicional é a previsão da Súmula Impeditiva de Recurso para o STJ, tema já anteriormente debatido na Comissão Especial que trata da Reforma do Poder Judiciário (PEC 358/05), ainda em tramitação nessa Casa, e que tem como Relator, o Deputado PAES LANDIM, ilustre Presidente desta Comissão Especial.

Assim, apresento o Substitutivo em apenso, que intenta, senão solucionar o problema, pelo menos mitigá-lo, com a previsão desses dois importantes instrumentos processuais junto ao STJ: a demonstração da relevância das questões de direito federal infraconstitucional para a admissibilidade do Recurso Especial e a Súmula Impeditiva de Recurso, este último em termos similares aos já previstos no Substitutivo da PEC 358, de 2005.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 209, de 2012, nos termos do Substitutivo em apenso.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2014.

Deputado SANDRO MABEL
Relator

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 209, de 2012.**

Acrescenta os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º ao art. 105 da Constituição Federal, para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do Superior Tribunal de Justiça-STJ e

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012

acrescenta o art. 105-A, que cria a súmula impeditiva de recurso.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O art. 105 da Constitucional Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto e sétimo, renumerando-se o atual parágrafo único para parágrafo oitavo:

“Art. 105

.....

§ 1º O Superior Tribunal de Justiça não admitirá recurso especial sem que o recorrente demonstre a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso.

§ 2º A rejeição da relevância da questão federal depende da manifestação de quatro quintos dos membros do órgão competente, devendo ser apreciada em até noventa dias.

§ 3º Acolhida a relevância, o recurso especial será submetido a julgamento em até doze meses. Superado este prazo, os recursos sobrestados na origem deverão ser encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.

§ 4º Serão tidas como relevantes as questões de direito federal que tenham repercussão econômica, política, social ou jurídica e que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

§ 5º Incluem-se entre as questões consideradas relevantes a divergência da decisão recorrida com súmula do Superior Tribunal de Justiça.



18

§ 6º Não cabe recurso especial nas causas com valor inferior a 200 (duzentos) salários mínimos, salvo se houver divergência entre a decisão recorrida e súmula do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Para demonstração da relevância das questões de direito federal infraconstitucional, aplicam-se as mesmas disposições legais referentes à demonstração de repercussão geral para admissibilidade do recurso extraordinário.

..... (NR)."

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 105-A:

"Art. 105-A. O Superior Tribunal de Justiça poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de quatro quintos dos membros do órgão fracionário competente, após reiteradas decisões sobre a matéria, aprovar súmula que, a partir de sua publicação, constituir-se-á em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra a decisão que a houver aplicado; bem como proceder à sua revisão ou cancelamento.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciais ou entre esses e a administração pública, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada originariamente perante o Superior Tribunal de Justiça por aqueles que podem propor a ação direta de constitucionalidade.

§ 3º São insusceptíveis de recurso e de quaisquer meios de impugnação e incidentes as decisões judiciais, em qualquer instância,

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



que deem a tratado ou lei federal a interpretação determinada pela súmula impeditiva de recurso. (NR)"

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2014.

Deputado SANDRO MABEL
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 209-A, de 2012, da Sr.^a Rose de Freitas, do Sr. Luiz Pitiman e outros, que "insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único" (para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ), em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação, com substitutivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 209/2012, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sandro Mabel.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Paes Landim - Presidente, Sandro Mabel, Relator; Armando Vergílio, Chico das Verduras, Dilceu Sperafico, Hugo Napoleão, Jose Stédile, Luiz Pitiman, Mendonça Prado, Policarpo, Rose de Freitas, Sandro Alex, Nelson Padovani.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 2014.

Deputado PAES LANDIM
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 209, DE 2012

Acrescenta os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º ao art. 105 da Constituição Federal, para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



20

Superior Tribunal de Justiça-STJ e acrescenta o art. 105-A, que cria a súmula impeditiva de recurso.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O art. 105 da Constitucional Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto e sétimo, renumerando-se o atual parágrafo único para parágrafo oitavo:

“Art. 105

§ 1º O Superior Tribunal de Justiça não admitirá recurso especial sem que o recorrente demonstre a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso.

§ 2º A rejeição da relevância da questão federal depende da manifestação de quatro quintos dos membros do órgão competente, devendo ser apreciada em até noventa dias.

§ 3º Acolhida a relevância, o recurso especial será submetido a julgamento em até doze meses. Superado este prazo, os recursos sobrestados na origem deverão ser encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.

§ 4º Serão tidas como relevantes as questões de direito federal que tenham repercussão econômica, política, social ou jurídica e que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

§ 5º Incluem-se entre as questões consideradas relevantes a divergência da decisão recorrida com súmula do Superior Tribunal de Justiça.

§ 6º Não cabe recurso especial nas causas com valor inferior a 200 (duzentos) salários mínimos, salvo se houver divergência entre a decisão recorrida e súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



§ 7º Para demonstração da relevância das questões de direito federal infraconstitucional, aplicam-se as mesmas disposições legais referentes à demonstração de repercussão geral para admissibilidade do recurso extraordinário.

..... (NR).”

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 105-A:

“Art. 105-A. O Superior Tribunal de Justiça poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de quatro quintos dos membros do órgão fracionário competente, após reiteradas decisões sobre a matéria, aprovar súmula que, a partir de sua publicação, constituir-se-á em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra a decisão que a houver aplicado; bem como proceder à sua revisão ou cancelamento.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada originariamente perante o Superior Tribunal de Justiça por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º São insuscetíveis de recurso e de quaisquer meios de impugnação e incidentes as decisões judiciais, em qualquer instância, que deem a tratado ou lei federal a interpretação determinada pela súmula impeditiva de recurso. (NR)”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



22

Sala da Comissão, em 13 de maio de 2014.

Deputado PAES LANDIM

Presidente

FIM DO DOCUMENTO

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PEC-209-B/2012



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Coordenação de Apoio ao Plenário - COAPP

Seção de Expediente de Proposições - SEXPE

REMESSA DE PROPOSIÇÃO AO SENADO FEDERAL nº 11

Documentos encaminhados	Proposição
<ul style="list-style-type: none">• Of. nº 239/2017/SGM-P, de 21/03/2017• 1 (uma) via original dos Autógrafos• Cópia da ficha de tramitação• 1 (um) avulso (dos dois turnos)• Nº do SEDOL: SF/17955.55746-77 <p>OBS.: Fica dispensada a Redação Final da matéria nos termos do inciso I do § 2º do art. 195 do RICD</p>	PEC 209/2012

Recebi os documentos acima mencionados.

Em: / / às _____.

Nome do funcionário	Rubrica	Nº do ponto



A matéria vai à CCJ e, nos termos do § 1º do art. 48 do Regimento Interno, tramitará em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2013, que se encontra naquela Comissão.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 2017

(nº 221/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Cooperação Cultural, assinado em Doha, em 15 de maio de 2010.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1390717&filename=PDC-221-2015

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Cooperação Cultural, assinado em Doha, em 15 de maio de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Cooperação Cultural, assinado em Doha, em 15 de maio de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49





SENADO FEDERAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2017
(nº 380/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola no Domínio da Educação Não Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

AUTORIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS

I DOCUMENTOS:

- Parte integrante do Projeto de Decreto Legislativo
- Projeto original

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola no Domínio da Educação Não Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola no Domínio da Educação Não Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 36, DE 2017

(nº 439/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, assinado em Santiago, em 23 de novembro de 2015.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo - Projeto Original](#)

Despacho: À CRE



Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, assinado em Santiago, em 23 de novembro de 2015.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, assinado em Santiago, em 23 de novembro de 2015.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2017

(nº 599/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, em 29 de abril de 2016.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Aprova o texto do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, em 29 de abril de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, em 29 de abril de 2016.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49



As matérias vão à CRE, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre as matérias, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.



Mensagem do Supremo Tribunal Federal



00100.039487/2017-49 (VIA 001)



À Publicação
Em 21/03/2017

Mensagem nº 13

Brasília, 3 de março de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Congresso Nacional

Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2228

REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE, HOSPITAIS,
ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS
ADV.(A/S) : IVES GANDRA DA SILVA MARTINS (11178/SP)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

(Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Comunico a Vossa Excelência que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão realizada em 2 de março de 2017, proferiu, nos autos em epígrafe, julgamento colegiado nos termos da certidão de cópia anexa.

Atenciosamente,

Ministra CÁRMEN LÚCIA
Presidente
Documento assinado digitalmente

'residência do Senado Federal
... original
m: 16/03/17 Hs 11:22
Karina
Lúcia Cármen

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.000-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 12528371.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B7A1BF320018DB15.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



**PLENÁRIO****CERTIDÃO DE JULGAMENTO****AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.228**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REDATORA DO ACÓRDÃO : MIN. ROSA WEBER

REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE, HOSPITAIS,
ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS

ADV. (A/S) : IVES GAMA DA SILVA MARTINS (1117-SP)

INTDO. (A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

INTDO. (A/S) : CONGRESSO NACIONAL

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Decisão: Após o voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), julgou parcialmente procedente a ação direta, no que foi acompanhado pelos Ministros Cármen Lúcia e Roberto Barroso, pediu vista dos autos o Ministro Teori Zavascki. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausente o Ministro Dias Toffoli representando o Tribunal na III Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa, em Angola. Falaou pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária Geral de Contencioso. Plenário, 04.06.2014.

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski, que conheciam da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, julgando-a parcialmente procedente, e o voto do Ministro Dias Toffoli, que conhecia da ação direta e a julgava procedente, pedia vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 19.10.2016.

Decisão: Após o voto do Ministro Teori Zavascki, que conhecia da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, julgando-a parcialmente procedente, o julgamento foi suspenso. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 19.10.2016.

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, não conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, e, no mérito, julgou prejudicado o pedido, e o voto do Ministro Celso de Mello, que conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o número 12527723



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B7A1BF8200136033.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



00100.039487/2017-49 (VIA 001)



preceito fundamental, afastando a prejudicialidade da ação, e, no mérito, julgou-a integralmente procedente, o Tribunal deliberou suspender a proclamação do resultado do julgamento para assentada posterior. Não votou o Ministro Edson Fachin, por suceder o Ministro Joaquim Barbosa. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux, que proferiu voto em assentada anterior. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 23.02.2017.

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, vencidos os Ministros Roberto Barroso, Dias Toffoli, Carmen Lúcia e Marco Aurélio. No mérito, por maioria e nos termos do voto Ministro Teori Zavascki, julgou parcialmente procedente o pedido, para declarar a constitucionalidade dos arts. 2º, inciso IV; 3º, inciso VI, § 1º e § 4º; art. 4º, parágrafo único, todos do Decreto 2.536/1998; assim como dos arts. 1º, inciso IV; 2º, inciso IV, e § 1º e § 3º; e 7º, § 4º, do Decreto 752/1993, vencidos, em parte, os Ministros Dias Toffoli e Marco Aurélio, que julgavam o pedido totalmente procedente. Nessa assentada o Ministro Marco Aurélio aditou seu voto. Pedigirão o acórdão a Ministra Rosa Weber. Ausente, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso, que proferiu voto em assentada anterior. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 02.03.2017.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Edson Fachin.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. José Bonifácio Borges de Andrade.

s/ Doralúcia das Neves Santos
Assessora-Chefe do Plenário

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.000-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o número 12527723



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B7A1BF3200190033.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



Pareceres





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 1, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o processo MENSAGEM (SF) nº9, de 2017, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 52,512,340.00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (PRODETUR SALVADOR)”.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho

21 de Março de 2017



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER N° , DE 2017

SF/17461.27992-94

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 9, de 2017 (nº 31, de 8 de fevereiro de 2017, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Município de Salvador (BA), solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (PRODETUR SALVADOR)”.

RELATOR: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Salvador (BA), que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “*Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (PRODETUR SALVADOR)* ”.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA767010.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros vinculada à LIBOR, sendo facultada, a qualquer momento da vigência do contrato, conversão de moeda ou de taxa de juros, com prévia anuência do Fiador. A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, destacando que a taxa interna de retorno da operação encontra-se abaixo do custo de captação soberano

SF/17461-27992-94
|||||

II – ANÁLISE

De imediato, constata-se que, segundo o Parecer nº 1056, de 7 de dezembro de 2016, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Município atende aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito.

Como ressaltado nos próprios pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Salvador (BA) cumpre os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, que dizem respeito ao montante anual de operações de crédito passível de contratação, ao valor máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e ao montante da dívida consolidada dos municípios.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entende que o Município de Salvador (BA) apresenta capacidade de pagamento suficiente, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 306, de 2012. Na referida análise, o Município de Salvador (BA) aparece classificado na categoria "B+", o que equivale a uma situação fiscal boa e risco de crédito médio.

Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, a STN informa que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007.

Relativamente às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Salvador (BA) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos e se encontra adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Nacional, conforme consulta realizada junto ao Sistema do Banco Central – SISBACEN/CADIP.

SF/17461-27992-94

Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 62, de 6 de dezembro de 2009, e observado o art. 38, inciso XVI, da Portaria Interministerial CGU/MPOG/MF nº 507, de 2011, o Senhor Prefeito emitiu Declaração, em 17 de março de 2016, atestando a regularidade quanto ao pagamento em questão. Destaque-se que as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (CEDIN) estão suspensas (Processo de Acompanhamento de Decisão nº 0005633-70.2010.2.00.0000).

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Relativamente à garantia da União, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Salvador (BA), conforme os termos da Lei Municipal nº 8.652, de 4 de setembro de 2014, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Salvador.

Portanto, são observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de Salvador (BA), conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Por sua vez, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, através do Parecer PGFN/COF nº 1.900, de 19 de dezembro de 2016, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal.

SF/17461-27992-94

Entretanto, a PGFN ressalta que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o cumprimento das condições estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, quais sejam:

1. A verificação do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso do empréstimo;
2. A comprovação da adimplência do Ente para com a União e suas entidades controladas; e
3. A formalização do contrato de contragarantia entre o Ente e a União.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Salvador (BA) encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº8, DE 2017

SF/17461.27992-94

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Salvador (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do *Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (PRODETUR SALVADOR)*.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Salvador (BA);

II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América);





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

V - Opções de conversão: é facultado ao Mutuário, com anuência prévia do Fiador, exercer a opção de mudança de Moeda do Empréstimo ou de taxa de juros, aplicáveis a todo ou parte do montante principal do Empréstimo, em qualquer momento durante a vigência do Contrato, de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais;

VI – Juros: Taxa de juros LIBOR em dólar dos Estados Unidos da América para três meses mais margem de captação do BID mais margem de empréstimo variável do BID;

VII – Atualização monetária: variação cambial;

VIII – Liberação: Liberação: US\$ 1.410.000,00 em 2017, equivalente a R\$ 4.485.351,00; US\$ 23.095.000,00 em 2018, equivalentes a R\$ 73.467.504,50; US\$ 13.085.000,00 em 2019, equivalentes a R\$ 41.624.693,50; US\$ 11.660.000,00 em 2020, equivalentes a R\$ 37.091.626,00; e US\$ 3.262.340,00 em 2021, equivalentes a R\$ 10.377.829,77, convertidos à taxa de câmbio de 3,1811, de 31 de outubro de 2016;

IX – Contrapartida: US\$ 16.039.646,00 em 2017; US\$ 15.325.354,00 em 2018; US\$ 7.395.000,00 em 2019; US\$ 3.780.000,00 em 2020; e US\$ 9.972.340,00 em 2021;

X – Prazo total: 300 (trezentos) meses;

XI – Prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses;

XII – Prazo de amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses.

XIII – Prazo de desembolso: 60 (sessenta) meses.

XIV – Demais encargos e comissões: comissão de crédito de até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado, a ser paga semestralmente.

SF/17461-27992-94





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Salvador (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Salvador (BA) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença**CAE, 21/03/2017 às 10h - 2ª, Ordinária****Comissão de Assuntos Econômicos**

PMDB		
TITULARES	SUPLENTES	
KÁTIA ABREU	1. ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE
EDUARDO BRAGA	2. ROMERO JUCÁ	
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER	
RAIMUNDO LIRA	4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	5. VAGO	
VALDIR RAUPP	6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		
TITULARES	SUPLENTES	
GLEISI HOFFMANN	1. ANGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA	
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM	
JOSÉ PIMENTEL	4. REGINA SOUSA	
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA	PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. VAGO	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		
TITULARES	SUPLENTES	
TASSO JEREISSATI	1. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	2. DALIRIO BEBER	PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE	
JOSÉ AGRIPIÑO	5. MARIA DO CARMO ALVES	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)		
TITULARES	SUPLENTES	
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		
TITULARES	SUPLENTES	
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. ROBERTO ROCHA	
LÚCIA VÂNIA	2. CRISTOVAM BUARQUE	
VANESSA GRAZZIOTIN	3. LÍDICE DA MATA	PRESENTE

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		
TITULARES	SUPLENTES	
WELLINGTON FAGUNDES	1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	2. THIERES PINTO	PRESENTE
VICENTINHO ALVES	3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE

Não Membros Presentes



10

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

HÉLIO JOSÉ

21/03/2017 12:40:23

Página 2 de 2



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 9/2017)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

21 de Março de 2017

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



O Projeto de Resolução nº 09, de 2017, apresentado como conclusão do Parecer nº 08, de 2017-CAE, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 1, DE 2017

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o processo OFÍCIO "S" nº19, de 2016, que Encaminha, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei Geral de Telecomunicações - Lei nº 9.472/97, Relatório da Ouvidoria da Anatel - agosto 2016.

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz

RELATOR: Senador Lasier Martins

21 de Março de 2017





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

PARECER N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Ofício “S” nº 19, de 2016 (nº 26, de 2016, na origem), do Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações, que encaminha, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, seu Relatório de Atividades, publicado em agosto de 2016.

SF/172/3-17295-60

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Relatório de Atividades da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), publicado em agosto de 2016. O referido relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Ouvidor da Agência, Senhor Aristóteles dos Santos, nos termos do art. 45, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral das Telecomunicações – LGT).

No Senado Federal, a matéria foi protocolada como Ofício “S” nº 19, de 2016 (nº 26, de 2016, na origem).

De acordo com o art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à esta Comissão opinar acerca de matérias que versem sobre serviços de telecomunicações e agências reguladoras pertinentes. Nesse sentido, faz parte de suas atribuições examinar as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria da Anatel.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

O documento em exame está estruturado em quatro capítulos, além da apresentação, quais sejam a Ouvidoria da Anatel, a Regulação, o Atendimento, e as Ações da Ouvidoria.

Na apresentação do relatório, o Ouvidor da Agência alerta existir na cultura da instituição uma “resistência implícita” ao acolhimento do cidadão, sendo necessária uma maior sensibilidade às demandas dos consumidores dos serviços de telecomunicações. Critica ainda o estrangulamento orçamentário sofrido pela Anatel no último período que, segundo ele, chegou a “limites insuportáveis”, prejudicando atividades cotidianas fundamentais da Agência, como a fiscalização das operadoras.

Na primeira seção do documento, a Ouvidoria discorre sobre o instituto da ouvidoria pública no Brasil, descrevendo seu histórico, conceito, características de gestão e modelos. Assim, assevera, citando a Ouvidoria-Geral da União, que “uma Ouvidoria deve ser compreendida como uma instituição que auxilia o cidadão em suas relações com o Estado, permitindo que suas críticas e sugestões subsidiem a melhoria dos serviços públicos prestados”.

De acordo com o relatório, algumas proposições da Ouvidoria da Anatel sofrem resistências internas, não havendo o reconhecimento, por setores do órgão, que o direito de petição do cidadão junto à Agência é um direito concreto, legalmente garantido pelo art. 3º, XI, da LGT.

Ainda segundo o relatório, a Ouvidoria está trabalhando com um corpo de pessoal aquém de suas necessidades, e o pleito de atenção para o problema não foi devidamente considerado pela administração da Casa. Para o órgão, falta à Anatel uma política de participação social que busque promover uma cultura de atendimento ao cidadão.

A segunda seção aprecia a atuação regulatória da Anatel e analisa a participação da Agência na tentativa do mercado em limitar o volume de dados no provimento de conexões de banda larga fixa. Segundo a Ouvidoria, as ações iniciais do órgão regulador sobre o tema podem ser consideradas insuficientes e inadequadas.

SF/172/3-17295-60





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Sobre a recuperação judicial da Oi, o órgão afirma que “a Anatel vem acompanhamento a contento a questão que, sem dúvida, é extremamente pertinente”.

O terceiro capítulo do Relatório de Atividades trata do atendimento dispensado pela Anatel aos consumidores dos serviços de telecomunicações.

Sobre o tema, a Ouvidoria considera que o modelo de atendimento ao consumidor em prática tanto pelas operadoras dos serviços quanto pela Anatel é ineficiente, precisando ser estruturalmente reformulado. Nesse contexto, avalia a atuação das empresas e da Agência em relação ao bloqueio da conexão de dados nos serviços de banda larga móvel estabelecido a partir do início de 2015. Para o órgão, seria necessário que a Anatel resguardasse o direito dos consumidores que firmaram seus contratos prevendo, em casos de esgotamento da franquia contratada, apenas a redução da velocidade de conexão e não o bloqueio do serviço. E conclui: “é lamentável e controversa esta visão até o momento não revista pela direção da Agência”.

No que tange aos canais de atendimento ao consumidor disponibilizados pela Anatel, a Ouvidoria defende alterações que levem em consideração o resultado final da satisfação do cidadão depois de todo procedimento.

Quanto ao tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na Agência, a Ouvidoria discorda da metodologia estabelecida pela Superintendência de Relação com os Consumidores (SRC), que considera uma reclamação atendida com a mera resposta ao protocolo, e não com a solução efetiva do problema reclamado.

Ainda sobre o tema, o órgão aponta que, em média, “perto de 50% dos consumidores dos serviços de telecomunicações estão insatisfeitos em relação à capacidade de solução dos problemas pelas empresas prestadoras de serviço”.

Na última seção do relatório são listadas as ações da Ouvidoria para o aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão, das quais destaca o acordo de cooperação técnica firmado com Instituto de Pesquisa Econômica





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Aplicada (IPEA) para a implementação da chamada “Pesquisa de Satisfação na Anatel”.

Por fim, o órgão apresenta um balanço de sua atuação em números: até agosto de 2016 a Ouvidoria atendeu 3.425 manifestações acerca de questões envolvendo a Agência, como reclamações, pedidos de informação, críticas e agradecimentos.

SF/172/3-17295-60

II – ANÁLISE

À luz das informações apresentadas pela Ouvidoria da Anatel em seu relatório, consideramos que foram cumpridos os preceitos legais estatuídos na LGT referentes à atuação daquele órgão.

Entendemos que a Ouvidoria atuou com isenção e independência em relação à Anatel, destacando-se as observações críticas tecidas pelo Ouvidor quanto à insuficiência de desempenho daquela Agência com respeito a algumas de suas atribuições. A Ouvidoria demonstra desempenhar com eficácia seu papel de defender os direitos e deveres básicos dos usuários dos serviços de telecomunicações, buscando instituir canais permanentes de comunicação e interação entre ela e a sociedade em geral.

III - VOTO

Com base no exposto, opinamos que a Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício “S” nº 19, de 2016 (nº 26, de 2016, na origem), da Agência Nacional de Telecomunicações, e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CI, 21/03/2017 às 09h - 2ª, Extraordinária****Comissão de Serviços de Infraestrutura****PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
EDUARDO BRAGA	2. GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE
ROMERO JUCÁ	3. ROSE DE FREITAS
ELMANO FÉRRER	4. JADER BARBALHO
RAIMUNDO LIRA PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
ANGELA PORTELA	1. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA	2. GLEISI HOFFMANN
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	3. HUMBERTO COSTA
PAULO ROCHA PRESENTE	4. LINDBERGH FARIAZ
ACIR GURGACZ PRESENTE	5. REGINA SOUSA

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. JOSÉ AGRIPIINO
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. VAGO
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	3. VAGO
RONALDO CAIADO PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)

TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. LASIER MARTINS PRESENTE
WILDER MORAIS	2. IVO CASSOL
ROBERTO MUNIZ PRESENTE	3. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	1. ANTONIO CARLOS VALADARES
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE
VICENTINHO ALVES PRESENTE	2. THIERES PINTO PRESENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	3. MAGNO MALTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 19/2016)

NA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NESTA DATA, É LIDO E APROVADO O RELATÓRIO DO SENADOR LASIER MARTINS, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELO CONHECIMENTO E ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA (FLS. 42-47).

21 de Março de 2017

Senador ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 1, de 2017, da CI, que conclui pelo arquivamento do Ofício nº S/19, de 2016.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha a matéria ao Arquivo.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 2, DE 2017

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o processo PROJETO DE LEI DO SENADO nº475, de 2012, do Senador Waldemir Moka, que Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz

RELATOR: Senador Hélio José

21 de Março de 2017



PARECER N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2012, do Senador Waldemir Moka, que *altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.*

RELATOR: Senador HÉLIO JOSÉ

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 475, de 2012, de autoria do Senador Waldemir Moka, que torna obrigatório o envio, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de relatório semestral de suas atividades ao Congresso Nacional, por intermédio da Presidência da República.

O projeto foi inicialmente despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que, em 19 de outubro deste ano, aprovou parecer favorável do Senador Eunício Oliveira, nos termos da Emenda nº 1- CCJ (Substitutivo). Em seguida, a matéria foi encaminhada para esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde será analisada em decisão terminativa.

O PLS nº 475, de 2012, possui dois artigos. O primeiro altera o art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para atribuir à Aneel a obrigação de elaborar e enviar, ao Congresso Nacional, o relatório semestral de suas atividades. O segundo artigo determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 475, de 2012.



II – ANÁLISE

Como esta Comissão tem a incumbência de pronunciar-se de forma terminativa sobre o projeto, faz-se necessária a verificação da constitucionalidade do projeto.

A matéria insere-se na competência legislativa da União e não está entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos dos arts. 61 e 84 da Constituição Federal (CF). Por outro lado, ao exigir que a Agência preste contas de suas atividades ao Congresso Nacional, a proposição assegura o cumprimento do previsto no art. 49, X da CF, que atribui ao Congresso a competência de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Sendo assim, a proposição está adequada aos ditames constitucionais.

Do ponto de vista do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do seu art. 104, I, manifestar-se sobre o mérito do presente projeto de lei, que diz respeito a agência reguladora. Há, também, aderência da proposição aos aspectos de juridicidade. Conclui-se, portanto, pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do projeto.

O PLS nº 475, de 2012, acrescenta ao art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, um inciso XXII que cria nova atribuição para a Aneel, a saber, enviar relatório semestral de suas atividades ao Congresso Nacional, por intermédio do Ministério de Minas e Energia e da Presidência da República.

Conforme ressaltado na justificação, as agências reguladoras foram instituídas para cumprirem a importante função de fiscalizar a prestação dos serviços públicos concedidos à iniciativa privada. Para tanto, foram criadas sob a forma de autarquia em regime especial, com considerável autonomia em relação ao Ministério ao qual estão vinculadas. Essa autonomia, contudo, não as isenta do poder fiscalizatório do Congresso Nacional, que tem a atribuição constitucional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, não só com vistas à prevenção e à repressão de atos ilícitos, mas também – e principalmente – com a finalidade de sugerir a adoção de medidas que contribuam com a maior eficiência na prestação de serviços públicos ou que sejam de relevância pública.



Por essa razão, propõe-se incluir, dentre as atribuições da Aneel, a obrigatoriedade da prestação semestral de contas ao Congresso Nacional. A Agência atua em um setor de importância crítica para a economia e para a sociedade brasileira e precisa ter sua atuação acompanhada e eventualmente ajustada por aqueles que representam a vontade da população como um todo. Se o Legislativo puder avaliar qualitativa e quantitativamente o desempenho dessa Agência, poderá propor planos de atuação, e quando for o caso, até mesmo adequar a legislação às necessidades da boa prestação da atividade.

A exigência de prestação de contas pela Aneel, inspirada em exigência semelhante criada para a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), é, sem dúvida, fator que contribuirá para uma melhora nos serviços públicos prestados na área de energia elétrica e para a implantação progressiva dos princípios constitucionais de adequação do serviço, modicidade tarifária e universalização do acesso. Apoiamos plenamente o proposto pelo autor do PLS.

Concordamos também com a ponderação apresentada no relatório da CCJ, que recomenda que a prestação de contas e a apresentação do relatório pela Aneel se dê anualmente, a exemplo do que é exigido da ANAC.

Ocorre que foi aprovado em caráter terminativo, em 23 de novembro deste ano, pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), o PLS nº 52, de 2013, que *dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras* e, em seu art. 8º, assim determina:

Art. 8º As Agências Reguladoras deverão elaborar relatório anual circunstanciado de suas atividades e publicizar, nele destacando o cumprimento da política do setor definida pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Parágrafo único. O relatório anual de atividades deverá ser encaminhado pela Agência Reguladora, por escrito, no prazo máximo e intransponível de noventa dias após o encerramento do exercício, ao titular do Ministério a que estiver vinculada, ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados e deverá ser disponibilizado em local especificado e de destaque no sítio da Agência Reguladora na Internet, como em sua sede e suas unidades descentralizadas.

Tendo em vista que o PLS nº 52, de 2013, já torna obrigatório a elaboração de relatório anual pela Agência Reguladora e seu encaminhamento às duas Casas do Congresso Nacional, consideramos que o PLS nº 475, de 2012, fica



prejudicado, nos termos do art. 334, inciso ii, do Regimento Interno do Senado Federal.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CI, 21/03/2017 às 09h - 2ª, Extraordinária****Comissão de Serviços de Infraestrutura****PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
EDUARDO BRAGA	2. GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE
ROMERO JUCÁ	3. ROSE DE FREITAS
ELMANO FÉRRER	4. JADER BARBALHO
RAIMUNDO LIRA PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
ANGELA PORTELA	1. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA	2. GLEISI HOFFMANN
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	3. HUMBERTO COSTA
PAULO ROCHA PRESENTE	4. LINDBERGH FARIAZ
ACIR GURGACZ PRESENTE	5. REGINA SOUSA

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. JOSÉ AGRIPIINO
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. VAGO
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	3. VAGO
RONALDO CAIADO PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)

TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. LASIER MARTINS PRESENTE
WILDER MORAIS	2. IVO CASSOL
ROBERTO MUNIZ PRESENTE	3. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	1. ANTONIO CARLOS VALADARES
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE
VICENTINHO ALVES PRESENTE	2. THIERES PINTO PRESENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	3. MAGNO MALTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 475/2012)

**APROVADO PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DA MATÉRIA, QUE
VAI AO PLENÁRIO, PARA AS PROVIDÊNCIAS DO ARTIGO 334 DO
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.**

21 de Março de 2017

Senador ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 24 , DE 2017-PLEN-SF

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo PROJETO DE LEI DO SENADO nº475, de 2012, do Senador Waldemir Moka, que Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

RELATOR: Senador Eunício Oliveira





**SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA**

PARECER N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 475, de 2012, do Senador Waldemir Moka, que altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

Relator: Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão, para deliberação, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 475, de 2012, que torna obrigatório o envio, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de relatório semestral de atividades ao Congresso Nacional, por intermédio da Presidência da República.

O PLS nº 475, de 2012, possui dois artigos. O primeiro altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer a obrigação em questão. Já o segundo artigo determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

O PLS nº 475, de 2012, também foi distribuído à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), cuja decisão será terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 475, de 2012.





**SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA**

II – ANÁLISE

O art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) prevê, dentre outras competências, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) opine “sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário”.

Conforme a Justificação do PLS nº 475, de 2012, tendo em vista o arcabouço jurídico aplicado às agências reguladoras, e visando garantir que o Poder Legislativo exerça a sua prerrogativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, é necessário alterar a Lei nº 9.427, de 1996, para obrigar que a Aneel envie ao Congresso Nacional, por intermédio da Presidência da República, relatório semestral de prestação de contas. A exigência foi inspirada na Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que estabeleceu dever similar para a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC): enviar relatório anual para o Congresso Nacional.

O PLS nº 475, de 2012, não apresenta óbice quanto à constitucionalidade. Destaco que a matéria tratada está inserida na competência legislativa da União e não está entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme se nota da leitura dos arts. 61 e 84 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB). De fato, a proposição contribui para que o Congresso Nacional exerça o seu papel, previsto no art. 49, inciso X, da CRFB, de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos aqueles da administração indireta.

O PLS nº 475, de 2012, não é injurídico, pois promove inovação no ordenamento jurídico; é geral e abstrato; apresenta compatibilidade entre os fins pretendidos e o meio utilizado; e é aderente aos princípios gerais do Direito pátrio. Também não há reparo a fazer em se tratando do atendimento ao RISF e da adequação à técnica legislativa.

Por fim, é importante mencionar que o fortalecimento da função fiscalizadora do Congresso Nacional beneficiará a sociedade brasileira que, por





**SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA**

meio de seus representantes eleitos, terá mais voz junto a um órgão público tão importante como a Aneel. Com o objetivo de aperfeiçoar a proposição, sugiro que o relatório, em vez de semestral, seja anual, a exemplo do que é exigido da Anac. Aproveito para propor adequação de técnica legislativa ao art. 3º da Lei nº 9.427, de 1996.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2012 na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 1 - CCJ (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação anual de contas ao Congresso Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXII:

“Art. 3º

.....

XIX -,;

XX -,;

XXI -,; e

XXII - elaborar e enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério de Minas e Energia e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional.

.....” (NR)





**SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 19/10/2016 às 10h - 35ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		
TITULARES	SUPLENTES	
JORGE VIANA	1. LÍDICE DA MATA	
GLEISI HOFFMANN	2. LASIER MARTINS	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	3. LINDBERGH FARIA	
FÁTIMA BEZERRA	4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	5. ZEZE PERRELLA	
TELMÁRIO MOTA	6. PAULO PAIM	
BENEDITO DE LIRA	7. IVO CASSOL	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	8. ANA AMÉLIA	

Maioria (PMDB)		
TITULARES	SUPLENTES	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	2. ROMERO JUCÁ	
MARTA SUPLICY	3. GARIBALDI ALVES FILHO	
EDUARDO BRAGA	4. WALDEMAR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VALDIR RAUPP	6. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
JADER BARBALHO	7. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	8. RAIMUNDO LIRA	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		
TITULARES	SUPLENTES	
JOSÉ AGRIPIINO	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE
RONALDO CAIADO	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES	3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	4. VAGO	
ANTONIO ANASTASIA	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		
TITULARES	SUPLENTES	
ANTONIO CARLOS VALADARES	1. VANESSA GRAZZIOTIN	
ROBERTO ROCHA	2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	3. LÚCIA VÂNIA	

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		
TITULARES	SUPLENTES	
EDUARDO AMORIM	1. ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	2. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
MAGNO MALTA	3. VICENTINHO ALVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

SÉRGIO PETECÃO

O Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2012, será incluído em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarado prejudicado, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno (Ofício nº 1, de 2017, da CI)



Prejudicialidade



A Presidência comunica que, em razão da aprovação da Mensagem nº 98, de 2016, está prejudicada a Mensagem nº 25, de 2016.

A matéria vai ao Arquivo.



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 62, DE 2017

Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto.

AUTORIA: Senador José Agripino

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do senador JOSÉ AGRIPIINO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2017

SF/17149.74998-28

Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que *cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências*, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 4º-A Os recursos oriundos de serviços realizados pelo INPI serão aplicados obrigatoriamente no próprio Instituto.

§ 1º Aplica-se igualmente o disposto no *caput* a recursos captados pelo INPI no desempenho de suas atividades de que trata o art. 2º, seja mediante convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.

§ 2º Os recursos de que trata o *caput* não serão objeto de repasse ao Tesouro Nacional quando da apuração do balanço patrimonial e do resultado econômico, no encerramento de cada exercício financeiro.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria.

Entre os serviços do INPI estão os registros de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos, as concessões de patentes e as averbações de contratos de franquia e das distintas modalidades de transferência de tecnologia.

SF/17149.74998-28

Tais serviços proporcionam uma significativa arrecadação mediante taxas de custos dos registros efetuados. Em 2016, por exemplo, a arrecadação do INPI totalizou R\$ 357 milhões, superando em 8% a receita de 2015, quando atingiu R\$ 330 milhões. No entanto, toda verba é contingenciada e repassada ao Tesouro Nacional, a fim de se cumprir as metas do Superávit Primário.

Infelizmente, tal prática vem colaborando para o sucateamento do Instituto. O tempo médio para aprovação de patentes no Brasil passou de seis anos, em 2003, para onze, em 2015 – ante dois anos e meio nos Estados Unidos. O número de servidores já é extremamente defasado e vem caindo ano após ano. Para complementar o quadro caótico, o INPI, em virtude do ajuste fiscal pelo qual passa o Brasil, foi alvo de forte corte orçamentário pelo governo federal.

Tudo isso gera um acúmulo de estoques cada vez maiores de pedidos de patentes e registros de marcas, o que afeta substancialmente o dinamismo e o desenvolvimento industrial e desestimula a inovação tecnológica, tão cruciais para o crescimento de um país na era do conhecimento. Somente em 2016, o País terminou com um estoque de 243.820 pedidos de patentes e 421.941 de registro de marcas acumulados.

Nesse sentido, a fim de permitir que o INPI tenha acesso às verbas oriundas de suas próprias atividades, o que permitirá a modernização e a contratação da mão de obra necessária pelo Instituto, consequentemente colaborando para o aumento da competitividade e desenvolvimento das indústrias nacionais, solicitamos aos nobres Senadores apoio para aprovação do presente Projeto.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ AGRIPIINO

SF/17149.74998-28
|||||



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 5.648, de 11 de Dezembro de 1970 - 5648/70
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1970;5648>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 63, DE 2017

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

AUTORIA: Senador Davi Alcolumbre

DESPACHO: À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , de 2016


 SF/16848/74037-17

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extraír recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A presente Lei altera a penalidade disposta no art. 55 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravá-la aos que pesquisarem, lavrarem ou extraírem recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

“Art. 55.

 Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.
” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa tem por escopo agravar a pena constante do art. 55 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “*Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*”, por entendê-la muito branda, visto que cresce assustadoramente o crime de extração ilegal de areia.

Basta abrir os periódicos que há manchetes diárias de denúncias por extração ilegal de areia em todo o território brasileiro, mas, sobretudo, nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste.

Não há como quantificar o número de incidências e reincidências diárias, considerando a vastidão territorial do Brasil e as limitações de quadros para a fiscalização por parte da Polícia Federal e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Conforme o Ministério Público Federal, a extração irregular de areia é o crime mais comumente praticado e de maior reincidência entre os crimes ambientais, até porque rende, em média/mês, R\$ 200 mil e, em regra, causam danos ambientais em áreas de alta prioridade de proteção.



É de se lembrar que a areia integra o rol de recursos minerais pertencentes à União e cuja extração irresponsável tem repercussão direta e não raramente, de consequências irreversíveis ao meio ambiente, visto que se encontram próximos a vales, lagos, rios e de matas ciliares, consideradas áreas de preservação permanente (APP) e, assim, sua retirada desenfreada, desautorizada e criminosa acelera a erosão na localidade onde é realizada, além de provocar a descompactação do solo e dar origem, em muitos casos, a um processo de desertificação, além de atingir a fauna, flora e o próprio clima.

Ainda que seja comum ler ou ouvir que a previsão legal expressa pela Lei nº 9.605/1988, deve ser aplicada em concurso formal com a Lei nº 8.176, de 1991, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, não há porque haver tamanha discrepância entre as penalidades previstas pelos diplomas mencionados.

O art. 2º da Lei 8.176/1991 descreve o crime de usurpação, como modalidade de delito contra o patrimônio público, consistente em produzir bens ou explorar matéria-prima pertencente à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo. Já o art. 55 da Lei 9.605/1998 descreve delito contra o meio ambiente, consubstanciado na extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

Em última análise, as Leis nºs 8.176/1991 e 9.605/1998 possuem objetividades jurídicas distintas, razão pela qual não deve incidir o princípio da especialidade. Princípio segundo o qual deve haver a prevalência da norma especial sobre a geral. Assim, a conduta descrita pelo tipo de delito especial também, e necessariamente, estará descrita no tipo de delito geral, sendo que o inverso não será verdadeiro.

Por essa razão, estamos dando nova redação para a penalidade prevista pelo art. 55 da Lei nº 9.605/1998, elevando-a para reclusão, de um a cinco anos, tal como previsto pelo § 2º do art. 54 da mesma lei, por entendermos que não se trata de crime menos lesivo ao meio ambiente a extração irregular de areia, p. exemplo, se comparado o crime de tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana ou dificultar ou impedir o uso público das praias, considerado o potencial ofensivo da retirada exaustiva de areia e suas consequências danosas ao meio ambiente e à saúde das respectivas populações locais.

Esperamos merecer a aprovação dos nobres Pares para a presente proposição.

Sala das Sessões, 07 de dezembro de 2016.

Senador **Davi Alcolumbre**
DEMOCRATAS/AP

SF/16848-74037-17


LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:lei:1988;9605
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1988;9605>
- Lei nº 8.176, de 8 de Fevereiro de 1991 - 8176/91
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8176>
 - artigo 2º
- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
 - artigo 55



Requerimentos



**RQS
00150/2017**

REQUERIMENTO N° , DE 2017 - CCJ

Requeiro, nos termos do Art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 256 de 2016.

Senador ***HÉLIO JOSÉ***

Deferido.

SF/17761.34117-60
|||||



**RQS
00151/2017**

REQUERIMENTO N°..... DE 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,

|||||
SF/16661-96940-50

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 407, de 2016; 412, de 2016; 413, de 2016; 537, de 2013; e 245, de 2016 - todos complementares, versando sobre juros cobrados em operações de crédito.

Sala das Sessões,

Senador Ataídes Oliveira

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)



**RQS
00152/2017**

REQUERIMENTO Nº DE 2016

Senhor Presidente,

SF/16411.571258-53

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PLS 407/2016, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito, com o PLS 245/2016, por tratarem da mesma matéria.

JUSTIFICAÇÃO

As duas proposições tratam da mesma matéria, qual seja, a limitação da taxa de juros bancários cobrados sobre empréstimos, sendo a única diferença a base se cálculo dessa limitação.

Assim, por economia processual e para ampliar as possibilidades de análise da matéria pelos parlamentares, a fim de garantir a proteção do tomador do empréstimo e uma negociação justa para ambas as partes, solicito que os projetos tramitem em conjunto.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2016.

**Senador Gladson Cameli
(PP - AC)**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)



**RQS
00153/2017**

SF/16280/84055-61


REQUERIMENTO N°....., DE 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta do PLS nº 102, de 2007, com o PLS nº 626, de 2015, por versarem sobre a mesma matéria (regulamentação do Sistema Financeiro Nacional).

Sala das Sessões, de outubro de 2016.

Senador DALÍRIO BEBER

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)



**RQS
00154/2017**

REQUERIMENTO Nº /2016

Requer seja o PLS nº 407, de 2016, distribuído, também, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



SF/1647620969-03

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos incisos I e XII do art. 90, combinado com o art. 101 e do item 12 da alínea C do inciso II do art. 255, todos do Regimento Interno do Senado Federal, seja redistribuído para análise, também, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2016, que “*Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito*”, além da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), já constante no despacho inicial.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado nº 407/2016 foi inicialmente despachado apenas para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Não obstante, considerando que a proposição limita o “custo efetivo total de empréstimo concedido na modalidade de cartão de crédito”, assunto com tratamento no art. 192 da Carta Política de 1988, reformado pela Emenda à Constituição nº 40/2003 que revogou seu parágrafo terceiro que dispunha sobre a limitação as taxas de juros.

O texto constitucional dá tamanha importância ao tema que prevê sua regulamentação por meio de Lei Complementar.

A Constituição de 1988 é clara sobre o livre exercício de qualquer atividade econômica, bem como a livre concorrência que converge diretamente à livre liberdade de pactuação de preços.



Em cotejamento da proposição com a Carta Magna, está a sugerir mácula de constitucionalidade, na medida em que a interpretação livre sugere que cabe ao empresário estabelecer seus preços de forma a obter receitas acima dos custos. Não enxergar os juros como preços, resultado de inúmeras variáveis, gerará prejuízo àqueles que mais necessitam de juros, tais como pequenos e médios empresários, bem como cidadãos de baixa renda.

Tendo em vista a competência da CCJ, expressamente previstas no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange à análise quanto à constitucionalidade e juridicidade de projetos, entendemos, s.m.j., ser pertinente que a proposição, de caráter complementar e com claros aspectos constitucionais, seja por ela analisada.

Portanto, para os devidos fins regimentais, peço, com a devida vénia, a revisão do despacho aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 407/2016 para que seja ouvida a CCJ, além da Comissão constante no despacho inicial, para que o Colegiado, com a especificidade que possui, possa se pronunciar.

Sala das Sessões, 06 de dezembro de 2016.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
DEMOCRATAS/AP

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

SF/16476:20969-03




**RQS
00155/2017**

REQUERIMENTO Nº /2016

Requer seja o PLS nº 413, de 2016 (Complementar), distribuído, também, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



SF/16965; 8142-66

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos incisos I e XII do art. 90, combinado com o art. 101 e do item 12 da alínea C do inciso II do art. 255, todos do Regimento Interno do Senado Federal, seja redistribuído para análise, também, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Projeto de Lei do Senado nº 413, de 2016 (Complementar), que “*Regulamenta a cobrança das taxas de juros nas operações de crédito a pessoas físicas e pessoas jurídicas*”, além da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), já constante no despacho inicial.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado nº 413/2016 (Complementar) foi inicialmente despachado apenas para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Não obstante, considerando que a proposição versa sobre alterações no Sistema Financeiro Nacional por meio de regulamentações sobre as taxas de juros cobradas nas operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras para pessoas físicas e jurídicas, assunto com tratamento no art. 192 da Carta Política de 1988, reformado pela Emenda à Constituição nº 40/2003, que revogou seu parágrafo terceiro que dispunha sobre a limitação as taxas de juros, entendemos que a matéria requer análise da CCJ, quanto à sua constitucionalidade e juridicidade.

O texto constitucional dá tamanha importância ao tema que prevê sua regulamentação por meio de Lei Complementar.

A Constituição de 1988 é clara sobre o livre exercício de qualquer atividade econômica, bem como a livre concorrência que converge diretamente à livre liberdade de pactuação de preços.



Em cotejamento da proposição com a Carta Magna, está a sugerir mácula de constitucionalidade, na medida em que a interpretação livre sugere que cabe ao empresário estabelecer seus preços de forma a obter receitas acima dos custos. Não enxergar os juros como preços, resultado de inúmeras variáveis, gerará prejuízo àqueles que mais necessitam de juros, tais como pequenos e médios empresários, bem como cidadãos de baixa renda.

Tendo em vista a competência da CCJ, expressamente previstas no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange à análise quanto à constitucionalidade e juridicidade de projetos, entendemos, s.m.j., ser pertinente que a proposição, de caráter complementar e com claros aspectos constitucionais, seja por ela analisada.

Portanto, para os devidos fins regimentais, peço, com a devida vénia, a revisão do despacho aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 413/2016 para que seja ouvida a CCJ, além da Comissão constante no despacho inicial, para que o Colegiado, com a especificidade que possui, possa sobre ele se pronunciar.

Sala das Sessões, 06 de dezembro de 2016.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
DEMOCRATAS/AP

(*Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente*)



SF/16965; 8142-66



**RQS
00156/2017**

REQUERIMENTO Nº /2016

Requer seja o PLS nº 412, de 2016 (Complementar), distribuído, também, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



SF/16156/3577-43

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos incisos I e XII do art. 90, combinado com o art. 101 e do item 12 da alínea C do inciso II do art. 255, todos do Regimento Interno do Senado Federal, seja redistribuído para análise, também, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2016 (Complementar), que “*Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil*”, além da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), já constante no despacho inicial.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado nº 412/2016 foi inicialmente despachado apenas para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Não obstante, considerando que a proposição versa sobre o mercado de cartões de crédito e sobre tarifas cobradas para esse serviço, assunto com tratamento no art. 192 da Carta Política de 1988, reformado pela Emenda à Constituição nº 40/2003, que revogou seu parágrafo terceiro que dispunha sobre a limitação as taxas de juros.

O texto constitucional dá tamanha importância ao tema que prevê sua regulamentação por meio de Lei Complementar.

A Constituição de 1988 é clara sobre o livre exercício de qualquer atividade econômica, bem como a livre concorrência que converge diretamente à livre liberdade de pactuação de preços.



Em cotejamento da proposição com a Carta Magna, está a sugerir mácula de constitucionalidade, na medida em que a interpretação livre sugere que cabe ao empresário estabelecer seus preços de forma a obter receitas acima dos custos. Não enxergar os juros como preços, resultado de inúmeras variáveis, gerará prejuízo àqueles que mais necessitam de juros, tais como pequenos e médios empresários, bem como cidadãos de baixa renda.

Tendo em vista a competência da CCJ, expressamente previstas no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, no que tange à análise quanto à constitucionalidade e juridicidade de projetos, entendemos, s.m.j., ser pertinente que a proposição, de caráter complementar e com claros aspectos constitucionais, seja por ela analisada.

Portanto, para os devidos fins regimentais, peço, com a devida vénia, a revisão do despacho aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 412/2016 para que seja ouvida a CCJ, além da Comissão constante no despacho inicial, para que o Colegiado, com a especificidade que possui, possa sobre ele se pronunciar.

Sala das Sessões, 06 de dezembro de 2016.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
DEMOCRATAS/AP

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)



SF/1615638577-43





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **PEDRO CHAVES**

Ofício GSPCHAV nº 154/2017

Brasília, 20 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Sen. Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal
Brasília/DF

Excelentíssimo Sr. Presidente,

Requerimento nº 154 - 2017
Aprovado em 20/03/2017

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste,

comunicar que a cerimônia de lançamento do Satélite SGDC, que seria realizada no dia 21 de março de 2017 foi postergada para o dia 22 de março de 2017. Desta forma, peço que seja retificada a licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Kourou (Guiana Francesa), em vista da alteração do voo que terá sua decolagem no mesmo dia da cerimônia, ou seja, dia 22 de março de 2017, retornando ao Brasil logo após o evento na mesma data.

Respeitosamente,

Senador Pedro Chaves
PSC-MS

Recebido em 20/03/2017
Hora 16:28

Patrícia Nóbrega - Mat. 187048
SGM - Senado Federal



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 158, DE 2017

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao periódico impresso Amazonas em Tempo, pela publicação, no dia 26 de fevereiro do corrente ano, da revista especial "50 anos de Zona Franca e Desenvolvimento", encartada em seu interior.

Requer, também, que este Voto de Aplauso seja cientificada a direção do jornal ao seu Presidente Otávio Raman Neves, bem como ao Editor da referida publicação, Anwar Assi, por meio do encaminhamento do presente ao endereço localizado à Rua Dr. Dalmir Câmara, 623 – São Jorge - Cep: 69.033-070 –Manaus/AM. Que seja igualmente à Superintendente da Suframa a Sra. Rebeca Martins Garcia, ao endereço Av. Ministro Mario Andreazza, 1424 – Distrito Industrial – 69075-830 – Manaus - AM.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº ,DE 2017
SF/17564-32612-17

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao periódico impresso Amazonas em Tempo, pela publicação, no dia 26 de fevereiro do corrente ano, da revista especial “50 anos de Zona Franca e Desenvolvimento”, encartada em seu interior.

Requeiro, também, que este Voto de Aplauso seja cientificada a direção do jornal ao seu Presidente Otávio Raman Neves, bem como ao Editor da referida publicação, Anwar Assi, por meio do encaminhamento do presente ao endereço localizado à Rua Dr. Dalmir Câmara, 623 – São Jorge - Cep: 69.033-070 –Manaus/AM. Que seja igualmente à Superintendente da Suframa a Sra. Rebeca Martins Garcia, ao endereço Av. Ministro Mario Andreazza, 1424 – Distrito Industrial – 69075-830 – Manaus - AM

JUSTIFICAÇÃO

Ao registrar os 50 anos de existência do modelo Zona Franca de Manaus bem como da Superintendência de Manaus (Suframa) em suas páginas, o jornal amazonense, Amazonas, em tempo publicou a revista, “50 anos de Zona Franca e Desenvolvimento”, uma edição especial contendo matérias detalhadas sobre os principais polos de produção, bem como entrevistas com sua superintendente atual, Rebeca Garcia, e outros políticos, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Amazonas, que estão envolvidos com o modelo.



O material merece leitura atenta, pois nesta edição, a equipe do periódico se debruçou sobre o tema de maneira pormenorizada, tratando tanto de seu histórico, quanto das perspectivas e os caminhos que o modelo Zona Franca deve tomar a partir de agora.

Para homenagear tanto a revista quanto o Jornal no qual foi veiculada, requeiro este Voto de Aplauso. A publicação merece nosso apreço pela correção de suas oportunas e isentas matérias constantes do referido veículo.

SF/17564-32612-17
|||||

Sala das Sessões, em de março de 2017.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

PCdoB/Amazonas





Recebido em 24/3/17
Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário Geral da Mesa
Luiz Fernando Bandeira de Mello

REQUERIMENTO N° 161, DE 2017

SF/17919.59465-33

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, e dos arts. 145 a 153 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e vinte dias, com limite de despesas de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos, sejam anistias, desonerações, desvinculações, sonegação ou qualquer outro meio que propicie a retirada de fontes da previdência, focando não somente nos valores, mas também nos beneficiários desses desvios.

JUSTIFICAÇÃO

Uma ampla reforma da previdência está em andamento no Congresso Nacional. Pretende-se que vários dos atuais direitos sejam reformulados. Em que pese a mudança da estrutura demográfica da população brasileira, bem como a crise fiscal por que passa o Estado, é imprescindível conhecer detalhadamente a situação das receitas e despesas da Seguridade Social e, mais especificamente, o seu braço previdenciário, para que se possa construir uma justa legislação que atenda aos anseios de todos.

Há divergência entre setores importantes da sociedade sobre a existência de déficit ou superávit na previdência. A defesa de que há superávit tem inclusive respaldo acadêmico, com a aprovação da tese de doutorado da Professora Denise Gentil, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Toda a discussão gira em torno da contabilidade da previdência social, sobre quais despesas e receitas devem ser consideradas, além de se

Página: 1/4 06/02/2017 17:53:16

83008354800f91edee666088d144696aa7bd05ac





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Barcode
SF/17919.59453-33

levar em conta também receitas perdidas com desonerações, desvinculação ou sonegação.

O Senado pode contribuir muito com a presente discussão da reforma previdenciária, ao promover, por meio da criação de comissão parlamentar de inquérito, a análise das fontes de custeio da previdência, das despesas e de todos os valores que de alguma maneira são desviados do sistema. Acreditamos que esse trabalho é fundamental, uma vez que a previdência é peça central para a saúde fiscal do Estado, mas também para o bem-estar da população, principalmente a parcela mais carente da sociedade.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

Página: 2/4 06/02/2017 17:53:16

83008354800f91edeaa666088df44696aa7bd05ac

	SENADOR	ASSINATURA
1	Sen. Jorí Pimentel	
2	Gleisi	
3	Regina Sousa	
4	Paulo Rocha	
5	Fátima	
6	HUMBERTO Costa	
7	LINDBERGH	





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

8	Reuniao	<i>De pais</i>
9	VANESSA	<i>J. mons</i>
10	REGUFFE	<i>DR</i>
11	Angela Portel	<i>ACOLHIDA</i>
12	RANDOLFO	<i>DR</i>
13	CAPi	<i>DR</i>
14	JORGE VIANA	<i>DR</i>
15	LÍSICE DA MATA E SOUZA	<i>DR</i>
16	WASIEL	<i>DR</i>
17	Romário	<i>DR</i>
18	JOSE MARQUES	<i>DR</i>
19	Paulo Goulart	<i>DR</i>
20	Heloiselle	<i>DR</i>
21	CUSTODIAN.	<i>DR</i>
22	Eduardo Ferreira	<i>DR</i>
23	VALADARES	<i>DR</i>
24	DARIO SIEGLER	<i>DR</i>
25	IURISSOC	<i>DR</i>
26	MENEIROS	<i>DR</i>
27	ROBERTO MUNIZ	<i>DR</i>
28	Roberto Muniz	<i>DR</i>

SF/17919.59463-33

Página: 3/4 06/02/2017 17:53:16

8800835480191edea666088df4486aa7bd05acc
CONSIDERAÇÃO
em apoioamento
8800835480191edea666088df4486aa7bd05acc
em apoioamento
em apoioamento





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

29	Ara Andrade (PP/RS)	
30	Jader Barbalho (PMB/PA)	
31	Maria do Carmo	
32	OTTá Almeida	
33	Heloísa	
34	Rosé da Cachoeira	
35	Fábio Dantas	
36	Ciro Nogueira	
37	Dani Alves	
38	Sâmia Tibeck	
39	Marta	
40	Ronaldo Cunha	
41	Janeiro	
42		
43		
44		
45	Ricardo Chaves (PSL-MT)	
46	Paulo Paim	
47		
48		
49	Cidinho Santos	

SF/17919.59463-33

Página: 4/4 06/02/2017 17:53:16

830083548000f91fedea666088df44696aa7bd05ac





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

3950	Poderoso deus P MDB
3951	Gabinete deputado eleito
3952	Wesley Ferreira
3953	Wesley Ferreira
3954	Wesley Ferreira
3955	Wesley Ferreira
3956	Wesley Ferreira
3957	Wesley Ferreira
3958	Wesley Ferreira
3959	Wesley Ferreira
3960	Zé de Penha
3961	Zé de Penha
3962	Zé de Penha
3963	Zé de Penha
3964	Zé de Penha
3965	Zé de Penha
3966	
3967	
3968	
3969	
3970	

SF/17919.59463-33

Página: 4/4 07/03/2017 12:32:04

83008354800f91ebeda666088df44696aa7bd05ac





SENADO FEDERAL

Incluir-se na Ordem do
Dia, nos termos do art. 340, III do RISF.

A Publicação

Em 21/3/2017

REQUERIMENTO N° 162 , DE 2017

Requer nos termos do Art. 336, III, do Regimento Interno do Senado Federal, Urgência para apreciação do PDS nº 37/2017, que “aprova o texto do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, em 29 de abril de 2016”.

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do inciso III, do art. 336 do Regimento Interno, urgência para tramitação do PDS nº 37, de 2017, que “aprova o texto do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, em 29 de abril de 2016”.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2017.

Senador Eduardo Lopes

(PRB/RJ)

Eduardo Lopes ✓
Fábio Chaves (PSOL) ✓
Renan (Alto) ✓
Gleison Hoffmann ✓
Terezinha Bezerra ✓
Bruno Dantas ✓

Recebido
em 21/03/17
José
46820





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 163, DE 2017

Requerem, nos termos do disposto no arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Temporária Externa, composta de 06 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 06 (seis) meses, destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal (PF), que investiga o envolvimento de fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em um esquema criminoso envolvendo licenças e fiscalização de frigoríficos, averiguar supostos abusos de autoridade com as investigações, e impactos mercadológicos com a pirotecnia usada para deflagrar a ação, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, requerer informações e outros atos que julgue necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

AUTORIA: Senadora Kátia Abreu, Senador Renan Calheiros



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017

SF/17800.221319-55

Requeremos, nos termos do disposto no arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada **Comissão Temporária Externa**, composta de 06 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 06 (seis) meses, destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal (PF), que investiga o envolvimento de fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em um esquema criminoso envolvendo licenças e fiscalização de frigoríficos, averiguar supostos abusos de autoridade com as investigações e seus impactos mercadológicos, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, inclusive reuniões com organismos internacionais, requerer informações e outros atos que julgue necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a sexta-feira passada (17/03/2017), o noticiário vem sendo dominado pelos desdobramentos da operação “Carne Fraca” da Polícia Federal. As consequências ainda são um tanto imprevisíveis para o mercado doméstico e internacional das carnes bovina, suína e de aves produzidas no Brasil.

As famílias surpreenderam-se ao saber que os produtos que consomem, expostos nas prateleiras de supermercados de todo o País, tiveram a sua qualidade questionada. Importadores do mundo inteiro, cujos mercados foram merecidamente conquistados a partir de muito investimento em um controle sanitário, que é referência internacional, e de enormes esforços empreendidos em longas e árduas negociações, não tardaram em reagir. Cobram, como era de se esperar, os devidos esclarecimentos do Governo brasileiro.

Toda essa preocupação é compreensível. Mas, na verdade, não há muito motivo para alarde. Afinal, após dois anos de investigações sigilosas, foram encontradas irregularidades em apenas 21 das 4.837 plantas frigoríficas do Brasil. E dos mais de 11 mil servidores do Ministério da Agricultura, sendo 2.700 do Serviço de Inspeção Federal (SIF), apenas 33 estão sendo citados nos relatórios da Polícia Federal.

Isto significa, em princípio, que 99,5% das plantas frigoríficas do Brasil observam estritamente os rigorosos padrões de sanidade alimentar estabelecidos pelo sistema de controle de sanidade animal e que 99,7% dos

servidores do Ministério da Agricultura não cometem nenhuma irregularidade, pelo menos até que se prove o contrário.

Diante dessa constatação, não nos parece nada justo que a elevadíssima qualidade das carnes brasileiras seja toda colocada em xeque em decorrência das apurações de irregularidades conduzidas pela operação “Carne Fraca”.

O Brasil tem o privilégio de poder contar com uma Polícia Federal independente, que cumpre com esmero o seu papel de apurar irregularidades. É inquestionável que todo desvio, de qualquer natureza, tem que ser duramente investigado e exemplarmente punido, seja de servidores públicos, seja de agentes privados, não importa o nível da função que ocupam. Mas não se pode, em hipótese alguma, aceitar pacificamente a condenação de todo um rigoroso sistema de inspeção sanitária, de padrão internacional, em decorrência da irresponsabilidade inconsequente de agentes públicos, mantidos nos seus cargos por apadrinhamento político e, não, por mérito, que negligenciam de maneira deliberada a sua nobre função de servir ao bem comum.

Os danos causados pelas revelações da operação “Carne Fraca” são enormes e os danos totais causados às exportações de carnes brasileiras ainda são difíceis de mensurar com exatidão. O impacto causado pela forma que foi deflagrada da Operação Carne Fraca não ficará restrita às grandes empresas do agronegócio. Poderão atingir todo esse importante setor da economia nacional, que gera emprego e renda para trabalhadores rurais e pequenos agricultores, com suas famílias. As maiores vítimas de toda essa confusão que se instalou no mercado das carnes não serão, certamente, as grandes empresas, que socializarão os seus prejuízos. Serão os pequenos produtores e todo o esforço da nação brasileira em se tornar o segundo maior exportador de carnes do mundo.

SF/17800.221319-55

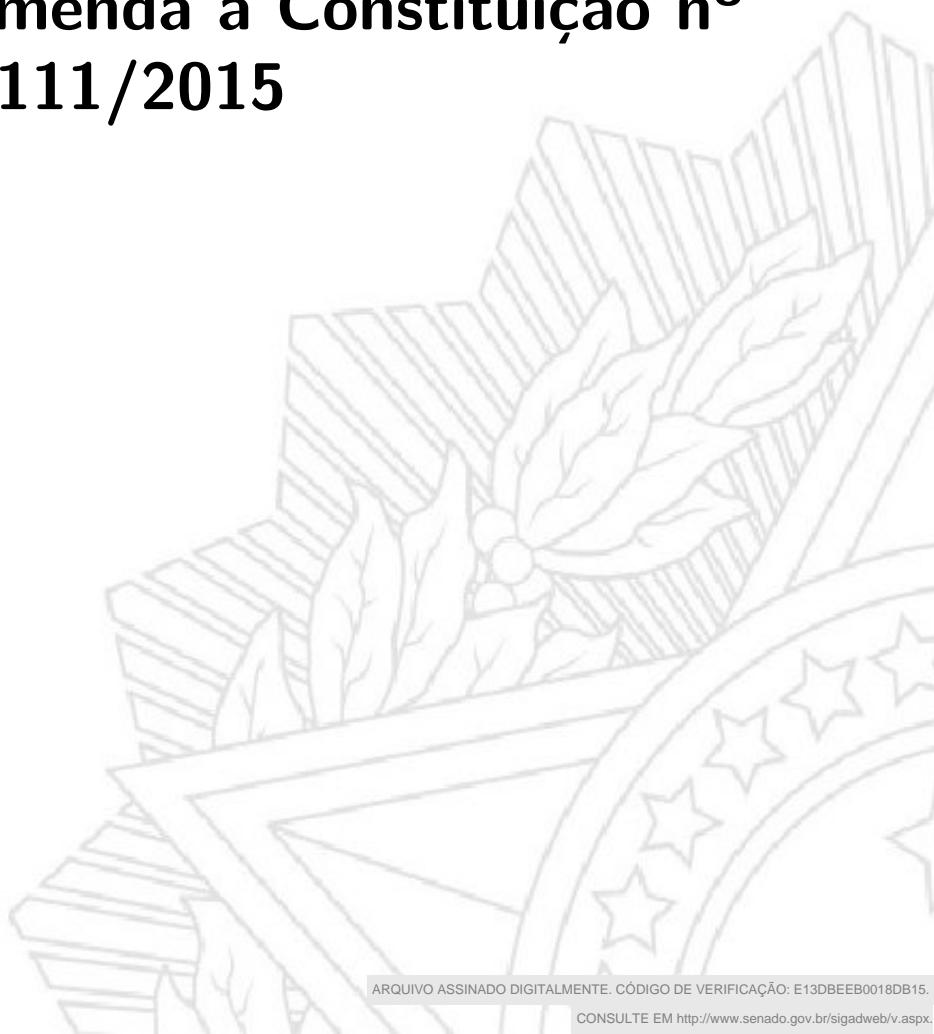
Sala das Sessões,

Senadora KATIA ABREU

Senador RENAN CALHEIROS

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

**Proposta de Emenda à Constituição nº
111/2015**



20

Prefeito
Prefeito
em 21/03/2017

REQUERIMENTO Nº 159 , DE 2017

Preferência para Substitutivo a fim de ser apreciado antes do Projeto.

Requeiro, nos termos regimentais, preferência para votação da Emenda nº 2 - Plen (Substitutivo) do Relator à Proposta de Emenda à Constituição 111, de 2015.

Sala das Sessões, em

de

2017.

2015111jro

Projeto de Resolução nº 8/2017



Aprovado,
em 21/03/2017


COMISSÃO DE ASSUNTOS
ECONÔMICOS

APROVADO EM 21/03/2017

SEN. TASSO JEREISSATI
PRESIDENTE DA CAE

REQUERIMENTO N°¹⁶⁹/CAE-2017

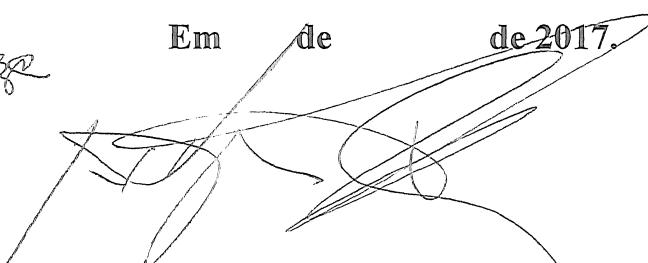
Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 9 de 2017, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 52,512,340.00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do ‘Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (PRODETUR SALVADOR)’”.

ídioce da Mathe e Souza

Em

de

de 2017.





SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 25, DE 2017

Redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 2017.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 2017, que *autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 21 de março de 2017.

EUNÍCIO OLIVEIRA, PRESIDENTE

JOSÉ PIMENTEL, RELATOR

CÁSSIO CUNHA LIMA

EDUARDO AMORIM



ANEXO AO PARECER Nº 25, DE 2017.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 8, de 2017.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2017

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Salvador (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (Prodetur Salvador)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

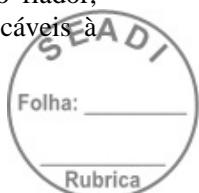
I – devedor: Município de Salvador (BA);

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América);

V – opções de conversão: é facultado ao mutuário, com anuênciia prévia do fiador, exercer a opção de mudança de moeda do empréstimo ou de taxa de juros, aplicáveis à



totalidade ou a parte do montante principal do empréstimo, em qualquer momento durante a vigência do contrato, de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais;

VI – juros: taxa de juros *Libor* em dólar dos Estados Unidos da América para 3 (três) meses, acrescida de margem de captação do BID e de margem de empréstimo variável do BID;

VII – atualização monetária: variação cambial;

VIII – liberação: US\$ 1.410.000,00 (um milhão, quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2017, equivalentes a R\$ 4.485.351,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e um reais); US\$ 23.095.000,00 (vinte e três milhões e noventa e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, equivalentes a R\$ 73.467.504,50 (setenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos); US\$ 13.085.000,00 (treze milhões e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, equivalentes a R\$ 41.624.693,50 (quarenta e um milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta centavos); US\$ 11.660.000,00 (onze milhões, seiscentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, equivalentes a R\$ 37.091.626,00 (trinta e sete milhões, noventa e um mil, seiscentos e vinte e seis reais); e US\$ 3.262.340,00 (três milhões, duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, equivalentes a R\$ 10.377.829,77 (dez milhões, trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos), convertidos à taxa de câmbio de 3,1811, de 31 de outubro de 2016;

IX – contrapartida: US\$ 16.039.646,00 (dezesseis milhões, trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis dólares dos Estados Unidos da América) em 2017; US\$ 15.325.354,00 (quinze milhões, trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US\$ 7.395.000,00 (sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; US\$ 3.780.000,00 (três milhões, setecentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020; e US\$ 9.972.340,00 (nove milhões, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

X – prazo total: 300 (trezentos) meses;

XI – prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses;

XII – prazo de amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;

XIII – prazo de desembolso: 60 (sessenta) meses;

XIV – demais encargos e comissões: comissão de crédito de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado, a ser paga semestralmente.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Município de Salvador (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.



§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Salvador (BA) quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Thieres Pinto** (S)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferrão.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedicto de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-10 / PDT-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Thieres Pinto.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Thieres Pinto** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Gleisi Hoffmann - PT (56,57,66,83,115,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,27,116) Lindbergh Farias (29,59,62,89) Regina Sousa (35) Líder do PT - 10 Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,115,121) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,59,62,89) Fátima Bezerra (28,61,93) Líder do PDT - 1 Acir Gurgacz (3,27,116)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 6 Líder José Agripino - DEM (32,51) Vice-Líderes Ricardo Ferráço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (102) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferráço (78,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (105) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,65)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,13,113) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71) Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (100) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,111) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (18,23,91)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 Líder Wilder Moraes - PP (38,122) Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (106) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (110) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)	PMDB - 22 Líder Renan Calheiros - PMDB (103) Vice-Líderes Waldemir Moka (77) Rose de Freitas (76)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (100) José Medeiros (9,12,21,88) Davi Alcolumbre (74,87) Hélio José (42,48,86) Ricardo Ferráço (78,85,112)	Minoria Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,114)	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado Líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado Líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada Líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador Randolph Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada Líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolph Rodrigues foi designado Líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
28. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido Líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado Líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado Líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado Líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado Líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).



68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferrão foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferrão foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoría (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
106. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. s/n/2017-GLPR).
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferrão foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoría (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****RELATOR:****Prazo final prorrogado: 15/08/2017**

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



4) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Sandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Roberto Requião ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁶⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5.
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	6. ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁸⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (8)
Senador Waldemir Moka (8,11)	2. Senador Valdir Raupp (8)
Senadora Marta Suplicy (8)	3. Senador Romero Jucá (8)
Senadora Rose de Freitas (8)	4. Senador Edison Lobão (8)
Senador Airton Sandoval (8,12)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) (1)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9)	3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (10)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (7)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7)

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁶⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,11,13)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloisio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-GLDEM).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-LBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Simone Tebet (7)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3.
Senador José Maranhão (7)	4.
Senador Raimundo Lira (7)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (2)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (8)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)	2. Senador José Agripino (DEM-RN) (7)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) (2)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (2)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (3)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (3)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (6)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (6)	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (6)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
Maoria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scocomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
	Maioria (PMDB)
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Eduardo Braga (6)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
Senador Garibaldi Alves Filho (6)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (1)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1)	2.
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1.
Senador Romário (PSB-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (5)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Roberto Requião ⁽⁷⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (7)
Senador Romero Jucá (7)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (2)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (1)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (5)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Simone Tebet (8)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)	2. Senador Hélio José (8)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) (4)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (5)	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1.
Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (6)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).



Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdOB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
Senador Eduardo Braga (8)	2.
Senador Valdir Raupp (8)	3.
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) (1)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (5)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).



Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras 8h:45min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp (3)	1.
Senador Hélio José (3)	2.
Senadora Kátia Abreu (3)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Bruno Souza de Barros

Telefone(s): 3303 1095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
1.	
2.	

Notas:

- Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior**Reuniões:** Terças-Feiras 14h30 -**Telefone(s):** 61 33033284**E-mail:** ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

- 1^a Designação:** 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRBVAGO ^(2,3,4,5,6)**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
- 1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
- 2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- 3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.



4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.nº 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: ⁽³⁾

1^a Designação: 23/03/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

VAGO ⁽²⁾

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

VAGO ^(4,6)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

VAGO ^(1,8,9,10,11)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
11. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO (3)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

VAGO (1,4,5,6,9)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

VAGO ^(2,4,5,6)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

VAGO ^(1,4,5,6,7)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:**

- 1^a Designação:** 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)⁽³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

VAGO⁽²⁾

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)^(1,4,5,6)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾

PRB

VAGO ^(4,5,6,7)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

- * Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
- 1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
- 3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- 5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
- 6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PDT

PSB

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PV

PTC

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

